UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Bruno da Fonseca Miranda

**O VALE DO PARAÍBA CONTRA A
LEI DO VENTRE LIVRE, 1865-1871**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Bruno da Fonseca Miranda

**O VALE DO PARAÍBA CONTRA A
LEI DO VENTRE LIVRE, 1865-1871**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

MIRANDA, Bruno da Fonseca.

M672v. O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865- 1871 / Bruno da Fonseca Miranda; orientador: Rafael de Bivar Marquese – São Paulo, 2018.

250 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Ventre Livre. 2. Escravidão. 3. Emancipação. 4. Representações. 5. Vale do Paraíba. I. Marquese, Rafael de Bivar, orient. II. Título.

Resumo

A presente dissertação examina a atuação do senhorio do Vale do Paraíba no contexto de elaboração e promulgação da Lei do Ventre Livre, entre os anos de 1865 a 1871. O *corpus documental* consiste em pareceres do Conselho de Estado, discursos parlamentares, publicações coevas na imprensa e em formato de livros, atas de reuniões de fazendeiros, representações contra o ventre livre e inventários de alguns dos subscritores das representações. Além da análise do discurso, os textos foram interpretados a partir da história social, política e demográfica (especificamente os inventários). O primeiro capítulo trata dos processos históricos que permitiram a gênese propositiva da liberdade do ventre no Império do Brasil. Os capítulos dois e três analisam, respectivamente, o início do movimento peticionário entre os fazendeiros do Vale do Paraíba e a sua expansão geográfica. Em ambos os casos, buscou-se compreender criticamente a estratégia argumentativa dos peticionantes que, apesar de residentes em localidades distintas, formularam uma plataforma uníssona. No último capítulo, foi analisada a disputa política travada no Parlamento em 1871 e as expectativas futuras concebidas a partir da emancipação do ventre escravo.

Palavras-chave: ventre livre, escravidão, emancipação, representações, Vale do Paraíba.

Abstract

This work studies the agency of the Parahyba Valley's slaveholders in the context of the elaboration and promulgation of the Free Womb Law, from 1865 to 1871. The *documentary corpus* consists of rulings from the State Council, parliamentary speeches, publications on the press and on book format, minutes of farmers' meetings, petitions against the emancipation of the womb, and inventories from some of the petitioners. Apart from the analysis of the discourse, the texts were interpreted from a Social, Political and Demographic History (specifically the inventories). The first chapter approaches the historical processes that enabled the propositional genesis of liberty from the womb in the Empire of Brazil. The second and third chapters analyze, respectively, the beginning of the petitionary movement among the Parahyba Valley's slaveholders and its geographic expansion. In both cases, it was sought to critically comprehend the argumentative strategies of the petitioners who, despite residing on distinct localities, formulated a unison platform. In the last chapter, it was examined the political dispute waged at the Parliament in 1871, and the future expectations conceived from the emancipation of the slave womb.

Keywords: free womb, slavery, emancipation, petitions, Paraíba Valley.

E-mail: bruno.fonseca.miranda@gmail.com

Aos meus pais

Agradecimentos

Ao CNPq pela concessão da bolsa de mestrado, que tornou possível a dedicação exclusiva à pesquisa.

A Rafael Marquese, pela precisa e bem fundamentada orientação ao longo de todo o processo.

Ao professor Alexandre de Freitas Barbosa, que me incentivou a enveredar na investigação crítica do passado brasileiro.

A Miriam Dolhnikoff, Ricardo Salles e Tâmis Parron, pelo gentil aceite em participarem da banca. Aos dois últimos, agradeço igualmente pelos valiosos comentários feitos no exame de qualificação.

Aos funcionários do Museu da Justiça do Rio de Janeiro, do Arquivo Municipal de Piraí e do Museu Major Novais, sempre solícitos.

Aos colegas do LabMundi, pelas profícuas e variadas discussões.

Aos camaradas de pesquisa Alain Youssef, Breno Moreno, Felipe Alfonso, José Evando, Luiz Laurindo, Marcelo Ferraro e Marco Aurélio, pelas inestimáveis contribuições à pesquisa.

Aos amigos Gabriel Cabral Bernardo, Hanna Manente Nunes e Lívia Filoso de Freitas, que mesmo quando distantes conseguiram a façanha de estarem sempre presentes, notadamente nas etapas mais cruciais desse trabalho.

Aos meus pais, por todo o apoio fornecido em cada etapa não apenas da pesquisa, mas da vida.

E, finalmente, as minhas sobrinhas, Sophia e Ana Paula. Sem elas nada disso teria sido tão animado.

Sumário

Introdução.....	p.10
------------------------	-------------

Capítulo 1 – A gênese da Lei do Ventre Livre.....	p.22
--	-------------

O constrangimento no cenário internacional: da constatação à ação.....	p.22
--	------

Guerra do Paraguai: obstrução ou continuidade?.....	p.27
---	------

Emancipação no Conselho de Estado.....	p.36
--	------

A queda de Zacarias de Góis e o revés da emancipação na política imperial..	p.55
---	------

A volta dos conservadores ao poder: o fim da emancipação?.....	p.58
--	------

Capítulo 2 – O brado da lavoura, o 1º movimento peticionário.....	p.74
--	-------------

Paraíba do Sul.....	p.76
---------------------	------

Piraí.....	p.91
------------	------

Valença.....	p.96
--------------	------

Rio Bonito.....	p.104
-----------------	-------

Bananal.....	p.106
--------------	-------

São João do Príncipe.....	p.109
---------------------------	-------

Pressão escravista à prova.....	p.112
---------------------------------	-------

Capítulo 3 - O adensamento da reação senhorial, o 2º movimento peticionário.....	p.119
---	--------------

Traços básicos da retórica senhorial.....	p.120
---	-------

A desmoralização senhorial.....	p.121
---------------------------------	-------

A desestruturação das relações de domínio.....	p.135
--	-------

Segurança nacional: insubordinação escrava e vulnerabilidade agrícola.....	p.147
--	-------

Soluções propostas.....	p.161
-------------------------	-------

Capítulo 4 – O Vale contra o império.....	p.169
--	--------------

A opinião nacional em disputa.....	p.172
------------------------------------	-------

Concentrando o trabalho, regionalizando um Império.....	p.189
---	-------

Prognósticos futuros.....	p.208
---------------------------	-------

Considerações finais.....	p.224
Apêndice.....	p.227
Fontes e bibliografia.....	p.231

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Escravos do visconde de Ipiabas (1883).....	p.198
Gráfico 2 – Escravos que a viscondessa do Rio Preto deixou ao segundo barão do Rio Preto (1873).....	p.199
Gráfico 3 – Escravos de Manoel Luiz dos Santos Werneck (1872).....	p.201
Gráfico 4 – Escravos de José Dias Mendes (1872).....	p.204
Gráfico 5 – Escravos de João José Pereira (1872).....	p.205
Gráfico 6 – Escravos da fazenda Resgate (1872).....	p.206
Gráfico 7 – Escravos de Antonio Barbosa da Silva (1872).....	p.208

Introdução

No dia 2 de agosto de 1871, o deputado fluminense João de Almeida Pereira assim se expressou:

Sr. Presidente, quem há 10 anos, mais ou menos, poderia pensar que nós estávamos tão próximos de uma revolução social, como esta que tem naturalmente de operar a proposta do governo como se acha formulada? Fui ministro há 10 anos, e confesso a V. Ex. e à Câmara que nunca vi tratar-se seriamente desta gravíssima questão. (...) Entretanto, os acontecimentos tem-se precipitado; parece que pretende-se adiantar os tempos.¹

Em um longo discurso, a “revolução social” era uma referência feita por Almeida Pereira à iminente aprovação, pela Câmara dos Deputados, da legislação que libertaria os nascituros, ou a Lei do Ventre Livre, como logo ficaria conhecida. Ainda que permeado de significados, o termo revolução foi utilizado pelo então deputado pela província do Rio de Janeiro no sentido de quebra da ordem social vigente. Uma ordem que foi arduamente montada e consolidada em conjunto com o próprio Estado nacional brasileiro na primeira metade do século XIX, e que encontrava respaldo no sistema interestatal da época, notadamente na república dos Estados Unidos, mas que no momento de enunciação do discurso corria perigo. Apesar da possibilidade do fim da escravidão ser pensada desde a independência do Brasil, a existência do cativo, até a década de 1870, não havia sido seriamente ameaçada. Quando da presença de Almeida Pereira no ministério (1859-1861), as forças políticas dominantes no Brasil sequer cogitavam a possibilidade de legislar sobre a escravidão na única monarquia da América – menos ainda sobre seu fim. No entanto, algo fez com que os acontecimentos se precipitassem, e alguns coevos pareciam pretender “adiantar os tempos” por meio de uma “revolução social”. De fato, os estadistas à frente da iniciativa legislativa estavam mesmo procurando se adiantar, ao lançarem a proposta de administrar o tempo da emancipação brasileira, mas a viam exatamente como um meio para evitar a tal “revolução social”. Frente a essa política, os proprietários de escravos da bacia do rio Paraíba do Sul e regiões adjacentes, representados no Parlamento por Almeida Pereira e

¹ Cf. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados*. Doravante ACD. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1871, Tomo IV, Sessão de 2 de Agosto de 1871, pp.27-28.

outros mais, deixaram de lado suas desavenças políticas e produziram em uníssono uma forte reação, cheia de significados sobre o Brasil dos oitocentos, contrária à liberdade do ventre que se tentava promulgar. Fracassaram de modo retumbante no seu objetivo. Tal derrota, de certo modo, levou a ação coletiva deles a ser esquecida pela historiografia posterior.

Se ação dos defensores da escravidão pouca atenção recebeu dos historiadores, é notável, por outro lado, o espaço dedicado à compreensão da crise do cativeiro no Brasil, de tal forma que há, hoje, uma diversa gama de abordagens temático-metodológicas acerca do assunto. Assim, cabe aqui efetuar um breve balanço dos principais estudos que trataram do tema, com o intuito tanto de expor em linhas gerais as explicações disponíveis sobre a Lei do Ventre Livre, quanto de delimitar o campo historiográfico em que se insere esta dissertação.

As primeiras interpretações sobre o fim da escravidão brasileira foram apresentadas ainda no século XIX, pelos próprios abolicionistas. Em dois grandes livros, *O Abolicionismo* e *Um Estadista do Império*, a Lei do Ventre Livre foi concebida por Joaquim Nabuco dentro da lógica das instituições políticas. Em ambos os casos o autor vislumbrou-a como oriunda da vontade de parte da elite política e do imperador, mas, em virtude dos momentos em que compôs cada obra, Nabuco atribuiu significados diferentes à nova legislação. Em 1883, fase ascendente da luta do movimento abolicionista, a Lei de 28 de setembro era vista como “insuficiente” e representava apenas um “bloqueio moral da escravidão”, sendo que sua “única parte definitiva” era o princípio de que não nasceria mais nenhum escravo no país. Já em 1897, com a abolição realizada e a república instaurada, havia intensa disputa sobre o legado do abolicionismo. Neste contexto, numa tentativa de legitimar o regime e o grupo político do qual fazia parte, o monarquista convicto não só passou a reconhecer a Lei como “uma grande reforma, que destru[iu] um estado social secular, como era a escravidão”, como também a pontuar que a emancipação foi iniciativa não apenas do imperador, mas igualmente da alta cúpula da elite política imperial.²

Pouco mais tarde e em certo contraponto a Joaquim Nabuco, Osório Duque Estrada considerou tanto a Lei de 1871 como a de 1888 como fenômenos gestados na opinião pública brasileira cada vez mais avessa à escravidão, e que foi “transportada

² Cf. Joaquim Nabuco. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003. (1º ed. 1883), pp.26-27 e pp.70-78. E do mesmo autor *Um Estadista do Império*. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. (Tomo 3). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897, pp.238-245.

vitoriosamente das ruas para o Parlamento, como uma imposição e uma conquista da imprensa e da tribuna popular”. Ponderou ainda que a viva oposição dos proprietários de escravos à Lei de 28 de setembro e o título que esta veio a receber (ventre livre) concorreram para que ela gerasse uma falsa ideia de liberdade, haja vista que pela carta “ninguém nascia livre no Brasil”. Assim, a Lei foi por ele categorizada como “vergonhosa e imoral”.³

Em linhas gerais a interpretação nascida do movimento abolicionista predominou até aproximadamente a década de 1960, quando ocorreu uma inflexão nos estudos sobre a escravidão, pela chamada Escola de São Paulo. Partindo de uma tradição marxista e perquirindo as relações estruturais entre o desenvolvimento do capitalismo industrial e a crise da escravidão negra, os estudiosos que faziam parte deste grupo almejavam em sua maioria compreender a natureza da transição para a mão de obra livre no Brasil. Sem dúvida um dos trabalhos mais importantes que foram produzidos nesse movimento foi o de Emília Viotti da Costa, que, em 1966, publicou *Da Senzala à Colônia*. Nesta obra, Emília Viotti apontou para uma contradição de base entre o mundo moderno capitalista em desenvolvimento e a escravidão negra nas Américas. Com o desenvolvimento daquele, ocorreria invariavelmente o declínio desta.⁴ Nesse sentido, o caminho da abolição brasileira foi visto como uma resposta ao desenvolvimento do capitalismo; conseqüentemente, pouco espaço foi dado para uma interpretação mais detida acerca da Lei do Ventre Livre, que acabou aparecendo tão somente como mais um episódio em uma cadeia de eventos de um processo estrutural mais amplo.

Uma outra linha interpretativa vislumbrou a Lei do Ventre Livre como fruto da ação direta do Imperador nos rumos políticos do país. Nesse sentido, os trabalhos de Paula Beiguelman e José Murilo de Carvalho são exemplares. Beiguelman afirmou que a Lei do Ventre foi um processo impulsionado diretamente pela Coroa, que levantou “praticamente do nada” o problema. A promulgação da medida, ademais, gerou um abalo profundo nas bases do sistema escravista. O principal desdobramento da lei foi o fato de retirar a escravidão do horizonte de possibilidades do Oeste Novo Paulista, área

³ Cf. Osório Duque Estrada. *A Abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005. (1º ed. 1918), pp.54-56 e pp.60-62.

⁴ Cf. Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. (1º ed. 1966), pp.67-105, 195-243 e 379-380 e p. 435. Entre os trabalhos do grupo, veja-se também: Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (1º ed. 1962); Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec. (1º ed.1979).

promissora da expansão da cafeicultura, que deixou de canalizar seus esforços em angariar escravos, e passou a fazê-lo no sentido de conseguir recursos do governo para a imigração. Isso gerou um descompasso entre uma nova zona de produção, que utilizava cada vez menos o trabalho escravo, e uma antiga, onde a produção ainda era totalmente pautada pela escravidão.⁵

Em duas obras, *Construção da Ordem* e *Teatro de Sombras*, Carvalho examinou a formação e a atuação da “elite política imperial”, um grupo ideologicamente homogêneo em virtude de sua formação intelectual comum e da sua atuação profissional na magistratura. Fundamental para a construção do Estado, mas afastada das bases materiais da sociedade escravista brasileira, a “elite política imperial” apenas tolerou a escravidão por uma questão de necessidade momentânea. A ideia é que, enquanto representantes do Estado, os membros da elite não podiam prescindir do apoio político e das rendas da agricultura escravista, mas, ao mesmo tempo em que dependiam deste setor, “viam-se relativamente livres para contrariar os interesses dessa mesma agricultura quando se tornasse possível alguma coalizão com outros setores agrários”. A isso, Carvalho chamou de “dialética da ambiguidade”. O momento de liberdade de ação veio no final da década de 1860, quando começaram as proposições, iniciadas pelo próprio imperador, que levaram à Lei do Ventre Livre. Sendo resultado de uma coalizão do Estado com os deputados do norte (funcionários públicos pouco compromissados com a escravidão) em detrimento de todo o eixo Rio-Minas-São Paulo (fazendeiros e profissionais liberais fortemente escravistas), a aprovação da Lei foi vista como a resultante de um processo nacional incitado pelo imperador e levado a cabo pela “elite política imperial”. No entanto, os custos dessa ação foram muito altos, pois a oposição dos interesses do Estado aos dos fazendeiros acabou por levar à “primeira clara indicação de divórcio entre o rei e os barões” e, no limite, custou a própria vida do Império.⁶

Nos anos 1970, em diálogo com o modelo proposto pela Escola de São Paulo, os historiadores norte-americanos Robert Conrad e Robert Toplin trouxeram novo esforço para compreender a crise geral da escravidão brasileira e enquadraram a gênese da lei de emancipação no cenário político internacional. Segundo Conrad, os acontecimentos

⁵ Cf. Paula Beiguelman. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Edusp, 2005. (1º ed. 1967), pp.45-59 e 82-83.

⁶ Cf. José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. (Publicado originalmente em duas partes: *A construção da Ordem*, de 1980, e *Teatro de Sombras*, de 1988.), pp.32-34, pp.40-41, pp.138-139, pp.222-223, pp.233-234, p.311, p.322 e p.400.

externos em direção à abolição no mundo ocidental – a abolição nos impérios português, francês e dinamarquês, a libertação dos servos russos e a Guerra Civil Americana – possibilitaram que a década de 1860 assistisse ao ânimo de “atitudes reformistas” em relação à escravidão no Brasil. Segundo ele, entre todos os acontecimentos o principal, indubitavelmente, foi a Guerra Civil Americana que, ao resultar na abolição da escravidão nos Estados Unidos, “enfraqueceu grandemente a escravatura brasileira e despertou a oposição ao sistema, já que a sobrevivência da escravatura nos Estados Unidos, até então, proporcionara sempre aos defensores da instituição brasileira um de seus mais fortes argumentos.” Este novo quadro, na medida em que tornou o Brasil o único país independente a manter a escravidão na América, incutiu no imperador a percepção da fragilidade internacional na qual o Império do Brasil ingressara. Assim, para conservar a reputação e o bom nome na comunidade internacional, o próprio monarca resolveu agir na direção da abolição, mas fazê-lo “numa sociedade ainda dominada por potentados rurais” exigia muita cautela. Buscando um compromisso moderado que permitisse a abolição, mas que não impusesse um prejuízo imediato aos “poderosos da nação”, a solução mais profícua encontrada por Pedro II foi a abolição do ventre das escravas. A solução virou lei apenas em 1871. O imperador, desde a Guerra Civil, convertera-se na “mais importante influência singular” para sua promulgação. Apesar de não apresentar “resultados imediatos importantes”, a liberdade do ventre das escravas permitiu aos coevos a compreensão dos inconvenientes da manutenção do cativo, minando “sutilmente a escravatura, identificando a emancipação com os melhores interesses da nação”.⁷

Robert Toplin demonstrou que o processo de abolição brasileiro foi fortemente marcado por um conflito ideológico e social que propriamente se iniciou na década de 1880. Com uma análise pautada especialmente nos anais parlamentares, também localizou a gênese da Lei do Ventre Livre no avanço do abolicionismo em outros países e, sobretudo, nos resultados da guerra com o Paraguai, que “expôs a escravidão como um potencial calcanhar de Aquiles” do Império do Brasil. A nova legislação vingou em razão do “compromisso moderado” que ela apresentava: tomava uma medida em direção à emancipação, mas não findava de imediato a escravidão. Ademais, Toplin compreendeu que a Lei de 1871 caracterizou-se apenas pela aparência de um abalo na escravidão, pois permitiu que os senhores mantivessem os ingênuos como seus escravos

⁷ Cf. Robert Conrad. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (1º ed. 1972), pp. 83-93 e pp. 145-146.

regulares até que eles completassem 21 anos, o que para todos os efeitos mantinha a escravidão em pleno funcionamento. Dessa forma, a carta de 28 de setembro e a aposta em uma abolição gradual nela contida falharam. Uma vez em que ela garantia a permanência do cativo, passou a ser defendida pelos senhores.⁸

Há ainda uma quarta linha interpretativa que reputa à ação escrava a gênese da Lei de 1871. O primeiro esforço nesse sentido pode ser atribuído a Warren Dean. Em seu trabalho o autor pontuou que a lei veio à luz em virtude do comportamento rebelde e violento que os escravos estavam apresentando naquele momento. Para comprovar essa hipótese, Dean expôs duas petições, uma de Campinas e a outra de Rio Claro, dirigidas ao Presidente da Província, nas quais os fazendeiros e os comerciantes, com receio das insurgências escravas, requeriam uma guarnição militar permanente. É neste esteio, para Dean, que surgiu a Lei do Ventre Livre. Ou seja, a Lei foi concebida como uma reação do governo imperial frente a um aumento do número de levantes escravos e do medo generalizado presente nas fazendas e municípios escravistas do Império.⁹ No entanto, nessa vertente de interpretação, o trabalho mais influente, sem dúvida, é do historiador Sidney Chalhoub. Contrapondo-se aos estudos que deram ênfase à transição da escravidão ao trabalho livre, Chalhoub propôs uma compreensão do “sentido que as personagens históricas de outra época atribuíam às suas próprias lutas”. A proposta se materializou no exame do escravo como o agente crucial do processo da abolição brasileira, sobretudo no momento histórico da elaboração da Lei do Ventre Livre. A “reinterpretação da lei de 28 de setembro de 1871” foi feita por meio da análise pioneira de processos cíveis movidos por escravos (via a intermediação de homens livres), que requeriam sua liberdade ou mesmo a manutenção de direitos que consideravam como seus. O alto número desses processos, que coincidiram com o debate parlamentar em torno da liberdade do ventre, teria pressionado a classe senhorial, que, movida por seu “instinto de sobrevivência”, permitiu a passagem da lei. Em virtude disso, os pontos mais importantes da carta de 1871 foram um “reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos vinham adquirindo”. Buscando uma síntese, Chalhoub afirmou que “a lei de 28 de setembro pode ser interpretada como um exemplo de uma lei cujas

⁸ Cf. Robert Brent Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972, pp.18-21, pp.44-55.

⁹ Cf. Warren Dean. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 125-131.

disposições mais importantes foram ‘arrancadas’ pelos próprios escravos às classes proprietárias”.¹⁰

Fugindo às linhas de pesquisa consagradas, a historiadora Laura Pang propôs que o Estado e a classe agrícola brasileira apresentaram, ao longo do Segundo Reinado, um crescente conflito. Assim, Pang investigou como os grupos de interesses criados no Império visavam defender a si mesmos contra as assertivas do governo. Em sua análise, o Estado brasileiro foi visto como um arranjo patrimonialista, no qual os senhores forneciam suporte econômico ao Estado e esperavam, assim, que suas demandas fossem efetivadas, isto é, depositavam sua confiança no arranjo político instaurado. Estabelecido no início do século XIX, esse equilíbrio foi paulatinamente minado no correr das décadas. Para demonstrar isso, o grande exemplo utilizado pela autora foi a reação dos fazendeiros frente à proposta de emancipação do ventre da mulher escrava. Segundo Pang, a proposta acabou criando “um senso de urgência, que antes não havia existido entre a classe agrária, para defender e promover seus próprios interesses.” O resultado disso foi o envio de várias representações ao Parlamento contrárias à proposta do governo pelos “fazendeiros de todo o Vale do Paraíba.” O mais notável para a historiadora foi a criação, em 1871, do Clube da Lavoura e do Comércio, compreendida como a resposta organizacional dos fazendeiros frente à proposta do governo. Ao refletir sobre os efeitos da Lei do Ventre Livre, Pang apontou que sua promulgação foi um divisor de águas na história do Império, pois deixou clara a distância entre os fazendeiros e o Estado, marcando a separação entre eles.¹¹ Notadamente, esse trabalho foi o primeiro a levantar a questão do envio de muitas representações contrárias à abolição do ventre ao Parlamento imperial, enquadrando-as como fruto de um descompasso entre os senhores e o Estado.

Parte da historiografia tem readequado a compreensão das relações entre política e escravidão no Império do Brasil a partir do trabalho pioneiro de Ilmar Rohloff de Matos, sem, no entanto, apresentar grandes modificações acerca da explicação sobre a Lei do Ventre Livre.¹² Dois trabalhos elaborados nesse esteio contêm as explicações sistemáticas mais recentes acerca da Lei do Ventre Livre, e por este motivo vale expô-los. Para o historiador norte-americano Jeffrey Needell, a primazia do processo que

¹⁰ Cf. Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (1º ed. 1990), p.20, p.30 e pp.199-201.

¹¹ Cf. Laura Janargin Pang. *The State and Agricultural Clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*. Tese de Doutorado, Vanderbilt University, 1981, pp. 1-19, p. 84, p. 91-96 e pp. 110-113.

¹² Cf. Ilmar Rohloff de Matos. *O Tempo Squarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1987.

permitiu a aprovação da lei de 28 de setembro coube ao imperador. Segundo ele, Pedro II, assim como seu pai e outros estadistas, compreendia a escravidão como bárbara e de difícil sustentação. Apesar disso, o monarca apenas professou seu antiescravismo quando se assinalou no horizonte um ambiente propício para se fazê-lo, algo que veio a reboque dos acontecimentos da Guerra Civil Americana, creditados por Needell como aqueles que influenciaram a ação do imperador na direção da emancipação. Desde o discurso de Perdigão Malheiro, em 1863, à nomeação do visconde do Rio Branco, em 1871, Needell destacou o papel da iniciativa e da imposição da ideia de um monarca que abriu mão de todos os recursos possíveis para ver materializada a carta que libertou o ventre das escravas.¹³

Ao estudar a cidade de Vassouras, no coração do Vale do Paraíba fluminense, Ricardo Salles buscou examinar a complexa interação entre a ordem econômica e social escravista com a dinâmica da política imperial, reabrindo assim a questão da emergência da Lei do Ventre Livre e de suas relações com as bases sociais do Império. Salles, seguindo José Murilo de Carvalho e Robert Conrad, vê a gênese da Lei no quadro internacional e como expressão da disjunção entre o Estado e a classe senhorial escravista. A partir de extensos dados demográficos, foi possível ao autor vislumbrar que a Lei de 28 de Setembro foi promulgada num momento de alta produtividade agrícola, com população cativa estável e tendente à reprodução natural. Ou seja, não havia uma crise interna do cativeiro. É neste contexto que se evidencia a tensa relação vivida entre a classe senhorial e o alto comando imperial. Com as lentes voltadas a um quadro internacional pouco favorável ao cativeiro (notadamente a Guerra Civil Americana), os estadistas, e nisso incluía-se o imperador, passaram a considerar uma solução de encaminhamento gradual para o fim da escravidão, sendo a Lei do Ventre Livre a primeira resultante deste processo. Estas considerações e a aprovação da Lei não eram seriamente pensadas ou esperadas pelos fazendeiros. Assim, se a Lei Rio Branco foi a resultante de um quadro internacional, a sua aprovação significou no plano nacional a separação entre a classe senhorial e o Estado brasileiro.¹⁴

Por fim, em trabalho recente e inovador, Angela Alonso, a partir de uma abrangente perspectiva historiográfica, estudou o repertório de mobilizações do

¹³ Cf. Jeffrey Needell. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006, pp.233-238. Ver também a nota 32 na p. 403.

¹⁴ Cf. Ricardo Salles. *E o Vale era Escravo, Vassouras, Século XIX, Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 22-28, pp.64-69 e pp. 229-232.

primeiro movimento social de massas da história do Brasil, o abolicionismo, desde a década de 1860 até a Lei Áurea. Distanciando-se tanto das explicações estruturalistas quanto daquelas que privilegiaram a agência escrava, a autora acabou demonstrando como o movimento abolicionista teve papel central no processo que levou ao fim o cativeiro no Império. Nesse sentido, a Lei do Ventre Livre foi compreendida por Alonso como um processo resultante não da ação do imperador, nem tampouco dos sujeitos escravizados, mas da ação de um nascente movimento abolicionista.¹⁵

Em termos gerais, pode-se dizer que as linhas historiográficas de interpretação acerca da Lei do Ventre Livre acima esboçadas, ao privilegiarem as contradições entre a escravidão e o capitalismo, a ação do imperador e de uma elite política, a mobilização dos abolicionistas, o quadro internacional desfavorável à escravidão e a ação do sujeito escravizado, apesar dos inegáveis ganhos que trouxeram à compreensão do passado histórico brasileiro, acabaram por contribuir, cada uma a seu modo, para que a atuação política do senhorio escravista do Vale do Paraíba deixasse de ser um problema histórico a ser investigado. É justamente com as lentes voltadas a essa atuação que a presente pesquisa visa enfrentar o exame da elaboração e promulgação da Lei do Ventre Livre, um tema que até agora não constituiu objeto imediato de investigação de nenhum pesquisador.¹⁶ Em 1871, devido à grande concentração de escravos em suas fazendas e sua contribuição decisiva às rendas nacionais por meio das exportações de café (a principal fonte de divisas para o Brasil de então), a região do Vale do Paraíba era a área economicamente mais importante do Império brasileiro, onde se aglutinavam os principais representantes da elite agrário-mercantil-escravista do país, dentre os quais estavam os maiores produtores de café do globo.

Para efetuar esta pesquisa, vali-me do cruzamento de um *corpus documental* variado, composto pelas Atas do Conselho de Estado, de 1867 e 1868, pelos Anais Parlamentares (da Câmara dos Deputados e do Senado) relativos aos anos de 1870 e 1871, pelas atas de reuniões de fazendeiros, por publicações coevas na imprensa e em formato de livros, pelas representações contrárias à proposta do governo elaboradas e enviadas ao Parlamento brasileiro pelos fazendeiros das diversas localidades do Vale do Paraíba e igualmente pelos inventários de alguns dos signatários dessas petições.

¹⁵ Cf. Angela Alonso. *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp.13-84

¹⁶ O trabalho de Laura Pang, citado há pouco (ver nota 10), apenas tangenciou a questão, sem explorar toda sua potencialidade.

Os Anais Parlamentares e as Atas do Conselho de Estado são velhos conhecidos dos historiadores. Uma nova imersão nesses textos foi feita a partir da preocupação analítica do presente trabalho. Apesar de conhecida dos especialistas, as representações senhoriais ainda não foram devidamente trabalhadas em conjunto. Apreendidas como fruto de uma produção social coletiva que tinha como objetivo a mesma finalidade, pode-se dizer que as trinta e sete representações enviadas ao Parlamento contra o ventre livre no intervalo de cinco meses constituíram o maior movimento peticionário da história do Império brasileiro até então.¹⁷ Mais do que isso, é plenamente plausível afirmar que se tratou da materialização da ação senhorial de uma mesma região em 1871. Por conseguinte, compreende-se aqui esse conjunto documental como uma janela privilegiada para o entendimento não apenas de como os proprietários refletiam e externalizavam sua opinião acerca da escravidão, mas também como concebiam a si mesmos e, a partir disso, projetavam-se no cenário político a fim de barrar a reforma do governo. O exame específico da escravaria de alguns dos peticionantes, a partir de seus inventários *post-mortem* lavrados após 1872, e o estudo das atas disponíveis das reuniões de fazendeiros que originaram essas petições, bem como o de determinadas publicações coevas enriquecem o quadro analisado ao demonstrar a complexidade dos processos históricos constituídos no Brasil dos oitocentos.

Toda deliberação política, em maior ou menor grau, faz-se para um tempo futuro. A Lei do Ventre Livre é um exemplo por excelência disso, e não apenas porque os escravos por ela agraciados seriam libertados tão somente oito ou vinte e um anos depois de sua promulgação. Por um lado, entre seus propugnadores, havia a clara intenção de controlar o tempo do processo de emancipação evitando todo e qualquer radicalismo futuro; por outro, os opositores da reforma afligiam-se com as consequências vindouras que ela traria caso fosse aprovada. Todos estavam preocupados com o momento presente, mas para administrá-lo empreendiam leituras de possíveis futuros para o Império brasileiro caso a liberdade do ventre escravo fosse aprovada ou não. Defensores e opositores do projeto, portanto, elaboraram prognósticos e, nesse sentido, as sugestões de Reinhart Koselleck foram de grande valia para a análise do *corpus documental* da presente pesquisa. De acordo com o historiador

¹⁷ Antes disso, ao que tudo indica, a maior mobilização peticionária foi empreendida pelo grupo político dos luzias, em 1845, contra a Reforma do Código de Processo Criminal e a Interpretação do Ato Adicional (ambos de 1841). Naquele momento, ao todo, 34 petições foram enviadas ao Parlamento. Cf. Roberto Saba. *As vozes da nação. Atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. São Paulo: Annablume, 2012, pp.241-242.

alemão, na impossibilidade de verificar empiricamente o futuro, os atores sociais traçam, a partir de “múltiplos dados de experiência”, prognósticos que transpõem a experiência pregressa em expectativa para o tempo vindouro. Tão maior os “dados de experiência”, maior a chance da predição se realizar. Longe de ser uma atividade inútil, a “arte do prognóstico” é imperativa nas ações humanas, servindo tanto para ordenar qualquer planejamento pessoal, quanto – e isso é o que mais interessa aqui –, para nortear, justificar e sustentar ações políticas no presente.¹⁸ Na conjuntura da Lei do Ventre Livre, amparados em leituras específicas do passado e do presente, os grupos em disputa predicaram futuros para o Brasil, com vistas a dar prosseguimento ou barrar de vez a reforma da então chamada questão servil. Assim, o futuro desconhecido, ao ser previsto, fornecia o alicerce da ação política do presente pretérito.

Desse modo, ainda que o objetivo específico da dissertação seja a compreender a ação política dos fazendeiros da região do Vale do Paraíba, busca-se integrar na análise a ação dos políticos que, desde 1865, passando de recomendações do imperador, às discussões no Conselho de Estado e no Parlamento, colocaram a questão da liberdade do ventre na agenda política imperial, até 1871, quando se apresentou à Câmara o projeto de emancipação que instaurou um dos maiores e intensos debates registrados na história do Império do Brasil.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, buscou-se reconstituir os processos históricos que permitiram a gênese propositiva da liberdade do ventre no Império do Brasil, reconhecendo a importância da Guerra Civil Americana como um evento de dimensões sistêmicas capaz de modificar a expectativa coeva acerca do futuro da escravidão. Assim, o capítulo se estende de 1865 a 1871 e percorre os impactos que o evento norte-americano e a Guerra do Paraguai causaram na monarquia brasileira, incutindo nos estadistas nacionais a necessidade de tomar providências em relação ao destino do cativo. Analisando-se os debates travados no Conselho de Estado em 1867 e 1868, bem como as discussões parlamentares de 1870, busca-se igualmente esclarecer ao leitor a gestação, na política nacional, do projeto de liberdade do ventre.

O capítulo dois apresenta o início do movimento peticionário entre os fazendeiros. Despontado em cinco cidades do médio Vale do Paraíba, o ímpeto dos

¹⁸ Reinhart Koselleck sugeriu o assunto em uma obra e teve a oportunidade de aprofundá-lo em outra. Ver do autor: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. (1º ed. alemão 1979), pp.79-94; *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. (1º ed. alemão 2000), pp.189-205.

proprietários de escravos tinha como objetivo barrar o projeto ainda no nascedouro, isto é, influenciar decisivamente a comissão especial encarregada de dar o parecer à peça ministerial. Malgrado a tentativa inicial, o capítulo três demonstra como o engajamento dos proprietários de escravos da região não se arrefeceu e como o movimento expandiu-se tomando todo o Vale do Paraíba, uma parcela da Zona da Mata Mineira e também do Planalto Paulista, dando ao movimento uma proporção de vasta capilaridade. Em ambos os capítulos buscou-se compreender criticamente a estratégia argumentativa dos peticionantes que, apesar de residentes em localidades distintas, formularam um brado uníssono no qual é possível observar a projeção de que, caso o projeto fosse aprovado, uma tríade do caos emancipacionista tomaria conta do Brasil. Se o futuro seria caótico, claro era aos peticionantes, o projeto de liberdade do ventre não poderia tornar-se lei de Estado.

Por fim, no capítulo 4, a partir das discussões travadas no Parlamento em 1871, buscou-se apreender os grupos políticos em disputa e as estratégias argumentativas de cada um deles. Os propugnadores da reforma, maioria no Parlamento, viam uma necessidade urgente em adiantar-se, aprovar o projeto e controlar todo o processo de abolição da escravidão. No juízo deles, se transformada em lei, a liberdade do ventre deveria ser a última palavra na legislação escravista do Império brasileiro. Já a minoria parlamentar alinhou-se ferrenhamente aos peticionantes, repetindo vários de seus argumentos, mas acrescentando um novo, formulado como antítese do pensamento ministerial: era impossível controlar a emancipação. Se o ventre livre fosse aprovado, ele não seria a última, mas a primeira palavra da abolição brasileira.

Capítulo 1 – A gênese da Lei do Ventre Livre

O constrangimento no cenário internacional: da constatação à ação

Um ano após a Proclamação de Emancipação dos Estados Unidos, assinada em 1863 por Abraham Lincoln e que previa a abolição nas áreas confederadas, o Império brasileiro começou a ser questionado perante a comunidade internacional quanto à permanência da escravidão em seus territórios. Foi assim que, em março de 1864, iniciou-se, por meio de uma carta enviada pela *British and Foreign Anti-Slavery Society* ao imperador, uma sequência de correspondências internacionais dirigidas ao monarca, aos conselheiros de Estado, ao Parlamento e, inclusive, ao conde D’Eu, para que a escravidão fosse abolida nos domínios brasileiros. A fim de salientar que a permanência do cativeiro isolava o Império ante o elenco das nações civilizadas, a estratégia desses textos, de um modo geral, era pontuar que o Brasil era o único país independente a sustentar o regime de trabalho escravo. A possibilidade de uma guerra em torno da escravidão, tal qual nos Estados Unidos, frequentemente foi mencionada.¹

Na missiva de 1864, ao lembrarem-se da conjuntura crítica em que ocorreu o fechamento do tráfico de escravos para o Brasil, os abolicionistas ingleses pertencentes à associação asseveraram sua oposição às medidas tomadas em 1845 pela coroa britânica, tanto o é que declararam que chegaram a pedir a revogação do Bill Aberdeen. Mesmo assim, elogiaram o fato de não mais existir o infame comércio, o que ainda era sinal de que o imperador preocupava-se em cumprir com suas obrigações, e a isso a associação deu proeminência pública. O contrário aconteceu com a Espanha, que manteve o tráfico, violando vergonhosamente “seu engajamento, o que é um escândalo ao mundo civilizado.” Congratularam ainda as tentativas brasileiras de fechamento dos

¹ Ao todo a *British and Foreign Anti-Slavery Society* enviou cinco cartas para o Império do Brasil. Três para o imperador (datadas de 04 de março de 1864, 13 de janeiro de 1871 e 30 de junho de 1871), uma para o Conde D’Eu (de 24 de outubro de 1870) e outra para “o ministro, o Conselho de Estado e a Legislatura” (26 de maio de 1871). Todas foram publicadas no periódico da Associação britânica, ou seja, as missivas eram de conhecimento do público. Além dos britânicos, os franceses também escreveram sobre o tema e enviaram, em nome da Junta Francesa de Emancipação, uma carta ao imperador datada do mês de julho de 1866. Em agosto de 1867, por ocasião da Conferência Internacional Contra a Escravidão realizada em Paris duas cartas foram escritas: uma para Pedro II e outra “ao povo brasileiro”, datada de 1869. Ambas contaram com as assinaturas dos membros da Junta Francesa e da Associação Britânica. A primeira foi publicada no *Special Report of the Anti-Slavery Conference* e a segunda no periódico da Associação Britânica.

mercados de escravos bem como as de coibir o tráfico interno que se realizava por navegação costeira.²

Após os elogios, os remetentes reconheceram as dificuldades envolvidas na abolição da escravidão por conta da “magnitude dos interesses envolvidos”. Sem querer oferecer um receituário para extirpar a instituição no Brasil, a opção foi expor as abolições que até aquele momento haviam logrado sucesso. Não por acaso elas começaram com os próprios ingleses, que a aboliram de imediato e com compensação monetária aos proprietários. Seu exemplo foi seguido pela Dinamarca, pela França, pela Holanda e por Portugal. A abolição da servidão na Rússia, em 1861, era a última memorável experiência que se concretizou “sem violência e produzindo benéficos resultados pelo vasto império”. Nos Estados Unidos o exemplo foi dramático.

Não obstante as tentativas interessadas de atribuir esta sanguinária revolução [Guerra Civil] a outras causas, é agora estabelecido, sem possibilidade de refutação, que ela originou-se apenas na escravidão; *um alerta que sábios governantes irão avaliar e, antevendo o mal, irão proteger-se de semelhante calamidade.* (...) contemplando a luta entre os estados do Norte e do Sul da União Americana como certamente resultante da liberalização dos escravos no último, parece ao Comitê, que o tempo não é distante, quando circunstâncias trarão a questão da emancipação mais forçosamente sobre a atenção do governo brasileiro, como já é o caso da Espanha em relação aos escravos em Cuba.³

O evento ocorrido nos Estados Unidos era o anti-exemplo, era a contradição máxima que a escravidão poderia legar a um país, algo que os sábios governantes deveriam evitar. Além do que, o aviso estava subscrito, a Espanha já tinha atenção pelo tema, o que poderia leva-la a finalmente abolir o tráfico para Cuba e, mesmo, a escravidão. Se tamanho fato viesse ocorrer, o Brasil estaria ainda mais sozinho.⁴

² Cf. *Anti-Slavery Reporter, under the sanction of the British and Foreign Anti-Slavery Society*. Vols. 10-12 (1862-1864). Nendeln, Liechtenstein: Kraus Reprint, 1969. April 1, 1864, pp.89-91. Essa carta é brevemente citada por Angela Alonso. Ver, da autora, *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.33. Ademais, espanta a ausência desse documento na historiografia brasileira.

³ Cf. *Anti-Slavery Reporter*. April 1, 1864, pp.89-91. Grifos meus.

⁴ Como a história demonstrou o Brasil realmente ficou mais isolado, pois o Império espanhol acabou abolindo o tráfico de escravos para Cuba em 1867 e, em 1870, promulgou a Lei Moret, que libertava todas as crianças nascidas de mães escravas a partir de 1868. Para uma maior discussão, veja-se: Matt D. Childs. “Cuba and the Road to Abolition”. In: Don H. Doyle (org.) *American Civil Wars. The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2017, pp.204-221.

Após expor os exemplos e o contra-exemplo, a carta se encerrava pontuando que a emancipação era a ambição mais valiosa que um monarca poderia alcançar. Desenvolvimento material e aquisição de influência política “são meros sonhos inúteis quando comparado com a imperecível glória derivada da libertação de todo um povo da degradação, aviltamento e sofrimento, incidentais a condição da escravidão”. Assim, demonstrando que a glória o esperava foi que se dirigiu ao imperador a esperança de que ele tomasse o assunto da abolição da escravidão em consideração.⁵

Para os que caminhavam na direção de findar o tráfico e o cativeiro, havia a exposição positiva, o enaltecimento público. Aos que persistiam ou violavam tratados naquela direção, o escárnio, a vergonha, o isolamento e o escândalo do mundo civilizado. A partir da década de 1860, manter a escravidão passou a se configurar em tarefa cada vez mais difícil aos seus propugnadores. Mas o que mudou no cenário internacional de modo a impactar negativamente a manutenção da escravidão? A Guerra Civil Americana, como a própria missiva permite perceber, foi, sem dúvida, um marco decisório nesse sentido. Enquanto país escravista os Estados Unidos configuraram-se como um exemplo às outras arenas escravistas da América, notadamente a jovem monarquia brasileira, fornecendo-lhes mesmo um “escudo”.⁶

Com efeito, os contemporâneos brasileiros procuraram, *pari passu* aos eventos norte-americanos, encarar a manutenção do regime de trabalho escravo como um problema a ser enfrentado. Assim, o conflito americano ocupou um papel central na crise da escravidão brasileira, ao criar algumas das condições necessárias a um questionamento da escravidão que, em 1871, culminariam na promulgação da Lei do Ventre Livre. Essa centralidade ainda pode ser observada em distintos trabalhos historiográficos.⁷ É possível, enfim, argumentar que a Guerra Civil, ao abolir a

⁵ Idem.

⁶ Para o jogo de emulação na defesa da escravidão ensejado pelos escravistas de Cuba, Brasil e Estados Unidos como uma resposta ao avanço do abolicionismo britânico ver Rafael Marquese e Tâmis Parron. “Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão.” In: *Topoi*, v.12, n.23, jul.-dez., 2011, pp. 97-117. A metáfora do escudo foi utilizada pelo Senador Francisco do Rego Barros Barreto, em 4 de setembro de 1871, quando a futura Lei do Ventre Livre começou a ser debatida no Senado brasileiro. Cf. Rafael Marquese. “The Civil War in the United States and the Crisis of Slavery in Brazil.” In: Don H. Doyle (org.) *American Civil Wars. The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s*, pp.222-245.

⁷ Os estudos pioneiros na proposição de uma relação direta entre a Guerra Civil Americana e a Lei do Ventre Livre foram: Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (1º ed. 1972), pp.98-103. Robert Conrad. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (1º ed. em inglês 1972), pp. 88-100, e Robert Brent Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972, pp. 40-43. Recentemente alguns estudos salientaram a importância do resultado do conflito norte-americano na conformação da crise da escravidão brasileira: Roderick Barman. *Imperador Cidadão. D. Pedro II e a*

instituição nos Estados Unidos, modificou as expectativas coevas sobre a possibilidade de manutenção indefinida da escravidão no Brasil.

Foi precisamente durante o conflito americano e talvez motivados pelo seu desenrolar, que os ingleses escreveram a Pedro II, mas o que eles desconheciam é que o monarca já havia tomado a iniciativa. Não por pendoros claramente abolicionistas ou por uma sabedoria inata, mas pelo fato de poder contar com o serviço diplomático brasileiro. Desde o início da animosidade bélica nos Estados Unidos, os diplomatas imperiais naquele país manifestaram sua preocupação sobre as consequências que o conflito poderia transmitir ao Brasil. A preocupação oriunda da leitura diplomática, mais os acontecimentos cada vez mais favoráveis à derrota dos Confederados, impulsionaram o monarca a escrever, em 14 de janeiro de 1864, ao recém-chefe de Gabinete, Zacarias de Góis e Vasconcelos, que “os sucessos da União Americana exigem que pensemos no futuro da escravidão no Brasil”, e sugeriu que a medida que lhe parecia mais profícua era “a da liberdade dos filhos dos escravos, que nascerem daqui a um certo número de anos”⁸

A nota permite algumas observações. A primeira é que a ação do monarca pode ser entendida como a percepção de que o quadro de estabilidade no qual a escravidão se sustentava foi modificado na esteira dos “sucessos da União Americana”. De outro modo, o Brasil isolava-se ao manter a escravidão. O que acontecia no país ao norte reverberava no Brasil e isso era claro para o poder moderador e, possivelmente, para os outros agentes da política imperial. A segunda reside no grande impacto na política nacional em virtude da pressão inglesa em coibir o tráfico transatlântico de escravos.

construção do Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2012 (1º ed. em inglês 1999), pp.281-284; Sidney Chalhoub. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 139-142; Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 79-110; Rafael Marquese e Tâmis Parron. “Internacional escravista.”; Rafael Marquese. “The Civil War in the United States and the Crisis of Slavery in Brazil.”; Celia Maria Marinho de Azevedo. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003. (1º ed. em inglês 1995), pp.59-61. Atualmente, Alain El Youssef, solidamente embasado na documentação diplomática disponível para o período, tem comprovado a relação entre a Guerra Civil e a crise da escravidão brasileira. Alain El Youssef. *O Brasil na segunda era da emancipação, 1861-1888*. Relatório de Qualificação: FFLCH-USP, 2016.

⁸ As instruções de Pedro II a Zacarias de Góis aparecem citadas em: Roderick Barman. *Imperador Cidadão*, p.284. Alguns ofícios referentes a percepção da Guerra Civil pelos diplomatas brasileiros foram analisados por Muniz Bandeira. Cf. Muniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, pp.98-99. Para uma análise mais densa dessa documentação ver Alain El Youssef. *O Brasil na segunda era da emancipação, 1861-1888*. Relatório de Qualificação: FFLCH-USP, 2016. A guerra também encontrou eco na imprensa cf. Silva Mota Barbosa. “A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863)”. In: José Murilo de Carvalho e Adriana Pereira Campos (orgs.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp.123-147.

Ainda na década de 1860, o próprio D. Pedro II temia que algo do tipo viesse a ocorrer novamente. Em terceiro lugar, a necessidade de se pensar o futuro da escravidão se articulava à necessidade de obstruir o futuro dessa instituição evitando não apenas o isolamento do Brasil, mas também a possibilidade de uma intervenção armada por parte dos ingleses como a resultante desse isolamento. A vantagem contida na escolha em libertar os filhos dos escravos provinha do caráter gradual contido na media, pois ceifava a possibilidade de reprodução social indefinida da instituição, mas não a abolia de modo imediato. Nas circunstâncias em que se encontrava o Império, com ampla base social e grandes interesses girando em torno da permanência do cativo, a abolição imediata por meio de ato legislativo não aparecia como a medida mais sábia a ser tomada.

Mas, de onde vinha tal ideia, isto é, em que se amparava Pedro II ao suscitá-la? A liberdade dos nascituros não era algo novo. Foi por meio dela que a escravidão chegou a termo em várias unidades políticas. Em 1773, foi decretada em Portugal sem estender-se, no entanto, às suas colônias. Entre 1780 e 1804 a liberdade do ventre foi adotada respectivamente pela Pensilvânia, Connecticut, Rhode Island, Nova York e Nova Jersey, unidades federativas do norte dos Estados Unidos. Na primeira metade do século XIX, a medida foi extensivamente adotada pelas novas nações da América espanhola. Em 1847, concretizou-se na Dinamarca e, finalmente, em 1856, nas possessões portuguesas da África.⁹ Esse era o “espaço de experiência” no qual o imperador e, sem dúvida, também os estadistas, embasavam-se para pensar o “horizonte de expectativa” do futuro da escravidão no Brasil.¹⁰

No universo da política imperial, as recomendações de Pedro II a Zacarias de Góis compõem o passo inicial que culminaria na aprovação da Lei do Ventre Livre. O que não significa dizer que a vontade do imperador triunfou. Muito pelo contrário: como será visto adiante, seu ato em 1864 foi tão somente o pontapé inicial de uma das

⁹ Cf. Robin Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848*. London, New York: Verso, 1996 (1º ed. 1988), p.117-119, p.268 e pp.365-364. Cf. tb. Seymour Drescher. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Unespe, 2011. (1º ed. em inglês 2009), pp.268-275. No ano anterior ao da nota de Pedro II, a liberdade do ventre havia aparecido no célebre discurso de Perdigão Malheiro no Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil (IAB). Cf. Perdigão Malheiro. Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo. – Natureza de tal propriedade. – Justiça e conveniência da abolição da escravidão; em que termos. In *Revista do Instituto da Ordem dos advogados brasileiros*. Ano II. Tomo II. Nº3 – Julho, Agosto, Setembro. – 1863. Sobre Perdigão Malheiro e seu papel no IAB ver Eduardo Spiller Penna. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005 (1º ed. 2001), 253-338.

¹⁰ Para uma definição das expressões entre aspas veja-se: Reinhart Koselleck. *Futuro Passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC, 2015, pp. 305-327.

maiores disputas políticas que o Império do Brasil conheceu, a disputa pelo futuro da escravidão.

Guerra do Paraguai: obstrução ou continuidade?

Jamais saberemos se Zacarias seguiria ou não as instruções de D. Pedro II. O presidente do conselho de ministros possuía longa carreira política, tendo a iniciado ainda na Bahia, província em que nasceu. Foi também deputado, ministro, Senador e chegou ao Conselho de Estado. Era dissidente do Partido Conservador e passou a engrossar as fileiras do Partido Liberal, de onde capitaneou o fenômeno da Liga Progressista.¹¹ Neste que era seu segundo gabinete, no entanto, Zacarias caiu tão logo o começou. Acabou enfrentando forte oposição do quadro mais radical dos liberais na Câmara dos Deputados, não conseguiu aprovar sequer a lei orçamentária e o ministério perdeu sustentação.¹² Em agosto de 1864, foi demitido e no seu lugar empossado Francisco Furtado, liberal com certo prestígio à época, mas inábil político na condução de um ministério. Foi durante seu governo que teve início a Guerra do Paraguai (1864-1870). A despeito de todas as expectativas iniciais esse foi o maior conflito militar, em termos de dispêndio financeiro e humano, que o Império do Brasil enfrentou.¹³

Congruente com as expectativas de rápida resolução, o governo imperial focou toda sua energia no conflito com o Paraguai. Essa foi exatamente a conduta do marquês de Olinda quando, em substituição ao desastroso Furtado, assumiu a chefia do gabinete de ministros em maio de 1865. Se havia um ensaio de gestão política acerca da emancipação escrava impulsionado pelos eventos norte-americanos, como as recomendações de Pedro II em 1864 indicavam, ele teve de entrar em espera por conta da Guerra do Paraguai. Naquele momento, nenhuma decisão para pôr fim à escravidão foi levada a cabo pelos políticos imperiais, por um motivo muito simples: sendo a

¹¹ As informações estão em Cecília Helena de Salles Oliveira (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002, pp. 9-54.

¹² Jeffrey D. Needell. *The Party of Order. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006, p.220; Sérgio Ferraz. *O Império Revisitado. Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012, pp.136-140.

¹³ Cf. Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Unicamp, 1996; Francisco Doratioto. *Maldita guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; Vitor Izecksohn. *Slavery and War in the Americas. Race, Citizenship, and State Building in the United States and Brazil, 1861-1870*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2014.

riqueza do país sustentada na agricultura e esta nos braços escravos, qualquer medida emancipacionista naquele contexto certamente levaria a uma oposição nas casas legislativas e na imprensa por parte daqueles mais afinados com o cativeiro. Ou seja, levar adiante qualquer medida nesse sentido geraria um grave e indesejado ônus político e social que desviaria as atenções e os esforços do palco da guerra.

Resulta disso o fato de não ter ocorrido nenhuma decisão política séria para o fim da escravidão ao longo do conflito platino. Mas isso não significa dizer que o assunto não tenha sido alvo de reflexões e estudos, ou que tampouco não foi desejado.¹⁴ No calor do conflito, a discussão do tema foi evitada no Parlamento, local de grandes paixões políticas, mas, em contrapartida, foi alvo de intensos e longos debates entre os experientes políticos que tinham assento no Conselho de Estado. Como será visto, estes debates permitiram as formulações iniciais da lei que se aprovou em 1871. Foi inclusive no Conselho de Estado que, em 1866, em virtude da própria lógica do conflito platino, que exigia o incremento numérico das tropas brasileiras no Paraguai, os conselheiros foram obrigados a tratarem do tema da escravidão ao decidirem a respeito da validade em relação a concessão de alforria para que os escravos ingressassem nas fileiras do exército brasileiro.¹⁵

A Guerra do Paraguai, deste modo, também teve grande impacto na escravidão brasileira,¹⁶ mas em grau diverso daquele oriundo da Guerra Civil Americana. Esta abalou a conjuntura global que sustentava a escravidão negra na América e modificou a expectativa contemporânea sobre o futuro, do cativeiro ao assinalar que a emancipação poderia ocorrer de modo fatal. Ademais, quebrou o “escudo” político-moral que

¹⁴ Cf. Sir Edward Thornton para Lorde Clarendon. 6 de dezembro de 1865. Apud. Barman. *Imperador cidadão*, p.300.

¹⁵ Naquela ocasião optou-se pela validade da opção e assim, em 6 de novembro de 1866, assinou-se um decreto imperial sancionando a permissão. Sobre os debates do decreto veja-se: Rodrigo Goyena Soares. “Nem arrancada, nem outorgada: agência, estrutura e os porquês da Lei do Ventre Livre.” *Almanack. Guarulhos*, n.09, p.166-175, abril de 2015. De acordo com Soares, o decreto provocou “abalos estruturais” na escravidão e isso acabou levando à Lei do Ventre Livre. Contudo, como temos visto, os abalos estruturais na escravidão brasileira, assim como a percepção dos estadistas imperiais acerca do assunto, datam pelo menos de 1864. Sobre a alforria e alistamento dos escravos: Vitor Izecksohn. *Slavery and War in the Americas*, pp.128-162. Para as contradições entre o alistamento dos escravos e a ordem escravista brasileira veja-se: Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*, pp.73-77. Em 1867, José de Alencar, sob o pseudônimo de Erasmo, censurou o imperador, dentre outras coisas, pelo decreto de novembro de 1866. Ver: José de Alencar. *Cartas a favor da escravidão*. Organização Tâmis Parron. São Paulo: Hedra, 2008, pp.55-76.

¹⁶ Robert Toplin, em trabalho pioneiro, afirmou que a Guerra do Paraguai “expôs a escravidão como um potencial calcanhar de Aquiles” do Império do Brasil. Sobre isso veja: Robert Brent Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972, pp.44-55. Recentemente, Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo*, pp.92-93, escreveu que a guerra “foi fator decisivo para que a questão servil viesse à baila no princípio de 1867”.

protegia o Brasil perante a comunidade internacional. Não foi à toa que tão logo se desenhou a derrota da escravidão nos Estados Unidos essa mesma comunidade começou, por meio de missivas, a pedir o fim da escravidão no Império. Já aquela, de impacto localizado, desmoralizou a monarquia perante seus próprios aliados. A situação que se impunha ao Império do Brasil era delicada. Urgia, cada vez mais, a necessidade de se tomar alguma medida para administrar o tempo histórico e controlar uma mudança que fatalmente ocorreria. Se com a guerra travada no Paraguai era politicamente inviável tomar alguma medida executiva em relação à emancipação, o mesmo não pode ser dito sobre o seu estudo. Numa frase, se a Guerra Civil Americana criou a situação global de ensejo à emancipação, a Guerra do Paraguai reforçou-a no âmbito brasileiro ao dar mais estímulo para o desenvolvimento do tópico.

Em 1º de maio de 1865 foi assinado, em Buenos Aires, o Tratado da Tríplice Aliança. Pelos seus termos, Brasil, Argentina e Uruguai uniam-se para combater não o povo, mas o governo paraguaio corporificado na figura de Solano López. A despeito de não ter sido bem recebido pelos brasileiros, pois se oficializava uma aliança com a Argentina, histórica rival, o tratado legou uma grande importância simbólica ao Brasil na medida em que permitiu estabelecer que um Império não pugnassem sozinho contra uma república num continente republicano. De fato, naquele momento, o cenário americano não era favorável ao Brasil. A tentativa, a partir de 1863, dos conservadores mexicanos e de Napoleão III de transformar o México numa extensão do Império Habsburgo sob a liderança de Maximiliano da Áustria, primo de Pedro II, apresentava péssimos resultados. Maximiliano ocupou o trono por pouco tempo até ser fuzilado pelos seus opositores.¹⁷

Na estratégia utilizada pelos aliados, Solano López foi colocado como a representação da tirania e da barbárie. Retirá-lo do poder, fim último da Tríplice Aliança, significava expurgar o país de tamanhos males. Se a estratégia era proveitosa à Aliança ao fornecer um argumento que ligasse três países distintos, ao Brasil, particularmente, era desastrosa. O argumento de limpar um país do barbarismo introduzindo-o à civilização colocava o Império, sustentáculo de um bestial e desumano

¹⁷ Sobre as críticas feitas ao Tratado veja-se: Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, pp.163-169; Francisco Doratioto. *Maldita guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*, pp.162-170. Sobre o episódio mexicano: Humphreys, R.A. "The States of Latin America." In: Bury, J.P.T. (ed.) *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971 (1º ed. 1960), pp. 677-678. Cf. tb. Erika Pani. "Juárez vs. Maximiliano: Mexico's Experiment with Monarchy". In: Don H. Doyle (org.) *American Civil Wars. The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2017, pp.167-184.

regime de trabalho, em uma posição delicada. Em graus distintos de intensidade o signo da escravidão foi lembrado nos campos de batalha como uma chaga que assolava e desmoralizava a única monarquia na América.

Os periódicos paraguaios que circularam durante a guerra fornecem um claro exemplo disso. Editados em sua maioria em língua guarani, compuseram um elemento relevante tanto na difusão de informações que o governo precisava quanto na criação e divulgação de uma imagem estereotipada do inimigo. *El Centinela*, *El Cabichuí*, *El Cacique Lambaré* e *La Estrella*, conhecidos “periódicos de trincheira”, tiveram publicações de curta duração entre os anos de 1867 e 1869 e apelavam para o uso da animalização do inimigo hostilizando, sobretudo, mas não exclusivamente, o Império do Brasil. De fato, a opinião criada era a de que a guerra era obra da cabeça de D. Pedro II. No seu primeiro número *El Cabichuí*, o mais ácido em suas declarações, descreveu a Tríplice Aliança como “um gênero de animal concebido no Brasil e dado a luz em Buenos Aires na noite de 1º de maio de 1865. Seus pais são a ambição, a iniquidade e o crime. Divide-se em três individualidades Pedro II, Mitre e Flores.” O exército imperial era, segundo o mesmo periódico, um exército *macacuno*, isto é, composto por macacos e liderado por um “grande macaco que ostentava sua autoridade de Rei”.¹⁸

Era usual que os textos fossem acompanhados de gravuras que ridicularizavam ainda mais a presença de negros no exército brasileiro. Enquanto recurso discursivo a figura do macaco fazia referência aos negros que lutavam, porém todos os brasileiros negros foram considerados pela imprensa paraguaia como escravos, o que demonstra uma incompreensão acerca das fronteiras da liberdade no Brasil.¹⁹ Mas, por outro lado, houve sagacidade no objetivo de diminuir o valor das tropas brasileiras ao assinalar que o exército que supostamente pretendia libertar o Paraguai era composto por escravos.

¹⁸ Cf. Hérib Caballero Campos e Cayetano Ferreira Segovia. “El Periodismo de Guerra en el Paraguay (1864-1870).” In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Colloques, mis en ligne le 01 février 2006*; María Lucrecia Johansson. “Paraguay contra el monstruo antirrepublicano. El discurso periodístico paraguayo durante la Guerra de la Triple Alianza (1864-1865).” In: *História Crítica*. N°47, Bogotá, Mayo-Agosto 2012.

¹⁹ Pela Constituição de 1824 (Artigo VI, Parágrafo I) era garantida a concessão de direitos civis ao escravo que alcançasse a alforria. Os filhos que nascessem de escravos alforriados também tinham esses direitos assegurados. Sobre o tema ver: Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3º ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. (1º ed. 1995), pp.39-111; Keila Grinberg. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; Hebe Mattos. “Racialização e cidadania no Império do Brasil.” In: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp.393-413; Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, pp.95-181.

Ao assinalar essa contradição, o periodismo guarani utilizava a escravidão para desqualificar e inferiorizar o Brasil e seu imperador entre os soldados paraguaios.²⁰

Neste sentido, mais marcante foi um episódio específico da guerra. Ainda no início de junho de 1865, o exército paraguaio abriu uma segunda frente. Sob o comando do coronel Antonio Estigarribia e com uma parca resistência brasileira, as tropas guaranis cruzaram o rio Uruguai e invadiram a cidade de São Borja, na Província do Rio Grande do Sul. Contrariando as ordens recebidas de Solano López, o coronel permitiu o saque da cidade. De São Borja, Estigarribia foi a Itaquí, cidade que também foi saqueada. A ordem de López era para que a coluna acampasse em Itaquí e esperasse o exército principal do Paraguai para somar forças. Uma vez unidos deveriam atacar o exército aliado ou marchar ao Uruguai. No entanto, as ordens novamente não foram respeitadas e Estigarribia decidiu marchar em direção a Uruguaiana aonde chegou, novamente com baixíssima resistência, em 5 de agosto. O coronel e sua coluna entrincheiraram-se em Uruguaiana, um erro grosseiro. Foram sitiados pelos aliados por pouco mais de um mês.²¹

Ao longo do cerco três tentativas de acordar a rendição foram realizadas pelos aliados. Todas generosas para com o coronel e seus homens. Em resposta à primeira, Estigarribia foi polido e utilizou linguagem respeitosa. Na segunda tentativa, os aliados lhe escreveram que a guerra que se fazia era contra o presidente do Paraguai,

e de nenhuma maneira ao povo paraguaio, cuja independência e soberania estão garantidas solenemente pelas nações aliadas, e *cuja liberdade interna se propõem elas resgatar também como base da futura paz a que aspiram e da boa inteligência dos seus governos.*

(...) V. Ex. mesmo não tardará em deplorar intimamente quando, *graças à mudança política que se prepara na sua pátria, a vir entrar em uma existência nova e reparadora, respirando a liberdade que seu governante lhe roubou cruelmente, sujeitando um povo a arrastar eternamente a cadêa do escravo,* tendo V. Ex. a consciência de haver sacrificado seus próprios compatriotas para resistir a esse imenso bem, em vez de trabalhar para alcançá-lo.²²

²⁰ Cf. Hérib Caballero Campos e Cayetano Ferreira Segovia. “El Periodismo de Guerra en el Paraguay (1864-1870)”. Cf. tb. María Lucrecia Johansson. “Paraguay contra el monstruo antirrepublicano.”.

²¹ Cf. Francisco Doratioto. *Maldita Guerra*, pp. 170-178.

²² Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos. *A convenção de 20 de fevereiro demonstrada à luz dos debates do Senado e dos sucessos da Uruguayana*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1865, pp.241-242. Grifos meus.

A astúcia argumentativa teria obtido maior sucesso não fosse a escravidão ser mantida em sólidas bases e amplamente espalhada pelo tecido social brasileiro. A liberdade que pretendiam recuperar no Paraguai era negada a uma parcela considerável da população do Império do Brasil. Estigarribia não deixou isso passar batido. Sem medir palavras, respondeu:

Se VV. EEx. mostram-se tão zelosos por dar a liberdade ao povo paraguaio, segundo suas próprias expressões, por que razão não principiaram por dar liberdade aos infelizes negros do Brasil, que compõem a maior parte da sua população, e que gemem na mais dura e espantosa escravidão, afim de enriquecer e deixar passar na ociosidade a algumas centenas de grandes do Império? Desde quando aqui se chama escravo a um povo que elege por sua livre e espontânea vontade o governo que preside aos seus destinos? Sem dúvida alguma desde que o Brasil se intrometeu nos negócios do Prata, com o propósito deliberado de submeter e escravizar as Repúblicas irmãs do Paraguai, e talvez ao próprio Paraguai, se este não contasse com um governo patriótico e providente.²³

A escravidão no Brasil era o elo fraco da Tríplice Aliança. O ponto de debilidade advertido pelo rival que, assim, arditamente desconstruía o argumento da libertação do Paraguai. Mas, mais do que isso, colocava o Brasil, a despeito de sua maior contribuição de efetivos à guerra e do gigantismo territorial, em situação embaraçosa. A escravidão erodiu o prestígio do Império, que se viu reduzido perante seus próprios aliados e como alvo de chacota de seu inimigo.

No dia 18 de setembro, as tropas aliadas, 17.346 soldados ao todo, estavam preparadas para invadir Uruguiana, mas o combate não se concretizou. Às 12 horas o último apelo de rendição foi enviado a Estigarribia. Desta feita, a resposta do coronel paraguaio foi mais branda e ele acabou aceitando a rendição, não sem antes fazer exigências que foram parcialmente aprovadas pelos aliados. Um alívio aos 5.200 paraguaios, assolados por doenças e pela fome, sem a mínima condição de permanecer na cidade ou mesmo de vencer a batalha que se desenhava no horizonte.²⁴ Os aliados

²³ Apud. Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles*, p.179.

²⁴ As exigências eram 1) tratamento prescrito de prisioneiros de guerra a seus homens; 2) os oficiais deveriam sair com suas armas e teriam o direito de residir onde quisessem, desde que não fosse no Paraguai, e seriam sustentados pelos aliados; 3) os oficiais uruguaios que estavam servindo junto a Estigarribia deveriam ter tratamento idêntico ao reservado para os oficiais paraguaios. A única condição que não foi aceita pelos aliados foi a dos oficiais saírem armados. Francisco Doratioto. *Maldita Guerra*,

venceram, mas o Brasil saiu sensivelmente golpeado ao ter a ferida da escravidão exposta a todos. Não obstante, em seguida ao cerco a situação brasileira foi amenizada. D. Pedro II, que no calor dos acontecimentos dirigiu-se com sua comitiva à Uruguaiana, pôde ali encontrar, em 23 de setembro, o ministro inglês Edward Thornton, que encaminhou ao imperador um pedido de desculpas em nome da rainha da Inglaterra em virtude das animosidades recentes entre os dois Impérios. Prontamente Pedro II aceitou-o e, assim, as relações entre os países, rompidas desde a Questão Christie, foram ali reatadas. Tamanha realização, após as ofensas perpetradas por Estigarribia, sem dúvida, foi uma grande vitória para a monarquia.²⁵

Como a historiografia já sugeriu, muito provavelmente após a delicada situação vivida em Uruguaiana, o monarca brasileiro encomendou a José Antônio Pimenta Bueno estudos sobre o tema da questão servil.²⁶ Essa encomenda resultou em cinco projetos de emancipação finalizados e apresentados ao imperador em janeiro de 1866. O espírito político e histórico da lei sancionada em 28 de setembro de 1871 encontra sua formulação primária nesses projetos. Foi a partir do texto de Pimenta Bueno, elaborado no calor da guerra com o Paraguai, que a discussão tomou corpo e evoluiu. Compreendê-lo é de fundamental importância se se quer entender o processo histórico que levou à promulgação da Lei do Ventre Livre.

De origem humilde, mas com talento para com a jurisprudência, José Antônio Pimenta Bueno, futuro visconde (1867) e depois marquês (1873) de São Vicente, teve uma respeitada carreira na política imperial. Transitou do Partido Liberal ao Conservador e foi ministro, presidente de província, deputado, Senador, conselheiro de Estado e chefe de gabinete. Em 1857, a publicação do seu *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* solidificou sua reputação como um dos mais

pp.182-184 de onde se retirou também a informação referente ao numerário das tropas aliadas e paraguaias.

²⁵ Cf. Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles*, p.183.

²⁶ Não é possível saber se os acontecimentos em Uruguaiana foram de fato os catalizadores que permitiram que Pedro II delegasse essa tarefa a Pimenta Bueno, uma vez em que, infelizmente, a documentação sobre a data da encomenda inexistente. No entanto, não se deve descartar a probabilidade de que isso tenha realmente ocorrido. De todo modo, se Uruguaiana não foi o motivo direto da encomenda, certamente o que ali aconteceu fez com que o pedido do imperador ganhasse mais força. Wilma Costa pontua a probabilidade de que no encontro com Thornton o monarca tenha assumido o compromisso com atitudes em relação à emancipação dos escravos. Para Roderick Barman, 1865 encorajou Pedro II a seguir adiante com medidas para o fim da escravidão. Ver, respectivamente, Wilma Peres Costa. *A Espada de Dâmocles*, p.183 e Roderick Barman. *Imperador cidadão*, pp.297-298. Joaquim Nabuco também assinalou que o contato do imperador “com Mitre e Flores em Uruguaiana, o seu vexame de sentir que a escravidão era o labéu que o Paraguai atirava ao nosso exército, a inferioridade que descobriram em nós os nossos próprios aliados” possa explicar o movimento do imperador em direção à emancipação. Veja-se Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. (Tomo 2). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897, p.389.

renomados juristas do país e atraiu mesmo a simpatia de D. Pedro II.²⁷ Simpatia que certamente contribuiu para que o monarca lhe encomendasse os projetos de emancipação.

Em 23 de janeiro de 1866, o futuro marquês apresentou os cinco projetos ao imperador. Na exposição de motivos, Pimenta Bueno concebeu o século XIX como um século de abolições. Inglaterra, Suécia, França, Dinamarca, Portugal, Holanda e Estados Unidos haviam colocado a termo a escravidão e a Espanha parecia também caminhar nessa direção. Novamente, já se vê, o recurso de chamar a atenção para o isolamento e a consequente posição de fragilidade na qual o Brasil se encontrava. Em tom de alerta, não deixou de pontuar que as incertezas com relação ao futuro do cativo “cobriram de destroços e de luto o solo americano, ameaçando até destruir a união nacional”. Estes dois fatores, o isolamento internacional e a possibilidade de uma guerra interna, deveriam ser evitados pela ação de um governo prudente. Tratar o tema do término da escravidão o quanto antes, nem que fosse para ao menos estabelecer uma data limite para seu fim, surgia cada vez mais e com mais força. O governo brasileiro, evitando o exemplo norte-americano, deveria se adiantar e conduzir a questão adequando-a do melhor modo possível à realidade do país. Ainda assim, reconheceu o grande abalo que o fim da escravidão traria: “a produção agrícola, nossa única riqueza, estremecerá, e por algum tempo definhará; os salários crescerão; o valor das terras baixará.” Males que, dada a situação do século XIX, deveriam ser enfrentados. Deste modo, antes de terminar, o oitocentos deveria também assistir a abolição da escravidão no Império do Brasil.²⁸

Em linhas gerais, o sistema formulado por Pimenta Bueno tinha duas pontas. Na primeira, previa a abolição para o ventre das escravas enquanto, na outra, estabelecia a data para o fim da escravidão em 31 de dezembro de 1899. Complementarmente, estipulava medidas entre as duas pontas para que, quando chegasse o derradeiro dia de vigência do cativo, restasse a menor quantidade possível de escravos no Império.

Pelo primeiro projeto os filhos das escravas nasceriam livres. Depois de completarem quatro meses poderiam ser criados e educados pelo senhor ou por alguém ou alguma associação, desde que acordado com o proprietário. Os nascituros que

²⁷ As informações biográficas acerca de Pimenta Bueno foram retiradas de: Eduardo Kugelmas (org.). *Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002, pp.19-30.

²⁸ Tanto a exposição de motivos como os cinco projetos encontram-se em *A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*, Brasília: Senado Federal, 2012, 2 vol., v.1, pp. 241-257, onde retiro a base dos próximos parágrafos.

permanecessem com o proprietário deveriam trabalhar para ele até completarem os 20 anos de idade, se fossem meninos, e até os 16, se se tratassem de meninas. Durante esse tempo os senhores seriam obrigados a devidamente cuidá-los e alimentá-los. Alcançada a idade estabelecida, os filhos das escravas estariam finalmente libertos. Em caso de alienação ou de alforria da mãe, os filhos menores de sete anos teriam o direito de acompanhá-las sem a necessidade de indenização. Caso alguém ou alguma associação conseguisse encarregar-se dos filhos da escrava, recairia sobre ele ou sobre a associação o dever de indenizar o senhor pelo tempo de trabalho que as crianças seriam obrigadas a cumprir até atingirem a idade da liberdade. Por fim, a data limite da escravidão estava estabelecida nesse projeto e aqueles que por ventura ainda possuíssem escravos seriam então indenizados.

O segundo projeto visava estabelecer a criação de Juntas Protetoras de Emancipação tanto na Corte, como em todas as capitais provinciais e em todos os municípios do Império. Elas teriam uma dupla função. Por um lado, velariam para que as disposições do primeiro projeto fossem cumpridas. Por outro, funcionariam como tutoras dos libertos ao serem responsáveis não apenas pela educação deles como também pelo seu preparo para o trabalho livre. Mas, talvez um dos pontos mais interessantes do segundo projeto era aquele que estabelecia o direito do escravo de comprar a sua própria liberdade mediante apresentação à Junta mais próxima do pecúlio referente ao seu valor.

O projeto de número 3 tinha por objetivo a criação de um registro de todos os escravos do Império. Já ao 4º e ao 5º caberiam, respectivamente, a libertação de todos os escravos de nação (após cinco anos da promulgação da lei) e de todos os escravos de ordens religiosas (depois de sete anos de promulgação da lei).

Em suma, o sistema de Pimenta Bueno era conservador na essência. No intuito de minimizar os ônus sociais de grande monta, isto é, dentro da estrutura do Estado imperial e entre os fazendeiros, colocava o Estado como o condutor de um lento processo. A abolição, portanto, não seria imediata, mas sim gradual (para conservar o estado social), indenizatória (preservando os proprietários) e tutelar (direcionando os rumos do recém-liberto). Nada de novo havia em sua concepção. Os projetos de 1 a 3, como apontado por Joaquim Nabuco, tinham inspiração na legislação portuguesa relativa à emancipação em suas colônias. Já o 4º e o 5º guardavam influência de

propostas apresentadas ao Senado por Silveira da Mota no ano de 1864.²⁹ A falta de novidade não retira, no entanto, o impacto que os projetos representaram ao Brasil.

A semelhança daquilo que se propôs nesses trabalhos com a lei que foi aprovada em 28 de setembro de 1871 não é mera coincidência. Foi a partir dos projetos de Pimenta Bueno que a questão da emancipação concretamente caminhou na política imperial. O intervalo de seis anos entre um e outro deixa claro que não foi uma caminhada linear ou tranquila, mas sim sinuosa e cheia de intempéries. Algo absolutamente compreensível. Se a escravidão era um problema, seu fim também o era. O primeiro obstáculo foi a tentativa do imperador de encaminhá-los ao Conselho de Estado.

Emancipação no Conselho de Estado

Restabelecido em 1842, o Conselho de Estado estava muito longe de ser um órgão meramente consultivo. Ao longo de seu funcionamento a instituição forneceu esclarecimentos jurídicos demandados por autoridades provinciais (notadamente relativos à interpretação do ato adicional), foi palco de discussões de projetos de lei e de reformas na legislação, mas também extrapolou as prerrogativas de seu regimento ao opinar em matérias financeiras e econômicas. De tom moderado e sempre buscando uma conciliação em relação aquilo que se discutia, o Conselho poderia ser reunido pelo imperador, quando todos os conselheiros eram convocados (Conselho Pleno) ou pelos ministros do Império, quando usualmente dois conselheiros eram reunidos em uma das quatro Seções do Conselho. A instituição somava entre seus membros alguns dos mais importantes políticos do Império, homens de sólidas carreiras políticas/jurídicas e portadores de conexões com os diversos setores do país, que não hesitavam em favorecer os grupos ou integrantes das redes das quais eles mesmos faziam parte.³⁰

²⁹ O projeto nº 1 era a “reprodução literal da lei portuguesa de 24 de julho de 1856”; o segundo, “bem calcado” no decreto de 14 de dezembro de 1854; o terceiro era “uma adaptação” do decreto de 1854; Para uma comparação bem detida acerca dessas correspondências bem como uma crítica aos projetos veja-se: Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. (Tomo 3)*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897, pp.27-40.

³⁰ Cf. Lydia Magalhães Nunes Garner. *In pursuit of order: a study in Brazilian centralization, the Section of Empire of the Council of State, 1842-1889*. Tese de Doutorado. Baltimore: Johns Hopkins University, 1987, pp. 674-680. Cf. tb. Maria Fernanda Vieira Martins. *A Velha Arte de Governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, pp.144-154, pp. 281-289, p.301 e capítulo 3.

Pedro II, com os projetos de Pimenta Bueno em mãos, encaminhou-os ao então presidente do conselho de ministros, Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, para que fossem discutidos no Conselho de Estado. Avesso, porém, a reformas concernentes à escravidão, o antigo regente limitou-se a encaminhá-los, em 17 de fevereiro de 1866, a uma seção do Conselho composta por Souza Franco e Sapucaí. De acordo com estes dois conselheiros o assunto não deveria ser tratado enquanto perdurasse a guerra com o Paraguai. Contrária que era à emancipação, essa posição foi também sustentada pelo chefe de gabinete que não levou os trabalhos de Pimenta Bueno para serem discutidos no âmbito do Conselho de Estado pleno.³¹ Barrada nessa primeira investida, a questão do elemento servil mostrava sua fragilidade ante a postura de célebres políticos quanto à oportunidade de ser discutida.

Empenhado que estava em apenas tratar da guerra, Olinda não foi capaz de conciliar a política imperial ao conflito platino. Sofreu grande oposição dos conservadores e dos liberais e acabou por se afastar da chefia do gabinete.³² Em seu lugar o imperador nomeou Zacarias de Góis e Vasconcelos, político que compartilhava com o imperador a ideia da emancipação há pelo menos dois anos.

O primeiro fato marcante do novo gabinete ocorreu já no seu início, em agosto de 1866, quando encaminhou uma resposta à carta que o imperador havia recebido em julho da Junta Francesa de Emancipação. Assinada, dentro outros, por grandes nomes da política francesa tais como o duque de Broglie e Guizot, bem como por Agustin Cochin e Henri Wallon, conhecidas figuras no abolicionismo internacional, a carta apresentava a mesma estratégia retórica utilizada, em 1864, pela Anti-Slavery Society britânica. No texto, a Junta Francesa lembrava a recente abolição nos Estados Unidos e as inclinações da Espanha perante a causa, numa definida tentativa de iluminar o isolamento internacional no qual o Brasil estava entrando, para só então “ousar dirigir a V.M. um ardente apelo em favor dos escravos”, argumentando que bastava “uma

³¹ Não foi possível encontrar qualquer ata acerca da referida Seção do Conselho de Estado. Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império* (Tomo 2), p.390, cita o caso ao tomar como referência a biografia de Pedro II escrita, em 1889, por Benjamim Mossé. A postura de Souza Franco e Sapucaí parece contrastar com o que José Antonio Saraiva informou a Thornton. Escrevendo a Clarendon, em 22 de fevereiro de 1866, o ministro britânico no Brasil relatou ter sido informado por Saraiva de que todos os ministros, com exceção de Olinda, foram a favor de apresentar no início da sessão legislativa daquele ano um projeto de emancipação. Apud. Roderick Barman. *Imperador cidadão*, p. 301.

³² A Câmara e o Senado ficaram fechados enquanto durou a viagem de Pedro II até Uruguaiana. Quando o legislativo retomou seus trabalhos, no primeiro semestre de 1866, o marquês de Olinda sofreu grande oposição tanto por parte dos liberais como dos conservadores em virtude dos rumos da guerra. Para estes os termos de rendição de Estigarribia eram generosos demais e a invasão do Rio Grande do Sul, inadmissível, para aqueles a intensificação do recrutamento era inaceitável devido a forma forçosa pela qual ele se impunha sobre a população. Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles*, pp. 221-225.

palavra” do imperador para “trazer a liberdade de dois milhões de homens”. Os signatários desejavam ao monarca uma “glória mais bela e mais pura” do que as letras e a arte de governar, já que “o Brasil não será por mais tempo *a única terra cristã afetada pela servidão*”.³³ Enganavam-se, porém, os franceses, que viviam sob o regime de plenos poderes de Napoleão III, ao acreditarem que Pedro II possuía tamanho poder decisório no Brasil.

Pela constituição de 1824, Pedro II não poderia controlar o legislativo e nem sequer responder diretamente aos franceses. A responsabilidade pela resposta cabia tão somente ao ministro das relações exteriores. Em 22 de agosto de 1866, 19 dias depois que Zacarias de Góis assumiu a presidência do conselho, seu ministro Martim Francisco Ribeiro de Andrade, enviou a resposta à Junta:

A emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, não passa de uma questão de forma e de oportunidade.

Quando as penosas circunstâncias em que se acha o país o consentirem, o governo brasileiro considerará como objeto de primeira importância a realização do que o espírito do cristianismo desde há muito reclama do mundo civilizado.³⁴

De um lado, essa resposta revela muito acerca de como os estadistas pensavam a escravidão e o modo de como aboli-la. Devido à alta mortalidade entre os escravos, o tráfico transatlântico funcionava como um meio de reposição de mão de obra. Findá-lo significava a não continuidade da reposição e, sem esta, isto é, sem o recurso a um fluxo constante de jovens africanos, a população escrava lentamente, e de modo natural, caminharia ao seu fim. Um processo de emancipação apenas adiantaria esse crescimento negativo da população escrava, já em curso desde 1850. E porque adiantar o processo? Porque era o que o “espírito do cristianismo” reclamava “do mundo civilizado”. Os estadistas compreendiam perfeitamente a embaraçosa situação para o Brasil ser o único país a manter a escravidão em seus territórios.

³³ A carta encontra-se na íntegra em: Perdigão Malheiro. *A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico-Jurídico-Social. Parte 3*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867. Apêndice, pp.187-188. Grifos meus. Recentemente, Angela Alonso relacionou o envio dessa carta com a atuação internacional de Abílio Borges junto aos abolicionistas estrangeiros. A estratégia da atuação abolicionista de Borges foi descrita pela autora por meio do que ela chamou de “método bumerangue”, isto é, a busca de apoio internacional para combater a escravidão no Brasil, algo do qual Joaquim Nabuco também se valeu. Ver: Angela Alonso. *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp.34-36, p.158 e pp.165-170.

³⁴ Perdigão Malheiro. *A Escravidão no Brasil*. Apêndice, p.189.

De outro lado, a resposta é capaz de demonstrar um grande desconhecimento em relação à escravidão brasileira por parte dos estadistas. Amparados na crença de que o pós-1850 implicou irremediavelmente num cenário de lento e natural fim da reprodução social da escravidão, o que se ignorava era a capacidade dos senhores de escravos de adotarem estratégias capazes de criar um cenário alternativo ao que se esperava, ou seja, de evitarem o esfacelamento da escravidão. Oficialmente, nenhuma dessas coisas era passível de ser provada, pois o Império não havia realizado nenhum censo relativo à população escrava. Assim, apesar da convicção, os estadistas afirmaram internacionalmente uma conclusão para a qual não havia provas.

Nabuco escreveu que esta resposta teve “o efeito de um raio caindo de céu sem nuvens”.³⁵ Não é de todo hiperbólica a assertiva feita na biografia de seu pai. Ao enviar esta missiva, o Império brasileiro assumia internacionalmente o compromisso de tratar da abolição da escravidão assim que “as penosas circunstâncias em que se acha o país o consentirem”, isto é, após o término da Guerra do Paraguai. Como era de se esperar de um país amplamente escravista, ambos os partidos políticos, e certamente uma parcela dos fazendeiros, se aturdiram. Parecia loucura imputar-se à realização de tamanha tarefa. Nos conturbados meses de 1871, parte da oposição escravista chegou a julgar que o processo decisório do ventre livre teria se iniciado nessa conjuntura como um ímpeto do imperador perante o apelo dos franceses. Manifestações surgiram, então, acusando Pedro II de “imperialismo” e “cezarismo”, ou seja, de subverter a divisão e o equilíbrio entre os poderes, previsto na Constituição do Império, e de usar, portanto, o Poder Moderador para impor a sua vontade. Essa leitura contemporânea foi parcialmente reiterada pela historiografia, que não se preocupava em compreendê-la como expressão da disputa política que se travava. Atualmente, entretanto, é contestada a partir da constatação de que havia percepções diversas acerca do futuro do cativo entre os estadistas, de um lado, e os fazendeiros, de outro.³⁶

³⁵ Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império* (Tomo 2), p. 395.

³⁶ Sobre a interpretação do processo decisório da Lei do Ventre Livre perpetrada pela oposição escravista ver: Jeffrey D. Needell. *The Party of Order. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006, pp. 272-314; e Rafael Marquese. “The Civil War in the United States and the Crisis of Slavery in Brazil”. Cf. tb. uma série de seis artigos intitulada “Cezarismo”, assinada por Labienus (alusão a um dos tenentes de Júlio César) e publicada no *Diário do Rio de Janeiro* entre os dias 26 e 31 de Agosto de 1871. Contudo, em sessão no Senado, em 1871, Zacarias de Góis chamou a atenção para o fato de que a resposta à Junta não exerceu pressão para que a questão da emancipação viesse à baila; a ponta de lança nesse sentido foi a Guerra Civil Americana. Ver *Annaes do Senado do Império do Brasil*. Doravante AS. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871. Sessão de 4 de setembro de 1871, pp.29-30. A constatação quanto a divergência de

Em dezembro de 1867, por ocasião da Conferência Internacional Contra a Escravidão em Paris³⁷, membros tanto da Junta Francesa quanto da Associação Britânica Contra a Escravidão também endereçaram uma carta a Pedro II. Ela começava com entusiasmo dizendo que a resposta que o monarca brasileiro havia dado à Junta Francesa tornara-se de conhecimento internacional na Conferência de Paris. Nessa mesma conferência, as associações dos países ali presentes resolveram escrever a missiva de modo “a suplicar que Pedro II não atrasasse mais a abolição da escravidão, mas que distinguisse seu reinado pela glória de extirpar aquela instituição por todo o Império do Brasil.” Pontuava ainda que “os amigos da civilização” depositavam esperanças que ele se levantasse “às alturas (...) superando interesses pessoais, ameaças egoístas em favor de um nobre trabalho da justiça”. Por fim, ainda argumentava que não se ganharia nada em atrasar uma solução e que a “abolição imediata, desde que adequadamente regulada, é a única decisiva, certa e equitativa medida”.³⁸

Moderada e respeitosa, a carta tinha a mesma estrutura das anteriores, sobretudo ao exagerar os poderes de Pedro II. Os interesses pessoais e egoístas mencionados pelos abolicionistas eram uma referência aos interesses dos proprietários de escravos, a classe social que compunha a base de sustentação do Estado imperial brasileiro. Abolir a escravidão de modo imediato, como os missivistas propunham, significava romper com essa base e, muito provavelmente, minar os fundamentos do Império do Brasil. Não à toa, esse não era o caminho, como já visto acima, que o monarca considerava como o mais sensato a se enveredar.

O segundo fato que marcou o terceiro gabinete Zacarias orbita em torno do Conselho de Estado. Em 1867, os projetos de Pimenta Bueno, a partir de então, visconde de São Vicente, finalmente foram ali discutidos. Em 1º de fevereiro daquele ano, foi enviada uma carta confidencial para todos os conselheiros contendo a convocação para uma consulta sobre os trabalhos de São Vicente, que lançariam “muita luz sobre o objeto de que se trata”, e três questões:

1º Convém abolir diretamente a escravidão? No caso de resposta afirmativa:

percepções do futuro da escravidão está em Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo*, pp. 79-82 e capítulo 7.

³⁷ À exceção de Elisée Reclus, os presentes na Conferência categorizaram a escravidão brasileira como branda e os senhores como benevolentes. Sobre isso, ver Celia Maria Marinho de Azevedo. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003. (1º ed. em inglês 1995), pp.61-67.

³⁸ Cf. *Special Report of the Anti-Slavery Conference, Held in Paris, in the Salle Herz, on the Twenty-Sixth and Twenty-Seventh August, 1867*. London: Published by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, p.134.

2º Quando deve ter lugar a abolição?

3º Como, com que cautelas e providências cumpre realizar essa medida?³⁹

Foram necessárias duas sessões, nos dias 2 e 9 de abril, para que o assunto fosse devidamente discutido. A análise das atas do Conselho de Estado para estas duas sessões já foi apropriadamente empreendida.⁴⁰ Desse modo, cabe aqui recuperar apenas alguns pontos.

De uma forma geral, a argumentação dos conselheiros reconhecia a imoralidade da escravidão e, nesse sentido, a resposta à primeira pergunta foi, na maior parte, positiva. A escravidão era um problema perante o mundo civilizado e o Brasil deveria se adequar a nova realidade que despontava no ocidente. Mas reconhecer a imoralidade do cativo, o problema de sua existência e a necessidade de seu fim não resultou, necessariamente, em uma defesa clara e aberta da abolição. De fato isto não ocorreu. Considerou-se, isso sim, que as medidas tomadas no sentido da abolição tinham o potencial de eclodir consequências catastróficas para a ordem social, mas, por outro lado, nada fazer também era um problema. Encontrar o meio termo entre uma coisa e outra era o que deveria ser buscado, e isso apenas seria alcançado se o governo, de modo sensato, tomasse para si a condução do processo com vistas a produzir o mínimo possível de danos à ordem social. Assim, como bem notou Ricardo Salles, se não havia dúvidas de que a escravidão era um problema a ser resolvido, o que realmente estava em jogo no Conselho de Estado naquele momento era a defesa da ordem senhorial e imperial.⁴¹

Concordaram com a liberdade do ventre, princípio básico dos projetos de S. Vicente, sete conselheiros (Abaeté, Jequitinhonha, Souza Franco, Torres Homem, Nabuco de Araújo, Paranhos e Itaboraí, embora este último de forma bem reticente). Quatro foram contra o estabelecimento de uma data limite para a escravidão (Abaeté, Jequitinhonha, Torres Homem e Nabuco de Araújo). E um contra a criação das Juntas Protetoras da Emancipação (Abaeté). O marquês de Olinda foi contra o gradualismo proposto e argumentou que a abolição deveria ser feita de uma só vez, mas apenas

³⁹ Cf. J. H. Rodrigues (org.) *Atas do Conselho de Estado*, Brasília: Senado Federal, 1973-1978, 13 vol., vol.6, p. 93 (Versão digital disponibilizada na Biblioteca do Senado Federal).

⁴⁰ Cf. Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo*, pp. 82-86 e pp. 95-110. O autor analisa não apenas as atas, mas também a composição do Conselho de Estado. Cf. tb. Sidney Chalhoub. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp.139-154. Analisando as atas, Rafael Marquese atentou para os discursos nos quais os conselheiros remeteram a uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Do autor veja-se: "The Civil War in the United States and the Crisis of Slavery in Brazil".

⁴¹ Cf. Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo*, pp.94-95.

quando restassem pouquíssimos escravos no país. Esta seria uma consequência da alta mortalidade entre os escravos, um tópico que foi lembrado por outros conselheiros.

Eusébio de Queiroz, juntamente com o barão de Muritiba e com Itaboraí, sintetizou a posição dos saquaremas históricos diante do problema da emancipação: reconheceu tacitamente que a escravidão deveria findar, mas isso teria de ocorrer no futuro e não naquele momento. Sem titubear, levantou sua voz na defesa da indenização dos proprietários, algo que repetidamente apareceria nos debates de 1871. Nenhuma surpresa. Conhecidas figuras da política imperial, Eusébio e Itaboraí trabalharam na reabertura do tráfico de escravos, o que acalmou os ânimos, sobretudo, dos fazendeiros do Vale do Paraíba que então se manifestavam contra a proibição da importação de cativos. Apesar de nascido na Bahia, o barão de Muritiba fez a vida no Rio de Janeiro, tendo se ligado aos influentes Ribeiros de Avellar pelo casamento, em 1869, de seu filho (Manuel Vieira Tosta Filho) com Maria José Velho de Avellar, a filha do visconde de Ubá (Joaquim Ribeiro de Avellar Jr.), proprietário da fazenda Pau Grande em Paty do Alferes.⁴²

A opinião de Nabuco de Araújo era a de que com o país isolado a escravidão estava fadada a desaparecer no Brasil. Adiantar-se e encaminhar a solução dirigindo-a de modo sábio e providente era imperativo para que o governo pudesse manter a ordem social no país, uma vez em que a escravidão estava intrinsecamente enraizada aqui.

José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, a despeito de ter encampado a frente do governo que, anos depois, aprovaria a Lei do Ventre Livre, foi o conselheiro que, em 1867, mais vivamente se opôs quanto à oportunidade da medida. Segundo ele, todos os processos de emancipação que a história conheceu ocorreram em virtudes de pressões. No Brasil essa pressão inexistia e os acontecimentos dos Estados Unidos apontavam para o fato de que qualquer questão tangente ao cativeiro deveria ser meticulosamente estudada para não culminar na trágica guerra que lá ocorrera. Seu argumento foi ainda mais ousado ao dizer que a guerra com o Paraguai era improdutiva

⁴² Sobre o papel de Eusébio, Itaboraí e demais saquaremas na reabertura do tráfico ver Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp.123-178. A manifestação dos fazendeiros do Vale ocorreu pela via peticionária. Ver, do mesmo livro, pp.163-164. As informações acerca do barão de Muritiba foram retiradas de Maria Fernanda Vieira Martins. *A velha arte de governar*, p.184 e p.362 e de Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos (org.). *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1917, pp.305-306 e p.518. O visconde de Ubá, além de diversificar seus investimentos com a aquisição de ações e prédios, aplicou consideráveis somas na infraestrutura de sua fazenda com a compra de maquinário moderno para o beneficiamento do café. Sobre isso e para um panorama do casamento do filho de Muritiba com a filha do visconde de Ubá veja-se: Mariana Muaze. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, pp.98-113 e pp.180-181.

e impunha ao país uma grande dívida, mas também colocava a lavoura e o comércio em “agonia” e a população em “sofrimento”. Nesse cenário “nem os espíritos mais afoitos (...) agitariam semelhante reforma” não fosse o governo imperial “o primeiro em julgar que era chegada ou estava muito próxima a oportunidade de tão profunda mudança no modo de ser de nossos estabelecimentos agrícolas.”⁴³ O estreante no Conselho de Estado reconhecia, então, que o “governo imperial”, isto é, o imperador e seu chefe de gabinete, era quem havia trazido a questão à baila.

Merece ainda destaque uma intervenção de Nabuco de Araújo. Na sessão de 9 de abril, ele pontuou que seria necessário fundir os cinco projetos em um único. Por dois motivos. O primeiro era de ordem prática: um projeto de lei deveria ter três discussões no legislativo; como ali cinco eram apresentados, seriam necessárias quinze discussões para que eles fossem aprovados. Algo que consumiria muito tempo e que, portanto, seria inviável dado a gravidade da questão. O segundo visava à possível aprovação de um texto coeso. Como o sistema de São Vicente criava uma dependência entre os projetos, havia a possibilidade de alguns serem aprovados e outros não. Caso isso viesse a ocorrer, a aplicabilidade da lei certamente seria dificultada, ou mesmo tornar-se-ia inviável.⁴⁴

Sem dúvida, essa última ponderação de Nabuco de Araújo contribuiu para que em 11 de abril, o segundo dia após a consulta ao Conselho, ele próprio e os conselheiros Francisco Salles Torres Homem, Bernardo de Souza Franco e São Vicente recebessem uma correspondência confidencial. Nela, anunciava-se que eles estavam sendo nomeados para compor uma comissão com o fim de

Organizar um projeto sobre a extinção da escravidão no Império, de acordo com as ideias que obtiveram maioria de votos nas sessões do Conselho de Estado pleno (...), para, depois de discutido artigo por artigo, no Conselho de Estado, ser oportunamente apresentado às Câmaras.⁴⁵

Embora escrita por Zacarias de Góis, a carta registra já no seu início que a investidura e a escolha dos conselheiros couberam ao imperador. Depois de quase seis meses de trabalho, Souza Franco desistiu da empresa, e em seu lugar entrou o visconde

⁴³ Cf. J. H. Rodrigues (org.) *Atas do Conselho de Estado*, vol.6, pp. 104-105.

⁴⁴ Cf. Idem, p. 123.

⁴⁵ Cf. José Thomaz Nabuco de Araújo e José Antonio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. *Trabalho sobre a extinção da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868, p. 110.

de Sapucaí.⁴⁶ Sem que nada tivesse sido feito mesmo após algum tempo da formação da comissão, o chefe de gabinete começou de modo insistente a apressar Nabuco de Araújo, pressionando-o com a urgência do trabalho.⁴⁷

A comissão adotou a seguinte dinâmica: Nabuco de Araújo encarregou-se de redigir o projeto e observações foram-lhe devidamente feitas pelos outros membros. O texto final levou tudo em consideração e, assim, concluiu-se o projeto único de emancipação, apresentado ao Conselho de Estado em 16 de abril de 1868.⁴⁸

No interim dos trabalhos da comissão, a comunidade política foi novamente surpreendida. Na abertura, em 22 de maio, dos trabalhos legislativos do ano de 1867, como de costume, o imperador compareceu à Assembleia Geral e proferiu a Fala do Trono. Ao final dela Pedro II disse:

O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, *respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura –*, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação.⁴⁹

O texto não poderia ser mais claro. Ao manter indefinidamente a escravidão, o Brasil isolava-se perante a comunidade internacional, era chacota de seus inimigos, inferiorizava-se entre seus aliados e recebia pedidos do centro do mundo civilizado para acabar com o cativo. Os “altos interesses” a ser atendidos não poderiam ser outros senão esses. Nada surpreendente. Um Estado escravista desde as suas raízes não enveredaria na abolição da escravidão apenas por sentimentos morais e filantrópicos. Ademais, a vergonha em admitir a existência da escravidão ficou clara no eufemismo “elemento servil”. Por outro lado, há expressamente a prudência com que se pretendia dirigir a emancipação. Urgia o resguardo à agricultura, e a “propriedade atual”, isto é, a propriedade sobre pessoas (encoberta novamente em eufemismo) deveria ser respeitada,

⁴⁶ O visconde de Sapucaí recebeu uma carta nos mesmos moldes em 1º de outubro de 1867. Cf. Idem, p.111.

⁴⁷ Cf. Correspondências entre Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Thomaz Nabuco de Araújo datadas de 18 de Maio, 12 de Agosto, 8 de Novembro e 27 de Dezembro de 1867. Apud. Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império* (Tomo 3), pp. 66-68.

⁴⁸ Cf. José Thomaz Nabuco de Araújo e José Antonio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. *Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil*, pp. 112-126.

⁴⁹ A fala encontra-se na íntegra em *Falas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara Temporaria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, pp. 625-628.

ainda que uma parte substancial dela fosse ilegal desde 1831.⁵⁰ A Fala do trono, assim, confirmava publicamente o que a nomeação de Zacarias de Góis e as discussões no Conselho de Estado haviam apenas sugerido: o alinhamento do imperador e do ministério com a causa emancipacionista. Aos olhos dos defensores da escravidão, o monarca parecia impor a sua vontade.

Os trabalhos da comissão foram finalizados no final de 1867 e enviados em parecer final ao imperador. Nele demonstrou ter se trabalhado com as ideias privilegiadas no Conselho de Estado, bem como o momento oportuno para que a medida fosse tomada. As ideias capitais aventadas nas discussões de 2 e 9 de abril foram: “a emancipação geral das futuras gerações”; “a emancipação parcial das gerações presentes”; “proteção aos escravos e libertos”; “necessidade de medidas de ordem pública tendentes a prevenir a deslocação e revolução do trabalho, e a reprimir os vadios e vagabundos”; e “matrícula geral de todos os escravos atuais, e registro especial dos nascimentos e óbitos dos filhos das escravas nascidos desde a data da lei”. O que havia de novo no projeto único de emancipação? A princípio, a própria forma do texto: apenas oito artigos. Como a essência, no entanto, era a mesma do que se havia proposto anteriormente – os filhos das escravas que nascessem seriam considerados livres –, será salientado aqui apenas as diferenças substanciais.⁵¹

A primeira novidade foi ter deixado de lado o prazo máximo para a existência da escravidão. A segunda é que, além de livres, aqueles que nascessem depois da lei passariam a ser considerados como ingênuos e não libertos. Essa questão gerou certo debate no Conselho de Estado. A opinião que Nabuco de Araújo então manifestou sintetiza essa questão semântica do campo jurídico:

⁵⁰ Apenas entre 1831-1850 mais de 700 mil africanos foram traficados ilegalmente como escravos para os portos brasileiros. Cf. <http://www.slavevoyages.org>. A historiografia sobre o tráfico transatlântico é extensa ver, dentre outros: Herbert Klein. *Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. Revista de História*, nº 120, pp.3-25, jan./jul. 1989. Manolo Florentino. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; Jaime Rodrigues. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000; Luis Felipe de Alencastro. *Trato dos Videntes, Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; Beatriz Gallotti Mamigonian e Keila Grinberg (orgs.). Dossiê: "Para inglês ver?" Revisitando a Lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, nºs. 1/ 2/ 3. Rio de Janeiro, jan./dez. 2007, p. 90-340; Beatriz Gallotti Mamigonian. *Africanos livres. A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁵¹ O projeto na íntegra encontra-se em: José Thomaz Nabuco de Araújo e José Antonio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. *Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil*, pp.146-152. De onde retiro a base dos próximos parágrafos.

Os filhos dos escravos, os quais a lei [projetos de São Vicente] manda que sejam livres, não podem ser considerados senão como ingênuos, e são tais desde que eles nascem livres, o fato jurídico do nascimento é que determina a condição desses indivíduos: a disposição da lei romana que – o parto segue o ventre – fica implicitamente derogada desde que a lei considera o parto livre: a seguir-se essa lei romana a consequência seria que eram escravos e não ingênuos ou libertos os filhos da escrava: assim que, nascendo não escravos esses indivíduos, são ingênuos, porque libertos são os que passam da escravidão para a liberdade.⁵²

Os ingênuos ficariam com os senhores até completarem a idade de sete anos. Nesse período mantinha-se a obrigação de cria-los e trata-los. Depois, os ingênuos deveriam trabalhar para os proprietários de suas mães até que alcançassem, ambos os sexos, a idade de 21 anos, quando, enfim, seriam efetivamente livres. A ideia, nesse sentido, era a de que os dispêndios gastos na criação dessas crianças fossem pagos por elas mesmas. Por outro lado, os ingênuos que fossem maltratados pelos senhores ficariam livres dessa “prestação de serviços”. Se a mãe fosse vendida, seus filhos “de que tratam a lei” (provavelmente aqueles entre 7 e 21 anos; o texto não é claro nesse sentido) a acompanhariam. Já em casos de liberdade materna, apenas os menores de sete anos acompanhariam sua mães, desde que o senhor fosse indenizado. (Artigo 1º)

As Juntas Protetoras da Emancipação ficavam extintas, mas alguma associação, se autorizada pelo governo, poderia cuidar dos ingênuos. Do mesmo modo que os senhores, elas teriam o direito aos serviços das crianças até os 21 anos. Deveriam, porém, acumular-lhes um pecúlio e inseri-los no trabalho livre quando completassem 21 anos. (Artigo 1º)

Criava um fundo de emancipação, composto por doações, loterias e de quantia fixada nos orçamentos geral ou provincial, com o objetivo de libertar escravos anualmente. Era a chamada “alforria forçada”. Estabelecia ainda que, caso não houvesse mais escravos em determinada província, isso seria reconhecido pelo governo por meio de decreto. Se para uma província desse tipo algum escravo fosse importado, ele passaria a ser considerado como livre. Na prática, então, o que se propunha era o princípio de território livre, similar ao que existiu nos Estados Unidos e aos moldes do que conheceu o Brasil, efetivamente, na segunda metade da década de 1880. (Artigo 2º)

⁵² Cf. J. H. Rodrigues (org.). *Atas do Conselho de Estado*, vol.6. p. 128. Também Paranhos asseverou na mesma direção, pp. 119-121.

Mantinha o direito ao pecúlio e estabelecia ainda que os escravos pudessem contrair um contrato de prestação de serviços, de no máximo sete anos, para acumular o dinheiro. Uma grande novidade nesse sentido era que, caso o senhor não aceitasse o pecúlio, a aceitação seria feita pela “autoridade publica” em prol do escravo. (Artigo 3º) Além dos escravos de nação e das ordens religiosas, o texto também declarava livres os cativos que salvassem a vida de seus senhores e aqueles que “licitamente” achassem “alguma pedra preciosa” que excedesse seu valor. (Artigo 4º)

Alguns “favores” ficavam concedidos tanto aos escravos quanto aos libertos pela lei: “primeira instância especial em todas as questões cíveis de liberdade”, “intervenção do ministério público para requerer e promover os direitos e favores que esta lei concede aos libertos e escravos; para representa-los em todas as causas de liberdade em que forem partes e assisti-los nos negócios extrajudiciais”, “proibição de ser alienado o cônjuge escravo sem o seu cônjuge; os pais sem os filhos, e os filhos sem os pais”, proibição da venda de escravos em leilão e hasta pública, derrogação da lei de 10 de junho de 1835, isto é, da pena de morte, dentre outros. (Artigo 5º)

Por fim estabelecia, de modo a coibir a “vadiagem”, que os libertos pela nova lei passavam a ser obrigados a contratar serviços com seus ex-senhores durante cinco anos. Na prática, então, o ingênuo apenas sairia da fazenda com 26 anos. Se não incorresse assim ele seria encaminhado a “estabelecimentos disciplinares” para trabalhar. (Artigo 6º) A matrícula dos escravos também permanecia, mas inovava-se ao acrescentar que aqueles não matriculados seriam considerados livres (Artigo 7º) e, em seu último artigo, previa algumas autorizações ao governo tais como a de determinar a forma da emancipação anual, criar os estabelecimentos disciplinares e regular os processos de alforria. (Artigo 8º)

Há algo de grande importância nesse texto. De acordo com suas disposições, os senhores que não consentissem com o pecúlio eram obrigados a aceita-lo perante a “autoridade pública”. Se maltratassem os ingênuos perderiam o direito de seu trabalho. Não poderiam mais separar as famílias de seus planteis por meio da venda. E havia ainda a “intervenção do ministério público para requerer e promover os direitos e favores que esta lei concede aos libertos e escravos; para representa-los em todas as causas de liberdade em que forem partes e assisti-los nos negócios extrajudiciais”. Em suma, o Estado, diferentemente do sistema concebido por São Vicente, ficava autorizado a intervir no *locus* privilegiado de exercício do poder da autoridade senhorial (a fazenda), quebrando, assim, o consagrado princípio da soberania doméstica, isto é, a

total autonomia dos senhores para comandarem seus escravos sem nenhuma interferência externa.⁵³

Com o intuito de demonstrar a plausibilidade de concretização de alguns pontos, os membros da comissão justificaram, com exemplos históricos bem sucedidos, algumas disposições do projeto que se apresentava. Não deixaram de esconder a grande inspiração que tiveram com a comissão presidida pelo duque de Broglie na França, em 1840, que visava a composição de um projeto de emancipação parcial e progressiva. Pelo projeto francês, o ventre da escrava ficava livre. Seus filhos ganhariam a liberdade depois que servissem aos seus senhores, em regime de contrato de locação, até os 21 anos de idade. As crianças de até sete anos deveriam acompanhar suas mães nos casos em que ela fosse alienada ou manumitida. Os senhores receberiam uma indenização de 500 francos por cada criança que chegasse aos sete anos.⁵⁴

O fundo de emancipação, que tinha como objetivo auxiliar os escravos na obtenção de alforria, fora concretizado tanto nas colônias da Suécia (1846) como nas colônias francesas (1845). O direito ao pecúlio e compra de alforria não era algo fora da realidade. Foi legislado para as colônias inglesas em 1835, para as Antilhas francesas em 1845 e para Portugal em 1854. Era também um direito nas colônias espanholas e apenas não existia nos Estados Unidos. A libertação dos escravos de nação, isto é, dos escravos pertencentes ao Estado brasileiro, nem necessitava de justificação uma vez que se o Estado estava a propor a emancipação, esse ímpeto deveria naturalmente ocorrer. Mesmo assim, foi algo realizado pela Inglaterra, pela França e por Portugal. No que concerne à prevenção da vadiagem com a obrigação da prestação de serviços do recém-liberto, a mesma medida foi adotada, e apresentara sucesso, tanto na França quanto na Holanda.⁵⁵

Assim, a Comissão sugeria que o encaminhamento gradual da abolição, a despeito de ser uma tarefa árdua, mostrara ser factível em alguns países e, se assim o fora, no Brasil não deveria ser de todo impossível.

⁵³ Pelo princípio da soberania doméstica o proprietário de escravos funcionava como uma espécie de juiz supremo da fazenda, determinando a disciplina, a intensidade do trabalho e as punições, bem como arbitrando pela alforria dos escravos. Cf. Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.14, p.39 e p.89. O autor também procurou analisar como o princípio se adequou tanto às formas políticas do Antigo Regime quanto aos Estados liberais do século XIX.

⁵⁴ Cf. José Thomaz Nabuco de Araújo e José Antonio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. *Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil*, pp. 131-132.

⁵⁵ Cf. José Thomaz Nabuco de Araújo e José Antonio Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. *Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil*, pp. 133-145.

Nos dias 16, 23 e 30 de abril, bem como no dia 7 de maio de 1868, o Conselho de Estado ocupou-se com a apreciação do projeto redigido pela comissão.⁵⁶ As discussões tiveram um tom diferente em relação às aquelas do ano anterior. Em 1867, a grande questão era se a escravidão deveria acabar. Convictos da necessidade de seu fim, o que os conselheiros discutiam agora na Quinta da Boa Vista era o meio pelo qual o Estado interviria para controlar o processo de termo daquela milenar forma de trabalho forçado dentro do Império do Brasil. Longe de antecipar os acalorados meses de maio a setembro de 1871, as discussões de 1868 foram de certo modo tranquilas e o projeto sofreu poucas críticas. Alguns pontos, contudo, geraram certa polêmica.

Apesar de votar a favor de todas as medidas propostas, o visconde de Jequitinhonha argumentou que o projeto não deveria ser casuístico, quer dizer, deveria ser o mais curto possível de modo a facilitar sua aprovação. Desagradou-lhe muito a disposição que visava à prestação de serviços por parte dos ingênuos até os 21 anos de idade; ele prometeu o máximo de empenho para encurtar esse prazo quando a proposta chegasse ao Senado.⁵⁷

O marquês de São Vicente foi o primeiro a pontuar a contrariedade entre a disposição e a penalidade constantes no artigo sétimo. Considerar os escravos não matriculados como livres seria altamente incoerente se não se estabelecesse um prazo para que a matrícula fosse efetivada. O prazo que o marquês propôs foi de um ano e os conselheiros endossaram sua observação.⁵⁸

Adoentado, Eusébio de Queiroz não pôde participar dessas reuniões. A enfermidade não lhe permitiu mesmo resistir para que vivesse a obra da emancipação: ele morreu no último dia de discussão do projeto no Conselho de Estado. Na ausência do antigo saquarema, o paladino na defesa da indenização aos senhores de escravos, desta feita, foi o barão do Bom Retiro. Ele concordou com todo o espírito da lei, com a ideia de emancipação, mas no seu entender se o escravo era desapropriado o senhor teria que receber a devida indenização.

Não tem porventura o nosso direito reconhecido sempre, como inconcussa a aplicação às escravas do axioma de direito – *partus sequitur ventrem* – ? Não há

⁵⁶ Em 1871, essas reuniões, contrariamente às ocorridas na mesma instituição em 1867, ganharam publicação. Cf. *Pareceres do Conselho de Estado no anno de 1868 relativos ao elemento servil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871. Sidney Chalhoub menciona as reuniões do Conselho de Estado em 1868, a partir da publicação que elas lograram ter em 1871, contudo o autor não as analisa. Cf. Sidney Chalhoub. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵⁷ Cf. J. H. Rodrigues (org.) *Atas do Conselho de Estado*, vol.7, p.231.

⁵⁸ J. H. Rodrigues (org.) *Atas do Conselho de Estado*, vol.8, p.17.

sido sempre essa a jurisprudência constante e uniforme de nossos tribunais? Como pois iremos hoje pô-la em dúvida? E se a não pomos em dúvida, como daremos em todos os outros casos uma indenização aos senhores, e só neste nos achamos autorizados para decretar a liberdade do fato do ventre escravo, isto é, de uma propriedade igual a outra sem a menor compensação? Onde, o direito que justifique a distinção? Onde, a lógica que a legitime? *Não haverá nisto violação flagrante do direito de propriedade que a Constituição indistintamente mandou respeitar em toda a plenitude?* (...) Se hoje violarmos destarte o direito de propriedade, qual a segurança que damos aos senhores de que daqui a algum tempo os poderes do estado não se julgarão também autorizados para decretarem emancipações parciais anualmente feitas sem indenização?⁵⁹

Reconhecendo a indenização como uma necessidade constitucional e conjecturando possibilidades de emancipações futuras sem compensação aos proprietários, o barão pontuava, contudo, que essa indenização deveria ser “muito módica, e paga ao proprietário que apresentar qualquer criança de sete anos de idade, nascida de ventre escravo da data da lei, e por ele sustentada até essa idade”⁶⁰

Nabuco, redator do projeto, não concordou. A indenização pela desapropriação apenas deveria ocorrer, segundo ele, quando o escravo desde seu nascimento fosse propriedade dos senhores e estes fizessem o uso daqueles. Pela nova legislação que se propunha, aqueles que nascessem das escravas seriam livres, isto é, nunca se tornariam propriedade dos senhores. “Antes de nascerem não há fato consumado, e por consequência o direito adquirido. A propriedade do escravo não é senão o usufruto.”⁶¹

Antecipando a crítica que os fazendeiros fariam ao projeto apresentado em 1871, Bom Retiro ainda manifestou sua opinião acerca da categorização de ingênuo imputada a quem nascesse depois da lei. Para ele, assim como para o barão de Muritiba e para o visconde de Jequitinhonha, aquilo não fazia sentido. A concessão, aos moldes do projeto, da distinção jurídica de ingênuo ao filho de uma escrava significava que ele teria desde o seu nascimento não apenas os direitos civis (concedidos aos livres e libertos), mas também os direitos políticos atribuídos aos cidadãos plenos (livres). Numa frase, aquele de quem a lei tratava poderia eleger os políticos imperiais e mesmo ser um candidato a um desses cargos eletivos, isto é, habilitava-se a decidir o futuro

⁵⁹ Cf. J. H. Rodrigues (org.) *Atas do Conselho de Estado*, vol.7, p.234. O primeiro grifo no original e o segundo meu.

⁶⁰ Idem, p.235.

⁶¹ Idem, p.237.

político do país e a imprimir-lhe uma direção, coisa que apenas era garantida a quem nascesse de mãe livre. Deste modo, feria-se novamente a constituição do Império pela qual o filho de uma escrava que alcançasse a liberdade passaria a ser tido como liberto e a ter apenas direitos civis.⁶²

Uma vez mais Nabuco de Araújo defendeu a disposição. Amparado no direito romano, argumentou tal qual fizera no ano anterior e ainda acrescentou que compreender o filho da escrava como ingênuo não contrariava a constituição, pois a “constituição não cogitou da espécie criada por esta lei”. Eles eram assim uma exceção e não deveriam ser privados de direitos políticos apenas porque não estavam compreendidos na carta magna.⁶³

Pelo projeto, o que se libertava era o ventre das escravas. De um ventre livre, como a jurisprudência deixava claro desde o direito romano, nascia um homem livre com plenos direitos, isto é, um ingênuo. Essa sutileza certamente era compreendida pelos conselheiros, mas alguns resistiam em aceita-la, pois fazê-lo significava a ampliação dos direitos daqueles que nasciam de uma escrava, quebrando desse modo a ordem senhorial costumeiramente estabelecida há séculos e constitucionalmente ratificada desde 1824 no Brasil.

Quanto ao território livre, consequência da alforria forçada, os conselheiros também não concordaram. A possibilidade de criar-se um antagonismo entre as regiões do Brasil tal qual ocorreu nos Estados Unidos era vista com receio por conta das funestas consequências que essas diferenças geraram na república do norte. Era algo que poderia e deveria ser evitado. Para Olinda essa era ainda uma disposição injusta, pois não continha nem ao menos “a concessão aos senhores de sair com seus escravos” antes de reconhecido o fim da escravidão em uma determinada província. Além do mais, como lembrou o barão do Bom Retiro, essa disposição era “vexatória” na medida em que abria o precedente de que os senhores de escravos de outras províncias não pudessem levar consigo seus escravos para as províncias livres. Já a alforria anual foi compreendida por praticamente todos como positiva e necessária para encaminhar a

⁶² Disse o barão do Bom Retiro: “A lei pode libertá-los e conferir-lhes todos os direitos civis, admiti-los a todos os cargos administrativos, e habilitá-los para todas as honras e distinções sociais; mas não pode, sem pretender introduzir uma inovação injustificável, chamar ingênuo quem não é, e muito menos dar-lhes direitos políticos que a Constituição não outorgou, senão aos que nascem de ventre livre.” Cf. Idem, p.236. Essa fala expressa claramente o caráter pró-escravista da Constituição de 1824. Sobre o tema, veja-se: Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, pp.95-181.

⁶³ Cf. Idem, p.237.

emancipação, cuidando não apenas das gerações futuras, mas também das presentes.⁶⁴ Para Nabuco de Araújo, era infundado o receio de ocorrer no Brasil o mesmo que nos Estados Unidos por conta da libertação de uma província. O que se almejava com a medida era a lenta introdução do trabalho livre nas províncias onde a escravidão se extinguisse.⁶⁵

Apenas dois entre todos os conselheiros opuseram-se vivamente à liberdade do ventre das escravas, o barão de Muritiba e o marquês de Olinda. O primeiro muito mais do que o segundo, mas sem a intensidade discursiva que teria partido de Eusébio de Queiroz. Muritiba e Olinda foram contra a concessão de alforrias para os escravos não contemplados pelo projeto de lei. Segundo Olinda, se essa ideia fosse aprovada, os senhores perderiam “toda a força moral perante os escravos.” Ele também foi contra a regulação do pecúlio, dado que era uma prática costumeira já existente no Brasil. Opôs-se a todos os favores concedidos aos cativos, pois isso teria o “resultado [de] ensoberbecerem-se os escravos, e os senhores ficarem coactos”. Não concordava com a matrícula porquanto isso geraria “senão muito vexame para as classes mais abastadas. Como fazer esta matrícula pelo interior das províncias? (...) tudo isto há de servir para oprimir”.⁶⁶ Pernambucano descendente da família Cavalcanti, o antigo regente estava intimamente ligado ao mundo senhorial. Estabelecido no Rio de Janeiro, além de ter atuado na defesa pela reabertura do tráfico, ele mesmo era produtor de açúcar. Sua filha casou-se com o visconde de Pirassununga e, sua neta, com o 2º barão do Rio Preto, fazendeiro de Valença e proprietário da fazenda Flores do Paraíso, cuja escravaria será analisada no quarto capítulo dessa dissertação.⁶⁷ Ele falava, portanto, do ponto de vista de quem lidava cotidianamente com a gerência dos escravos. Sua opinião era clara e direta, pois Olinda compreendia muito bem que os dispositivos do projeto que se discutia tinham o potencial de quebrar o princípio da soberania doméstica nas fazendas e, conseqüentemente, desorganizar a produção agrícola do país.

Segundo Muritiba, o impulso gestacional daquilo que os conselheiros discutiam não provinha da religião

⁶⁴ Cf. J. H. Rodrigues (org.) *Atas do Conselho de Estado*, vol.7 Sobre o receio de uma divisão parelha a dos Estados Unidos veja-se os pareceres de Olinda, Bom Retiro e Abaeté, pp.239-241. As citações encontram-se, respectivamente, nas páginas 239 e 241.

⁶⁵ Cf. Idem, pp.239-240.

⁶⁶ Cf. Idem, p.239 e J. H. Rodrigues (org.) *Atas do Conselho de Estado*, vol.8, p.10 e p.17.

⁶⁷ As informações acerca de Olinda estão em: Maria Fernanda Martins. *A velha arte de governar*, p.174 e p.200. Jeffrey Needell. *The Party of Order*, p.120. Tâmis Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*, pp.121-192 e no site sobre a genealogia pernambucana (<http://www.araujo.eti.br/araujo2.asp>) organizado por Magno José de Sá Araújo.

nem [d]a filantropia, mas a *pressão da Europa* que nos obriga a estas medidas. E nestes termos o artigo [1º] é inútil, não satisfaz a pressão. *É uma ilusão, cujas funestas consequências recaem sobre os proprietários*. Este passo há de ser seguido de outros, desordens, sublevações etc., como já se ameaça.⁶⁸

O barão abusava da retórica, pois o Brasil apesar de isolado no cenário internacional não sofria, efetivamente qualquer tipo de pressão. Decerto, o que Muritiba tinha em mente era ao menos a carta da Junta Francesa de Emancipação recebida no ano anterior. Publicamente à tona, inclusive para a comunidade internacional, desde a resposta positiva aos franceses, as suspeitas do afinamento do governo com a causa emancipacionista, cada vez mais se mostravam melhor fundamentadas. De todo o projeto, Muritiba não aprovou nenhum artigo, mas tão somente dois parágrafos. Ficava claro a todos os presentes que caso a proposta chegasse ao Senado ele seria um de seus mais firmes opositores.

Finalmente, as discussões de 1868 demonstram que a intransigência de Paranhos no ano anterior dizia respeito ao momento no qual a reforma foi aventada. No contexto da guerra com o Paraguai as finanças do país estavam arrasadas e o experiente diplomata acreditava que aquele quadro não era o mais sensato para aquela reforma. Todavia, uma vez que a emancipação foi à baila, ele não deixou de manifestar sua simpatia à ideia. Com exceções pontuais, foi a favor de todo o projeto. A fim de evitar erros de interpretação, chegou a sugerir uma alteração no texto: em casos de alienação propôs que a proibição de separação dos pais e filhos, medida que visava à manutenção da família escrava, se restringisse apenas aos filhos menores de 14 anos.⁶⁹

O que significa o percurso da proposta de emancipação traçado até aqui? Em poucas palavras, estabelecida a direção da reforma pelo Estado, o que se pretendia era evitar a criação de dissabores, quer dizer, visava-se à manutenção da ordem senhorial e imperial.⁷⁰ O que se discutiu em 1868 foi exatamente como dar o primeiro passo nesse processo iniciando uma modificação na legislação. Nada de filantropia, nada de uma

⁶⁸ Cf. J. H. Rodrigues (org.) *Atas do Conselho de Estado*, vol.7, p.233. Grifos meus. Ao votar desse modo, o barão de Muritiba mobilizou aquilo que Albert O. Hirschman denominou de “tese da ameaça”. Essa estratégia, muito importante na retórica conservadora, consiste em objetar algum tipo de reforma com o argumento de que a mudança proposta tem o potencial de acarretar em consequências desastrosas e inaceitáveis. Nesse caso, o projeto discutido no Conselho de Estado ameaçava a ordem senhorial e imperial brasileiras. A “tese da ameaça” foi igualmente utilizada pelos peticionantes. Para a definição ver: Albert O. Hirschman. *A retórica da intransigência. Perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. (1º ed. em inglês 1991), pp.73-111.

⁶⁹ Cf. J. H. Rodrigues (org.) *Atas do Conselho de Estado*, vol.7, p.231.

⁷⁰ Como sugeriu Ricardo Salles para as discussões de 1867 no Conselho de Estado. Cf. Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*, pp. 82-86 e pp. 95-110.

bondade natural por parte dos estadistas. Apenas reconheciam, mediante os acontecimentos internacionais, o vexame do isolamento brasileiro. Sentiam vergonha, ao menos desde 1864, não pela existência da escravidão no Brasil, mas sim por fazerem parte do único país do “ocidente civilizado” a manter o cativo e nada terem feito para mudar a situação. A emancipação, nos moldes em que se propunha, servia muito mais aos estadistas (curando o Brasil da chaga escravista) e aos senhores (ficavam até os 21 anos com os ingênuos e havia no horizonte a importação de trabalhadores livres) do que aos próprios escravos, uma vez que visava, isso sim, à manutenção da ordem em que estadistas e proprietários de escravos construíram o Estado nacional brasileiro e não uma melhora para aquela população que há séculos vivia sob os grilhões do cativo.

* * *

Ao fim da última sessão, em 7 de maio, o imperador ordenou a Nabuco de Araújo, o relator da comissão, a redação de um novo projeto que levasse em conta tudo aquilo que os conselheiros pontuaram ao longo daqueles quatro dias. O projeto seria uma vez mais sujeito ao Conselho de Estado e, consensualmente finalizado, então remetido à Câmara dos Deputados.⁷¹

Tudo isso veio à tona na abertura da Assembleia Geral, em 9 de maio de 1868, quando o imperador proferiu a costumeira Fala do Trono. De fato, a maior parte do discurso ocupou-se com a Guerra do Paraguai; apenas ao final Pedro II manifestou que “o elemento servil tem sido objeto de assíduo estudo, e oportunamente submeterá o governo à vossa sabedoria a conveniente proposta.”⁷² Anunciou-se, deste modo, ainda que discretamente, todo o trabalho que vinha sendo desenvolvido no âmbito do Conselho de Estado desde o ano anterior. Além do mais, deixava claro que, findo esse processo de exame da questão, a Câmara dos Deputados iria receber uma proposta emancipacionista para ser apreciada.

No entanto, o aparente avanço que a emancipação apresentava, sendo desenvolvida a contento no Conselho de Estado e coroada com a manifestação positiva

⁷¹ Cf. J. H. Rodrigues (org.) *Atas do Conselho de Estado*, vol.8, p.23. Se se tomar como válida a datação de Joaquim Nabuco, este último projeto ficou pronto em 12 de Maio de 1868 e foi “confidencialmente” impresso. Cf. Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império (Tomo 3)*, p.83. No entanto, não foi possível achar este projeto.

⁷² A fala encontra-se na íntegra em *Falas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara Temporaria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, pp. 637-640.

do imperador à Câmara Temporária, foi mera ilusão. A caminhada para a emancipação, já o dissemos, não foi nada linear.

A queda de Zacarias de Góis e o revés da emancipação na política imperial

Em setembro de 1866, as tropas aliadas sofreram um duro golpe em Curupaiti, região estratégica que deveria ser transposta para que se alcançasse a fortaleza de Humaitá, principal posição dos paraguaios. Ao menos 4 mil aliados morreram em combate e a tríplice aliança perdeu a batalha.⁷³ Sem dúvida, o desentendimento entre os generais aliados, que se arrastava desde o ano anterior, contribuiu em demasia para essa derrota.⁷⁴ Como uma reação administrativa ao fracasso do exército aliado em Curupaiti foi que ocorreu a nomeação, em 10 de outubro de 1866, do então marquês de Caxias ao posto de comandante do exército brasileiro. Sua nomeação visava à unificação das forças brasileiras, evitando, assim, novas operações desastrosas resultantes da discórdia entre os aliados.

Nascido no Rio de Janeiro, filho e neto de militares e com um pai que chegou à regência do Império, o marquês tinha um assento privilegiado na elite fluminense dos oitocentos. Casou-se com a sobrinha do marquês de Baependi. Luísa, sua filha mais velha, contraiu matrimônio com o barão de Santa Mônica, proprietário da fazenda Santa Mônica (herdada de seu irmão, o barão de Jurupaná), em Valença, onde Caxias viria a falecer. A inexistência de regras de antiguidade nos postos militares acrescida do fato de pertença à elite permitiu-lhe gozar de uma carreira meteórica no Exército, onde ingressou aos 5 anos e atingiu o generalato aos 30. Sem ocupar de modo indolente cargos no Exército, Caxias tinha participado de todas as guerras do Império desde a independência. Ainda figurou destacadamente na repressão às revoltas ocorridas ao longo da Regência, inclusive no Rio Grande do Sul, província pela qual foi eleito, em 1845, Senador pelo Partido Conservador. Tudo isso contribuía para que seus contemporâneos, notadamente nas forças armadas, nutrissem por ele um grande

⁷³ Os números variam muito. Francisco Doratioto. *Maldita Guerra*, p.245 traça um bom quadro acerca disso.

⁷⁴ Porto Alegre e Tamandaré, primos e membros do Partido Liberal, se recusavam a obedecer ao comando em chefe das tropas aliadas atribuído a Mitre pelo tratado de 1865. Manifestando sua opinião acerca dos dois em carta a Rufino de Elizade Mitre disse eles eram primos “com falta de juízo” e, sobre Porto Alegre que “é impossível imaginar uma nulidade militar maior do que este general”. Cf. Francisco Doratioto. *Maldita Guerra*, pp.237-247; Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles*, pp.195-203.

respeito.⁷⁵ Com ele no comando, algo como ocorreu em Curupaiti dificilmente se repetiria e, talvez, o fim da guerra poderia ser encaminhado. Essa era a aposta.

A aposta feita por Zacarias de Góis ao nomear o marquês de Caxias foi ousada. Primeiramente, porque eram de partidos políticos opostos e não era recorrente um liberal nomear um conservador (ou o inverso) a um cargo tão estratégico quanto este. Em segundo lugar, a relação harmônica dos dois talvez fosse duvidosa pelo menos desde o início da década de 1860. Naqueles anos uma movimentação liberal capitaneada, dentre outros, por Zacarias, fez surgir na política imperial o fenômeno da Liga Progressista, e um de seus resultados imediatos foi precisamente a queda do gabinete que era naquela ocasião chefiado por Caxias. Não bastasse isso, ainda havia um entrave de ordem maior à investidura de Caxias: o ministro da guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Tendo sido mantido por Zacarias quando da montagem de seu terceiro gabinete, Ângelo Muniz ocupava a pasta da guerra desde o início do conflito com o Paraguai. Ele era, no entanto, o único rival de Caxias no exército e esse era um dos motivos, se não o único, que explicavam a ausência, até aquele momento, de Caxias no teatro da guerra. Para ter o famoso militar no comando das forças brasileiras, Zacarias de Góis teve de demitir o seu ministro. Agir desse modo, possivelmente o velho político liberal compreendia, era colocar em risco a própria sustentação do gabinete. Mas esse era o preço a ser pago pela aposta e a guerra, que se arrastava há tempos, deveria ser colocada à frente de quaisquer rugas parlamentares.⁷⁶

Com efeito, com o passar das semanas os ânimos entre Caxias e Zacarias caminharam de mal a pior e, por consequência, o ministério foi enfraquecendo e perdendo inclusive o apoio de seu antigo entusiasta, o imperador. Uma divergência com Pedro II em relação a nomeação de um Senador disparou o gatilho para o desfecho final do gabinete. Zacarias não pode aguentar e solicitou a renúncia: “Pedi respeitosamente que me dispensasse de indicar nomes e depois de longo silêncio ordenou-me que

⁷⁵ As informações estão em: Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos (orgs.). *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1917, pp.126-128. Maria Fernanda Vieira Martins. *A velha arte de governar*, p.174 e p.231. Adriana Barreto de Souza. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.298 e p.571. Caxias, além disso, foi o único na monarquia brasileira agraciado com o título de duque.

⁷⁶ No lugar de Ângelo Muniz da Silva Ferraz entrou João Lustosa da Cunha Paranaguá. Por sua saída, Ângelo Muniz foi agraciado com o título de barão de Uruguaiana. Além de substituir o ministro da Guerra, Caxias fez com que se substituísse o comandante da esquadra brasileira (saiu Tamandaré e entrou no seu lugar o futuro visconde de Inhaúma) e o presidente da província do Rio Grande do Sul. Wilma Peres Costa. *A espada de Dâmocles*, pp.249-252. Francisco Doratioto. *Maldita Guerra*, pp.252-253.

chamasse ao Paço de São Cristóvão o Sr. Visconde de Itaboraí para incumbi-lo da organização do novo ministério.”⁷⁷

Ao lado de Eusébio de Queiróz e de Paulino José Soares de Souza (visconde do Uruguai), Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí) foi um dos líderes articuladores do Regresso Conservador na primeira metade do século XIX. Os três estavam intimamente ligados à elite agrária do centro-sul do Império do Brasil, notadamente à bacia do Vale do Paraíba. Formaram o núcleo histórico do Partido Conservador e defenderam tanto na imprensa como no Parlamento a reabertura do tráfico transatlântico de escravos.⁷⁸

Itaboraí aceitou a incumbência, mas com alguma hesitação. Ficava claro no programa do ministério que a guerra seria o foro do gabinete. Paulino José Soares de Souza, filho do visconde de Uruguai, José de Alencar, José Maria da Silva Paranhos, o barão de Cotegipe, o visconde de Muritiba e Joaquim Antônio Fernandes Leão foram chamados para a composição do novo gabinete. Todos, políticos conservadores com carreiras consolidadas e ligadas, de modos distintos, aos interesses escravistas.⁷⁹ Qualquer medida tendente à emancipação dificilmente seria levada adiante por esse grupo. Em última instância, portanto, a derrota em Curupaiti abriu espaço para a queda dos liberais, que estavam no poder desde 1862, e a nova ascensão dos conservadores. Esse movimento, por sua vez, retirou a emancipação da agenda política imediata. Avesso à emancipação, Itaboraí tinha repertório político suficientemente forte para ajudar a criar o ambiente interno necessário às ações brasileiras no teatro da guerra e, ademais, não havia nenhum tipo de atrito entre ele e o comandante das forças brasileiras, o marquês de Caxias.

Deste modo, portanto, é possível afirmar que, se o início da Guerra do Paraguai não trouxe o abandono da ideia da emancipação, que entrou na agenda imperial pelo desenlace da Guerra Civil Americana, o ano de 1868 pôs, de fato, a questão em espera no âmbito da política imperial. Nem sequer a prevista discussão final do projeto de liberdade de ventre no Conselho de Estado, o segundo que seria reescrito por Nabuco de Araújo, condição necessária para encaminhá-lo a Câmara dos Deputados como o

⁷⁷ Nota de Zacarias de Góis e Vasconcelos, datada de 14 de julho de 1868. Apud. Roderick Barman. *Imperador cidadão*, p.318.

⁷⁸ Sobre o período veja-se: Ilmar Rohloff Matos. *O Tempo Saquarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987. Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Alain El Youssef. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeios, 2016.

⁷⁹ Barão de Javary. *Organizações e programmas ministeriaes desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, pp.151-152.

próprio imperador declarou na última Fala do Trono, chegou a ocorrer. A necessidade de pôr termo à morosa guerra eclipsou a urgência do encaminhamento da chamada questão servil.

A volta dos conservadores ao poder: o fim da emancipação?

Itaboraí cumpriu bem a missão para a qual foi designado. A tão esperada queda da fortaleza de Humaitá, pouco tempo após a nomeação do visconde, contribuiu para fortalecer a ideia de que seu ministério era o ideal para o encaminhamento da guerra. Mas, se ao longo do seu ministério ela finalmente foi concluída, o mesmo não se pode dizer acerca da emancipação dos escravos. Amparados no argumento de que nada deveria desviar a atenção da Guerra do Paraguai, os conservadores alinhados a Itaboraí tomaram posse do ministério ignorando todos os trabalhos emancipatórios concebidos no Conselho de Estado. A reforma servil não se desenvolveria em suas mãos.

Sem dúvida, deixar a questão servil de lado apenas seria possível enquanto o conflito platino durasse. Por quatro anos (1864 a 1868), o delicado tema visitou os palcos da política imperial. Restringindo-se em alcance de debate, é verdade, aos limites do Conselho de Estado, foi, contudo, publicizado em Falas do Trono e na resposta do governo a Junta Francesa de Emancipação. Somente a necessidade de findar a guerra e não outra coisa é que pôs, portanto, a questão em compasso de espera. Finalizar a guerra era o compromisso do gabinete de 1868 e, deste modo, não é exagero dizer que seu destino estava condicionado ao próprio destino da guerra, na medida em que esta era a sua razão de existência. O foco na guerra escusava os conservadores de tratarem do tema da emancipação de escravos, mas dado o grau de desenvolvimento que o assunto havia conhecido nos últimos anos, a tolerância de seu silêncio teria igualmente a mesma duração que a guerra.

O primeiro claro sinal disso ocorreu em virtude das discussões entre Itaboraí e Pedro II acerca das Falas do Trono de 1869 e 1870. Pela vontade do imperador, a questão do elemento servil deveria ter aparecido em ambas, mas o gabinete compreendeu que não havia a menor necessidade de inseri-la. Nas duas ocasiões o gabinete recusou a presença do tópico nas aberturas legislativas. Em 1869, argumentaram sobre a imprudência de levantar o tema num contexto tão difícil quanto aquele que o país então vivia. O elemento servil, assim, não foi mencionado; todos compreendiam que a guerra estava em primeiro plano. Mas o que foi aceitável em 1869

deixou de sê-lo em 1870, quando o conflito platino chegou ao fim. A recusa em inserir o problema da emancipação na Fala do Trono daquele ano acabou criando certa perturbação política, uma vez em que não havia mais o óbice da guerra.⁸⁰

Nos preparativos de abertura do ano legislativo (que se iniciou em maio de 1870), o imperador começou a insistir com Itaboraí sobre a necessidade da emancipação. Pouco tempo depois da derrota de Solano López, e precisamente por conta disso, o monarca escreveu ao visconde:

Não sei quando se abrirão as Câmaras: porém é necessário que eu possa a tempo examinar o projeto da fala do trono.

(...) entendo que seria um grande erro o não dizer o governo alguma coisa sobre a questão da emancipação na fala do trono. (...)

Escuso dizer que tudo o que lhe acabo de escrever será sabido unicamente do ministério, que muito estimarei concorde comigo na necessidade que sempre lhe tenho exposto de alguma coisa fazer-se na fala do Trono a respeito desse assunto, de que todos parecem ocupar-se menos o governo.⁸¹

Nos dias 4, 5 e 6 de maio, o monarca reuniu-se com o conselho de ministros e voltou a manifestar repetidamente sua vontade de ter o tópico inserido na Fala do Trono. A opinião de todos os ministros foi ouvida, o que não era usual para aquela finalidade, mas o ministério, com a exceção de dois membros, fez-se impassível perante a solicitação real. A única concessão feita foi a uma emenda proposta por Pedro II no projeto da Fala do Trono: complementar a sentença “suprimento de braços para a agricultura, a principal fonte de nossa riqueza” com “suprimento de braços livres para a agricultura, a principal fonte de nossa riqueza”. De fato, essa expressão sutil e extremamente encoberta foi o único espaço concedido ao tema da escravidão na abertura da sessão legislativa de 1870.⁸²

A discordância entre os poderes moderador e executivo não eram positivas ao bom andamento das instituições imperiais. Foi talvez com essa preocupação que

⁸⁰ Cf. Jeffrey Needell. *The Party of Order*, pp.254-255. No plano internacional, em 1869 e 1870, os abolicionistas da França, da Inglaterra e da Espanha reunidos Conferência Internacional Contra a Escravidão e a *British and Foreign Anti-Slavery Society* escreveram, respectivamente, uma carta ao “povo brasileiro” e outra ao conde D’Eu clamando para que a escravidão findasse no Brasil. Cf. *Anti-Slavery Reporter, under the sanction of the British and Foreign Anti-Slavery Society*. Vols. 16-19 (1868-1875). Nendeln, Liechtenstein: Kraus Reprint, 1969. June 30, 1870, p.112 e October 1, 1869, p.260.

⁸¹ Carta de Pedro II a Itaboraí. 1 de Maio de 1870. Apud. Roderick Barman. *Imperador cidadão*, pp.330-331.

⁸² Cf. Roderick Barman. *Imperador cidadão*, pp. 331-332. Contudo, infelizmente, o historiador não cita quais foram os dois ministros que concordaram com o imperador.

Itaboraí e Paulino José Soares de Souza trocaram cartas nessa ocasião. Amparado nas ideias políticas de seu pai, Paulino confidenciou a Itaboraí que, se o ministro não concordasse com os planos políticos que o imperador tinha em mente, o mais sensato seria a renúncia. Não era possível governar sem concordância com o monarca.⁸³

A falta de acordo dificultava muito as coisas, mas, mais do que isso, havia ainda outra questão em jogo. Concordar com a ideia de emancipação era, para os políticos saquaremas daquele gabinete, negar toda sua história pregressa sua base social escravista, centrada notadamente na bacia do rio Paraíba, que lhes dava suporte e de onde, efetivamente, muitos deles despontaram. Contrariar aquilo que lhes formou e lhes sustentava poderia ser danoso a todos. Como escreveu o barão de Cotegipe:

O gabinete perderá força e dignidade, pois será dito, corretamente, como já o é por aqui e ali, que Sua Majestade impõe sobre nós e nós aceitamos a imposição por amor ao poder. Tal ideia é prejudicial para a Coroa e para nós, seus ministros.⁸⁴

Dessa delicada situação o gabinete saiu vencedor. Sua resistência fez com que nenhuma linha sobre os escravos fosse escrita na versão final da Fala do Trono. Lida em 6 de maio de 1870, esta era muito mais um panegirico a vitória na Guerra do Paraguai do que qualquer outra coisa.⁸⁵

O silêncio da questão servil na Fala do Trono num contexto em que o contencioso no Paraguai já tinha sido solucionado criou um ambiente de certo modo incompreensível no Parlamento. Uma vez em que o tema foi anunciado em 1867, repetido no ano seguinte e apenas deixado de lado em 1869 por conta da guerra, havia a expectativa de que, de alguma forma, ele voltaria a ser tratado após a conclusão do conflito platino.

Foi a ausência de sua enunciação no início dos trabalhos de 1870 que deu motivos para que a voz de Jerônimo José Teixeira Júnior se erguesse e fosse ouvida no dia 9 de maio daquele ano na Câmara dos Deputados. Como no dia 7 de maio não houve quórum o suficiente, o dia 9 tratou-se efetivamente da primeira sessão na Câmara naquele ano e o deputado pelo Partido Conservador requereu urgência para mandar ao governo imperial uma interpelação. Ela foi lida na sessão seguinte e questionava “qual o

⁸³ Cf. Jeffrey Needell. *The Party of Order*, p.255 e nota 88 p.409.

⁸⁴ Barão de Cotegipe. Despacho de 4 de Maio de 1871. Apud. Jeffrey Needell. *The Party of Order*, p.255.

⁸⁵ Para a Fala do Trono na íntegra veja-se: *Falas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara Temporaria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, pp. 659-661.

pensamento do governo imperial sobre a solução da grave questão do elemento servil do império?” O conde de Baependi, fazendeiro em Vassouras e 1º secretário do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, então presidente da Câmara, declarou que a interpelação seria dirigida a Itaboraí e designou a sessão do dia 14 de maio para sua discussão.⁸⁶

Eleito pela província do Rio de Janeiro, Jerônimo José Teixeira Júnior, visconde do Cruzeiro (1888), era filho de Jerônimo José Teixeira, comerciante português que se estabeleceu na Corte e se casou com Ana Maria Neto Leme, filha de João Neto Carneiro Leme (comerciante de alimentos e de escravos entre o Valongo e as províncias de Minas e Rio). Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná, era tio de Teixeira Júnior, uma relação que, consoante aos padrões da época, se estreitou quando este contraiu matrimônio com a filha daquele. Do casamento com a prima, nasceram cinco filhos e todos eles se casaram com membros da elite agrária. Destaca-se, nesse sentido, o matrimônio da filha mais nova com Paulino José Soares de Souza, homônimo de seu pai, o visconde de Uruguai. O apoio que recebeu de importantes fazendeiros vale-paraibanos, como os barões do Rio Preto, da Paraíba e de Paty do Alferes, para sua eleição à Câmara apenas corrobora que o deputado pelo Partido Conservador era um verdadeiro representante da elite agrária fluminense. Além da atuação política (chegou inclusive ao Senado e ao Conselho de Estado), inspirada e estimulada pelo seu tio-sogro, Teixeira Júnior, tal qual seu pai, também trabalhou no mundo financeiro e chegou à vice-presidência da Estrada de Ferro D. Pedro II (1859) e à diretoria do Banco do Brasil (1865).⁸⁷

No dia de discussão da interpelação, Teixeira Júnior, honrando suas raízes conservadoras, deixou claro já de início a sua simpatia pelo gabinete chefiado por Itaboraí, e expôs que fez o questionamento ao governo por conta da incerteza na qual o gabinete de Zacarias havia deixado o tópico do elemento servil. De acordo com o deputado, ao anunciar nas Falas do Trono de 1867 e 1868 a questão da emancipação

⁸⁶ Cf. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados*. Doravante ACD. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1870. Sessões de 9 e 11 de Maio de 1870, pp.11-12. O conde de Baependi era filho do marquês de Baependi e irmão de Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Costa e Gama, barão de Santa Mônica (1882) e de Manuel Jacinto Carneiro da Costa e Gama, barão de Juparanã (1874). Os dois assinaram a petição da cidade de Valença contra o ventre livre. As informações acerca dele foram retiradas do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Anno de 1870*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1870, p.325 e p.123 da seção provincial. Jeffrey Needell. *The Party of Order*, p.329.

⁸⁷ As informações acerca de Teixeira Júnior foram retiradas de Maria Fernanda Vieira Martins. *A velha arte de governar*, pp.205-221 e p.239.

escrava, o gabinete Zacarias agiu de modo imprudente, não tanto por levantar a questão, mas, sobretudo por não concluí-la e deixa-la em aberto, o que era ainda pior. O problema de suscitar o tópico e não finalizá-lo residia no fato de criar expectativas incertas quanto ao futuro da escravidão, o que gerava entraves ao bom funcionamento dos estabelecimentos agrícolas. Falando em nome dos proprietários de escravos, o deputado argumentou com a autoridade de quem conhecia de perto tanto a realidade agrícola quanto o mundo financeiro:

O laborioso agricultor que procura desenvolver as suas forças não acha mais facilmente o crédito que até então se encontrava; e aqueles que, sob a pressão de cautelosos credores, buscam liquidar-se para salvar o resto de suas fortunas não podem achar senão ruinosos preços para os seus estabelecimentos. Os capitalistas e os compradores respondem-lhes com a fatídica ameaça do gabinete de 3 de Agosto: *“Esperai a solução da questão da emancipação prometida pelo governo imperial em 1867; não sabemos o que valem vossos bens!”*⁸⁸

A agricultura sofria, no diagnóstico de Teixeira Júnior, problemas financeiros advindos da insensatez criada pelos pronunciamentos do governo imperial. Desvalorização da propriedade e perda do poder de contratação de crédito eram fatores que desmoralizavam os senhores e enfraqueciam a ordem senhorial escravista. Não era outra a preocupação do deputado ao apresentar sua interpelação, senão encontrar o remédio que restabelecesse essa mesma ordem no Brasil.

Ele esperava que o gabinete tomasse para si a missão de resolver a questão da emancipação evitando prejuízos e calamidades não apenas aos proprietários de escravos individualmente, mas à toda ordem senhorial. Uma demanda próxima daquilo que, em 1867, defendeu Nabuco de Araújo quando da primeira vez que o tema visitou o Conselho de Estado. A noção, de fato, era a mesma. Se o futuro da escravidão estava internacionalmente comprometido, havia igualmente a necessidade de dirigir e formatar esse processo garantindo ao máximo possível a manutenção do regime social vigente. Assim, Teixeira Júnior definiu o papel do Partido Conservador:

E, portanto, o que deve querer o Partido Conservador é que essa grave questão possa resolver-se prudente e cautelosamente sem grande abalo social, *respeitando-se o direito de propriedade*, garantindo-se os legítimos interesses

⁸⁸ Cf. ACD. Sessão de 14 de Maio de 1870, p.21. Grifos no original.

da nação e salvaguardando-se a tranquilidade, a segurança e a riqueza pública. O Partido Conservador não pode abandonar às discussões dos clubes e da praça pública uma questão tão incandescente, e cuja *boa solução exige ser dirigida* pelos poderes do Estado.⁸⁹

Por que a solução da emancipação exigia “ser dirigida pelos poderes do Estado”? Completando a constatação de ruptura de equilíbrio de manutenção do cativeiro no cenário internacional causado pelo desfecho da Guerra Civil Americana, Teixeira Júnior adicionou à discussão um tópico novo: a tímida, porém crescente manifestação pró-emancipação que se fazia observar no Brasil, notadamente depois da reversão ministerial de 1868. Além da ala radical do Partido Liberal inserir em seu programa a abolição, despontou pelo Império, apenas entre 1868 e 1870, um total de dezenove associações abolicionistas. Nos tribunais de São Paulo, Luiz Gama, que anunciava na imprensa o oferecimento gratuito de seus serviços como rábula, audaciosamente conseguia a liberdade de escravos por meio da interpretação radical da lei de 1831 e, finalmente, as províncias aprovavam fundos de emancipação.⁹⁰ Assim, diante desse quadro, a questão exigia ser dirigida, pois continha em si um caráter “tão incandescente” que, caso fosse abandonada pelos poderes do Estado, os “clubes” e a “praça pública”, isto é, a sociedade civil e a imprensa, corriam o risco de se incendiarem em paixões emancipacionistas. A irracionalidade e a cegueira, própria das paixões, abalaria sensivelmente a sociedade, desrespeitaria o direito de propriedade e obstaría a salvaguarda da “tranquilidade, [d]a segurança e [d]a riqueza pública”. Sem dúvidas, todos esses elementos diziam respeito à manutenção dos interesses agrário-escravistas que, na fala de Teixeira Júnior, confundiam-se com a garantia dos interesses nacionais. Contudo, quem seria capaz de resistir à paixão e conduzir o processo de emancipação com prejuízos mínimos à agricultura? O Partido Conservador, dirigente por excelência do Estado brasileiro. Como a agricultura já sofria pela indefinição do tema,urgia a

⁸⁹ Cf. ACD. Sessão de 14 de Maio de 1870, p.23. Grifos meus.

⁹⁰ Sobre as associações abolicionistas: Angela Alonso. *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*, p.39, pp.93-98 e p.436. Cf. tb. Celso Thomas Castilho. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian political citizenship*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016, pp.22-52. Para a atuação de Luiz Gama veja-se: Elciene Azevedo. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp.95-146; Angela Alonso. *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*, pp.103-109. Os fundos de emancipação aprovados nas províncias aparecem no discurso de 1871 de Teodoro Machado, então Ministro da agricultura. Cf. ACD. Sessão de 13 de julho de 1871, Tomo III, pp.126-129. Para uma síntese que dá conta da amplitude dos acontecimentos, veja-se: Emília Viotti da Costa. “Brazil: the age of reform, 1870-1889”. In: Leslie Bethell (org.). *The Cambridge History of Latin America. (Volumem V.) c.1870 to 1930*, 1986, pp.725-777.

necessidade de se antecipar ao incêndio e dirigir a solução do problema da emancipação.

Ao final de sua fala, Teixeira Júnior perguntou se o governo pretendia ou não “iniciar as medidas que exigem a incerteza e ansiedade em que estão todos os interesses da sociedade”. Reconheceu que “a questão da emancipação no Brasil não se entende unicamente com a liberdade do escravo. Ela pode importar o abalo de todas as relações sociais, e até da tranquilidade e segurança pública.”⁹¹ Fundindo a atribuição concebida ao Partido Conservador com a história recente, alertava:

Aos poderes do Estado cumpre evitar os males horrorosos que a emancipação rápida e sem transição causou sempre em todos os países em que tal calamidade se tem dado.

Aí está a história contemporânea apresentando os exemplos do Haiti, das colônias francesas em 1846, e dos Estados Unidos durante a espantosa guerra civil que ainda há bem pouco tempo tanto impressionou o mundo civilizado.⁹²

Assim, manifestando clara preocupação em administrar o futuro, adiantando-se e dando o tom da reforma vindoura, Teixeira Júnior antecipou o que seria a estratégia de defesa da emancipação perpetrada pelo gabinete Rio Branco: a liberdade do ventre como a última palavra na legislação escravista do Império, aquela que readequaria o Brasil ao quadro internacional e conteria toda e qualquer radicalização do processo de emancipação. A resposta do visconde de Itaboraí, contudo, foi a mais decepcionante que Teixeira Júnior poderia esperar. O autor da interpelação tinha como expectativa a ação de um político *conservador dirigente*, mas o que encontrou foi um *conservador emperrado*. Segundo o visconde, eram raros os brasileiros que não desejavam o fim da escravidão, isso porque o país estava inspirado pelos “dogmas da civilização moderna”. Apesar disso, ele lembrava que abolir a escravidão, regime de trabalho que estava arraigado há mais de três séculos no Brasil, importava “uma profunda transformação da vida social” e, se assim o era,

o governo não pode, não deve enunciar pensamento, nem indicar medida que não seja maduramente refletida, que não seja firmada em dados estatísticos

⁹¹ Cf. ACD. Sessão de 14 de Maio de 1870, pp.24-25.

⁹² Cf. ACD. Sessão de 14 de Maio de 1870, p.25.

(*apoiados*), que ainda nos falecem, sem estar convencido de que exprime a genuína vontade nacional.(*Muito bem; muitos apoiados.*)⁹³

Além disso, a Guerra do Paraguai, mesmo que já finalizada, continuava a exigir sacrifícios ao Império de tal modo que não se podia agitar o espírito público com um assunto tão delicado.

Apenas pontuando entraves à emancipação, o visconde de Itaboraí esquivava-se de responder diretamente a interpelação. Assim, não dizia que ajudaria na resolução da questão, mas também não afirmava que era contrário a seus pressupostos. Mesmo parecendo o contrário, o líder saquarema era coerente em seu discurso. Começou dizendo que quase ninguém queria a manutenção do cativeiro, pois os tempos da civilização moderna eram outros. Por um lado, de maneira hábil não se incluiu diretamente nessa exceção, mesmo que toda sua carreira política e sua ardente defesa da reabertura do tráfico de escravos efetivamente demonstrassem o contrário. Por outro, não mostrou nenhuma simpatia à ideia de inserir nos tópicos do governo a emancipação escrava. Limitou-se, ao fim de sua fala, a dizer que se alguém submetesse à Câmara dos Deputados algo do tipo o assunto seria debatido.⁹⁴

José de Alencar, que, em 1867, sob o pseudônimo de Erasmo, havia publicamente censurado o imperador por conta da resposta do governo à Junta Francesa de Emancipação, pela libertação de escravos para lutarem na Guerra do Paraguai e também por conta da inserção da questão servil na Fala Trono⁹⁵, secundou Itaboraí, aprimorando seu argumento inicial:

(...) raros serão os brasileiros que aceitem a instituição da escravidão como uma instituição legítima. Todos nós brasileiros desejamos ardentemente ver desaparecer do país essa instituição, todos nós brasileiros fazemos votos para que deixemos de formar *no mundo civilizado a exceção triste* (digamos a verdade), *que muito breve teremos infelizmente de constituir*.⁹⁶

⁹³ Cf. ACD. Sessão de 14 de Maio de 1870, p.26.

⁹⁴ A resposta de Itaboraí circulou no Anti-Slavery Reporter. O chefe de gabinete foi ali censurado e os redatores escreveram que “Os políticos dos estados sulistas da União Americana falavam, dez anos atrás, como o presidente brasileiro fala. (...) Eles não leram os sinais dos tempos, mas tornaram-se impotentes antes da força acumulativa dos eventos. Eles escreviam, discursavam e lutavam por direitos e propriedades em escravos; eles provocaram a guerra e as consequências foram terríveis.” Cf. *Anti-Slavery Reporter, under the sanction of the British and Foreign Anti-Slavery Society*. Vols. 16-19 (1868-1875). Nendeln, Liechtenstein: Kraus Reprint, 1969. June 30, 1870, pp. 25-27.

⁹⁵ Ver, sobre isso, particularmente a segunda carta compilada em José de Alencar. *Cartas a favor da escravidão*. Organização Tâmis Parron. São Paulo: Hedra, 2008, pp.55-76.

⁹⁶ Cf. ACD. Sessão de 14 de Maio de 1870, p.27. Grifos meus.

E, depositando fé na iniciativa particular como promotora de reformas, acrescentava que o povo

legisla melhor pela educação e pelos costumes do que podem legislar os representantes da nação por meio de leis expressas, *que serão letra morta se não germen de graves perturbações, quando não se conformarem com o espírito e a índole da sociedade.*⁹⁷

Muito possivelmente, ao enunciar a “exceção triste que muito breve” o Brasil se constituiria, José de Alencar tinha em mente o contínuo avanço abolicionista no Império Espanhol que, poucos dias após a discussão da interpelação de Teixeira Júnior, foi capaz de encaminhar às cortes espanholas pelas mãos de Segismundo Moret um projeto de emancipação muito semelhante ao que se pretendia no Brasil, mas que lá foi aprovado naquele mesmo ano.⁹⁸

Quanto à segunda assertiva do deputado-romancista, a mensagem que se passava era clara. De nada adiantava a promulgação de uma lei sem que ela tivesse respaldo na sociedade sobre a qual recairia. Se isso ocorresse, seria letra morta. Quando o assunto era a escravidão e, em particular, os meios a cerceá-la, fosse ao acesso ou ao direito de propriedade, a história do Brasil contribuía com um exemplo vivo demonstrando a capacidade da anulação prática dessa legislação pelo “espírito e a índole da sociedade”. Todos ali presentes lembravam muito bem que não fora outro o caso na década de 1830, e poderia muito bem o sê-lo agora, em 1870. Por esta razão, José de Alencar recomendava o exato oposto daquilo que Teixeira Júnior propunha: que ninguém se apressasse adiantando algo que poderia não corresponder às aspirações da sociedade brasileira, em geral, e dos fazendeiros e proprietários de escravos, em particular.

Teixeira Júnior, desapontado, como ele mesmo declarou, com Itaboraí e José de Alencar, notáveis expoentes do Partido Conservador que ele admirava há muito, disse ao final da sessão que “o pior sistema, a meu ver, é a inércia a que o governo se condena”. Na inércia, o futuro da agricultura estaria incerto. Não foi possível acalmar os ânimos que ele via agitados na agricultura.⁹⁹

⁹⁷ Cf. ACD. Sessão de 14 de Maio de 1870, p.27. Grifos meus.

⁹⁸ Para a abolição da escravidão no Império Espanhol, particularmente Cuba, ver: Rebecca J. Scott. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Christopher Schmidt-Nowara. *Empire and Antislavery: Spain, Cuba and Puerto Rico, 1833-1874*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999. Este último relaciona o avanço do abolicionismo espanhol com a Guerra Civil Americana.

⁹⁹ Cf. ACD. Sessão de 14 de Maio de 1870, pp.29-30.

Mas o deputado não esmoreceu. Após reunir-se com deputados que coadunavam com as mesmas ideias, Teixeira Júnior requereu, na sessão de 23 de maio, a criação de uma comissão especial para dar um parecer sobre o elemento servil. A ideia era apresentar um estudo e um projeto frutos da ação coletiva de deputados. Despersonalizava-se assim a ideia fazendo com que ela ganhasse maior respaldo, pois passaria a ser obra de mais de uma cabeça. A votação pelos membros da comissão ocorreu na sessão seguinte, sendo escolhidos João José de Oliveira Junqueira, Francisco do Rego Barros Barreto, Domingos de Andrade Figueira, Rodrigo Augusto da Silva e o próprio Teixeira Júnior.¹⁰⁰ Assim eleita, a comissão não era coesa quanto à resolução do problema, e Rodrigo da Silva chegou inclusive a dar seu voto em separado ao da comissão.

Ao que tudo indica os saquaremas tentaram dificultar o trabalho da comissão. Quatro dias depois de ser eleita ela requisitou com urgência cópia dos projetos submetidos ao Conselho de Estado bem como dos pareceres dos conselheiros sobre o assunto em 1867 e 1868. No dia 1 de junho, os membros da comissão receberam do ministro da justiça a notícia de que ele não possuía nenhum projeto ou trabalho relativo ao tema. Vinte dias depois a mesma negativa foi recebida do ministro dos negócios do Império. Assim, no dia 30 de junho, os membros da comissão reiteraram o pedido na Câmara e, então, foram atendidos, mas apenas parcialmente: receberam só quatro atas do Conselho de Estado e a cópia do último projeto ali discutido.¹⁰¹

Já em 1871, foi possível saber o que se deu. Quando Zacarias saiu do ministério, Nabuco de Araújo entregou os trabalhos do Conselho de Estado a Itaboraí e este, por sua vez, os encaminhou ao então ministro da justiça, José de Alencar. No início de junho, poucos dias depois da comissão requisitar os trabalhos, Alencar saiu do ministério e em seu lugar entrou Joaquim Octavio Nebias, e foi ele quem respondeu à comissão. Não há indicação se Alencar não organizou a secretária e isso dificultou que Nebias encontrasse os trabalhos, ou se o primeiro simplesmente não transmitiu ao segundo a existência dessa documentação. Em última instância, também não se sabe se Alencar levou os trabalhos do Conselho de Estado consigo ao sair do ministério ou se

¹⁰⁰ Cf. ACD. Sessões de 23 e 24 de Maio de 1871. É de salientar que no dia 23 Raimundo Ferreira de Araújo Lima, deputado pelo Ceará, apresentou um projeto de liberdade do ventre. Perdigão Malheiro, deputado por Minas Gerais, apresentou quatro projetos que propunham, respectivamente: 1) o fim da pena de açoites aos escravos; 2) a regulação das alforrias; 3) ventre livre (os filhos da escrava deveriam trabalhar para os senhores até os 18 anos); 4) também regulando alforrias.

¹⁰¹ Cf. ACD. Sessão de 30 de Maio de 1871, p.90. Cf. tb. Relatório final da comissão especial da Câmara dos Deputados, encarregada de dar parecer sobre o elemento servil. ACD. Sessão de 16 de Agosto de 1871, pp.178-179.

Nebias deliberadamente faltou com a verdade aos membros da comissão. Todas são hipóteses válidas. O que chama atenção é o propósito, consciente ou não, de obstaculizar o trabalho a que a comissão se propunha e ao qual o gabinete parecia se opor. Ao fim e ao cabo, foi necessário que Itaboraí comunicasse a Nebias a possibilidade dos trabalhos do Conselho de Estado estarem na secretaria da justiça. Só então, mais de um mês depois, a comissão teve acesso aos trabalhos requisitados, contudo tão somente a uma parte deles e, ainda assim, não aos impressos, mas sim aos manuscritos.¹⁰²

Isso não enfraqueceu o brio da comissão que, certamente a contragosto dos saquaremas, entregou no dia 16 de agosto daquele ano seu relatório final, que ocupou mais de trinta páginas dos anais da Câmara dos Deputados e ainda acompanhava um projeto de emancipação.¹⁰³

O argumento daquilo que motivou o trabalho da comissão foi, na essência, idêntico ao que Teixeira Júnior manifestou no início daquele ano: a lavoura, principal fonte de riqueza do país, sofria com a indecisão da questão servil aberta pelo gabinete Zacarias. Era necessário não apenas retomar o tema, ignorado pelo atual gabinete, como também dirigi-lo de modo a evitar maiores prejuízos à agricultura. Essa ação, reconheciam, era altamente delicada e exigia grandes esforços. Ignorar o tópico era a pior decisão a ser tomada, como a história demonstrava com os exemplos do Haiti e dos Estados Unidos. Essa mesma história fornecia exemplos positivos, como as abolições graduais na Inglaterra e em Portugal. E eram nessas experiências pregressas de emancipações graduais que a comissão sustentava seus pressupostos, sempre deixando clara sua preocupação básica de preservar tanto o direito de propriedade quanto as forças produtivas do país.

O projeto que se apresentava era, no geral, muito semelhante a tudo aquilo que já se havia discutido no alto comando imperial acerca da emancipação escrava. Havia, porém, duas ligeiras diferenças oriundas da preocupação básica da comissão. A primeira delas era a ideia de que a escravidão degenerava o país e era necessário regenerá-lo, extirpando, lentamente e aos poucos, o cativeiro. Com isso o trabalho seria valorizado pela população livre e, assim, a emancipação dos escravos concorreria com o acréscimo

¹⁰² Cf. AS. Sessão de 4 de Setembro de 1871, p.32. Barão de Javary. *Organizações e programmas ministeriaes*, p.152.

¹⁰³ Além de estar presente nos anais da Câmara, o parecer completo bem como o projeto da comissão também podem ser consultados em: *A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*, Brasília: Senado Federal, 2012, 2 vol., v.1, pp. 351-400. De onde retiro a base dos próximos parágrafos.

do trabalho livre. Deste modo, abria-se a possibilidade de manutenção das forças produtivas do país. Abolir a escravidão e não criar meios de sustentar a mão de obra na lavoura certamente levaria o Império à bancarrota.

A segunda residia no respeito à propriedade. Deixando de lado a categorização de ingênuo, os nascidos depois da lei seriam apenas considerados livres. Assim como antes, eles ficariam sobre os cuidados dos senhores, que teriam duas opções: 1) desfrutar dos serviços dos libertos até que eles completassem a maioridade, ou seja, 21 anos, o que indenizaria os proprietários com os gastos dispendidos na criação; 2) quando as crianças atingissem a idade dos 8 anos, os proprietários poderiam optar por receber do Estado um título de renda no valor de 500\$000, com taxa anual de juros de 6%, que se extinguiria em 30 anos. Nesse segundo caso, os libertos também continuariam com os senhores até os 21 anos, mas de outro modo. Entre 8 e 15 anos, eles permaneceriam sob os cuidados dos proprietários, mas trabalhariam de acordo com a idade. Já dos 15 aos 21, deveriam efetivamente trabalhar, mas ganhariam uma “retribuição módica”. Metade desta lhe seria entregue diretamente e a outra encaminhada a alguma instituição financeira para formar um pecúlio, que apenas seria restituído ao liberto quando ele completasse a maioridade. Os valores e a frequência do pagamento, contudo, não foram estabelecidos. Pelo projeto essa era uma atribuição fixada ao governo.

Vê-se já que a ideia de ventre livre, discutida no Conselho de Estado, foi deixada de lado. Os membros da comissão, de fato, abstiveram-se de discutir o princípio *partus sequitur ventrem* e optaram por privilegiar o princípio constitucional de indenização por desapropriação. Sem entrar na sutileza legislativa defendida por Nabuco de Araújo, o que se visava, uma vez mais, era garantir a manutenção da ordem senhorial, mas dessa vez acrescentava-se ainda o respeito ao direito da propriedade humana adquirido pelos senhores de escravos. Com esse acréscimo do respeito à propriedade, os membros da comissão pareciam atender aos clamores do barão de Muritiba em 1868, mas também conformar o projeto com a definição do papel do Partido Conservador no processo de emancipação, defendida por Teixeira Júnior na sessão de 14 de maio. Isso foi, sem dúvida, uma grande novidade em relação às discussões do Conselho de Estado, e que não seria esquecida em 1871.

Mantinhm-se a matrícula dos escravos, a restrição da separação de famílias (filhos menores de 8 anos acompanhavam as mães em casos de alienação), os “favores” aos escravos que constavam no projeto de 1868 e a libertação dos escravos de nação.

Restringiram-se dois pontos: as ordens religiosas receberiam apenas a restrição de não poder mais comprar escravos e não eram mais obrigadas a libertá-los; resguardando o princípio da soberania doméstica, o pecúlio que antes seria reconhecido como um direito e deveria ser obrigatoriamente aceito pela liberdade do escravo passava a ser apenas reconhecido se houvesse a autorização do senhor.

Houve ainda a defesa de que a promulgação desse projeto de lei não sacrificaria a agricultura. Fazendo referência aos relatórios do ministério da fazenda para os anos de 1864-1865 e 1868-1869 e do *Special Report of the Paris Anti Slavery Conference*, de 1867, o relatório da comissão especial pontuava que as exportações brasileiras aumentavam a despeito do número de escravos no país diminuir. Assim, a falta de escravos não levava, necessariamente, a um fracasso agrícola. O que não se cogitava era a possibilidade dos proprietários de escravos estarem fazendo um uso muito mais racional da mão de obra a seu dispor introduzindo, inclusive, melhorias tecnológicas nas lavouras de modo a potencializar a produção agrícola.¹⁰⁴ Por outro lado, fez-se uma viva referência aos Estados Unidos. De acordo com os membros da comissão, o fato de não haver uma clara divisão regional sobre a escravidão no Brasil concorria para que o se dera lá não se sucedesse aqui. Os prognósticos negativos de que o fim da escravidão traria desordem à produção algodoeira do sul foram rebatidos com a constatação de que

após a violenta crise por que passaram aqueles Estados, e da quase cessação do trabalho agrícola, veio a reação favorável e os libertos tem-se entregado aos trabalhos rurais de forma tal que a produção do algodão vai-se aproximando ao que era antes da Guerra de Secessão.¹⁰⁵

O vizinho do norte, outrora anteparo dos escravistas brasileiros, reforçava a mensagem de 1865 sobre a necessidade de encaminhar ao fim a escravidão, e passava agora também a figurar como um exemplo, e talvez um estímulo, à possibilidade de emancipação e da constituição de uma agricultura com braços livres no Brasil.

Domingos de Andrade Figueira e Rodrigo Augusto da Silva, membros da comissão, discordavam de tudo isso. Andrade Figueira cursou direito em São Paulo e foi secretário de Diogo Luiz Pereira de Vasconcelos, quando este ocupava a presidência

¹⁰⁴ Com efeito, tanto o incremento técnico das fazendas produtoras de café quanto uma maior racionalização da mão de obra escrava estiveram presentes no horizonte administrativo dos fazendeiros. Cf. Rafael de Bivar Marquese. *Administração & Escravidão*. São Paulo: Hucitec, 2010. (1º ed. 1999). pp.155-244.

¹⁰⁵ Cf. *A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*, Brasília: Senado Federal, 2012, 2 vol., v.1, p.387.

da província de Minas Gerais. Por meio de casamento ligou-se a família do barão de Rio Claro, importante fazendeiro da região de Barra Mansa, na ocasião do matrimônio de seu filho os laços com os fazendeiros aumentaram, pois Luís Marcondes, filho de Andrade Figueira, casou-se com Augusta Pinheiro, filha de produtores de café em Duas Barras e Cantagalo. Rodrigo da Silva era filho do barão de Tietê, comerciante de sucesso que dirigia em São Paulo uma filial do Banco do Brasil, e genro de Eusébio de Queiróz. Também formado em direito em São Paulo, quando se mudou para a corte pôde contar com a ajuda de seu amigo próximo, Teixeira Júnior.¹⁰⁶ Não obstante, Andrade Figueira foi vencido na forma do parecer e o Rodrigo da Silva apresentou um voto em separado que, na essência, foi a compilação de citações de outros políticos colocando entraves à emancipação escrava. Fundavam-se esses entraves no argumento de que a emancipação era inoportuna, pois estatisticamente se desconhecia por completo a situação da escravidão no Brasil. A realização de estudos estatísticos deveria ser a premissa básica para não “edificar no ar”.¹⁰⁷

Desgastado desde maio ao chocar-se com o monarca, a situação do ministério agravou-se ao final desse mês com a interpelação de Teixeira Júnior. O mesmo ocorria com o próprio Partido Conservador. A interpelação de Teixeira Júnior, as respostas de Itaboraí e de José de Alencar e o relatório final da comissão, deixavam claro que havia uma divergência interna no seio do Partido Conservador quanto ao tema da emancipação escrava. Preludiando os debates de 1871, de um lado, Teixeira Júnior, temendo que o adiamento em demasia de alguma resolução incendiasse a sociedade brasileira, capitaneou na Câmara dos Deputados um movimento de antecipação (que, em 1871, encontrou no visconde de Rio Branco seu principal expoente) com uma ideia muito simples: dirigir o problema da emancipação controlando seus efeitos perversos sobre a agricultura e evitando todo e qualquer radicalismo. De outro lado, os saquaremas, emperrados que estavam, não conseguiam perceber que os tempos haviam mudado, isto é, que a defesa irrestrita da escravidão deixava de ser uma prática política vitoriosa e dava lugar a projetos como este de 1870, que visavam muito mais manter a

¹⁰⁶ As informações sobre Andrade Figueira foram retiradas de Ricardo Salles. *E o vale era o escravo*, p.121. Sobre Rodrigo Augusto da Silva veja-se: Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, v. VII p.143; Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos (org.). *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, p.507; Maria Fernanda Vieira Martins. *A Velha Arte de Governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*, p.216; Jeffrey D. Needell. *The Party of Order. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*, p.260 e p.411 (nota).

¹⁰⁷ Idem, pp.400-427.

ordem senhorial e imperial do que propriamente acabar com a escravidão num futuro próximo.

Político experiente e o último expoente vivo da tríade saquarema, Itaboraí sabia que com uma Câmara dos Deputados disposta a levantar e prosseguir em uma questão que ele vivamente se opunha, como era o caso da emancipação, ele não teria condições de continuar no cargo de presidente do conselho de ministros. Ademais, o próprio imperador apoiava a causa emancipacionista. Os tempos pareciam ter mudado e a antiga direção do Estado nacional brasileiro lentamente deixava as mãos que outrora o conduzia.

Neste cenário, o próprio Itaboraí pediu demissão e seu lugar, como que simbolicamente acenando à emancipação, foi ocupado pelo visconde de São Vicente. Nomeado com o intuito de fazer com que a liberdade do ventre fosse promulgada, o visconde de São Vicente contrariou as expectativas e não conseguiu agrupar um ministério suficientemente forte, nem tampouco a simpatia dos deputados imperiais. Reconhecendo a derrota, pediu demissão.¹⁰⁸ Em fevereiro de 1871, Pedro II nomeou um político de maior peso nas fileiras do Parlamento: José Maria da Silva Paranhos, agora visconde do Rio Branco, título pelo qual foi agraciado em virtude do importante papel que teve na assinatura do tratado de paz que pôs fim, em 1870, à Guerra do Paraguai.

Foi no seu gabinete que a discussão sobre a liberdade do ventre teve início na Câmara dos Deputados, em 12 de maio de 1871, quando Teodoro da Silva, então ministro da agricultura, discursou:

Augustos e digníssimos senhores representantes da nação. Não convindo que continue indecisa a solução da questão servil, urge dirigi-la com acerto por causa da fortuna particular e pública. Disposto o governo imperial a concorrer para que adoteis providências que realizem pausada, mas sucessivamente a emancipação da escravatura no Brasil, de ordem de S. M. o Imperador tenho a honra de apresentar-vos a proposta seguinte, na qual a sorte das gerações futuras e os direitos da propriedade existente são atendidos.¹⁰⁹

A fala foi clara e é de grande importância. A indecisão política acerca do tema se arrastou por mais de cinco anos, mas agora urgia a necessidade de se dirigi-la, não sem respeitar os direitos de uma propriedade que era em grande parte ilegal desde pelo

¹⁰⁸ O episódio foi narrado em detalhes em: Jeffrey D. Needell. *The Party of Order. The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*, pp.265-271.

¹⁰⁹ Cf. ACD, Sessão de 12 de Maio de 1871.

menos 1831. Dessa maneira, a mensagem estava dada: o governo reconhecia a escravidão enquanto uma propriedade legal e, portanto, pela via na qual ela era reconhecida é que seu fim deveria ser tratado. O projeto que o ministro apresentou era o projeto discutido no Conselho de Estado em 1868 com o acréscimo de um dos dispositivos do projeto da comissão de 1870: a indenização aos senhores que entregassem os filhos das escravas que completassem oito anos. Meses depois, com pouquíssimas modificações, essa peça ministerial foi aprovada no Parlamento.

A convulsão ali causada foi enorme. A historiografia reconhece que entre os meses de maio e setembro daquele ano travou-se um dos debates mais agitados que se pode encontrar nos anais parlamentares. Igualmente intenso foi o impacto causado num dos grupos mais interessados e preocupados com a questão, os fazendeiros do Vale do Paraíba, que se articularam maciçamente em oposição à emancipação escrava.

Capítulo 2 – O brado da lavoura, o 1º movimento peticionário

Entre os dias 22 de maio e 1 de setembro de 1871, foram elaboradas e enviadas ao Parlamento brasileiro, ao todo, trinta e sete representações contra a proposta de liberdade do ventre, provenientes da Paraíba do Sul, Pirai (duas representações), Valença, Rio Bonito, Bananal, Resende, Barra Mansa, Cabo Frio, Macaé, Cantagalo (duas representações), Santo Antônio de Pádua, Saquarema, Vassouras (duas representações), São Vicente de Paula, São Fidelis, Santa Maria Magdalena, Niterói, São Thomé das Letras, Cidade do Ubá, Sabará, Santa Bárbara do Monte Verde, Juiz de Fora, Mar de Hespanha, Itu, Capivari, Campinas, Indaiatuba, Jundiaí, Itapemirim (duas representações), S. Gonçalo do Una, Clube do Comércio do Rio de Janeiro, Clube da Lavoura e do Comércio e, por fim, de Ricardo Gumbleton Daunt, fazendeiro em Campinas. Esta ação coletiva, que contou com a participação de fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais e políticos, todos ligados, em maior ou menor grau, à agricultura escravista estruturada em torno da bacia do vale do rio Paraíba, pode ser considerada como o maior movimento peticionário da história do Império do Brasil até então.

Apesar de conhecida pelos especialistas, esta documentação ainda não foi devidamente trabalhada. Um dos resultados disso é a inexistência de uma precisão de seu número. Com o objetivo de trabalhar com a totalidade dessa série documental, foi empreendida uma extensa consulta em dois periódicos de grande circulação na província fluminense (*Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*), nos anais parlamentares referentes ao ano de 1871 e, finalmente, no Arquivo do Senado Federal.¹

Neste capítulo que se inicia, busca-se examinar esses documentos na sua totalidade e na sua particularidade. Reconhecê-los em sua totalidade significa tentar compreender o significado de sua ação conjunta no momento histórico em que foram elaborados, haja vista que são documentos que versam sobre uma mesma temática em um mesmo momento, mas que foram escritos por diversas mãos. Olhar para sua particularidade também é de fundamental importância, uma vez que essas representações eram diferentes em si. Todas as cidades possuíam escravos trabalhando na agricultura, mas em cada uma a importância do trabalho escravo poderia ser diversa,

¹ Agradeço a Tâmis Parron por disponibilizar cópia das representações arquivadas em Brasília.

bem como a plataforma e a formação de seus signatários principais. De fato, há representações de associações formadas por comerciantes e por fazendeiros e comerciantes. Ou seja, por mais que em termos históricos o significado geral possa ser o mesmo, individualmente os documentos podem nos revelar especificidades importantes.

Esta forma de se manifestar era um direito garantido pela Constituição de 1824, que reservava a todo cidadão a prerrogativa de apresentar por escrito “reclamações, queixas, ou petições” aos poderes legislativo e executivo. Portanto, em 1871, foi pela via institucionalmente legal, e não de outro modo, que os defensores da escravidão manifestaram sua contrariedade em relação à mudança que se propunha na escravidão brasileira.²

Sabendo-se que tal movimento envolveu mais de cinco mil indivíduos³, que deixaram de lado as tradicionais rivalidades políticas e se mobilizaram em 30 localidades distintas e em 2 organizações de classe, de onde veio a força para tamanha mobilização em bloco dos defensores da escravidão com o claro objetivo de influenciar o processo legislativo? A simples menção ao direito constitucional à petição não é capaz de explicar isso a contento, mas a história imperial, sim.

A atuação em bloco enquanto estratégia de ação contra uma proposta governista não era algo novo no horizonte político da classe senhorial escravista do Vale do Paraíba. Ela já fora utilizada na segunda metade da década de 1830, quando os fazendeiros do eixo Rio-Minas-São Paulo protestaram pela via peticionária para que o tráfico transatlântico de escravos, recém-fechado em acordo bilateral com a Inglaterra, fosse reaberto. A ação desses proprietários, acrescida de sua articulação com a cúpula do Partido Conservador, possibilitou a reabertura sistêmica do infame comércio sob a forma de contrabando.⁴ Em 1871, amparados na estratégia política pregressa, o mesmo grupo tentou intervir decisivamente no processo legislativo da liberdade do ventre

² Cf. *Constituição Política do Império do Brasil (25 de Março de 1824)*, título 8º, artigo 179, parágrafo 30. Cf. tb. Vantuil Pereira. *Ao Soberano Congresso. Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010 e Roberto Saba. *As vozes da nação. Atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. São Paulo: Annablume, 2012. Vantuil Pereira considerou que a atividade peticionária ao longo do Primeiro Reinado contribuiu para um processo de aprendizagem política e de desenvolvimento de cidadania entre os súditos do Império. Já Saba relacionou a experiência das representações com a existência de um governo representativo no Brasil e as avaliou como a expressão da intensa luta política travada no início do Segundo Reinado.

³ Infelizmente é impossível saber o número exato de fazendeiros que se mobilizaram pela via peticionária, uma vez que não possível localizar quatro das trinta e sete representações. O número dos subscritores das outras 33 representações totalizou o montante de 5.312.

⁴ Sobre o tema veja-se: Tâmis Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, pp. 84-90 e capítulos 2 e 3. Segundo o autor, “talvez no mínimo, vinte e três representações pró-tráfico” foram enviadas ao Parlamento brasileiro.

escravo, sem, contudo, lograr o mesmo sucesso. Ao que tudo indica, quando das discussões acerca da libertação dos sexagenários, a mesma tática também foi utilizada.⁵ Portanto, pode-se dizer que, ao longo da história do Império, a via peticionária configurou-se como uma estratégia política utilizada pelos senhores de escravos nos momentos em que sentiam que seus interesses na propriedade em homens encontravam-se potencialmente ameaçados pela ação legislativa nacional.

A investida senhorial contra a libertação do ventre pode ser dividida em dois momentos, a partir do andamento legislativo do projeto de 12 de maio de 1871. A ação inicial, encabeçada por cinco cidades do Vale do Paraíba, foi uma rápida e impetuosa resposta contrária à emancipação. Tratava-se do *primeiro movimento peticionário*, que tinha como objetivo primário obstruir o projeto do gabinete Rio Branco ainda no nascedouro, isto é, influenciar decisivamente a seu favor o parecer da comissão especial, eleita pela Câmara dos Deputados, para estudar a peça ministerial.⁶ Sem conseguir demover a comissão especial, que compôs um relatório positivo ao andamento do projeto do ventre livre, esse primeiro movimento dos fazendeiros teve seu propósito frustrado. Depois disso, qualquer tentativa dos senhores de barrar o projeto teria que ser forte o bastante para convencer o conjunto legislativo brasileiro que a razão estava do lado dos interesses agrário-escravistas. Sem desalento, os proprietários de escravos continuaram sua investida. Surgia, assim, o *segundo movimento peticionário*. Nele, efetivamente, a mobilização escravista ganhou mais força, adensou-se e expandiu-se geograficamente alcançando todas as grandes áreas de produção agrícola do sudeste do Império, bem como uma das freguesias da província de Pernambuco.

Paraíba do Sul

Quatro dias antes do projeto de liberdade do ventre chegar à Câmara dos Deputados, 12 fazendeiros da Paraíba do Sul, já preocupados quanto à manutenção da escravidão, reuniram-se na fazenda Boa Vista, propriedade de João Gomes Ribeiro de

⁵ Cf. Laura Janargin Pang. *The State and Agricultural Clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*, pp.359-362.

⁶ O processo que originou essa comissão ocorreu no mesmo dia em que o projeto de liberdade do ventre foi apresentado pelo Ministro da agricultura. Naquela sessão, o deputado pelo Maranhão, Cândido Mendes de Almeida, já conhecido pelo seu famoso *Atlas do Império do Brasil*, requereu a criação de uma comissão especial, eleita em regime de urgência e composta por cinco membros, para apreciar o projeto recém-apresentado. O requerimento só foi aprovado no dia 15, quando se procedeu a eleição dos membros constituintes da comissão. Cf. ACD. Sessão de 12 de Maio de 1871. Tomo I, pp.43-45. ACD. Sessão de 15 de Maio de 1871. Tomo I, p.47.

Avelar, barão (1848) e visconde (1876) da Paraíba. Com o objetivo de fazer com que os fazendeiros, representantes da “verdadeira opinião do país”, clamassem ao governo e ao Parlamento “por seus direitos” de tal modo a abafar “a voz importuna dos *poetas-filósofos*”, os agricultores ali presentes acordaram quanto à publicação de um anúncio nos jornais *O Parahybano* e *Diário do Rio de Janeiro*, convidando os demais fazendeiros da cidade a se agruparem “para tratarem dos meios legais e convenientes à sustentação de sua propriedade”. Pelo anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, a reunião ficou marcada para o dia 22 de maio de 1871.⁷

Talvez os fazendeiros da Paraíba do Sul, já organizados para discutirem a delicada situação em que a escravidão se encontrava, não tenham sido pegos de surpresa quando, em 12 de maio daquele ano, o gabinete Rio Branco apresentou o projeto de emancipação do ventre escravo à Câmara dos Deputados. A perturbação, contudo, deve ter suprido muito bem a falta de surpresa. Eles agiram de modo rápido e anunciaram, no dia 16 de maio, a criação do Clube dos Lavradores da Paraíba do Sul, que se reuniria pela primeira vez na data já estabelecida anteriormente, o dia 22. A finalidade: elaborar uma representação contra o projeto apresentado pelo governo.⁸

Chegado o dia da reunião, a intensa chuva não foi capaz de parar os fazendeiros daquela cidade, que se aglomeraram, sem a costumeira dissidência partidária oitocentista, na propriedade do barão da Paraíba.⁹ Na ocasião o barão foi aclamado presidente da reunião e José Francisco de Souza Werneck, o secretário. O barão da Paraíba, pertencente aos Riberio de Avellar, família de vastas posses em terras e escravos, era o chefe do Partido Liberal naquela cidade. Além de fazendeiro, José Francisco era subdelegado na Paraíba do Sul desde 1858.¹⁰ Contudo, o primeiro a ocupar a atenção dos presentes foi Martinho Álvares da Silva Campos.

Martinho Campos, médico que já havia participado de quatro legislaturas, conseguia prender a atenção de todos como ninguém, era um oposicionista por excelência. Ao lado do barão da Paraíba, era o homem mais importante do Partido

⁷ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 19 de Maio de 1871, p.1.

⁸ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 16 de Maio de 1871, p.1.

⁹ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 23 de Maio de 1871, p.2. O Jornal do Commercio também publicou a notícia de que havia ocorrido na fazenda do barão da Paraíba a reunião cf. *Jornal do Commercio*, edição de 23 de Maio de 1871, p.1.

¹⁰ Cf. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, edições de 1858 a 1871; *Inventário de José Francisco de Souza Werneck*. Rio de Janeiro: Museu da Justiça do Rio de Janeiro. (Doravante MJRJ). Registro 8707, Caixa 951, Códice 9493, 1872.

Liberal na cidade da Paraíba do Sul.¹¹ O “senhor da Câmara”, como Joaquim Nabuco o chamou, leu um conjunto de declarações unanimemente aprovadas por todos aqueles que se encontravam na reunião. Segundo ele, a constituição do Clube dos proprietários da Paraíba do Sul tinha a finalidade “de promover a defesa e sustentação dos seus direitos ameaçados pelas reformas projetadas quanto ao elemento servil”. Desde 1867 os fazendeiros “tem visto com pesar o seu direito de propriedade, a tranquilidade e segurança de suas famílias”, mas “confiando” nos poderes públicos abstiveram-se de qualquer manifestação pública. Contudo, a mesma passividade não se podia esperar depois que o projeto do ventre livre foi apresentado à Câmara, pois com o projeto os “interesses econômicos e morais” dos fazendeiros seriam seriamente ameaçados. O direito da propriedade escrava, reconhecido e usufruído historicamente também pelo Estado, e garantido pela constituição, seria destruído. Ademais, tal qual se apresentava, a proposta de emancipação do ventre escravo “desmoralizará a disciplina dos escravos, não melhorará de forma alguma a condição dos que nascerem, e visivelmente tornará pior, menos resignada, a condição dos existentes”. Ou seja, o projeto, além de ir contra o consagrado direito de propriedade, ainda tinha o potencial de desestabilizar a produção agrícola do país, pois atravancaria a disciplina dos escravos.¹²

Depois das declarações de Martinho Campos, um projeto de representação foi lido pelo barão da Paraíba, que, aliás, parece ter tido a ideia de enviar uma representação ao corpo legislativo do Império. Tal quais as declarações, o projeto lido pelo barão foi aprovado e todos os presentes assinaram o documento. Ao fim da reunião, uma comissão composta de seis membros ficou encarregada de formular os estatutos do Clube.¹³ Entre os membros da comissão estava Manoel Luiz dos Santos Werneck, dono da fazenda Bemposta, que o leitor conhecerá melhor no capítulo quatro.

Os escolhidos para encaminharem a representação às casas legislativas foram Antonio Ferreira Viana, deputado pelo município neutro, e o Senador José Ildefonso de Souza Ramos, barão das Três Barras (1867) e visconde de Jaguary (1872). Eleito por Minas Gerais, Três Barras foi também presidente das províncias do Piauí, de Minas Gerais e de Pernambuco, cargos que conquistou graças à forte ligação que tinha com os

¹¹ As informações de Martinho Campos foram retiradas de Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império* (Tomo 2), pp.60-63.

¹² A ata da primeira reunião do Clube da Paraíba do Sul foi publicada na imprensa Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 24 de Maio de 1871, p.1.

¹³ Idem. Apenas em agosto daquele ano os estatutos do Clube da Paraíba do Sul foram levados, pelo barão da Paraíba, ao Conselho de Estado. A seção do Conselho, composta por Souza Franco e Sapucaí, depois de quase um mês, negou a requisição. Cf. Laura Janargin Pang. *The State and Agricultural Clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*. Tese de Doutorado, Vanderbilt University, 1981, pp.11-112.

saquaremas. Além disso, o barão também era proprietário agrícola em Valença, onde produzia café. Autor da *Conferência dos Divinos*, Ferreira Viana, que também era advogado, estava igualmente vinculado aos saquaremas.¹⁴

Ao final da sessão de 24 de maio na Câmara dos Deputados, Ferreira Viana, de modo circunspecto, mandou à mesa a representação da cidade da Paraíba do Sul. Naquele momento, nascia a pressão da agricultura escravista no poder legislativo contra o projeto de 12 de maio. Sem delongas, o presidente da Câmara declarou que o texto seria encaminhado à comissão especial eleita para cuidar do assunto.¹⁵

Dois dias depois foi a vez do barão das Três Barras, que encaminhou a representação ao Senado. Assim, ao chegar ao legislativo brasileiro por um deputado e um Senador do Partido Conservador, a petição encabeçada por membros do Partido Liberal na Paraíba do Sul evidenciava que o movimento dos fazendeiros apartava-se das cisões partidárias. Logo após afirmar a importância social e a benevolência dos fazendeiros, Três Barras asseverou:

Estou persuadido de que esta questão teria solução mais satisfatória com a intervenção dos lavradores: da sua generosidade se obteriam medidas mais favoráveis ao fim que se tem em vista, pois que ainda as mais adiantadas não ofereceriam inconvenientes partindo dos senhores, ao passo que, *sendo-lhes impostas, enfraqueceriam sua autoridade com notável prejuízo dos próprios escravos*.¹⁶

Dois pontos fundamentais e complementares podem ser retirados deste excerto. O primeiro diz respeito ao fato dos proprietários de escravos não terem sido consultados quanto ao modo de reforma na escravidão. Assim, a representação funcionava como um meio deles serem ouvidos num assunto que lhes era de suma importância. Segundo, se a proposta imposta pelo governo fosse aprovada tal qual se achava, isto é, sem a intervenção senhorial, os senhores perderiam o seu poder moral. Vivendo no cotidiano da administração escrava, os proprietários e temiam os inconvenientes – de indisciplina à fuga, de rebelião à morte dos senhores – que isso poderia trazer. Dentro desta lógica, ou seja, de resguardo da ordem senhorial, é possível compreender que não era sem razão que os proprietários de escravos se manifestavam ao legislativo. Para além de lutarem

¹⁴ As informações acerca do barão das Três Barras e de Ferreira Vianna foram retiradas de Jeffrey Needell. *The Party of Order*, p.268 e nota 64 das pp.422-23.

¹⁵ Cf. ACD. Sessão de 24 de Maio de 1871. Tomo I, p.90.

¹⁶ Cf. AS. Sessão de 26 de Maio de 1871. Livro I, pp.159-160. Grifos meus.

contra a emancipação, eles defendiam a manutenção da ordem do mundo em que viviam.

Mas o que argumentavam os sul-paraibanos? A representação da Paraíba do Sul começava declarando que os peticionários almejavam representar os “legítimos interesses da lavoura”, que se achavam “inquietos” por conta “da propagação de ideias subversivas da disciplina e ordem” dos estabelecimentos agrícolas daquela localidade. Essas ideias tornavam-se “tanto mais assustadoras”, pois se desenvolviam “sob a suposta autoridade dos poderes do Estado”. O diagnóstico geral feito por aqueles que assinaram o texto era de que

De dia em dia se manifestam sinais de desgosto e insubordinação de parte daqueles que por sua *obediência e constância iam conquistando*, pacifica e pausadamente, *do espírito dos proprietários (...)* progressivas concessões que, separando-os cada vez mais da dura condição do cativo primitivo, lhes asseguravam em não longo lapso de tempo a restituição do estado natural, *sem os perigos das desigualdades e os estremecimentos de enganadoras esperanças*.¹⁷

Daí já é possível compreender a tônica geral do argumento que os sul-paraibanos desenvolveram. Este argumento divide-se, basicamente, em dois pontos centrais: o paternalismo da gestão senhorial da escravidão e os perigos sobre a intervenção nessa forma de administração do cativo.

Segundo os peticionantes, a forma como a escravidão era então gerida não poderia trazer melhor sorte para os escravos. Os senhores facilitavam e protegiam os casamentos, respeitavam a família, concediam pequenas porções de terra para serem cultivadas e autorizavam, inclusive, a formação de pecúlio, “de que muitas vezes são os próprios senhores os depositários”. O tratamento concedido aos escravos, isto é, a disciplina e a manutenção física, melhorava “consideravelmente e de maneira tal que, sem receio de contestação, pode-se assegurar que em comparação do antigo estado da

¹⁷ *Representação dos fazendeiros do município da Paraíba do Sul a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Arquivo do Senado Federal, doravante ASF, Caixa 73, Maço 2, Pasta 26. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 24 de Maio de 1871. Grifos meus. Mais assinaturas foram agregadas ao documento nos dias 23 e 25 de maio e, nos dias 5 e 7 de junho, receberam a publicação no periódico fluminense. Cf. tb *Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul*. ASF, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871. *Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul*. ASF, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871. *Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul*. ASF, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871. *Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul*. ASF, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871. *Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul*. ASF, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871.

escravidão, o atual é quase o da liberdade”.¹⁸ A doutrina cristã também ajudava, pois auxiliava o escravo a apagar “completamente de sua memória recordações do passado” e o fazia pensar num futuro de redenção. Deste modo, os cativos tornavam-se “úteis à lavoura e ao país”. Asseverava a representação que seria por meio deste método administrativo, originário e praticado entre os senhores, e não outro, que de forma segura e proveitosa “a generosa ideia da futura redenção do cativo” poderia ser completada “sem ameaças e temores, procedentes da rudeza quase gentia da classe escrava, suspeitosa e de paixões tão violentas quanto inopinadas”.

Interferindo neste modo de gerir a escravidão, os peticionantes argumentavam que “o projeto (...) apartou-se de todas as regras de prudência e previsão”, tendo o potencial de interromper “o movimento pacífico e generosos sentimentos cristãos dos proprietários excitando nos escravos paixões que ainda adormecidas pela resignação são perigosas.” Isto porque o projeto, elaborado sem os meios preparatórios, precipitava-se na resolução do problema e afastava-se

completamente do princípio que deve dominar esta delicadíssima reforma: o de *manter o domínio em toda a sua força moral*, condição essencial de segurança e pacífica execução da ideia. É preciso não esquecer que as relações do senhor com o escravo, por excepcionais, não podem manter-se desde que for pela lei *desmoralizada a autoridade dominial*. Como está concebido o projeto, o senhor é lançado à suspeita da autoridade pública e ao ódio do escravo, que nele vê um algoz que não quer desistir da vítima e no governo um protetor que quer libertá-la. Acesas as paixões e animadas pela *intervenção aberta dos poderes do Estado*, a convivência do senhor e do escravo não será mais possível e os resultados destes contrastes hão de espantar a imprevidência da falsa filantropia. A reforma do estado servil será contra a vontade todos a causa de uma luta meDon H.a, de raça, e o bem que se tinha em vista fazer à escravidão se transformará em sacrifício.¹⁹

Além de desmoralizar a autoridade do senhor, o projeto, na forma como estava concebido, isto é, concedendo a liberdade para a geração futura, dividia a família escrava, destruindo a igualdade entre os cativos. Isso contribuía para a desestabilização

¹⁸ No capítulo seguinte o tema será mais bem explorado. Por ora, vale pontuar que as concessões senhoriais/conquistas escravas (pecúlio, alforria, uniões estáveis, utilização da terra) eram mobilizadas pelos fazendeiros como instrumentos de controle da mão de obra escrava.

¹⁹ *Representação dos fazendeiros do município da Paraíba do Sul a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 2, Pasta 26. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 24 de Maio de 1871. Grifos meus.

da disciplina e da ordem nos estabelecimentos agrícolas que, com a perda do poder moral do senhor, dificilmente seriam recuperadas. O resultado disso seria uma “inevitável ruína a lavoura, fonte abundante e talvez única da riqueza pública”.

Não bastasse tudo isso, a proposta de liberdade do ventre somente pontuava favores aos escravos e em tudo era contra os senhores, funcionava como uma “máquina dentada de compressão do domínio” e expunha os fazendeiros a “vexames e inquietações insuportáveis”. Por todos esses motivos, os sul-paraibanos, convertendo o seu interesse próprio em interesse nacional, reclamavam aos parlamentares para que suspendessem “o golpe prestes a cair sobre” o país, pois o projeto era a “a sentença de morte da lavoura, e o archote de um grande e meDon H.o incêndio, que não haverá meio de conjurar-se as ideias nele consagradas se tornarem leis”.

A arquitetura argumentativa dessa representação guarda correspondências importantes com as outras trinta e seis escritas com o mesmo propósito. Todas foram fortemente marcadas pela defesa irrestrita do princípio de soberania doméstica como o único meio de manter a ordem no país e encaminhar, lentamente, a escravidão ao seu fim. Nas defesas mais bem acabadas houve a categorização do senhor como um sujeito de atitudes benevolentes e generosas para com seus escravos, isto é, evocava-se o ideal paternalista da escravidão brasileira. Assim organizada não havia necessidade alguma de intervenção estatal na escravidão. Naturalmente, sem abalos ao país e num largo espaço de tempo, a gerência escrava então vigente possibilitaria, desde que não interrompida, que a escravidão chegasse ao seu fim. Isto é, naquele momento era só deixar tudo como estava que a obra do tempo se encarregaria do restante.

No entanto, esta percepção senhorial da escravidão não era compartilhada por todos os habitantes do Brasil. Se, para os escravos, sem dúvida, era apenas a confirmação da sordidez dos senhores, para uma parte dos estadistas, era incongruente com o momento em que viviam e grandemente deslocada do quadro internacional, de aceleração do tempo histórico. Como visto no primeiro capítulo, a Guerra Civil e a consequente abolição nos Estados Unidos, a ridicularização do Brasil pelo seu inimigo diante de seus aliados na Guerra do Paraguai, a crescente onda abolicionista no Império espanhol e as manifestações públicas nacionais pró-emancipação foram fatores que incutiram em alguns estadistas um senso de urgência para discutir e encontrar uma solução administrativa de controle do processo de emancipação. A solução encontrada, depois de muita discussão, foi a liberdade do ventre que, ao ser colocada no Parlamento,

passaria pelo seu decisivo desafio e enfrentaria a firme oposição dos grandes proprietários rurais brasileiros e de seus aliados parlamentares.

A representação da Paraíba do Sul, ademais, é muito elucidativa no que diz respeito à inflexão que a condução das escravarias conheceu na segunda metade do século XIX. Na argumentação dos proprietários, o tratamento que, em 1871, era conferido aos escravos assemelha-se aquele sugerido pelos manuais agrícolas da década de 1830. Estes manuais, que emergiram na conjuntura de ameaça do fechamento do tráfico transatlântico de escravos, aconselhavam os senhores a melhor tratar os seus escravos, concedendo-lhes vestuário e alimentação adequados e possibilitando-lhes condições de uniões estáveis com o intuito de facilitar a reprodução vegetativa. Deste modo, seria possível manter a escravaria estável mesmo sem o recurso à importação de africanos.²⁰

O encerramento do tráfico transatlântico, em 1850, impôs a todos os senhores a necessidade da boa administração dos escravos.²¹ Naquela localidade, segundo o texto apresentado à Câmara e ao Senado, era dispensado aos escravos um tratamento melhor “em comparação do antigo estado da escravidão”. É possível ir ainda além e também inferir que, ainda que não apareça nenhuma menção explícita no texto, as condições para a reprodução dos escravos eram plausíveis naquela cidade, pois a própria representação asseverava que os fazendeiros da Paraíba do Sul facilitavam, protegiam e respeitavam os casamentos e a família escrava. Todas essas concessões, ademais, condiziam e serviam mesmo para adensar a dominação escravista.²²

No entanto, toda essa racionalidade administrativa, construída com o intuito de preservar indefinidamente a escravidão, via-se ameaçada com o projeto de 12 de maio de 1871, que também destruía o poder moral dos senhores, o único capaz, segundo os proprietários, de manter a ordem e a disciplina nos estabelecimentos agrícolas.

²⁰ Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp. 268-298.

²¹ Ricardo Salles fez essa observação ao analisar o comportamento demográfico da cidade de Vassouras. Segundo o historiador, naquela cidade havia uma tendência à reprodução vegetativa dos escravos como meio de reprodução social da mão de obra nas fazendas, algo que só seria viável com a prática de um melhor tratamento conferido aos cativos. Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo*, pp.64-69, p. 155-159 e pp. 229-232.

²² Veja-se, por exemplo: Robert Slenes. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado. Stanford: Stanford University, 1976, pp.548-550; Eduardo Silva. A função ideológica da brecha camponesa. In: João José Reis e Eduardo Silva. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp.22-31; Waldomiro Lourenço da Silva Junior. *Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, pp.138-141 e p.176. O tema será melhor desenvolvido no próximo capítulo.

A primeira batalha parlamentar

Não foram apenas os fazendeiros que se agitaram por conta da reforma do elemento servil. Desde a Fala do Trono até o anúncio da viagem imperial à Europa²³, os deputados representantes dos interesses agrários passaram a se manifestar de modo cada vez mais intenso nos debates legislativos.

A Fala do Trono daquele ano havia pontuado uma série de reformas ao país, dentre elas, a emancipação escrava, que deveria deixar de continuar “a ser uma aspiração nacional indefinida e incerta.” Declarava ainda que era “tempo de resolver esta questão” conciliando “o respeito à propriedade existente com esse melhoramento social que requerem nossa civilização e até o interesse dos proprietários.”²⁴ Poucos dias após o pronunciamento imperial, que explicitava a plataforma do governo, foi que chegou ao legislativo o projeto de liberdade do ventre escravo. Essa coincidência temporal criou um clima tão intenso que o voto de graças (a resposta do poder legislativo à Fala do Trono) elaborado pela comissão da Câmara dos Deputados continha, segundo alguns parlamentares, o estratagema de fazer com que a Câmara manifestasse de antemão um compromisso na aprovação do projeto emancipacionista do governo.

Antecipando a discussão do projeto, a discussão do voto de graças levou o visconde do Rio Branco ao seu primeiro desafio para manter-se à chefia dos ministros e fazer passar a liberdade do ventre escravo. Foi ali que conheceu a firme oposição que teria de Paulino José Soares de Souza, filho do visconde do Uruguai, bem como a impetuosidade de Domingos Andrade Figueira, que nos debates seguintes interromperia e daria apartes em praticamente todos os discursos de Rio Branco. Ambos, deputados pela província do Rio de Janeiro e ligados aos interesses da agricultura escravista.

Considerando a falta de estudos prévios, a ausência de uma “pressão da sociedade” para o encaminhamento da reforma, o tom de resolução em relação à emancipação escrava constante na Fala do Trono, a resposta positiva que a comissão do voto de graças redigiu e o projeto de emancipação apresentado em 12 de maio, Paulino concluiu que votar a favor da resposta à Fala do Trono implicava assumir um

²³ O pedido da viagem imperial ocorreu no dia 5 de maio e a viagem, vinte dias depois. Foi José de Alencar quem, ao ligar o tom emancipacionista da Fala do Trono com o pedido de viagem do imperador, mais se opôs à saída do monarca naquele momento. Cf. ACD. Sessão de 5 de Maio de 1871. Tomo I, p.11 e p.29.

²⁴ Cf. *Falas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara Temporaria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, pp. 667-670.

compromisso com a reforma da escravidão. Por esta razão, propôs uma emenda ao voto de graças argumentando que ele deveria ser neutro para que “todos nós possamos encontrar sem nos separarmos em um debate político tão solene quanto este, e dar a um gabinete de amigos políticos uma demonstração que nos seria desagradável recusar-lhe”.²⁵

O visconde do Rio Branco não fugiu à pugna e defendeu-se prontamente. Paulino estava, segundo o visconde, equivocado. Votar pela resposta à fala do trono não implicava em aderência de qualquer tipo ao projeto de 12 de maio. Contudo, a emenda oferecida pelo filho do visconde do Uruguai cotinha, de modo consciente ou não, um elemento desestabilizador ao governo, pois ao menos “aos olhos do público”, poderia significar um voto de desconfiança ao gabinete.²⁶ Aliás, muito possivelmente essa era a intenção de seus interlocutores.

Invertendo a acusação de Paulino de que inexistia uma “pressão da opinião” favorável à emancipação, Rio Branco enunciou que tampouco houve no ano anterior, quando a Câmara discutiu o assunto, uma pressão dos lavradores contra a liberdade dos escravos. Contudo, reconhecia que

Hoje aparecem representações em sentido contrário: mas quem não vê que elas partem de apreensões exageradas? (*Apoiados*) Quem não sabe que os inimigos radicais desta reforma naturalmente procuram exagerar lhe os efeitos? (*Apoiados e não apoiados*).²⁷

Interrompido inúmeras vezes por Andrade Figueira, que teimosamente arguia para que a emenda de Paulino fosse aceita de modo que a Câmara não se comprometesse com a reforma da escravidão, Rio Branco reiterou que aceitar o voto de graças não significava adesão a qualquer ponto da proposta do governo. Assim sendo, não fazia sentido aceitar uma emenda que, em tese, versava o mesmo que o presidente do conselho declarava, ou seja, era inútil votá-la a não ser que o que desejassem mesmo era passar um voto de desconfiança ao gabinete.²⁸

Apesar do modo direto, Rio Branco não conseguiu que os deputados que seguiam Paulino declarassem que o que propunham era, de fato, um voto de desconfiança. Rodrigo Silva, eleito por São Paulo, por exemplo, chegou a declarar que

²⁵ Cf. ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, pp.103-105. Citação na p.105

²⁶ Andrade Figueira e Pereira Silva manifestaram viva contrariedade neste ponto cf. ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, pp.106-107.

²⁷ Cf. ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, pp.107-108.

²⁸ Cf. ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, pp.109-110.

por conta do modo como Rio Branco se pronunciava ficava impossível continuar a discussão, pois o presidente do conselho fazia da votação sobre a emenda uma questão de gabinete. Além do que, o deputado paulista trouxe à baila um assunto de extrema delicadeza: aqueles afinados com a emancipação, o que naquele momento significava a adesão ao governo Rio Branco, colocavam correligionários e amigos uns contra os outros, ou seja, estavam provocando uma cisão no Partido Conservador.²⁹ O que havia aparecido de modo tênue na discussão do ano anterior entre Teixeira Júnior, de um lado, e Itaboraí e José de Alencar, de outro, passou, a partir de então, a ser explicitamente referido entre os deputados. Além da luta em torno da emancipação, os conservadores passaram a disputar também a legitimidade do Partido da Ordem.³⁰

João José de Oliveira Junqueira, deputado baiano e membro da comissão do voto de graças daquele ano, prontamente arguiu contra Rodrigo Silva. Reiterou tudo o que Rio Branco havia argumentado e lembrou à Câmara todos os serviços que o Partido Conservador havia prestado ao Brasil, inclusive da força com que o partido havia conduzido o processo legislativo que culminou no fim do tráfico transatlântico de escravos. No contexto em que viviam era necessário fazer o mesmo que fora feito no passado, isto é, tomar a dianteira do processo e resolvê-lo de modo prudente, pois assim “ficaremos senhores do terreno, poderemos dirigir a opinião de um modo conveniente aos altos interesses do país; mas, se o Partido Conservador dividir-se, se não dirigir neste assunto os destinos do Brasil, não sabemos que rumo poderá levar esta questão. (*Apoiados.*)”.³¹ A ideia de controlar o processo, já se vê, não é uma novidade em si. Estava presente nos debates do Conselho de Estado em 1867 e 1868 bem como nas discussões de 1870 na Câmara dos Deputados e tinham o mesmo objetivo: tomar à frente do processo de emancipação de modo a poder dirigi-lo da melhor maneira

²⁹ Cf. ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, p.110.

³⁰ Nos debates que seguiram os deputados, para justificar ou negar apoio ao projeto de liberdade do ventre, evocavam o papel do Partido Conservador na sociedade brasileira. Contra a emancipação: Pereira Silva, ACD, Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, p. 117; Andrade Figueira, ACD, Sessão de 30 de Maio de 1871. Tomo V, Apêndice, pp.28-30; José de Alencar, ACD, Sessão de 10 de Julho de 1871, Tomo III, pp.87-88 e Sessão de 13 de Julho de 1871, Tomo III, pp.137-138; Duque-Estrada Teixeira, ACD, Sessão de 20 de Julho de 1871, Tomo V, Apêndice, p.64; Souza Reis, ACD, Sessão de 21 de Julho de 1871, Tomo V, Apêndice, p.75; Almeida Pereira, ACD, Sessão de 2 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.26; Paulino de Souza, ACD, Sessão de 23 de Agosto de 1871, Tomo IV, pp.236-237; Perdigão Malheiro, ACD, Sessão de 26 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.295. Favor da emancipação: Alencar Araripe, ACD, Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, p.118.

³¹ ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, p.111.

possível para que a ordem imperial e senhorial fosse mantida.³² Ademais, para Junqueira, a emancipação era um interesse nacional.³³

Quebrando seu costume de não responder ao voto de graças, João Manoel Pereira da Silva, eleito pelo Rio de Janeiro, resolveu pronunciar-se. Segundo ele, a situação o demandava. Depois de declarar apoio à emenda de Paulino, o deputado fluminense afirmava que não havia ninguém no país que não desejasse “ardentemente a terminação do estado servil”, um estado social que a geração atual dos brasileiros foi obrigada a aceitar. Este deputado era muito mais sutil do que o mesmo Pereira da Silva que, em 1842, quando traduziu a *História criminal do governo inglês*, de autoria de Elias Regnault, afirmou categoricamente que buscava a revogação da lei de 7 de novembro de 1831, pois não obedeceria às necessidades da população do Império brasileiro.³⁴ Abolir a escravidão, continuava Pereira da Silva, implicava “dificuldades enormes”, pois o escravo era praticamente o único instrumento de trabalho que a agricultura, “base principal se não quase a única da riqueza pública do Brasil”, possuía. Para que uma reforma na escravidão se realizasse a contento, seria necessário preparar “meios para substituir esses instrumentos da produção afim de que ela não” paralisasse. Por acaso esses meios preparatórios estavam em curso? Havia uma estatística oficial dos escravos existentes constando “seu sexo, sua idade, seus ofícios, sua produção respectiva, a relação dos nascimentos com a mortalidade? Já preparastes esses elementos indispensáveis, para como hábeis facultativos operar sobre o conhecido, e não sobre o desconhecido e ignorado? (*Apoiados.*)”³⁵

Não bastasse a falta de estudos e medidas preparatórias, resultantes do apressamento com que se desejava implementar a reforma, o deputado fluminense acusou o gabinete Rio Branco de ignorar os trabalhos da comissão especial de 1870 e, assim, de arrancar a iniciativa da Câmara ao apresentar a proposta de emancipação e fazer dela questão de gabinete. O governo, segundo Pereira da Silva, não deveria impor coisa alguma; deveria isso sim, reclamar para que a melindrosa questão da emancipação fosse discutida a partir daquilo que nasceu na própria Câmara por livre iniciativa dos

³² O próprio deputado Junqueira, na sessão seguinte, reiterou a mesma ideia. Cf. ACD. Sessão de 30 de Maio de 1871. Tomo I, p.128.

³³ ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, p. 112. ACD. Sessão de 30 de Maio de 1871. Tomo I, p.128. De fato, em Pernambuco, território vizinho da província de onde saiu Junqueira, a opinião pública pró-emancipação fez-se presente desde o final da década de 1860. Cf. Celso Thomas Castilho. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian political citizenship*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016, pp.22-52.

³⁴ Cf. Tâmis Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*, pp.201-202.

³⁵ Cf. ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, p.115-116

deputados, isto é, o parecer da comissão de 1870. Agir do modo como agia era “pretender fazer descer de cima a solução de um assunto que pertence à nação, em vez de baixo subir a reclamação necessária dos interesses públicos para ser satisfeita. (*Apoiados.*) É tornar o governo tudo, as Câmaras nada, o país nada. (*Apoiados.*)”³⁶

A discussão continuou na sessão seguinte e Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira, também deputado fluminense, numa tentativa de evitar que a população, ouvindo ou lendo na imprensa o debate da sessão anterior, entendesse que os deputados circunscreviam “demasiadamente a discussão afim de, colocando o gabinete n’um terreno estreito e escorregadio, fazê-lo tombar”, resolveu levar em consideração os outros pontos constantes na Fala do Trono, mas tudo não passava de estratégia retórica, isto é, afastar-se um pouco do tema do elemento servil para não parecer que se fazia viva oposição tanto ao projeto como ao gabinete.³⁷ A preocupação era válida. No dia seguinte ao seu discurso, por exemplo, publicou-se no *Diário do Rio Janeiro* que a discussão do voto de graças havia rompido na discussão sobre o elemento servil.³⁸

A estratégia adotada, contudo, não se sustentou ao longo de seu discurso. Logo após considerar a reforma do sistema judiciário, da guarda nacional e do sistema eleitoral, presentes na Fala do Trono, Duque-Estrada Teixeira foi claro ao responsabilizar o gabinete Rio Branco pela agitação que ocorria na lavoura e se materializava nas representações dos proprietários de escravos, algo que não ocorreu quando o visconde de Itaboraí chefiava os ministros:

Todos os ânimos se sobressaltaram [no dia 12 de maio de 1871]. Vimos ostentar-se a ideia da emancipação, armada com toda a força governamental! Foi então, Sr. Presidente, que a lavoura, que até esta data tinha dormido tranquila à sombra do gabinete de 16 de Julho, confiante na prudência do Parlamento, *principiou a fazer-se ouvir, e fez chegar às nossas mãos as respeitadas e fundadas representações*; foi então que uma grande parte dos membros desta casa se julgou na restrita obrigação de também, *acompanhando a lavoura e o comercio*, isto é, as principais classes produtoras desta terra,

³⁶ Cf. ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, pp.116-117 a ideia de uma imposição governamental e a acusação do gabinete ter ignorado os trabalhos pregressos da Câmara dos Deputados também foi utilizada por Andrade Figueira. Cf. ACD. Sessão de 30 de Maio de 1871. Apêndice, p.27.

³⁷ Cf. ACD, Sessão de 30 de Maio de 1871. Apêndice, p.33.

³⁸ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição de 30 de Maio de 1871, p.2.

tencionou pedir ao governo explicações por meio da emenda que ontem foi apresentada nesta casa.³⁹

Note-se que ainda que o deputado tenha mencionado as representações no plural (“respeitosas e fundadas representações”), apenas uma havia chegado ao legislativo brasileiro. A segunda representação, a de Piraí, só foi apresentada nos dias 13 e 14 de junho à Câmara e ao Senado, respectivamente. Como Duque-Estrada teria conhecimento dessa representação se ela foi escrita dois dias antes de seu pronunciamento? Há três possibilidades que podem justificar a utilização do plural feita pelo deputado para se referir às representações: 1) ele tinha conhecimento que a representação de Piraí tinha sido escrita⁴⁰; 2) Duque-Estrada tinha a informação de que os fazendeiros vale-paraibanos planejavam peticionar; 3) tudo não passava de um blefe para pressionar o presidente do conselho de ministros.

Vale mencionar também a clareza com que Duque-Estrada, ao final da passagem citada, reconhece-se – assim como os deputados alinhados com Paulino – como um verdadeiro representante dos interesses agrários do país, o que naquele momento, basicamente, era defender as demandas de uma única região do país, o centro-sul, e não do Império como um todo. Por este motivo, sustentou que a emenda apresentada na sessão anterior para que a Câmara, segundo ele, não se comprometesse com uma proposta que iria “transformar radicalmente as atuais condições da nossa lavoura.”⁴¹

Intentando ser “a voz dos interesses gerais, agrícolas e comerciais”, Domingos de Andrade Figueira, também eleito pelo Rio, percorreu em seu discurso desde o papel do Partido Conservador até as implicações estruturais ao Império do Brasil que a reforma do elemento servil poderia trazer. Segundo ele, o ato de reformar era uma atribuição do Partido Conservador; contudo, os conservadores não reformavam de modo imprevidente, mas sim mediante cautelosos estudos prévios. Essa postura se tornava tão mais imperiosa perante o assunto que por ora lhes ocupava: a emancipação dos escravos. Intervir na escravidão sem qualquer estudo pregresso não era recomendável, pois havia o risco de afetar de modo irremediável a organização do trabalho, “fundamento e esteio de toda a riqueza pública e particular”. Assim, emancipação, nos moldes em que se propunha, não cabia no programa do Partido Conservador.⁴²

³⁹ Cf. ACD, Sessão de 30 de Maio de 1871. Apêndice, p.35. Grifos meus.

⁴⁰ Vale notar que a notícia de que se escrevia uma representação em Piraí saiu no Diário do Rio de Janeiro em 30 de maio de 1871.

⁴¹ Cf. ACD, Sessão de 30 de Maio de 1871. Apêndice, p.34.

⁴² Cf. ACD, Sessão de 30 de Maio de 1871. Apêndice, pp.28-30. Citação p.28.

Caso o ministério perseguisse a senda abolicionista, insistindo nas ideias capitais do projeto apresentado à Câmara, ele seria “abandonado por amigos políticos que até agora o tem acompanhado”. A cisão no Partido Conservador seria, assim, de total responsabilidade do governo Rio Branco, que, abandonado pelos seus amigos, ver-se-ia impossibilitado na execução da reforma servil, pois ninguém o acompanharia, nem sequer os liberais, “porque entre eles há maior divergência do que entre nós mesmos a respeito do elemento servil”. A presença marcante de Martinho Campos na organização da representação sul-paraibana comprovava a assertiva do deputado. Naquele cenário, tampouco a dissolução da Câmara e a convocação de novas eleições funcionaria, pois o grupo de Andrade Figueira iria “receber da nação, *daqueles a quem vós não quereis consultar*, a sanção e a aprovação do nosso procedimento e voltaríamos para este recinto com a força de uma aprovação explícita sobre a questão, que por agora nos falta.” Assim, sem o apoio dos conservadores e dos liberais e com a inutilidade de dissolução da Câmara, a única solução, “mais lógica, mais honrosa e mais conveniente para os interesses do país”, seria a renúncia do ministério.⁴³

A monarquia já se encontrava, de certo modo, abalada por conta das suspeitas de que a ideia da emancipação era formulação do imperador, que, aliás, na atual conjuntura, encontrava-se ausente do Império deixando uma regência “fraca, porque é temporária”, cuidando de “uma questão que vai, pelo menos, dividir o partido que governa”.⁴⁴ Esse abalo, contudo, poderia tornar-se maior ainda caso o projeto de 12 de maio fosse aprovado, pois ele feria gravemente os interesses daquilo que mantinha o país, a lavoura escravista. Se o Estado brasileiro atentasse contra aquilo que lhe dava apoio, o Império deixaria de ter uma base sólida na qual se firmar e não seria capaz de se sustentar.⁴⁵ Contrariamente aos conselheiros de Estado e aos deputados defensores da emancipação escrava, a preocupação com a manutenção da ordem imperial revestia-se, aqui, em nada fazer.

Por fim, ao questionar acerca da opinião nacional, o deputado anunciou que a oposição escravista pela via peticionária continuaria, pois a Câmara receberia “dentro em poucos dias, representações em sentido oposto” à liberdade do ventre.⁴⁶ Andrade Figueira referia-se, no mínimo, à representação da cidade de Pirai, que há dois dias ele

⁴³ Cf. ACD, Sessão de 30 de Maio de 1871. Apêndice, p.30. Grifos meus.

⁴⁴ Cf. ACD, Sessão de 30 de Maio de 1871. Apêndice, p.31.

⁴⁵ Cf. ACD, Sessão de 30 de Maio de 1871. Apêndice, p.27 e p.31.

⁴⁶ Cf. ACD, Sessão de 30 de Maio de 1871. Apêndice, p.32. Na mesma sessão, ao interpelar Teixeira Júnior, o deputado reiterou que mais representações viriam: “Estão anunciadas.” Cf. ACD, Sessão de 30 de maio de 1871. Tomo I, p.135.

fora encarregado de encaminhar à Câmara dos Deputados. Contrariamente a Junqueira, que defendia a emancipação, pois acreditava que ela era uma aspiração nacional, Andrade Figueira, em discussão com Teixeira Júnior, deixou claro que não se importava em declarar-se como emperrado ou em proclamar abertamente que defendia exclusivamente os interesses de seus eleitores. A nação, para ele, irradiava-se da região da bacia do rio Paraíba do Sul, onde a concentração de escravos tornava o cativo uma necessidade indelével.⁴⁷

Apesar dos discursos, a emenda proposta por Paulino não foi aprovada e os prognósticos de que Rio Branco estaria sozinho na Câmara frustraram-se. Sem conseguir matar a proposta no nascedouro e, ao emperrarem-se na defesa irrestrita da escravidão, os saquaremas, centrados no eixo Rio-Minas-São Paulo, começavam a perder o espaço decisório que outrora possuíam e lentamente pareciam deixar de imprimir uma direção à nação.⁴⁸

Pirai

A mobilização dos fazendeiros não se interrompeu. Muito pelo contrário, parecia ganhar mais força. No dia 28 de maio daquele ano, pouco depois que a representação da Paraíba do Sul foi escrita e enviada ao poder legislativo, os fazendeiros da cidade de Pirai, reunidos na Câmara Municipal, resolveram enveredar pelo mesmo caminho aberto por seus pares sul-paraibanos. Na reunião, decidiram que duas representações contra a liberdade do ventre escravo seriam escritas: uma, assinada pela Câmara Municipal, e outra, pelos lavradores. José de Souza Breves, ao que tudo indica, teve papel preponderante tanto na organização do grupo, conduzindo a uma reunião equilibrada e sem paixões partidárias, quanto na redação final do texto. Não foi sem razão que, ao lado do barão da Vargem Alegre e de Joaquim José Gonçalves de Moraes, que deixou aos seus herdeiros, em 1886, nada menos do que 474 escravos, encabeçou a petição dos fazendeiros, que contava com mais de 500 assinaturas.⁴⁹

⁴⁷ Assim Andrade Figueira se expressou: “E eu represento o meu distrito.” “Eu procurarei sempre representar os interesses do meu distrito, e sem isso não aceitarei mandato.” Cf. ACD. Sessão de 30 de Maio de 1871. Tomo I, p.138.

⁴⁸ A votação ocorreu no dia 1 de Junho de 1871 e a emenda foi rejeita por 63 votos contra 35, ou seja, foi uma expressiva vitória e um sinal de alerta aos defensores da escravidão. Cf. ACD. Sessão de 1 de Junho de 1871. Tomo II, p.5.

⁴⁹ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição de 30 de Maio de 1871, p.2 e Edição de 13 de Junho de 1871, p.2. Cf. tb. *Inventário de Joaquim José Gonçalves de Moraes*. Pirai: Arquivo Municipal de Pirai. Caixa 52, 1886.

Ainda na Câmara de Pirai, para encaminhar as representações à Câmara dos Deputados e ao Senado, respectivamente, foram escolhidos os parlamentares Domingos de Andrade Figueira e o visconde de Itaboraí.⁵⁰ Eleito pelo Rio de Janeiro, Andrade Figueira não se incomodava com a pecha de emperrado e chegou a declarar que não estava na Câmara dos Deputados para representar o país, mas sim o distrito pelo qual fora eleito. Itaboraí, o último expoente vivo da tríade saquarema, além da atuação pró-tráfico na primeira metade do século, havia barrado a emancipação escrava enquanto chefiava o ministério em 1868-1870.⁵¹

A representação da Câmara de Pirai declarava que a lavoura, bem como o município, fora assaltada de apreensão com o projeto apresentado pelo ministro da agricultura. Um projeto, aliás, “sem os estudos prévios e necessários a tão grave evolução social”. O corpo legislativo não poderia precipitar os acontecimentos, de modo a evitar “o descalabro da fortuna pública e particular”. A emancipação escrava, sem o prejuízo da lavoura, só deveria ser alcançada por medidas indiretas como, por exemplo, o incentivo à colonização, o conhecimento da estatística da população escrava, e, se assim desejassem, impostos sobre a propriedade escrava que poderiam ser utilizados para auxiliar as manumissões. Seguindo orientação oposta, o projeto de emancipação do governo, ao contrário, “sufocava a lavoura”, pois o ventre livre, além de onerar o senhor na criação dos libertos, causava-lhe prejuízo com a interferência do Estado que, ao fim e ao cabo, geraria “uma luta entre o escravo e o senhor”. Em suma, a Câmara de Pirai depositava esperanças no legislativo para que o projeto de 12 de maio, considerado como “a morte a extinção da agricultura”, nunca se tornasse lei.⁵²

Apesar de começar do mesmo modo, isto é, declarando que a lavoura ficara assombrada com a proposta do governo, a petição dos lavradores de Pirai desenvolveu pontos já suscitados pelos sul-paraibanos, como a generosidade dos senhores, mas igualmente acendeu a discussão de dois pontos importantíssimos. O primeiro é a

⁵⁰ Cf. AMP. *Atas da Câmara de Pirai*. Livro 3, p.23v. Apud. Thiago Campos Pessoa. *A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830-c.1888)*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015, pp.322-323.

⁵¹ Sobre as declarações de Andrade Figueira cf. ACD. Sessão de 30 de Maio de 1871. Tomo I, p.138. ACD. Sessão de 10 de Junho de 1871. Tomo II, pp.53-54. Sobre a atuação pró-tráfico de Itaboraí bem como o papel desenvolvido por ele entre 1868-1870 para inibir a emancipação no legislativo brasileiro, ver, respectivamente Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, pp.123-178 e o primeiro capítulo desta dissertação.

⁵² Cf. *Representação da Câmara Municipal de Pirai a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 17. A representação foi publicada em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 15 de Junho de 1871, p.1.

manifesta confiança que os proprietários de escravos declaravam depositar no Estado brasileiro, isso explicaria o silêncio da lavoura nos últimos anos, pois

a lavoura do país *confiava* no bom senso dos eleitos do povo; *acreditava* ingenuamente nas palavras e promessas autorizadas dos chefes do partido, que domina a atualidade; e a eliminação do trecho respectivo nos discursos da Coroa nos dois últimos anos *corroborava* esta crença. Na ordem natural dos fatos, sem boa dose de absurdo, *ninguém suspeitaria* que pelo órgão da Coroa o mesmo partido, os mesmos homens viessem perturbar essa tranquila esperança, lançando na população tão devastadora bomba.⁵³

O trecho é límpido e não deixa dúvidas. Os fazendeiros depositavam fé que a propriedade escrava não seria contestada pelo Império brasileiro, sobretudo quando governado pelo Partido Conservador que, “nos dois últimos anos” (ministério Itaboraí), retirou da Fala do Trono a reforma do elemento servil, erroneamente inserida como política de governo naquele texto tão importante pelo ministério antecedente, liberal e chefiado por Zacarias de Góis. Por pertencer às mesmas fileiras conservadoras que Itaboraí, “ninguém suspeitaria” que Rio Branco fosse dar continuidade a um programa do partido oposto, colocando em risco a manutenção da propriedade escrava.

No primeiro período do trecho citado, a utilização dos verbos no pretérito é altamente sintomática: os fazendeiros confiavam e acreditavam nos eleitos do povo e nos chefes de partido de modo irrestrito; contudo, na atual conjuntura, essa confiança fora abalada. Sem poder confiar cegamente no Estado, os proprietários se viram obrigados a utilizarem o direito constitucional de petição, para fazer com que o Estado, que sempre atendera aos seus interesses, os ouvisse. Valia a pena tentar, pois a história já havia mostrado que a pressão da agricultura escravista era capaz de grandes conquistas.

Após considerar a generosidade dos senhores, que concediam “inúmeras” manumissões, os piraienses condenaram o ponto cardeal do projeto:

⁵³ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Pirai a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 17. A representação foi publicada em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 15 de Junho de 1871, pp.1-2. Grifos meus. Ao comentar uma parte deste mesmo trecho citado, Laura Pang equivocou-se em relação à data da representação de Pirai. Segundo a autora, esta representação seria do mês de setembro; contudo, consultando tanto o manuscrito original quanto a publicação constante no *Diário do Rio de Janeiro*, é possível averiguar que a representação data do mês de junho e foi a segunda a ser composta e endereçada ao Parlamento brasileiro. Cf. Laura Janargin Pang. *The State and Agricultural Clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*, p.105.

Fundada na mais manifesta injustiça relativa entre os escravos concede o favor da liberdade aos que, pelo cego acaso, nascerem depois de tal dia, conservando entretanto na escravidão os indivíduos que por longos, proveitosos e relevantes serviços mais jus tem à liberdade; nem salvaguarda a proposta a égide da proteção ao direito existente da propriedade, *porque no todo liberta a parte mais produtiva qual é o ventre gerador. Assim é que da atual propriedade a proposta ataca a parte mais importante.*⁵⁴

Chamando atenção para uma injustiça contida no projeto de lei, os fazendeiros de Pirai estavam muito longe de manifestar qualquer sentimento filantrópico. Muito pelo contrário, apenas revelavam a existência de um mecanismo de manutenção indefinida da escravidão: a reprodução cativa. Logo após o fechamento do tráfico transatlântico de escravos, os senhores passaram a ter em seu horizonte duas possibilidades para manter a estabilidade de suas escravarias: o recurso ao tráfico interno e a investida na reprodução vegetativa, algo que já estava no ideário senhorial pelo menos desde a década de 1830. O projeto de liberdade do ventre, de fato, ceifava essa estratégia administrativa que visava à manutenção da mão de obra cativa, dando, assim, mais um motivo para a viva oposição do senhoriato.

Pelo projeto de lei, continuavam, o Estado intervinha no cotidiano da vida rural desmoralizando e perturbando “a marcha regular dos grandes e pequenos estabelecimentos agrícolas”. Criava desigualdade entre os escravos e onerava o senhor, que se via obrigado a cuidar do ingênuo que “naturalmente” veria o senhor e o feitor da sua mãe como um inimigo. Era, além disso, um “atentado (...) contra o equilíbrio de nossas finanças futuras”. Em suma,

A proposta só cuida da *emancipação*: consulta exclusivamente os interesses dos *ingênuos*, só eles são acautelados: na luta que estabelece entre o escravo e o senhor todas as garantias encontra aquele com este! A proteção das autoridades, procurando pelo servilismo a liberdade, seguindo as instruções reservadas, virá *coroar o edifício* de semelhante obra, tornando o escravo o tirano da casa, perturbando o curso natural e benefício, que em favor da liberdade ia se

⁵⁴ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Pirai a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 17. A representação foi publicada em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 15 de Junho de 1871. Grifos meus. Muito provavelmente, essa asseveração acerca da importância do ventre escravo não seja desconhecida do leitor especializado. Mencionando que era dos fazendeiros de Pirai, mas sem dizer que se tratava da representação que eles enviaram ao Parlamento brasileiro, Joaquim Nabuco citou separadamente e em passagens distintas as duas frases do trecho acima. Ver *O Abolicionismo*, p.83 e p.132.

manifestando pelos lavradores, e que melhor fruto prometia, conseguindo o mesmo resultado que pretende a proposta, mas sem abalar, sem sacrificar a fortuna pública e particular, sem chocar de frente o direito de propriedade, sem açular os maus instintos e os ódios dos escravos, sem introduzir entre os próprios escravos a desunião (...).⁵⁵

Assim, os peticionantes pediam pela rejeição da proposta. Contudo, garantiam que a lavoura, se consultada, não hesitaria “em apresentar medidas que conduzissem ao mesmo resultado, ela que se sente na cratera de um vulcão, prestes a fazer erupção”.

No dia 13 de junho, as duas representações chegaram à Câmara dos Deputados. Andrade Figueira, realizando o pedido dos peticionantes, foi quem, antes mesmo da ordem do dia, as apresentou. Segundo o deputado, a lavoura não havia se manifestado no ano anterior, pois a emancipação tinha sido aventada de modo isolado no legislativo brasileiro; ademais, os fazendeiros “jugavam inoportuno o debate e a discussão pública que podia suscitar planos e aspirações exageradas da população escrava”. No entanto, ignorando a possibilidade de levantes escravos, o governo impunha a proposta à nação e, para que o silêncio não fosse tomado como a aprovação do projeto ministerial, os fazendeiros resolveram manifestar-se. Assim, Andrade Figueira, além de levar a voz da lavoura à Câmara, respondia a provocação feita por Rio Branco, na discussão do voto de graças, de que os fazendeiros não haviam se manifestado em 1870 contra a emancipação e só o faziam agora, pois eram incitados a tanto.⁵⁶

Do mesmo modo como ocorreu com a petição da Paraíba do Sul, as duas representações, de acordo com a declaração do presidente da Câmara, foram encaminhadas à comissão especial eleita para estudar o tema. No dia seguinte as representações foram levadas ao Senado por Itaboraí, mas o visconde de Abaeté, então presidente da Câmara Alta, apenas tornou-as de conhecimento público na sessão seguinte, quando declarou que o texto seria tomado em consideração quando a proposta do poder executivo chegasse da Câmara.⁵⁷

⁵⁵ Idem. Grifos no original.

⁵⁶ Cf. ACD. Sessão de 13 de Junho de 1817. Tomo II, p.71. Para a provocação de Rio Branco cf. ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, pp.107-108.

⁵⁷ Cf. AS. Sessão de 15 de Junho de 1871. Volume II, pp.129-130. Não há nenhum discurso de Itaboraí registrado nos anais.

Valença

O Vale ocidental do rio Paraíba do Sul parecia mesmo se insurgir contra o projeto do ventre livre. No dia 29 de maio, dez fazendeiros de Valença, reunidos na Barra do Piraí, endereçaram uma circular aos demais proprietários de escravos da cidade convidando-os para discutir o assunto que então os perturbava. Possivelmente desconhecendo que Piraí já tinha se manifestado, os subscritores da circular declaravam que tomavam esta atitude em vista do pronunciamento da Paraíba do Sul, “com o qual concordavam inteiramente”. Agir deste modo era, segundo eles, “o único recurso que nos resta para opor à tentativa de desapropriação forçada sem indenização e às desastrosas consequências de tão precipitada quanto violenta reforma”. Com data marcada para o dia 6 de junho, a reunião seria realizada na chácara do capitão Antônio Gonçalves de Moraes, situada na Barra do Piraí.⁵⁸

Publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, a circular certamente teve grande repercussão, pois não apenas os proprietários de Valença, mas os de Piraí e Vassouras também compareceram no dia e no local marcado. Ao todo, cinquenta e quatro fazendeiros participaram da reunião. Sob a presidência de José Pereira de Faro, 3º barão do Rio Bonito (1873), o encontro teve por finalidade a consideração sobre a oportunidade e o pensamento de uma representação sobre o elemento servil a ser endereçada ao poder legislativo.⁵⁹

Representando os valencianos, Antônio José Fernandes declarou que, por ele, assim como pelo presidente da Câmara de Valença, pelo barão de Ipiabas e por Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, que estavam ausentes, a reunião em que se encontravam poderia ser transferida para o dia 10 do mesmo mês, quando se realizaria, na Câmara Municipal, a reunião dos fazendeiros de Valença. A finalidade da proposta era simples: a possibilidade de mais fazendeiros poderem congregarem-se “e tomarem um acordo mais significativo por essa mesma maioria do número e pelo esclarecimento que a uma reunião mais ampla pode trazer”.⁶⁰

Após agradecerem o convite e aprovarem a existência de mais uma reunião, deliberou-se entre os presentes a razoabilidade de aproveitarem o ensejo de já estarem reunidos para discutirem “entre si e deliberarem o que entenderem ser o pensamento

⁵⁸ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição de 31 de Maio de 1871, p.3.

⁵⁹ A ata da reunião foi publicada em dois periódicos de grande circulação: Cf. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição de 8 de Junho de 1871, p.2. e tb. *Jornal do Commercio*. Edição de 11 de Junho de 1871, p.4.

⁶⁰ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição de 8 de Junho de 1871, p.2.

mais conveniente da representação”. Esta representação, contudo, não seria enviada ao Parlamento enquanto não ocorresse a reunião de Valença, para a qual enviariam uma comissão composta por cinco membros. Obviamente, os proprietários ali presentes que se achassem disponíveis para participarem da reunião de Valença também participariam.⁶¹

Quando começaram a discutir o objeto principal da reunião, José Gonçalves de Moraes tomou a palavra para declarar em qual base a representação teria de se sustentar. Em sua opinião, todas as vozes da lavoura que se levantassem para representar contra o ventre livre deveriam ser no mesmo sentido da representação da Paraíba do Sul. Um dos pontos que não podia faltar na petição era a necessidade do Estado consultar a lavoura, em convívio cotidiano com o “elemento servil”, antes de tentar iniciar qualquer tipo de reforma na escravidão. Reforma, aliás, que não contava com medidas preparatórias como, por exemplo, a estatística da população escrava ou o incentivo ao ingresso de imigrantes no país. Por fim, Gonçalves de Moraes afirmou que a representação teria que conter um pedido para que a Assembleia Geral não adotasse nem o projeto de 12 de maio, nem qualquer outro tendente à emancipação, “adiando o assunto para depois da formação de opinião madura e refletida, resultante do estudo e manifestações dos lavradores do país”, que poderiam ser consultados pelos poderes públicos por meio de comissões. Para ele, portanto, o Estado não poderia impor qualquer coisa à lavoura. Se se quisesse realizar a emancipação, a sua forma e o seu conteúdo seriam determinados por aqueles que estavam acostumados a lidar com o cativo: os fazendeiros.⁶²

Isso ficou claro quando José Pereira do Faro apresentou um conjunto de ideias e medidas, que seriam inseridas na representação à assembleia geral e exibidas na reunião de Valença. Contudo, por conta de divergências entre os presentes, essas ideias não foram adicionadas à ata da reunião, sendo tão somente publicadas na imprensa. Ao todo, entre manifestação de rejeição e de substituição a aspectos do projeto de 12 de maio, foram levantados 18 pontos. Aqui, merecem destaque as rejeições ao princípio do ventre livre, à criação do pecúlio forçado (pois se tratava de uma prática que existia com consenso do senhor), e à liberdade do escravo que salvasse seu senhor. Já as modificações propostas ao projeto do governo orbitavam em torno da concepção de “adoção de providências que realizem pausada e sucessivamente a ideia da emancipação, sem abalo da sociedade.” Era necessário conhecer a população escrava e,

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

por esta razão, nada mais sensato do que efetuar um registro geral dos cativos existentes no Brasil. Finalmente, sugeriam uma manumissão anual, com indenização, de 2% da população escrava existente em cada município do Império. Dessa cifra, 1% deveria ser composto preferencialmente por mulheres entre 12 e 30 anos e o restante pelos demais escravos. O valor da indenização adviria de um fundo de emancipação e seria estipulado por um júri municipal, composto pelo presidente da Câmara e quatro fazendeiros nomeados pelos vereadores. Os escravos que ganhariam a liberdade seriam escolhidos e apresentados ao júri pelos senhores. Contudo, caso deixassem de apresentar seus escravos, de modo a preencher a porcentagem municipal, um sorteio feito pelo júri estipularia o número de escravos que os senhores omissos deveriam libertar mediante indenização. Caso houvesse recusa, o escravo seria, em 30 dias, considerado livre e o senhor perderia o direito à indenização.⁶³

Representando grandes produtores rurais com fortuna havida pela exploração do braço escravo, estes pontos parecem mesmo deslocados da realidade. Contudo, quando adensamos o olhar para estas medidas, é possível perceber algo semelhante àquilo já discutido entre os conselheiros de Estado e sugerido por alguns deputados e Senadores.

No Conselho de Estado e no Parlamento, como visto no primeiro capítulo, alguns estadistas sustentavam que o melhor a ser feito era antecipar-se e dirigir o processo de abolição antes que ele se radicalizasse. Agindo assim, seria possível sustentar a ordem senhorial e imperial. Sugerida por Pereira de Faro, a manumissão anual com indenização aos fazendeiros era a proposição de um lento processo de emancipação controlado pelos proprietários. A irrisória porcentagem de libertos a cada ano não seria capaz de abalar em curto prazo ou de modo individual os senhores, que poderiam, inclusive, escolher os escravos que seriam libertos, mantendo dessa maneira a soberania nas fazendas, que era quebrada pelo projeto do governo. Assim, no fundo, alcançava-se essencialmente o que alguns estadistas já haviam discutido, mas com uma simples, porém significativa, modificação: o poder de controlar o processo da emancipação escrava no Brasil tinha que residir nas mãos da própria classe agrícola. Apenas ela seria capaz de sugerir o melhor método para o fim da escravidão, algo que só ocorreria num intervalo de tempo dilatado e com a devida indenização aos senhores. Era este o modo pela qual a ordem senhorial e imperial, na qual o país sustentava-se, não seria perturbada.

⁶³ Idem.

No entanto, essa compreensão não foi partilhada por todos os que participaram da reunião. Dias depois, ao publicarem um pequeno artigo no *Jornal do Commercio*, alguns fazendeiros deixaram claro que não concordavam nem mesmo com as ideias de Faro.

A nossa reunião ali foi para protestar contra o projeto do governo, pela ofensa do nosso direito de propriedade. Entretanto o Sr. Comendador Faro apresentou um projeto ainda mais ofensivo ao direito de propriedade; o mal do projeto do governo seria futuro, o mal do projeto do Sr. Comendador Faro seria presente, à lavoura; ficaríamos desde já obrigados a ir desfalcando a lavoura 2% anualmente dos nossos melhores braços da lavoura com o direito apenas de indicar qual dos escravos deveriam ser libertos. Felizmente não foi incluído na ata este projeto, senão teríamos negado nossa assinatura.⁶⁴

Essa reunião ainda merece mais duas considerações. Se, de um lado, seu anúncio (dia 29 de maio) nos mostra a velocidade com que as notícias da mobilização da lavoura se espalhavam pela província do Rio de Janeiro, de outro, é possível perceber os limites dessa velocidade oitocentista. Na circular mencionava-se a representação da Paraíba do Sul, escrita há uma semana, mas não havia uma referência sequer ao documento escrito por Piraí no dia anterior. O exemplo de Antônio Gonçalves de Moraes, que cedeu sua chácara para a realização do encontro, ilustra melhor a situação. Filho do barão de Piraí, ele possuía uma fazenda em Vassouras, situada em Santa Cruz dos Mendes, uma em Valença, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Ipiabas, e duas em Piraí, situadas em São João Batista do Arrozal e na Barra do Piraí.⁶⁵ Era alguém, portanto, dotado de um conjunto não desprezável de bens e com estabelecimentos agrícolas geograficamente próximos da Câmara de Piraí. Mesmo assim não fazia ideia que, no dia anterior ao que se reuniu com seus pares para escrever a circular, o município de Piraí havia peticionado contra o projeto de 12 de maio. Desconhecendo esta ação, viu-se obrigado a utilizar tão somente o exemplo da cidade da Paraíba do Sul para reforçar o convite que fazia aos fazendeiros.

Contudo, a assinatura de Gonçalves de Moraes consta na representação da cidade de Piraí. Como explicar tamanha contradição? Acaso ele escondia saber sobre o

⁶⁴ Cf. *Jornal do Commercio*. Edição de 10 de Junho de 1871, p.1. Infelizmente a declaração não trazia os nomes dos fazendeiros que a escreveram.

⁶⁵ Cf. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Anno de 1871*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1871, p.114, p.129 e pp.145-146 da seção provincial.

documento e resolveu omitir sua participação na reunião de Pirai? Dificilmente. O que muito provavelmente se deu foi que na reunião do dia 6 de junho, que contou com a participação de fazendeiros de Pirai, Gonçalves de Moraes finalmente tomou conhecimento da segunda representação contra o ventre livre e, em virtude da importância que via em peticionar contra a proposta legislativa, e de possuir duas fazendas em Pirai, adicionou *a posteriori* a sua assinatura ao texto. Este fato ajuda ainda a compreender o dilatado intervalo entre a composição da representação de Pirai (28 de maio) e sua apresentação ao legislativo imperial (13 de junho): os piraienses, sabendo da reunião do dia 6 de junho, resolveram segurar o documento recém-escrito na expectativa de conseguirem agregar a ele mais assinaturas aumentando, assim, a força representativa do texto.

Conforme já anunciado e conhecido pelos contemporâneos, no dia 10 de junho os valencianos se reuniram em sua Câmara Municipal.⁶⁶ Sob a presidência de Peregrino José de Américo Pinheiro, barão (1866) e visconde (1882) de Ipiabas, então proprietário de duas fazendas na freguesia de Santa Thereza, em Valença,⁶⁷ discutiram e escreveram mais uma representação contrária ao projeto de emancipação. Adensaram o volume dos proprietários insatisfeitos com a proposta do governo não apenas a comissão de cinco membros eleita na Barra do Pirai, mas sim, ao todo, quarenta e seis fazendeiros que participaram do encontro de 6 de junho.⁶⁸ Com efeito, este grupo influenciou decisivamente na escrita da representação de Valença. Em outras palavras, de acordo com o *Diário do Rio de Janeiro*, “estiveram presentes lavradores que representavam a propriedade de 12.000 escravos”.⁶⁹

⁶⁶ No dia 10 de junho nada menos do que quatro localidades (Valença, Bananal, Barra Mansa e Rio Bonito) escreveram suas representações contra o ventre livre. No entanto, por hora nos ocuparemos agora apenas de Valença, Rio Bonito e Bananal. Essas três representações, acrescidas das elaboradas pela Paraíba do Sul e por Pirai, compõe o *primeiro movimento peticionário* contra o ventre livre. Isto porque, em virtude da data em que chegaram ao Parlamento, apenas estas cinco petições foram remetidas à comissão especial de 15 de maio e, por ela, levadas em consideração. Sem a possibilidade de serem apreciadas pela comissão especial as demais representações, enviadas ao legislativo entre julho e setembro, formam o *segundo movimento peticionário*. Elas foram, porém, devidamente levadas em consideração quando os estadistas brasileiros começaram a discutir o projeto de liberdade do ventre escravo.

⁶⁷ Cf. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Anno de 1871*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1871, p.125 da seção provincial. A comunidade escrava do visconde de Ipiabas será analisada no quarto capítulo desta dissertação.

⁶⁸ Este número foi obtido mediante o cruzamento entre as assinaturas constantes na ata da reunião da Barra do Pirai e na representação de Valença.

⁶⁹ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 14 de Junho de 1871, p.1. Ao todo, assinaram a representação valenciana 134 indivíduos. O número, contudo, pode ter sido muito maior, pois no dia 20 de junho, nada menos do que 365 fazendeiros daquela cidade assinaram um documento declarando que apesar de não terem participado da reunião e assinado a representação, concordavam com ela na sua totalidade. Cf. *Jornal do Commercio*, edição de 14 de julho de 1871, p.1.

Tal qual as duas primeiras, a representação valenciana iniciava declarando que a lavoura e os cidadãos daquela cidade ficaram sobressaltados com o projeto de 12 de maio. Os peticionantes queixavam-se tanto da ausência de estudos e de medidas preparatórias tendentes à finalidade emancipadora, como em relação à total ausência de consulta à lavoura, o que não podia “deixar de magoá-la”.⁷⁰ Apesar disso tudo, com o “receio de parecerem antes dominados pelo egoísmo e desejo de legarem as dificuldades do presente às gerações futuras, do que inspirados pelas necessidades da causa pública”, os valencianos reconheciam que era inoportuno solicitar o adiamento da discussão do projeto. Por esta razão, os proprietários de Valença limitaram-se tão somente a enunciar os inconvenientes do projeto do governo e, em seguida, ofereceram um conjunto de ideias que, no caso de resolução positiva acerca da deliberação da emancipação, ajudariam na melhor condução do processo.

Os primeiros inconvenientes resultavam da emancipação do ventre. Com essa medida, criar-se-iam dois tipos de escravos vivendo nas mesmas condições – um que seria liberto em alguns anos, outro que permaneceria indefinidamente no cativeiro –, algo que, segundo os peticionantes, perturbaria as regras de disciplina nos estabelecimentos agrícolas bem como abalaria a autoridade do senhor. Em segundo lugar, libertar o ventre separaria o escravo do seio materno e contribuiria com “grandes dissabores para a infeliz mãe, já tão digna de compaixão”. Assim, os “sentimentos de família” seriam destruídos pelo projeto do governo. Por fim, o ponto cardeal da proposta apresentada ao legislativo teria o potencial de se tornar uma “fonte de incalculáveis despesas para ao Estado”, pois alguns proprietários poderiam começar a praticar uma “criação mercenária” de escravos com o único fito de receber a indenização que o Estado prometia se se entregassem aos oito anos os nascidos depois da lei.⁷¹

A libertação do escravo que salvasse seu senhor e o pecúlio forçado eram dispositivos que não poderiam ser aceitos. O primeiro despertaria “maus instintos” nos escravos incentivando-os a atos “de fantasiada dedicação”. O segundo, além de incentivar o escravo a roubar, interrompia o que a “generosidade particular” já tinha estabelecido, pois o respeito ao pecúlio estava “nos usos do país e na brandura de

⁷⁰ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Valença a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 14 de Junho de 1871, p.2. A representação de Valença é uma das que, por algum motivo desconhecido, não estão mais no Arquivo do Senado Federal.

⁷¹ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Valença a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 14 de Junho de 1871, p.2.

nossos costumes”. De modo a deixar algo para que a iniciativa individual resguardasse “a pessoa do senhor contra os maus instintos gerados pelo ódio do domínio”, não era necessário, nem recomendado legislar sobre isso.⁷² Assim, a medida de 12 de maio cerceava os instrumentos de dominação senhorial e debilitava o paternalismo.

A intervenção do juiz de órfãos para arbitrar no preço do escravo que apresentasse pecúlio também não poderia ocorrer, pois amesquinharia “a autoridade do senhor, já muito enfraquecida pelos brados de propaganda. A cada momento ver-se-á o senhor em seus menores atos desrespeitado pela intervenção indébita e muitas vezes inexperiente de um juiz, constituído pela lei imediato fiscal de seu procedimento”.⁷³

Tendo em vista esses inconvenientes, os peticionantes acreditavam que a proposta do governo não seria adotada. Contudo, “para provar os bons desejos (...) a respeito de uma acertada deliberação”, os fazendeiros de Valença ofereciam ao poder legislativo algumas ideias que “podem ser aceitas para a base da discussão com menos consequências, no caso de ser resolvida a oportunidade de deliberar-se sobre tal assunto”. Com alterações mínimas, essas ideias eram as mesmas apresentadas no encontro de Barra do Piraí, há quatro dias, por José Pereira de Faro, que também esteve presente na reunião da Câmara de Valença.⁷⁴

Em suma, apesar de deixados de lado pelo governo, os fazendeiros, colocando-se como comprometidos com o bem público e não apenas com sua riqueza particular, peticionavam não para adiar a discussão, mas tão somente para apontar os inconvenientes da proposta do governo e oferecer um conjunto de ideias concebido no seio da classe agrícola, que talvez pudesse substituir o projeto do ventre livre.

No entanto, não se pode deixar enganar com esse conteúdo mais imediato presente na representação valenciana. Em primeiro lugar, reconhecer a falta de oportunidade de adiar a discussão do projeto não significava, de forma alguma, o desejo de que o projeto fosse aprovado. Em segundo, o texto continha uma ideia do controle do processo de emancipação pelos proprietários de escravos, já explicada anteriormente. E, por fim, essa representação nos fornece um refinamento do discurso da generosidade senhorial que não pode ser ignorado. O paternalismo senhorial estendeu-se ao Estado que, apesar de agir como um escravo ao voltar-se contra os fazendeiros ganhou a chance

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ As alterações foram as seguintes: 1) não havia mais uma reserva de 1%, do montante de 2%, destinada a manumissão de mulheres; 2) se, após o sorteio realizado pelo júri, o senhor ainda assim não consentisse com a libertação do escravo, este passaria imediatamente a ser considerado livre.

de se redimir aceitando o único meio em que seria possível uma emancipação sem prejuízos: o conjunto de ideias que os senhores apresentavam na petição.

Foi Paulino de Souza quem levou a representação à Câmara. Apesar de longo em demasia para os costumes de apresentação de uma petição, vale a pena reproduzir um trecho de seu discurso, pois demonstra o grau de afinamento entre Paulino e a lavoura escravista do Vale do Paraíba.

Esta e outras manifestações do espírito público (...) assinalaram o fato singular na história, *o grande exemplo que dava este povo generoso, adiantando por sua própria iniciativa, à custa de sacrifícios individuais e sob o impulso dos mais nobres sentimentos, a solução inevitável do nosso mais difícil e arriscado problema social, facilitando no futuro a tarefa de seus legisladores. (Muito bem.)*

O silêncio que guardou a lavoura antes da agitação causada nos ânimos pela proposta do governo é mais uma prova e inequívoca de sua discrição, prudência e patriotismo. Hoje, vítima de tantas inquietações, não foi ela que as despertou com intempestivas reclamações.

Só no momento final, depois de *negada a audiência aos interessados*, depois de recusar-se ouvir os conselhos de sua experiência; no último momento, quando a imprudência outros já haviam cometido, quando a defesa não se pode mais adiar, é que ela usa do direito de petição na linguagem a mais moderada, nos termos do maior respeito.⁷⁵

Os Anais do Senado não registram qual parlamentar levou a petição à Câmara Alta, contudo assinala que junto à representação de Valença ia anexado “a de vários cidadãos, que no dia 6 se reuniram na Barra do Pirai”. O artigo “a” utilizado sem sujeito permite-nos concluir que os fazendeiros da Barra do Pirai também enviaram uma representação, porém, como visto acima, os fazendeiros ali reunidos não produziram este tipo de documento. Portanto, muito certamente, o que foi anexado à representação de Valença foi a ata da reunião havida na Barra do Pirai.⁷⁶

⁷⁵ Cf. ACD. Sessão de 15 de Junho de 1871, Tomo II, pp.93-94. Paulino chegou a ser advertido pelo presidente da Câmara por se alongar demais.

⁷⁶ Cf. AS. Sessão de 15 de Junho de 1871, Livro II, p.129.

Rio Bonito

Já os fazendeiros do Rio Bonito, reunidos no dia 10 de junho em sua Câmara Municipal, compuseram a representação contra o ventre livre e a enviaram ao Senador Francisco Otaviano de Almeida Rosa pedindo que ele a encaminhasse ao Senado. Depois de seis dias, Otaviano, famoso pelas suas publicações literárias e por ter negociado o tratado da Tríplice Aliança, satisfez o pedido dos lavradores de Rio Bonito e chamou a atenção do Senado para o fato de que “o espírito de moderação” reinava “nas relações entre liberais e conservadores” daquela cidade. A representação era, portanto, o benéfico resultado do entendimento dos “homens mais distintos de ambos os partidos” que estavam preocupados com o bem público do país.⁷⁷

De acordo com a representação, os fazendeiros do Rio Bonito pediam ao corpo legislativo que não convertesse em lei, tal como estava, o projeto do governo. A emancipação era uma resolução aclamada pela religião e pela moral e, além disso, certamente, colocaria um fim nas incertezas que a lavoura se encontrava por conta da inação em relação à solução da questão servil. Contudo, por mais forçoso que fosse a questão, ela não poderia ser pensada pelo prisma emocional e sim pelo prisma da realidade concreta vigente no Império do Brasil. Assim, a escravidão não deveria ser abolida de chofre e o direito à propriedade dos senhores tinha de ser devidamente respeitado.⁷⁸

Os fazendeiros daquela localidade definiram de um modo muito preciso o princípio da soberania doméstica ao asseverar que havia “regras de obediência e disciplina” que deveriam ser respeitadas para que a coexistência entre o senhor e o escravo fosse possível. “Sem a severa observância” dessas regras as relações entre senhor e escravo tornar-se-iam inviáveis e a escravidão irrealizável, pois o “elemento cativo” se insubordinaria. O projeto de 12 de maio parecia que não atentava a essas regras e colocava toda a base de sustentação da escravidão em risco.⁷⁹ Aprova-lo seria, portanto, um erro gravíssimo, pois a escravidão, como os bananalenses argumentariam, apesar de mantida, seria terrivelmente abalada no seu íntimo.

⁷⁷ Cf. *Pedido dos fazendeiros do município de Rio Bonito ao Senhor Conselheiro Francisco Octaviano de Almeida*. ASF, Caixa 76, Maço 2, Pasta 38. Bem como AS. Sessão de 16 de Junho de 1871, Livro II, pp.132-133.

⁷⁸ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Rio Bonito a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 2, Pasta 3. Essa representação não foi encontrada na imprensa oitocentista.

⁷⁹ *Idem*.

Retomando argumentos já utilizados, reiteravam que a liberdade do ventre era injusta, pois concedia a liberdade a quem nascesse em detrimento daqueles que por longos anos serviram nas agruras do cativo, e que criava duas classes de escravos que receberiam tratamentos desiguais. O efeito disso era que o senhor ficava “em péssimas condições em relação ao princípio de subordinação e obediência, princípio que não poderia deixar de ser mantido, como essencial para a manutenção da ordem e segurança”. As disposições complementares do projeto impunham ao senhor a constante vigilância do Estado e conferiam-lhe as vestes de inimigo dos escravos. Juntando a isso o direito ao pecúlio e a liberdade contra a vontade do senhor, o projeto do ventre livre consagrava a perturbação de “todas as relações jurídicas entre o senhor e o escravo”.⁸⁰

Apontando para uma contrariedade entre os princípios humanísticos contidos no projeto e aqueles praticados pelo governo imperial, os proprietários do Rio Bonito observaram sarcasticamente que era de se “estranhar, por certo, tanto amor ao escravo”, quando nada se fazia em prol dos livres “mais necessitados” que sofriam severos castigos na jurisdição da marinha imperial. Neste caso, o mais irônico para os fazendeiros era que os castigos que a marinha impunha aos homens livres eram vistos como “necessários a disciplina”.⁸¹

Como a resolução da questão do elemento servil era uma aspiração moral e religiosa que tinha o potencial de livrar a lavoura das incertezas em que ela vivia, os rio-bonitenses também propuseram, ao final da representação, um receituário para levar a escravidão a termo. A abolição deveria ser realizada após um prazo “nunca menor de 20 anos”. Os senhores, depois desse prazo, seriam devidamente indenizados em relação aos escravos menores de 20 anos. Um fundo de emancipação, nos moldes do projeto do gabinete Rio Branco, a libertação anual, custeada por esse fundo em cada província do Império, e a permissividade da alforria forçada apenas aos menores de sete anos de idade, eram os elementos ponderados por aqueles proprietários de escravos para se alcançar a abolição da escravidão no Brasil.⁸²

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

Bananal

No que diz respeito à cidade de Bananal, localizada na província paulista, mas histórica e geograficamente atada ao desenvolvimento da cafeicultura fluminense, não há informação precisa de como os proprietários de escravos se reuniram. É possível apenas afirmar que a reunião que deu origem a representação ocorreu no dia 10 de junho. Em contrapartida, a documentação consultada oferece uma possível explicação para essa ausência de informação. Veiculou-se no noticiário do *Diário do Rio de Janeiro*, no mesmo dia em que representação de Bananal foi ali publicada, uma preocupação dos proprietários bananalenses. Segundo a notícia, os fazendeiros daquela cidade, “por prudente cautela” resolveram, “sem aparato”, promover a reunião entre si de modo que a publicização constante dos encontros contra o ventre livre não agitasse os escravos. Certamente recorrendo a outros meios de comunicação, não mencionados na notícia, os fazendeiros conseguiram se reunir de forma tranquila, “sem dissidências de partidos”, e escrever a representação. A preocupação dos proprietários rurais de Bananal com o perigo de um possível levante escravo parece ter se estendido aos demais fazendeiros que se puseram a pugnar contra o projeto de 12 de maio. De fato, depois disso, poucos anúncios de reuniões foram publicados.⁸³

Apesar da representação de Bananal já ter sido devidamente analisada cabe, contudo, salientar alguns pontos.⁸⁴ Segundo os bananalenses, o projeto de 12 de maio conservava o regime escravo, mas o desmoralizava de tal maneira que seria preferível a abolição imediata. Isso por conta de três pontos básicos: a liberdade do ventre, a constituição do pecúlio e o direito à alforria.⁸⁵

Para os subscritores de Bananal, a liberdade do ventre era uma ideia “risonha”, pois colocava durante 21 anos os libertos pela lei em convívio com os outros cativos. Quais os sentimentos que isso despertaria nos escravos mais velhos e quais ideias esse convívio entre dois tipos de cativos poderia gerar era o que os lavradores daquela cidade

⁸³ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 22 de Junho de 1871, p.2.

⁸⁴ Para a análise do texto veja-se: Marco Aurélio dos Santos. “As redes de relacionamento e o espaço de atuação dos proprietários de escravos no império do Brasil: Bananal, 1850-1888”. *Saeculum – Revista de História*, nº33. João Pessoa, jul./dez.2015, pp.259-280.

⁸⁵ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Bananal a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 2, Pasta 39. A representação também foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 22 de Junho de 1871, p.2. No dia 20 de julho, mais vinte fazendeiros assinaram um documento em que atestavam aderência às ideias enunciadas na representação. Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 27 de julho de 1871, p.2. Ver tb. Hebe Maria Mattos de Castro e Eduardo Schnoor. (orgs.) *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, pp.245-250.

se questionavam. O que sabiam é que certamente o preceito do ventre livre criaria um “combustível de uma revolta permanente”, isto é, abalaria de modo ininterrupto a ordem nas senzalas.⁸⁶

Mas a representação não parava aí. Referindo-se decerto ao dispositivo que previa a perda do direito de propriedade em caso de maus tratos aos escravos nascidos depois da lei, os fazendeiros argumentavam que o projeto acabava criando, de um lado, uma contínua intervenção do Estado no ambiente privado das fazendas, pondo o senhor sobre a constante vigilância do poder público. De outro lado, estimulava a calúnia e a difamação “no próprio seio e na vizinhança da fazenda”. De tal modo, o que se visava com a peça ministerial era um “sistema de devassa constante”.⁸⁷

A solução para evitar esses males estava, contudo, no projeto de lei: o governo aceitaria as crianças maiores de 8 anos e indenizaria os proprietários. No entanto,

semelhante disposição poderá, quando muito, encher de júbilos os filantropos europeus, os quais, seja dito de passagem, não sabem precisamente em que latitude vivemos; mas a nosso ver e para quem deseja refletir um pouco é uma triste lembrança, porque, sabido é, não possui o governo em larga escala os estabelecimentos próprios para o tratamento e conveniente serviço dos menores. E donde sairá o valor da prometida apólice senão do bolso do lavrador?⁸⁸

“Não menos odiosa e cheia de males” era a regulamentação do pecúlio escravo. Ela destruiria o “espírito filantrópico” do senhor – que concedia terras, alforrias e “auxílios de toda a espécie” aos escravos –, e abria “sob os olhos da autoridade, novo campo de luta entre o senhor e o cativo – luta constante e cavilosa, cujas consequências ninguém poderá prever”. Isso, pois aquilo que antes era concessão senhorial passaria a ser um direito garantido pelo Estado. A alforria forçada parecia um “escárnio”, pois arrancava “o atributo essencial de toda a propriedade, isto é, a livre disposição do objeto”. E, retomando a ideia de que a abolição imediata seria preferível à proposta do governo: “Ou existe a propriedade com suas qualidades essenciais, ou então não pode decididamente existir”.⁸⁹

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem. Este trecho da representação de Bananal foi citado por Joaquim Nabuco, mas, diferentemente do que ocorreu com a citação da representação de Pirai, com a devida referência. Cf. *O Abolicionismo*, p.123.

Assim, a intervenção do Estado não consistiria apenas na vigilância constante dos estabelecimentos rurais, mas se atreveria a ir muito mais além até chegar ao recanto mais privativo da escravidão: as relações entre senhor e escravo. As concessões de pecúlio e alforria aos escravos, por parte de seus senhores, eram pontos cardeais dessas relações e fundamentavam mesmo a escravidão possibilitando sua consecução no dia a dia. Eram exemplos do grande poder da dominação senhorial e instrumentos de controle da escravaria. Ao regulamentar o pecúlio e autorizar a alforria forçada, o Estado simplesmente quebrava e desmoralizava o poder senhorial, desestabilizando, assim, a manutenção da ordem nas fazendas. Juntando-se a isso a permanente revolta entre os escravos, também consagrada pelo projeto, ocorreria, invariavelmente “o aniquilamento da lavoura, a morte do país”.⁹⁰

Ao fim e ao cabo, o projeto parecia impor aos lavradores a escolha entre a emancipação sugerida pelo governo ou libertação de todos os seus escravos. Estruturado do modo como estava, parecia, “com efeito, ser esta a mira do projeto: a pressão, a pressão esmagadora que obrigue os senhores a uma liberação rápida e completa.” Por fim, apontaram que a ausência de consulta aos fazendeiros era “um erro político, que não deixa[va] de ser ao mesmo tempo uma injúria”. Mas o que os bananalenses propunham?

Nosso pensamento (...) é que se marque para o fim do século a derradeira hora da escravidão. Permaneçam como atualmente existem as relações entre o senhor e o escravo: deixe-se que sobre elas influam as ideias filantrópicas que tão vigorosas vão se desenvolvendo entre os lavradores, e ao mesmo tempo, o interesse que cada proprietário terá de angariar para o futuro braços dedicados que o ajudem no amanhã das terras. Isso posto e garantido dispensamos toda e qualquer indenização, tanto de presente como de futuro.⁹¹

Foi o deputado paulista Rodrigo Augusto da Silva, o mesmo que no ano anterior havia apresentado seu voto em separado ao da comissão que aprovava a reforma do elemento servil, quem encaminhou o texto de Bananal à Câmara. Rebatendo as acusações de que a representação exprimia um pensamento do Partido Conservador⁹², o

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

⁹² Certamente Rodrigo Silva referia-se a grave acusação publicada no jornal *A Reforma: órgão constitucional* no dia 20 de junho daquele ano, de que os liberais de Bananal foram instados, contra a sua vontade, a assinarem a representação. A acusação, contudo, foi anonimamente publicada. Por conta da ausência da assinatura de Antonio José Nogueira, líder liberal em Bananal, na representação, Marco

deputado, além de afirmar que liberais também haviam assinado o documento, arguiu que o texto exprimia não uma opinião local, mas uma opinião nacional que se erguia, “não para auxiliar interesses partidários (*apoiados*), mas em *defesa dos grandes interesses da sociedade brasileira*, os quais não podem ser diversos e diferentes dos da lavoura, por que toda a força deste país, toda a sua atividade, toda a sua vida estão aí. (*Apoiados*).”. Se o Parlamento brasileiro desejasse consolidar o regime constitucional no Brasil, continuava Rodrigo Silva, era chegado o momento de demonstrar que no Império a opinião pública tinha “uma força irresistível (...) e que os podres do Estado, em vez de a contrariarem nas suas mais legítimas aspirações, tem o maior empenho em obedecê-la. (*Muito bem*).”⁹³ Deste modo, o deputado adiantou um dos argumentos que seria utilizado ao longo dos debates vindouros da tentativa de impugnar a liberdade do ventre.

Apesar dos Anais do Senado não registrarem a apresentação da representação de Bananal, é possível visualizar na petição original, arquivada em Brasília, que o texto foi encaminhado à Câmara vitalícia no dia 28 de junho e, assim como as representações da Paraíba do Sul, de Pirai e de Valença, foi remetido à comissão especial de 15 de maio.⁹⁴

São João do Príncipe

A despeito de não terem composto uma representação às casas legislativas brasileiras, a ação dos fazendeiros de São João do Príncipe merece ser levada em conta nessa análise, pois consistiu no exemplo mais curioso e audaz da investida senhorial contra a liberdade do ventre escravo. Sob a liderança de Joaquim José de Souza Breves e seu filho, os proprietários de escravos daquele município resolveram se dirigir diretamente ao próprio presidente do conselho de ministros. A decisão veio de uma reunião secreta ocorrida no início do mês de junho. Apesar do caráter sigiloso, dois

Aurélio sugere que tenha sido José Nogueira o autor da denúncia. Cf. Marco Aurélio dos Santos. “As redes de relacionamento e o espaço de atuação dos proprietários de escravos no império do Brasil: Bananal, 1850-1888”. *Saeculum – Revista de História*, nº33. João Pessoa, jul./dez.2015, p.274. Vale salientar que os liberais, de fato, estiveram presentes entre aqueles que assinaram a representação de Bananal e talvez isso não tenha sido contra a vontade deles. Um exemplo disso é a segunda assinatura da representação: do liberal Pedro Luiz Pereira de Souza, genro de Manoel de Aguiar Vallim, que, além de ser aliado de Martinho de Campos (um dos articuladores da reunião que culminou na representação da Paraíba do Sul), semanas depois foi um dos que engrossaram as fileiras do Club da Lavoura e do Comércio.

⁹³ Cf. ACD. Sessão de 28 de Junho de 1871. Tomo II, p.201. Grifos meus.

⁹⁴ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Bananal a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 2, Pasta 39.

pontos polêmicos acerca desse encontro circularam na imprensa. O primeiro veio do advogado José da Rocha Vianna, que, na ocasião, declarou-se como um “republicano democrata” ao enfrentar um dilema. Por defender a república como forma de governo, não poderia apoiar a escravidão; contudo, por ser também um democrata, não podia concordar com a desapropriação senhorial sem a devida indenização. O dilema apresentado por ele era fruto do governo pessoal do monarca que impunha ao Parlamento a liberdade do ventre. Sem pendores democráticos, o imperador ignorava as demandas da classe agrícola, quando deveria estabelecer uma proposta emancipatória que conciliasse o interesse de todos. Aqui, fica claro, a compreensão da emancipação como obra do poder pessoal de Pedro II servia ao propósito de criticar a instituição monárquica e enaltecer a forma republicana de governo em que, supostamente, todos eram ouvidos.⁹⁵

O segundo ponto diz respeito a uma proposição mais exaltada. Um dos fazendeiros ali presentes sugeriu que, se as manifestações dos lavradores não fossem atendidas, isto é, se o ventre livre fosse promulgado, a despeito do brado contrário que a lavoura retumbava, os fazendeiros “poderiam em justa defesa de seus direitos lançar mão de seus recursos, fortificando-se pelos altos das serras até Campos na direção de S. Paulo, e assim obstem o abastecimento da capital”. Com esta bravata de insurgência senhorial contra o Estado brasileiro, não se estranha que o nome do autor da ideia não tenha sido divulgado.⁹⁶

O último a se pronunciar foi Joaquim José de Souza Breves Júnior que, ao que tudo indica, conciliou os interesses dos presentes ali reunidos, tal qual seu tio por ocasião da reunião dos lavradores de Piraí. Argumentando que, por não contar com “fazendeiros práticos”, o ministério fazia o mal pensando que fazia o bem, e que o presidente do conselho dava indícios de que retiraria ou modificaria o projeto, “aceitando o pensamento da lavoura”, Breves Júnior propôs que os fazendeiros ali reunidos dirigissem uma representação à Câmara Municipal a fim de que esta nomeasse uma comissão, composta de dois fazendeiros, encarregada de demonstrar ao governo, isto é, ao visconde do Rio Branco, os inconvenientes que poderiam sobrevir caso o projeto do ventre livre fosse aprovado. Por fim, tranquilizando os fazendeiros de São João do Príncipe, asseverou que acreditava nas boas intenções dos representantes eleitos “tendo quase intima convicção de que seriam atendidas as justas reclamações dos

⁹⁵ Cf. *Diário do Rio Janeiro*, edição de 18 de junho de 1871, pp.2-3.

⁹⁶ Cf. *Idem*, p.3

fazendeiros, apesar mesmo da mal pensada imposição de tal medida, que não só abala a sociedade e arruína a fortuna pública como também perturba a tranquilidade e a paz doméstica”.⁹⁷

Foi precisamente pela vereda amena e conciliatória, aberta pela sugestão do filho de um dos mais importantes fazendeiros do Império do Brasil, que os proprietários de São João do Príncipe caminharam. Poucos dias depois, no momento de deliberação dos membros da comissão, a Câmara dos vereadores apenas alterou o número de dois para três fazendeiros comissionados. Eram eles o barão de São João do Príncipe, Manoel Martins do Couto Reis e Joaquim José de Souza Breves, o pai. O primeiro era fazendeiro, o segundo juiz de paz e o terceiro dispensa apresentação.⁹⁸

Pouco mais de um mês depois, em correspondência ao visconde do Rio Branco, os comissionados, depois de explicarem o motivo da missiva, pediram ao visconde o estabelecimento de um dia para que pudessem cumprir a finalidade para a qual foram escolhidos. Rio Branco respondeu-lhes no mesmo dia convidando-os a comparecerem na sua residência pela manhã do dia 19 de julho.⁹⁹

No encontro com Rio Branco, contudo, apenas Couto Reis e Joaquim Breves compareceram, pois o barão teve um revés no seu estado de saúde. Depois de entregarem ao presidente do conselho a representação que os fazendeiros endereçaram à Câmara Municipal de São João do Príncipe, os dois membros da comissão declararam o desejo dos munícipes daquela localidade de que o projeto apresentado à Câmara dos Deputados fosse reconsiderado. O projeto, argumentavam, era a pedra que vinha do cume da montanha e, por preocupar o país inteiro, já era possível ouvir de todos os cantos os ecos de um “grito de angústia” que certamente chegaria “aos ouvidos do governo imperial”. Se fosse impossível ao governo “fazer parar a pedra, pelo impulso com que rolou do cume”, ele poderia muito bem “regular-lhe a queda para que no seu baque não produza o abalo do terremoto”.¹⁰⁰

⁹⁷ Cf. *Idem*, p.3.

⁹⁸ Cf. *Ofício da Câmara Municipal de São João do Príncipe*, 22 de junho de 1871. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 25 de julho de 1871, p.3. As informações de Couto Reis e do barão de São João do Príncipe foram retiradas do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Anno de 1871*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1871, p.87 e p.175 da seção provincial.

⁹⁹ Cf. *Correspondência entre a comissão municipal e o visconde do Rio Branco*, 18 de julho de 1871. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 25 de julho de 1871, p.3.

¹⁰⁰ Cf. *Ofício da comissão municipal dirigido ao visconde do Rio Branco*, 19 de julho de 1871. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 25 de julho de 1871, p.3 e *Jornal do Commercio*, edição de 28 de julho de 1871, p.1.

Os fazendeiros de São João do Príncipe, diferentemente de seus pares em Pirai, não declaravam que a confiança irrestrita que possuíam em relação ao Estado se desfizera. Muito pelo contrário, acreditavam que, se a reforma era inevitável, os estadistas poderiam escutar o “grito de angústia”, isto é, o brado escravista que alertava para os perigos à lavoura, constantes no projeto de 12 de maio, aproveitando-o de tal modo a regular o rumo da reforma e evitando, assim, efeitos catastróficos à agricultura escravista brasileira.

Rio Branco agradeceu a confiança depositada na prudência com que o governo considerava a reforma do estado servil e aproveitou-se da metáfora da pedra rolando da montanha para dizer que a resolução da questão era um “negócio de tão vital interesse para toda a sociedade brasileira”. Os fazendeiros deveriam continuar a confiar “nas luzes e patriotismo dos legisladores do Brasil”, e não se deixarem “dominar de um temor pânico, e a medida, que a alguns se afigura tão perigosa, será reconhecida afinal como a mais cautelosa e de salutareos efeitos”. A lavoura tinha “legítimos e grandes interesses, que se identificam com os da nação”; os legisladores brasileiros, cômicos desses interesses, saberiam como “resguarda-los”. Assim, Rio Branco sugeria como ele via a medida do ventre livre: a administração controlada da abolição brasileira no tempo, a palavra final do Império sobre a escravidão, algo que ele e seus ministros declararam a plenos pulmões quando os parlamentares discutiram o projeto.

Pressão escravista à prova: o resultado do 1º movimento peticionário

Eleita no dia 15 de maio, a comissão especial, encarregada de estudar o projeto de liberdade do ventre, era composta pelos deputados Luiz Antonio Pereira Franco, Joaquim Pinto de Campos, Raymundo Ferreira de Araújo Lima, João Mendes de Almeida e Angelo Thomaz do Amaral. Com as exceções de João Mendes de Almeida, nascido em Manaus e eleito por São Paulo, e Angelo Thomaz do Amaral, nascido no Rio de Janeiro e eleito pelo Amazonas, todos os membros da comissão nasceram e foram eleitos pelas províncias do norte do Império, naquele momento já menos dependentes da escravidão, quando comparadas com a região do Vale do Paraíba, para a reprodução expandida de capital.¹⁰¹ Com o pseudônimo de “*A guarda constitucional*”,

¹⁰¹ Em Pernambuco, por exemplo, havia, em 1872, cinco trabalhadores livres para cada escravizado nas plantations açucareiras da região. Cf. Peter Eisenberg. *The sugar industry in Pernambuco: modernization without Chang, 1840-1910*. California: University of California Press, 1974, pp.180-214. Por outro lado,

Mendes de Almeida, ao que tudo indica, mostrou-se um entusiasta da causa do ventre livre, publicando, quase que diariamente entre julho e setembro de 1871, no *Jornal do Commercio*, diversos artigos intitulados “*Chronica Parlamentar*”, em que defendia a proposta do governo.¹⁰² A diferença na composição dessa comissão, inclinada ao projeto do governo, em relação à comissão do ano anterior, que contou com Rodrigo Silva e Andrade Figueira, não passou despercebida pelos deputados contrários a liberdade do ventre, ainda mais porque ambas foram eleitas pela mesma Câmara.¹⁰³

Com a redação de Pinto de Campos, no dia 30 de junho de 1871, a comissão especial apresentou seu parecer à Câmara dos Deputados, que seria, sempre que possível, duramente criticado pela oposição escravista. Já no seu primeiro parágrafo, para assombro dos defensores da escravidão, o parecer declarava que o projeto, “com algumas modificações”, era digno de aprovação. Segundo o texto, a proposta do governo não se distanciava daquela elaborada pela comissão de 1870, da qual, aliás, os signatários do parecer diziam-se herdeiros. De fato, ao longo do relatório final fica patente a influência de uma comissão sobre a outra. O grande exemplo disso era a forma

a presença de escravos era marcante no Rio de Janeiro e, em 1872, os cativos representavam 37,3% do total da população da província, uma proporção que chegava a ser superior a registrada para a Virgínia, em 1860, nessa região os cativos perfaziam 30,7% da população. Cf. *Censo Brasileiro de 1872*; Laird Bergad. *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p.118.

¹⁰² Cf. ACD. Sessão de 12 de Maio de 1871. Tomo I, pp.43-45. ACD. Sessão de 15 de Maio de 1871. Tomo I, p.47. As informações biográficas estão em Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, v. I, pp. 90-91, v. IV, pp.5-6 e pp.224-229, v. VII p.110. O uso da expressão “ao que tudo indica” deve-se ao fato de Sacramento Blake atribuir a Mendes de Almeida a publicação de artigos no *Jornal do Commercio* com a assinatura de *Guarda Avançada*; porém, a pesquisa empreendida no periódico fluminense não encontrou resultados para esse pseudônimo, mas sim para *Guarda Constitucional*, sugerindo que o biógrafo possa ter incorrido em algum engano. Ajuda a sustentar a hipótese da autoria de Mendes de Almeida a esses artigos o fato de Blake também atribuir-lhe a autoria da publicação de um livro com forte cunho emancipacionista e pró-gabinete Rio Branco: *Breves considerações histórico-políticas sobre a discussão do elemento servil*, assinado sob o pseudônimo de Ypiranga e publicado logo após a discussão do projeto de 12 de maio na Câmara dos Deputados. Os artigos da *Guarda Constitucional* começaram a ser publicados no *Jornal do Commercio* na edição de 1 de julho de 1871 e só pararam no dia 27 de setembro daquele ano. Sem indicar conhecer a autoria dos artigos, José Inácio de Barros Cobra Júnior, deputado por Minas Gerais, fez duras críticas à “*Guarda Constitucional*” acusando, inclusive, de terem sido escritos “por ordem ou sob inspiração” do ministério. Cf. ACD, Tomo III, p.251.

¹⁰³ Cf. Perdigão Malheiro. ACD. Sessão de 9 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.100-101. Cf. tb. ACD. Sessão de 25 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.297. O deputado sugeriu que a escolha da comissão, e mesmo o comportamento que os deputados estavam apresentando na votação do projeto, eram fruto da cooptação de Rio Branco. Segundo Jeffrey Needell, por meio de patronagem, Rio Branco garantiu o apoio da bancada do norte do país. Ver do autor: *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*, pp.278-283, pp.300-301 e pp. 307-314. O assunto será recuperado no quarto capítulo.

de encarar o encaminhamento da questão do elemento servil: uma vez suscitada, tinha de ser resolvida para que o país não se agitasse em demasia.¹⁰⁴

A abolição, argumentavam, era a “opinião universal do século em que” viviam e, além de evitar agitações no país, a boa resolução do problema possibilitaria que o Brasil se sentasse “em pé de igualdade no convívio das nações” civilizadas. Nações, aliás, que não poderiam julgar o Império na demora em relação à abolição, pois a escravidão “foi, até o primeiro quarto desta centúria, abraçada por todos os mais civilizados”. Ainda assim, reconheciam que o Brasil, com um governo que persistia na manutenção da escravidão, insulava-se perante a comunidade internacional, mas isso ocorria por um motivo muito particular: na monarquia brasileira a escravidão estava presente em todas as fimbrias sociais, de tal modo que grande seria o sacrifício em findar a milenar instituição. Essa era a excepcionalidade brasileira, que apenas encontrava paralelo com os Estados Unidos, cujo exemplo dramático de resolução da questão servil deveria ser evitado.

“Cinco lados” (religião, humanidade, pátria, pelos escravos e pelos senhores) foram elencados para examinar a emancipação escrava. Segundo o parecer, com a exceção do lado dos senhores, a emancipação era um objeto desejável e mesmo urgente para todos os outros lados. Isso porque a religião cristã, oficializada no Império na vertente do catolicismo, pregava a igualdade dos homens perante Deus. Já “a humanidade em peso” rejeitava a escravidão e na pátria brasileira todos, inclusive os senhores que se iludiam “fantasiando quiméricos perigos”, concordavam que a escravidão estava com os dias contados. Os escravos eram “criatura do mesmo Criador” e o direito de propriedade não deveria ser exagerado. Mas, e quanto aos proprietários de escravos? Neste ponto, o texto da comissão deixava clara a existência de um intenso conflito de interesses presente na questão.

Os cinco membros da comissão reconheciam que, se os senhores não receberam os direitos de propriedade

da natureza (...), conferiu-lhes a sociedade, que faltaria outro dever sagrado, se os esbulhasse do que a lei considerou, bem ou mal, propriedade circunscrita,

¹⁰⁴ O relatório completo encontra-se tanto nos anais da Câmara cf. ACD. Sessão de 30 de Junho de 1871, Tomo II, pp.220-234 e em *A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*, Brasília: Senado Federal, 2012, 2 vol., v.1, pp. 466-513. De onde retiro a base dos próximos parágrafos. Criticaram vivamente o relatório: Ferreira Vianna. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 11 de julho de 1871, p.2; José de Alencar. ACD. Sessão de 13 de julho de 1871, Tomo III, p.136; Duque-Estrada Teixeira. ACD. Sessão de 20 de julho de 1871, Tomo V, Apêndice, p.70; Gama Cerqueira. ACD. Sessão de 1 de agosto de 1871, Tomo IV, p.12; Nebias. ACD. Sessão de 21 de agosto de 1871, Tomo IV, p.215.

mas propriedade. (...) Os foros do proprietário de escravos estribam-se, pois, não em direito natural, mas em razão política e ordem pública. Disse-lhe a lei que respeitaria aquela propriedade; nossa fé adquiriu ou conservou seus haveres numa dada forma. Não pode o Estado burlar os cidadãos, que na sua palavra depositaram crédito. Fora uma extorsão, e um desonroso abuso de confiança.¹⁰⁵

Esse era o ponto fundamental da discussão, o mais delicado. Se não era concebida como um direito natural, havia a convicção de que a escravidão era um fato legal reconhecido e permitido pelo Estado desde que este fora fundado. Retirar essa propriedade às avessas dos senhores teria o potencial de criar um conflito sem precedentes, pois aniquilaria a mão de obra dos principais produtores agrícolas do país os quais, naquele momento, eram os maiores produtores mundiais de café.

A abolição, portanto, era de interesse de todos, mas prejudicava os senhores e, por esta razão, havia a real necessidade de se “adotar um terreno neutro, cedendo os antagonistas da instituição algum tanto do que invocam ao direito natural, cedendo os seus contrários um pouco do que a razão política lhes inspira”. Resulta daí o princípio, sem alteração possível, acordado pela comissão: “convém acabar com a instituição da escravidão. Importava respeitar os interesses dos senhores dos atuais cativos, e não menos velar pela sorte deles”. Algo que o projeto de 12 de maio, realizada as devidas modificações, preenchia com êxito. Mas o que isso queria dizer? Ao adotar este princípio, a comissão, de modo muito claro, permitia entender que o projeto do governo, uma vez transformado em lei, seria a última palavra da legislação emancipacionista, pois por meio dele respeitavam-se todos os setores da sociedade e evitavam-se maiores perigos. Foi precisamente esse um dos pontos levantados por Rio Branco aos fazendeiros de São João do Príncipe e, efetivamente, pelo ministério para defender a proposta quando de seu debate.

Em seu relatório, a comissão ainda concebia que a escravidão era o “calcanhar de Aquiles” do Brasil, pois corrompia a sociedade. Enquanto ela existisse no país, o trabalho manual não seria devidamente valorizado deixando, assim, o Império em atraso de desenvolvimento material. Outro seria o destino se a escravidão findasse dando lugar ao trabalho livre:

¹⁰⁵ Cf. *A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*, Brasília: Senado Federal, 2012, 2 vol., v.1, p.473.

Desde essa hora mudará o aspecto das coisas. O produto escravo é sempre de arremedo, tosco, brutal, moroso, pouco lucrativo; o trabalho livre é empreendedor, é inteligente, é hábil, é ativo, é criador, é lucrativo em décuplo. Com aquele, dando-se em troca, do modo como estamos dando, gêneros imperfeitos, nosso comércio, equiparado ao de outros povos, aliás menos protegidos da natureza, languirá com o andar do tempo. Com este, depois de altamente melhorados os hábitos morais e físicos da sociedade, concorreremos, colo erguido, com todas as nações, e em muitos casos quiçá as subjugaremos.¹⁰⁶

Assim, demonstrando uma incompreensão acerca dos avanços técnicos e produtivos da lavoura escravista¹⁰⁷, criava-se uma expectativa utópica de um futuro sobejamente pautado pelo trabalho livre. Expectativa que ao longo do parecer só aumentou, pois os pareceristas afirmavam que, com o fim da escravidão, os ex-escravos, tornados cidadãos, seriam inseridos na sociedade e iriam trabalhar sem óbice algum tanto no meio urbano como no rural. À reboque da abolição até mesmo os imigrantes deixariam naturalmente seus países para engrossar as fileiras de trabalhadores livres no Brasil.

Ao levar em conta o reclamo dos membros da classe agrícola, que encontrou seu íntimo acabamento nas representações, o relatório da comissão afirmava que os fazendeiros estavam sendo “induzidos a crer que as providências propostas” cavariam sua ruína. Mas, de acordo com a comissão, isso não era verdade. Bastava que se olhasse para os sucessos da reconstrução norte-americana, para o fato de que no Brasil havia províncias praticamente livres e que nos locais do Império onde havia a grande concentração da propriedade escrava os capitais estavam imobilizados e os lucros não compensavam.¹⁰⁸ Deste modo, a agricultura poderia repousar na “mais risonha” esperança, pois a emancipação traria uma “aurora de um dia esplêndido de

¹⁰⁶ Cf. *A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*, p.471.

¹⁰⁷ No século XIX, os senhores, centrados no Vale do Paraíba, aproveitando as modificações no mercado mundial de café, racionalizaram de modo sem precedentes a produção agrícola explorando ao máximo os recursos técnicos, naturais e humanos que tinham a sua disposição. Cf. Rafael de Bivar Marquese. “A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada”. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. 2009, vol.16, n.4, pp.855-880. Sobre a lucratividade de uma fazenda escravista: Ricardo Salles e Magno Fonseca Borges. “A morte do barão de Guaribu. Ou o fio da meada”. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 7, n.13. Juiz de Fora. UFJF. Jul-dez 2012, pp.57-94. Cf. tb. Robert Fogel e Stanley Engerman. *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*. Nova York: Boston, Brown & Co., 1974.

¹⁰⁸ Posteriormente Pinto de Campos informou que as afirmações constantes no parecer sobre a superioridade do trabalho livre e dos sucessos da reconstrução norte-americana foram retiradas de um “mapa estatístico” formulado pelo correspondente do *Jornal do Commercio* em Nova York e publicado pelo periódico fluminense em 22 de setembro de 1870. Cf. ACD. Sessão de 19 de Agosto de 1871, Tomo IV, pp.200-204, que conta com a reprodução dos dados estatísticos.

enriquecimento e progresso”. Para confirmar isso, citaram relatórios franceses e ingleses que reportavam uma melhora social e material nos locais em que ocorreu a abolição. Contudo, de modo pouco convincente, pois ali se tratavam de colônias e, como apontou Eric Foner, a abolição no Caribe foi um fracasso do ponto de vista econômico, pois não foi possível manter os níveis da produção açucareira.¹⁰⁹

O exame de “algumas representações redigidas com dignidade”, isto é, aquelas que acima vimos, não demoveu a opinião da comissão. A abolição imediata, referida na representação de Bananal como um meio preferível ao projeto do governo, pois este desmoralizava a escravidão, foi considerada tanto com a devida indenização aos senhores quanto sem indenização nenhuma. Ambas as formas foram compreendidas como incapazes de resolver a questão a contento. As duas criariam um grande ônus social, pois retirariam com um ato legislativo toda a mão de obra da produção agrícola brasileira. A diferença é que a primeira forma oneraria demasiadamente o tesouro do Estado e a segunda seria injusta para com os fazendeiros. A necessidade de se realizar um estudo estatístico em relação à população escrava brasileira, presente em todas as representações, era vista pelos membros da comissão como desnecessária. Era possível realizar a reforma apresentada pelo governo sem esses dados e o dispêndio de tempo para obtê-los era visto pela comissão como uma “procrastinação desnecessária”.

Contudo, um ponto presente em todas elas foi aceito: a denúncia feita pelos fazendeiros de que o projeto do ventre livre, da forma como estava estruturado, implicaria a fiscalização constante dos estabelecimentos agrícolas do país, o que poderia desmoralizar o senhoriato. Para “remover a suspeita”, o relatório da comissão sugeria a modificação do artigo 7º, isto é, a supressão do dispositivo que definia o juízo de órfãos como primeira instância para os casos de liberdade, a possibilidade dos promotores públicos representarem os escravos nessas causas e de promover os direitos e favores que o projeto consagrava aos escravos. Com essa alteração, mais outras pontuais (i. apesar de manter os direitos de ingênuos aos libertos pela lei, suprimiu-se o vocábulo ingênuo para determina-los; ii. a determinação de um prazo de trinta dias para o senhor optar entre a entrega ao Estado ou não da criança que completasse oito anos), a comissão aprovava o projeto e o submetia à apreciação da Câmara dos Deputados.

Quando lido no plenário por Joaquim Pinto de Campos, relator da comissão, o parecer rompeu atterradoramente nos ouvidos dos escravistas. O primeiro movimento

¹⁰⁹ Cf. Eric Foner. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, (1º ed. em inglês 1983), pp.33-58.

peticionário, que durou cerca de um mês, envolveu oito parlamentares e mobilizou mais de mil fazendeiros em localidades distintas que abandonaram as dissidências partidárias locais a fim de formarem uma força única contra o ventre livre, não obteve sucesso e não foi capaz de influenciar de modo decisivo a comissão especial de 15 de maio.¹¹⁰

A resistência ao projeto do governo, contudo, não esmoreceu. Enquanto aguardavam a discussão do parecer e do projeto do ventre livre na Câmara, os proprietários de escravos centrados na bacia do vale do rio Paraíba continuaram em uníssono o seu brado. A mobilização não foi abandonada, mas sim intensificada. Nascia o segundo movimento peticionário.

¹¹⁰ Assinaram as cinco representações enviadas ao Parlamento antes da elaboração do relatório da comissão especial, ao todo, 1.419 fazendeiros. Se somarmos a este número os oito fazendeiros que participaram da reunião em Barra do Pirai, mas não compareceram em Valença para assinar a representação mais os 365 fazendeiros dessa cidade que, apesar de não terem assinado a representação, publicaram na imprensa que concordavam com a representação valenciana na sua totalidade, bem como os vinte fazendeiros bananalenses que publicaram na imprensa que atestavam aderência à representação de Bananal o número sobe para 1.812.

Capítulo 3 - O adensamento da reação senhorial, o 2º movimento peticionário

Entre a apresentação do parecer da comissão especial até a conclusão das discussões parlamentares que aprovaram o projeto de liberdade do ventre, ao todo 30 petições¹ foram elaboradas e endereçadas ao legislativo brasileiro. Juntas, elas compõem o segundo movimento peticionário. O ambiente de formulação dessas representações foi ligeiramente diferente daquele que gerou a primeira mobilização. Sem nenhum posicionamento da Câmara, a ação inicial tentava barrar o projeto do ventre livre ainda no nascedouro. Contudo, o parecer final da comissão especial, ao assinalar positivamente à emancipação, frustrou essa primeira investida dos proprietários de escravos. A despeito da opinião dos fazendeiros e dos deputados que representavam seus interesses, o projeto foi, então, revigorado à discussão parlamentar. No segundo movimento contra o projeto do governo, portanto, o ambiente era mais hostil ao brado senhorial: tornara-se necessário convencer toda a Câmara, e não apenas a comissão especial em particular, que a razão estava do lado dos interesses agrário-escravistas.

Os argumentos utilizados no segundo movimento contra o ventre livre pouco variaram em relação àqueles elaborados no primeiro, o que, à primeira vista, pode muito bem parecer redundância ou mesmo uma fraqueza argumentativa dos peticionantes indicando, assim, a fragilidade do movimento. No entanto, um ajuste mais acurado em nossa lente de análise permite inferir que a pouca variação dos argumentos indica não a fragilidade, mas sim a força da atuação coletiva: mobilizando os mesmos tópicos contra o projeto do governo, os proprietários de escravos do coração econômico do Império demonstravam um alto grau de coesão. Assim, a ação em grupo tornou-se muito mais consistente.

De fato, nesse segundo momento de investida senhorial, o movimento escravista contra o ventre livre adensou-se, ganhou maior articulação e alcançou maior amplitude geográfica ao expandir-se por todo o vale do rio Paraíba do Sul, extravasar os limites da

¹ O número de manifestações contrárias ao projeto do governo nesse período, contudo, pode chegar a 34, se considerarmos a ação dos fazendeiros de São João do Príncipe, o protesto dos senhores da cidade paulista de Araras e o apoio que os proprietários de escravos de São Luiz do Paraitinga manifestaram em relação à representação de Bananal.

província fluminense e alcançar tanto a Zona da Mata Mineira como o Planalto Ocidental do Oeste Paulista. Para que melhor se compreenda os motivos que levaram a atuação senhorial que se seguiu ao parecer da comissão especial, a seguir trataremos os principais tópicos utilizados contra o projeto do governo no segundo movimento peticionário.²

Traços básicos da retórica senhorial

A partir de uma leitura própria das relações vigentes entre senhores e escravos, os peticionantes de 1871 traçaram no seu discurso um prognóstico caótico em relação ao Brasil caso a liberdade do ventre fosse promulgada. No cálculo discursivo, os senhores recorreram em peso à tópica da ameaça, um dos traços mais marcantes da retórica conservadora, e asseveravam que a emancipação escrava era uma aspiração que deveria ser perseguida, pois estava de acordo com a moral e com a religião. Era algo legítimo. Contudo, não era desejável alcançá-la por meio do projeto proposto pelo gabinete Rio Branco, pois tal qual nele formulada, a emancipação acarretaria, inevitavelmente, uma “sequência de eventos”³ não previstos que colocaria a sociedade brasileira em perigo.

Certamente um número não desprezível dos proprietários, talvez mesmo a sua esmagadora maioria, não era favorável a qualquer política tendente à emancipação. No entanto, por meio desse recurso retórico, os senhores procuraram demonstrar seu inato senso de preocupação social, ausente do ministério, lutando contra a emancipação escrava ao mesmo tempo em que pregavam a sua validade.

Qual era a “sequência de eventos” que adviria do projeto do ventre livre? Ainda que não explicitamente, é possível apreender de modo claro a seguinte sequência que,

² Com algumas exceções, quase não há registros dos encontros que geraram as representações do segundo movimento. Muito provavelmente o motivo para tanto, como anunciado ao fim do capítulo anterior, reside no receio dos bananalenses de que o anúncio público dos encontros pudesse incitar algum tipo de revolta entre os escravos.

³ A expressão é de Hirschman, que se utiliza dela para traçar os pontos básicos do tópico da ameaça. Segundo o autor, ele consiste em argumentar que uma determinada reforma pode gerar o efeito contrário daquilo que se espera dela. Com efeito, foi precisamente isso que os fazendeiros fizeram, mas a partir de uma dada leitura das históricas relações de dominação entre senhores e escravos vigentes no Brasil há 300 anos e, por esta razão, conforme apontado na introdução da dissertação, a argumentação deles pode ser melhor compreendida a partir da definição de Koselleck para a arte do prognóstico. Cf. Albert O. Hirschman. *A retórica da intransigência. Perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. (1º ed. em inglês 1991), pp.73-111. Reinhart Koselleck. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. (1º ed. alemão 1979), pp.79-94; Idem. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. (1º ed. alemão 2000), pp.189-205.

segundo o pensamento senhorial, ocorreria na esteira da aprovação do projeto ministerial: a desmoralização dos senhores levaria à insubordinação dos escravos e esta, por seu turno, precipitaria uma profunda perturbação da produção agrícola. Desmoralização, insubordinação e perturbação agrícola, tal era a tríade do caos emancipacionista vislumbrada pelos maiores proprietários de escravos do Império do Brasil. Temos, assim, os pontos centrais da crítica senhorial ao ventre livre. Para que melhor se possa compreendê-los, passaremos a um exame temático e sincrônico do segundo movimento peticionário.

A desmoralização senhorial

Ao estudar os dispositivos do *Code noir*, édito de 1685 que continha o esforço de uniformizar as leis escravistas relativas às colônias francesas, o historiador Yvan Debbash chamou a atenção para o “princípio da soberania doméstica”. Por ele, legitimado na prática colonial francesa ao longo da primeira metade do século XVIII, os senhores tinham toda liberdade tanto para estabelecer a quantidade de trabalho extraída dos escravos, como para escolher e aplicar os castigos que os cativos eventualmente viessem a sofrer. Assim, fundados no poder sobre os pontos básicos da dominação escravista (trabalho e disciplina), os senhores tinham total autonomia para comandarem seus escravos sem nenhuma interferência externa. Em 1784-1785 essa autonomia, contudo, foi ameaçada pela revisão que a coroa francesa tentou promover na livre administração senhorial. Assim, com a soberania doméstica em risco, os senhores do Caribe francês organizaram-se prontamente numa investida contra as determinações metropolitanas. Algo que foi bem sucedido, pois a reforma fracassou.⁴ Sem receio de uma generalização inexata, o princípio da soberania doméstica pode ser temporal e geograficamente estendido para todas as grandes áreas escravistas do continente americano. Do mesmo modo, é possível dizer que, nas regiões de plantation da América, toda tentativa de interferência do poder público no governo doméstico dos escravos sofreu, historicamente, dura oposição por parte dos proprietários de cativos. Foi precisamente o que ocorreu no Caribe francês, como visto, mas igualmente em

⁴ Cf. Yvan Debbasch. Au coeur du “gouvernement des esclaves” la domestique aux Antilles françaises (XVIIe-XVIIIe siècles). In: *Revue française d’histoire d’outre-mer*, vol.72, n° 266 (1° trim., 1985), pp.31-53. Cf. tb. Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, p.14, p.39, p.89, p.98, pp.121-123 e pp.154-155. Ver tb. Malick W. Ghachem. *The Old Regime and the Haitian Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Cuba, em duas ocasiões, quando o governo metropolitano espanhol tentou intervir na administração senhorial.⁵

Em 1871, pelo que pôde ser apreendido no capítulo anterior, não foi outro o caso brasileiro. Pelo projeto do ventre livre, o Estado nacional era colocava-se entre o senhor e o escravo interferindo sobremaneira nas relações de ambos e na liberdade gerencial dos primeiros. Consagrada nos termos do projeto de 12 de maio, a quebra da soberania doméstica foi um dos maiores reclamos dos proprietários de escravos que se alinharam contra o ventre livre. De fato, a crítica senhorial sempre se iniciava e se finalizava com a consideração de que, caso aprovado o projeto, o Estado, que ignorava a classe agrícola, iria intervir brutalmente nos complexos produtivos do país: as fazendas. Desse modo, o governo imperial, por força de um único ato legislativo, destruiria o direito de propriedade, oneraria os senhores, desmontaria o paternalismo e modificaria as relações entre senhores e escravos. Em suma, desmoralizaria os senhores e quebraria o livre governo exercido nas fazendas, isto é, a soberania doméstica. Na esteira dessa quebra ocorreria a insubordinação dos cativos e a perturbação da produção agrícola. Ou seja, o projeto continha um potencial destrutivo sem precedentes e, por esta razão, deveria ser evitado a todo o custo. Compreendendo essa potencialidade de um futuro desastroso os senhores, a despeito do malogro do primeiro movimento peticionário, continuaram com a mesma estratégia a fim de barrar o processo legislativo da emancipação escrava.

Com efeito, não apenas os produtores rurais adensaram o coro contra o ventre livre. No dia 19 de junho, muitos comissários de café, seguindo de perto os agricultores, reuniram-se com o fito de igualmente elaborar e endereçar uma representação ao legislativo brasileiro contra o projeto do ventre livre. A oposição extrapolava, assim, a esfera da produção e chegava aos responsáveis pela circulação do principal produto agrícola brasileiro.⁶

Autoproclamando-se como “comissão do comércio”, a reunião foi presidida por Caetano Furquim de Almeida, advogado ligado aos Teixeira Leite por meio de seu casamento com a filha do barão de Vassouras. Além de fazendeiro, era sócio da casa comissária de café Furquim, Jopper & Cia e, posteriormente, logrou aprovação, junto com mais três, num contrato para exploração e estudos de uma linha férrea ligando

⁵ Cf. Rafael Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. A ação da oligarquia cubana foi uma resposta às tentativas de implementação da *Real Cédula* (1789) e do *Reglamento de Esclavos* (1842), ambos com forte inspiração no código negro francês. Ver, do mesmo livro: p.209-210, p.216 e pp.317-320.

⁶ Cf. *Jornal do Commercio*, edição de 21 de junho de 1871, p.3.

Porto Alegre à Uruguaiana. Segundo Furquim de Almeida, já havia um projeto de representação, e este foi lido aos presentes por Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, comerciante português e sócio da firma Souza Breves & Cia., que posteriormente abriu a sua própria casa comissária de café, a Ortigão & Cia. O projeto de representação foi aprovado sem desacordo e o texto foi assinado pelos ali presentes em nome dos “negociantes estabelecidos nesta praça do Rio de Janeiro”. No entanto, antes de ser entregue ao legislativo, a representação ficou em estado de espera de modo a dar tempo hábil para que mais assinaturas fossem agregadas.⁷ De fato, apenas na primeira quinzena de julho foi que Ramalho Ortigão encaminhou a representação, que contava com os nomes das mais importantes casas comerciais da Praça do Rio de Janeiro, ao deputado Andrade Figueira, que em pouco tempo encaminhou o texto à Câmara.⁸ No Senado, o processo foi ainda mais lento, pois o visconde de Itaboraí apresentou a petição dos comerciantes só em agosto.⁹

Os signatários da representação do corpo comercial do Rio de Janeiro, ligados aos lavradores “pela mais íntima comunhão de interesses”, começaram asseverando que a escravidão era um “fato condenado” e que sua resolução deveria ocorrer. Contudo, não era “dado a ninguém construir e reconstruir a sociedade, a capricho, suprimindo lhe e mutilando elementos fundamentais”, isto é, não cabia sequer ao governo imperial pôr termo na escravidão, pois ela estava assentada na sociedade e representava uma clara importância. Argumentaram ainda que a escravidão desenvolveu-se “à sombra da lei e da proteção do Estado” e representava “capitais longamente acumulados e honestamente adquiridos”. Além disso, era a base da organização social brasileira, pois mantinha a lavoura, que era “talvez a única fonte de riqueza do Império”.¹⁰ Seguindo de perto a representação de Bananal, pontuavam que o projeto mantinha a escravidão, contudo, em termos ruins. Assim, asseveravam: “Se se quer deixar ainda subsistente a escravidão,

⁷ Cf. Idem. As informações sobre Furquim de Almeida foram retiradas de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. Vol. 2, p.7. cf. tb. Laura Jarnagin. *A Confluence of Transatlantic Networks: Elites, Capitalism, and Confederate Migration to Brazil*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2008, p.215. Sobre o projeto ligando Porto Alegre à Uruguaiana cf. *Memoria justificativa dos planos apresentados ao governo imperial para a construção da estrada de ferro de Porto Alegre à Uruguayana pelos concessionarios Conselheiro Christiano Benedicto Ottoni, Bacharel Caetano Furquim d'Almeida, [e] Engenheiro Herculano Velloso Ferreira Penna*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1875. As informações sobre Ramalho Ortigão estão em *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, edições de 1868 a 1885.

⁸ O ofício da “comissão do comércio” com o qual a representação foi entregue à Andrade Figueira data de 12 de julho está no *Jornal do Commercio*, edição de 16 de julho de 1871, p.3. Na Câmara a representação chegou no dia 14 de julho. Cf. ACD. Sessão de 14 de julho, Tomo III, p.142.

⁹ Cf. AS. Sessão de 11 de Agosto de 1871, Volume IV, p.91.

¹⁰ A representação foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 29 de junho de 1871, p.2.

pois o projeto só emancipa a geração futura, então *convém não quebrar a autoridade, o prestígio, a força moral do senhor sobre o escravo*. Sem estes elementos morais de ordem e subordinação, a propriedade escrava é apenas uma inutilidade cheia de perigos e a posição do senhor é insustentável.”¹¹

Ao que tudo indica, logo após a resolução acerca da petição, os representantes do comércio fluminense foram muito mais longe em sua ação. De comum acordo, decidiram que seria criado um “clube comercial”, que não se restringiria a congregar os homens de negócio, mas que teria por objetivo colocar comerciantes e lavradores em íntimo contato, “no sentido de seus recíprocos interesses e direitos”.¹² Estava, assim, formado o embrião que, no mês seguinte, originaria uma associação que congregaria parte dos mais importantes agentes econômicos do século XIX brasileiro.

O Clube da Lavoura e do Comércio, como foi sintomaticamente chamado, reuniu-se pela primeira vez no dia 16 de julho, com a audiência de cerca de 600 pessoas dispostas no Salão do Clube Fluminense. Entre seus membros, além dos nomes já citados relacionados ao comércio exportador, é possível citar José de Souza Breves, importante fazendeiro e negociante em Pirai, que, como visto, teve igualmente relevante papel na confecção da representação daquela cidade; Augusto Soares de Miranda Jordão, que, além de fazendeiro na Paraíba do Sul e em Vassouras, fez fortuna com a concessão de pequenos empréstimos até chegar a fundar a Casa Bancaria Miranda Jordão & Cia., foi também um dos que não pôde assinar a representação da Paraíba do Sul, mas colocou seu nome no pedido de acréscimo de assinaturas daquele documento; Domingos Theodoro de Azevedo Júnior, fazendeiro, juiz de paz, subdelegado, presidente da Câmara Municipal de Valença e genro do visconde do Rio Preto; Francisco Caetano do Valle Júnior, negociante; e Joaquim de Almeida Ramos, futuro barão de Almeida Ramos, vereador de Valença, casado com a filha do barão de Ipiabas e importante comissário de café com a firma “Pedro Ramos & Irmãos”, que lhe rendeu capital para comprar a fazenda São Lourenço.¹³ Isto é, tratava-se, sem exagero, do topo da elite agrário-mercantil-escravista da província do Rio de Janeiro, que se encontrava em desacordo quanto ao encaminhamento da questão do elemento servil, tal qual

¹¹ Idem. Grifos meus.

¹² Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 20 de junho de 1871, p.1.

¹³ As informações foram retiradas de: Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos (org.). *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1917, pp.39-40. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Edições de 1853, 1858, 1865, 1866, 1867, 1869, 1870, 1871, 1881. Cf. tb. Laura Jarnagin. *A Confluence of Transatlantic Networks: Elites, Capitalism, and Confederate Migration to Brazil*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2008, p.215.

proposto pelo gabinete Rio Branco, e se mobilizava em uma ação de classe que se tornaria comum ao final do Império.¹⁴ Tratava-se de algo “estrondoso (...) virgem nos anais de nossa história”, como proclamou o deputado por Minas Gerais José Xavier da Silva Capanema, quando a proposta do ventre livre estava em discussão na Câmara dos Deputados.¹⁵

O Clube possuía um estatuto. Vale a menção sucinta de alguns de seus 17 artigos, organizados em cinco títulos, pois demonstram o espírito da agremiação. A finalidade do clube era a defesa e sustentação dos “direitos dos lavradores, com relação à *reforma do elemento servil*”. O que não significava oposição à emancipação, mas sim a busca pelo seu encaminhamento “de maneira a resguardar os direitos dos proprietários de escravos e em ordem a evitar a ruína da riqueza pública e particular”.¹⁶ A diretoria (composta de presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiro e conselheiros) seria anualmente eleita e a ela caberia “endereço aos poderes públicos, em nome do Clube, representações e petições a bem do pensamento sustentado pelo Clube”, bem como “prestar todo o auxílio e socorro aos sócios do Clube, em que disser respeito às suas relações com os escravos, solicitando para esse fim a ação da autoridade pública”. Criava-se também “comissões locais”, compostas dos três mais importantes fazendeiros de cada freguesia, que teriam como missão agenciar sócios, ouvir a opinião dos lavradores locais “e os conselhos de sua experiência para transmiti-los à diretoria”. Com o planejamento de três reuniões mensais, havia no horizonte a possibilidade da criação de um jornal que sustentasse as ideias do Clube. Enquanto isso não era resolvido, a diretoria designaria “um de seus membros para representa-la em suas relações com a imprensa”. Por fim, para tornar-se membro, a quantia de cem mil reis deveria ser paga.

Em suma, objetivava-se a criação de uma associação que congregasse membros da agricultura e do comércio, com a finalidade de protegerem seus interesses frente à política emancipacionista do gabinete Rio Branco. Esta ação contrastava com a inação das duas classes mais importantes do Império no ano anterior, quando o assunto da emancipação adentrou a Câmara, pois, nas palavras do barão da Paraíba, que estava presente na reunião, o que “havia era uma confiança ilimitada nos poderes do Estado”.

¹⁴ Cf. Laura Janargin Pang. *The State and Agricultural Clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*, pp.290-373 e Angela Alonso. *Flores, votos e balas*, pp. 66-67, 252-253, 292-293. Esta autora pontua que apenas em 1884 surgiram 49 “clubes da lavoura”. E de se ressaltar a ausência de estudos sobre o Clube da Lavoura e do Comércio. O único trabalho que lhe deu mais atenção, analisando a composição social dos membros de sua diretoria, foi o estudo, já citado, de Laura Pang.

¹⁵ Cf. ACD. Sessão de 17 de julho de 1871, Tomo III, p.171.

¹⁶ A ata da reunião inaugural do Clube foi publicada em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 17 de julho de 1871, p.1. De onde retiro a base dos próximos parágrafos.

O argumento do barão, apesar de não ser novo, pois já o vimos claro na representação da cidade de Pirai, atesta o prisma pelo qual a agricultura e o comércio encaravam a reforma na escravidão. Ademais, a eleição anual para a presidência e a ideia futura de criação de um jornal sugerem que, na mente daqueles que o fundavam, o Clube da Lavoura e do Comércio perduraria. Nada mais sintomático: uma vez perdida a confiança no Estado, aqueles agentes históricos viram-se obrigados a uma defesa contínua de seus interesses.

O meio encontrado para materializar a defesa dos interesses agrícolas, pregados pelas duas classes no seu primeiro encontro, foi a elaboração de uma representação em nome do Clube. A data precisa da reunião que deu origem a petição, contudo, é incerta. Provavelmente deu-se no dia 23 de julho, com a convocação dos membros feita pelo presidente do Clube, o conde do Bomfim.¹⁷ Ao todo, 22 assinaram o texto em nome do Clube. Todos, homens pertencentes às mais influentes famílias do eixo Rio-Minas-São Paulo, isto é, ligados ou eles próprios os maiores produtores rurais escravistas e os mais importantes comerciantes do Império.¹⁸ Nenhuma petição, isoladamente, conseguiu agrupar tamanho cabedal representativo dos interesses agrário-escravistas.

A representação era curta, pois seguia em anexo um Protesto da associação. Em primeiro lugar, na petição há um claro exagero do número dos que participaram da reunião de inauguração do Clube e assinaram seu protesto: os quase 600 indivíduos foram amplificados para 2.000. Por que incorrer em tamanha hipérbole numérica? Por um motivo muito simples, para aumentar a representatividade do Clube e causar maior impacto dentro do legislativo brasileiro. Estratégia desleal.¹⁹

Tanto o protesto quanto a representação encampavam o argumento de que o Estado, nas letras do projeto, intervinha em demasia no governo dos escravos com a

¹⁷ Depois da reunião do dia 16, o único anúncio de reunião para o Clube ocorreu no dia 23 de julho, quando se publicou tanto no *Diário do Rio de Janeiro* quanto no *Jornal do Commercio*, uma convocação, assinada por Bomfim, aos membros do Clube “para se tratar de negócio urgente” ainda no dia 23. No dia seguinte, as duas folhas já circulavam com a representação.

¹⁸ Para uma análise social de cada signatário da representação do Clube da Lavoura e do Comércio ver Laura Janargin Pang. *The State and Agricultural Clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*, pp.172-182. Na comparação entre a representação original e a publicada pela imprensa é possível constatar, nesta última, a supressão do nome de Manoel de Aguiar Vallim. Cf. *Representação do Clube da Lavoura e do Comércio a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 25. Cf. tb. as publicações da representação na imprensa: *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*, ambos na primeira página edição de 24 de julho de 1871.

¹⁹ Cf. *Representação do Clube da Lavoura e do Comércio a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 25. Cf. tb. as publicações da representação na imprensa: *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*, ambos na primeira página edição de 24 de julho de 1871.

audácia de ignorar por completo os fazendeiros. O protesto foi mais longe na condenação ao Estado:

A lavoura e comércio esperariam silenciosos a decisão do corpo legislativo sobre esta magna questão social, se se tratasse de medidas preparatórias, de transformação gradual, de providências que, observadas cautelosamente na execução, pudessem ser reguladas, modificadas, desenvolvidas pela prudência dos estadistas a quem a nação delegasse sucessivamente os poderes constitucionais.

Teme, porém os efeitos de uma medida perpétua, que altera a jurisprudência, que pela natureza das coisas se tornará irrevogável, e segundo a qual o Estado, que cria o novo direito, lança exclusivamente sobre uma classe da sociedade os ônus e os perigos que lhe são inerentes.²⁰

A partir do cruzamento do protesto com a representação é possível compreender que, no entender do Clube da Lavoura e do Comércio, o governo imperial criava um “novo direito”, pois colocava os senhores como algozes dos escravos e concedia a esses direitos que alteravam a ordem na qual era fundada a escravidão. A autoridade irrestrita do senhor, como fundamento para o trabalho e a disciplina escrava, ficaria irreversivelmente abalada. Se não se tratasse de algo tão radical haveria, certamente, pouca ou nenhuma manifestação da lavoura ou do comércio, como de fato não houve desde a década de 1830. A peça legislativa de 1871, no entanto, ao configurar-se como a primeira tentativa direta de intervenção do Estado brasileiro no governo dos escravos, parecia por termo num tempo de cumplicidade e resguardo ao cativo.

Em Barra Mansa não foi diferente. Lá, o encontro no dia 8 de junho, sob a presidência de Antonio Augusto Monteiro de Barros, não foi suficiente para que os fazendeiros chegassem num consenso de tal modo que, dois dias depois, eles tiveram que se aglutinar na Câmara Municipal para escreverem a representação endereçada ao Parlamento.²¹ Depois de realizada a primeira reunião, os barra-mansenses se entusiasmaram e sua ação intensificou-se por meio da articulação com os lavradores de Piraí. Os fazendeiros das duas cidades publicaram na imprensa um pedido para que seus pares da cidade vizinha de Resende não os deixassem de acompanhar “com uma representação aos poderes do Estado, protestando contra o desastroso e fatal projeto (...)

²⁰ Cf. *Protesto do Clube da Lavoura e do Comércio anexo à representação do Clube*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 25. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 24 de julho de 1871, p.1 e *Jornal do Commercio*, edição de 24 de julho de 1871, p.1.

²¹ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 26 de maio de 1871, p.1.

que o ministério teve a imprudência de apresentar ao Parlamento”. O ventre livre, segundo eles, tinha a tendência a “arruinar completamente a lavoura e insubordinar os escravos contra os seus senhores, sacrificando estes à vingança dos mesmos”.²²

A petição de Barra Mansa compõe um caso único no universo que analisamos. Escrita no dia 10 de junho e publicada na imprensa depois de uma semana, ela poderia perfeitamente fazer parte do primeiro movimento peticionário. Contudo, o texto só foi entregue ao poder legislativo em 23 de agosto e ainda com uma alteração em relação à representação que circulou na imprensa, algo que será visto quando tratarmos das soluções alternativas ao ventre livre vislumbrada pelos proprietários de escravos.²³

A emancipação, por conta do tempo em que viviam e pela doutrina cristã, reconheciam, era uma aspiração geral. Porém, salvaguardando os interesses agrícolas, convinha realizá-la do modo menos ruinoso possível para o país e com a prévia consulta aos interessados. O projeto do ventre livre não se embasava em nenhuma dessas preocupações. O grande problema nele contido era, sem dúvida, no juízo desses fazendeiros, a “tutela esmagadora e humilhante em que ficará o fazendeiro diante do juiz insensato e pouco escrupuloso que se intrometa no centro do lar doméstico para instituir um conselho de investigação sobre o modo de criar os recém-nascidos e de tratar seus escravos”.²⁴

A circular que os fazendeiros da Barra Mansa e de Piraí dirigiram aos seus pares de Resende fez efeito. Pouco tempo depois de sua publicação, os resendenses reuniram-se em sua Câmara Municipal e deliberaram acerca da representação contra o ventre livre. Ao que tudo indica, entre os mais de cem indivíduos que fizeram parte do encontro estavam liberais e conservadores, que, frente a uma proposta de lei que ameaçavam seus interesses mútuos, esqueceram-se das dissidências políticas a fim de somarem esforços.²⁵ Unindo “suas fracas vozes às dos lavradores dos outros municípios” e sem a pretensão de “inventar argumentos novos”, os signatários da representação de Resende, seguindo de perto os documentos já elaborados, protestaram

²² Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de junho de 1871, p.3.

²³ Infelizmente os Anais da Câmara e do Senado não registraram quando essa representação chegou às casas legislativas. A data de 23 de agosto foi tomada como referência da apresentação da petição no Senado, pois é o que está anotado na marginalia do documento original armazenado no Arquivo do Senado.

²⁴ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Barra Mansa a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 1. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 17 de junho de 1871, pp.2-3.

²⁵ A circular foi publicada em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de junho de 1871, p.3. A reunião dos fazendeiros de Resende ocorreu no dia 18 de junho. Sobre a pluralidade política abarcada nesta ocasião cf. *Jornal do Commercio*, edição de 22 de junho de 1871, p.3.

contra o projeto do governo. Segundo eles, a liberdade do ventre, ideia capital do projeto, era uma “máquina infernal” que esmagaria “a lavoura e com ela a nação”.²⁶

A queixa dos resendenses sobre a falta de indenização em relação aos filhos das escravas que falecessem antes de completarem oito anos permite uma importante ilação. Segundo eles, “pela estatística de todos os povos, sabe-se que esse período é o mais fatal, é o em que a mortalidade mais abunda, apesar dos maiores cuidados, e tratamento, pelo que, *só por caridade, só por humanidade se prestarão os senhores a cria-los*”.²⁷ O que salta aos olhos nesse trecho, no entanto, não é o reclamo da falta de indenização – efetivamente os senhores nunca foram indenizados pelos escravos que faleceram em suas propriedades –, mas a tentativa de construção da imagem do proprietário de escravos como uma figura humana. Assim, era por inata humanidade que os fazendeiros criavam as crianças escravas e, por vezes, arcavam com prejuízos financeiros por conta disso. Essa ideia de um senhor indulgente e benévolo percorreu, de modos distintos, as representações escravistas de 1871. Mas o bom tratamento aos escravos e os cuidados com os recém-nascidos não eram dispendidos em virtude da bondade senhorial, mas sim por conta do interesse desse grupo no capital investido na propriedade humana. No discurso, contudo, o interesse material dava lugar a humanidade, e esta, era elevada a característica distintiva fundamental dos senhores.²⁸

Deste modo, compreende-se com clareza a queixa central que os fazendeiros efetuavam. Do ponto de vista dos senhores, a emancipação do ventre, caso aprovada nos termos do projeto de 12 de maio, destruiria o paternalismo dos proprietários “desde que se abrirem as portas, como nesse projeto se faz, à intervenção da autoridade pública, e consequentes investigações, que por sua vez abrirão as portas à intrigas, a calúnias, e a vinganças, acabando por tirar toda a força moral aos proprietários, e *a força moral é, como se sabe, a mola, grande mola, tanto na ordem civil, como na doméstica*.”²⁹

Conjecturando acerca dos favores concedidos aos escravos pelo projeto, criaram uma situação hipotética de pugna judicial entre o senhor e o escravo:

²⁶ *Representação dos fazendeiros do município de Resende a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 8. A representação também foi publicada em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de Julho de 1871, p.1.

²⁷ Idem. Grifos meus.

²⁸ Com o iluminismo veio à tona um “novo espaço mental” que permitiu o surgimento do interesse (conjugado com a humanidade) como ponta de lança nas considerações sobre a administração dos escravos ver: Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, pp.89-93.

²⁹ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Resende a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 8. A representação também foi publicada em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de Julho de 1871, p.1. Grifos meus.

Que cena revoltante não será a de um fazendeiro arrastado aos tribunais para ouvir os depoimentos de seus escravos, e fâmulos contra si, e ser mesmo acareado com eles?! *Que respeito, e que prestígio terão eles e os mais fazendeiros desde que se tornar público que a autoridade pode a qualquer momento penetrar assim no seio das famílias*, e bom será se só o fazendeiro for o chamado; se respeitar-se ao menos aquilo que ele tiver de mais sagrado?³⁰

Não à toa a cena parecia “revoltante” ao senhoriato. Se algo do tipo viesse em algum momento a concretizar-se, porventura com ganho de causa ao escravo, o senhor sairia visivelmente sem “prestígio” e sem a “força moral”, isto é, a “mola real” da ordem. Assim, a estrutura social brasileira, consagrada há séculos, seria destruída, pois os demais cativos, incitados com a perda da autoridade dominial, iriam infalivelmente se insubordinar e revoltar-se.

No dia 11 de junho, bem distante de Barra Mansa, escreveram suas representações contra o ventre livre os fazendeiros de Itu e Capivari, cidades relativamente próximas entre si e situadas no interior da província de São Paulo. O movimento, assim, extravasava os limites da bacia do rio Paraíba ocidental e alcançava o Oeste Paulista, que nesse momento pode ser considerado, juntamente com o Vale do Paraíba oriental e mineiro, a zona pioneira da produção escravista.³¹ Em Itu, uma reunião preliminar ocorreu na propriedade de Antônio de Queiroz Telles, barão (1880), visconde (1887) e conde (1887) da Parnaíba. A presidência coube a Francisco Xavier Paes de Barros e, como secretário da reunião, foi escolhido Francisco Emídio da Fonseca. O primeiro era filho do barão de Jundiaí, membro do Partido Conservador e chegou a ser presidente da província de São Paulo, além de ajudar na construção da Estrada de Ferro Mogiana. Seu filho mais velho casou-se com a filha de Emídio da Fonseca. Este também era do Partido Conservador e, em 1871, participou da reunião que culminaria em 1873 na fundação do Clube Republicano em Itu. Já Paes de Barros, influente figura do Partido Liberal, era filho de Antonio de Barros Penteado, que com fortuna advinda da mineração foi um dos pioneiros na aquisição de terras para o cultivo agrícola em Itu. Conhecido na região como “Chico de Sorocaba”, Paes de Barros era

³⁰ Idem. Grifos meus.

³¹ Cf. Rafael de Bivar Marquese. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, n.29, jul./dez.2013, pp.289-321. Cf. tb. Karina B. Sousa Quiroga. *Natureza e Agricultura em Itu: a concepção de Carlos Ilidro da Silva (1860-1864)*. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011, pp.45-52.

irmão dos barões de Piracicaba e Itu, bem como pai do barão de Tatuí.³² Com efeito, homens bem relacionados e membros dos dois partidos políticos agremiaram-se para conceber a representação e também para congratular os fazendeiros da Paraíba do Sul por tomarem a iniciativa contra o ventre livre. A organização de um clube, aos moldes daquele dos sul-paraibanos, também ocupou a atenção dos fazendeiros de Itu.³³ Pouco mais de uma semana depois da reunião, os ituanos congregaram-se novamente, dessa vez para escrever a representação. De acordo com os signatários da petição, o projeto perseguia os senhores e favorecia os escravos. O direito de propriedade, “garantido pela nossa lei fundamental”, era deixado de lado e “o elo da autoridade e submissão, que liga o senhor e o escravo em suas relações”, era quebrado. “A economia rural”, vaticinavam, “vai sofrer uma completa transformação, os seus meios de trabalho vão se tornar de tal forma e tão repentinamente complicados, ou quase nulos, que teremos de ver muitos estabelecimentos abandonados”.³⁴

A despeito de não terem sido encontradas informações relativas à reunião dos fazendeiros de Capivari, o diagnóstico geral em relação ao projeto de 12 de maio, consoante ao discurso escravista contra o ventre livre, manteve-se uniforme. Segundo os capivarianos, caso o ventre livre fosse aprovado, os fundamentos da sociedade seriam abalados e, deste modo, o futuro seria “medonho”:

*A interferência que se quer dar a autoridade pública em muitas das relações entre o senhor e o escravo, além de deixar aquele sujeito a caprichos e desmandos tão comuns infelizmente em nosso país vem deitar por terra o pedestal em que assenta o trabalho da lavoura em nosso país: a autoridade do senhor, e a subordinação do escravo.*³⁵

Ambas as representações foram dirigidas à Câmara dos Deputados pelas mãos de Rodrigo Silva, que, além de ter sido o responsável por encaminhar à Câmara a

³² Para as informações biográficas cf. Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos (org.). *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1917, pp.339-340 e p.499. cf. tb. Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana*. Vol. III, pp. 385-408 e Vol. VII, p.33. Sobre a participação de Emídio da Fonseca no Clube Republicano de Itu: Emília Costa Nogueira. O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do Oeste Paulista e os pródromos do movimento republicano (Notas prévias). *Revista de História*, v. 9, n.20, 1954, pp.379-405

³³ A reunião de Itu ocorreu no dia 11 de junho. Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 24 de junho de 1871, p.2.

³⁴ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Itu a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 13. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de julho de 1871, p.2.

³⁵ *Representação dos fazendeiros do município de Capivari a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 12. Grifos meus.

petição de Bananal, levou até a casa temporária cinco das seis representações contra o ventre livre oriundas da província de São Paulo. Tratava-se, assim, de um deputado que claramente alinhou o exercício de seu mandato à representação dos interesses dos senhores de escravos paulistas.³⁶

Sem dúvida, a ação dos ituanos e capivarianos deve ter representado algum impacto na região paulista, pois em oito dias mais três localidades vizinhas enveredaram pela mesma senda. A primeira delas foi Campinas, onde oitenta e cinco fazendeiros de ambos os partidos políticos e proprietários de “mais de vinte mil escravos” assinaram a representação, datada de 21 de junho, que chegou à Câmara por intermédio do deputado conservador Antonio da Silva Prado.³⁷ Os fazendeiros que assinaram a representação da cidade declararam logo que faziam ponderações ao projeto “para que do nosso silêncio se não tire argumento a favor do projeto”. Segundo os peticionantes, “a questão que hoje se debate é a mais importante, a mais prenhe de sinistras consequências que até hoje se tem apresentado no Parlamento brasileiro”. Isso porque se o projeto fosse convertido em lei “males irreparáveis que a previsão humana não pode claramente descortinar” seriam originados. Fundamentavam ainda que

A respeito dele [do projeto do ventre livre] adotamos como nossos os pensamentos contidos nas representações dos agricultores da Paraíba do Sul, Rio Bonito, e de outros centros produtores tendentes a impugnar o projeto, cujas *ideias capitais alteram profundamente as relações do senhor e escravo, afrouxam os laços da subordinação indispensável em estabelecimentos agrícolas, trazendo ao senhor o desprestígio e justas apreensões de um perigo constante.*³⁸

Assim, ao reafirmarem que o projeto ministerial, ao prever a interferência do Estado no governo doméstico dos cativos, desprestigiaria os senhores devido à alteração das relações entre eles e os escravos, os campineiros declaravam pleno afinamento com seus pares agrícolas do Vale do Paraíba que já haviam se manifestado contrários ao projeto de 12 de maio. Em Indaiatuba e Jundiaí, as outras duas localidades paulistas que

³⁶ Cf. ACD. Sessão de 5 de julho de 1871. Tomo III, p.33. e ACD. Sessão de 14 de julho de 1871. Tomo III, p.141. Ao todo, da província de São Paulo foram enviadas ao legislativo brasileiro seis petições oriundas de Bananal, Itu, Capivari, Campinas, Indaiatuba e Jundiaí. Dessas, apenas a de Campinas não foi apresentada à Câmara por Rodrigo Silva.

³⁷ Cf. ACD. Sessão de 12 de julho de 1871. Tomo III, p.112. Sobre a pluralidade partidária entre os fazendeiros de campinas cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 12 de julho de 1871, p.2. A referência ao número de escravos está na própria petição.

³⁸ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Campinas a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 13. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 16 de julho de 1871, pp.2-3. Grifos meus.

se insurgiram na sequência, o mesmo é observável.³⁹ A província de Minas Gerais não fugiu a esse padrão. Para os fazendeiros de Santa Bárbara do Monte Verde, a “autoridade do senhor” ficava abatida pela “ingerência que segundo o projeto tem as autoridades de exercer no lar doméstico”. Essa intervenção, segundo os senhores de Juiz de Fora, que foram liderados por Marcelino de Brito Pereira de Andrade, barão (1886) e visconde (1889) de Monte Mário, era “um golpe que também desfecha o governo sobre a vida do lavrador, que vendo anteposta uma outra autoridade entre ele e o escravo, *não terá a força moral precisa para conter a indisciplina e a insubordinação*”.⁴⁰

De fato, como pôde ser apreendido até aqui, o potencial que, nas letras do projeto do ventre livre, a autoridade pública tinha em quebrar a autoridade do senhor foi manejado do início ao fim e de ponta a ponta na ofensiva escravista, isto é, de Itu à Campinas, em São Paulo, de Ubá à Santa Bárbara do Monte Verde, em Minas Gerais, até Santa Maria Madalena e Niterói, no Rio de Janeiro. Num esforço de síntese é válida a referência à primeira representação de Vassouras. Os vassourenses, a despeito do que poderia ser imaginado, inclusive pelos coevos⁴¹, devido ao papel de relevo econômico da cidade, demoraram em manifestar-se contra o projeto do governo. Uma ação retardatária, portanto, mas não sem importância. Com efeito, dessa cidade saíram duas representações, datadas de 10 e 12 de julho, que de uma só vez foram entregues à Câmara por Paulino de Souza.⁴²

“Sobressaltados”, os vassourenses protestaram contra as ideias contidas no projeto do ventre livre “por entenderem que são elas subversivas à ordem pública, sua

³⁹ A representação de Jundiá foi assinada pela Câmara Municipal e data de 28 de junho, já o documento de Indaiatuba foi assinado por 28 fazendeiros no dia 23 ou 29 de junho, infelizmente o documento original não permitiu clareza nessa afirmação. As petições chegaram à Câmara dos Deputados, respectivamente, em 10 e 14 de julho. Cf. *Representação da Câmara Municipal de Jundiá a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 16 e *Representação dos fazendeiros do município de Indaiatuba a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 14. Cf. tb. ACD. Sessão de 10 de julho de 1871. Tomo III, p.82 e ACD. Sessão de 14 de julho de 1871. Tomo III, p.141.

⁴⁰ Cf. *Representação dos fazendeiros da freguesia de Santa Bárbara do Monte Verde a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 21. *Representação dos fazendeiros do município de Juiz de Fora a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 9 de agosto de 1871, p.2. Grifos meus. A atribuição à liderança de Pereira de Andrade reside no fato de que ele e mais dois fazendeiros de Juiz de Fora dirigiram circulares na imprensa convidando os fazendeiros daquela cidade “afim de representarem ao corpo legislativo sobre a proposta do elemento servil”. Na circular constava que a reunião ocorreria no dia 21 de junho daquele ano, contudo não foi possível localizar nenhuma informação referente ao encontro. Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 14 de junho de 1871, p.2; *Idem*, edição de 15 de junho, p.3; *Jornal do Commercio*, edição de 14 de junho de 1871, p.3, p.6, p.7, p.8; *Idem*, edição de 15 de junho, p.1.

⁴¹ Na Câmara, quando se discutiu o primeiro artigo do projeto de emancipação escrava, o deputado Teixeira Júnior chamou a atenção para o fato de que até aquele momento a cidade de Vassouras não havia se manifestado pela via peticionária. Cf. ACD. Sessão de 13 de julho de 1871. Tomo III, p.131.

⁴² Cf. ACD. Sessão de 31 de julho de 1871. Tomo III, p.297.

segurança e altamente atentatórias contra o seu sagrado direito de propriedade”. Declararam ainda que o projeto jamais seria aceito no Parlamento brasileiro, “onde só existem a prudência e sabedoria, únicas fontes donde nascem os verdadeiros princípios, que fazem a felicidade de um povo livre, amigo do progresso e ordem, em todas as suas relações”. Após os elogios convidaram os representantes eleitos à reflexão:

Não vos há de ter escapado, augustos e digníssimos senhores, o movimento de agitação que se tem operado na importante classe dos agricultores, desde que o atual governo acolheu tais ideias e com toda a precipitação as quer reduzir à lei do país. Um profundo desgosto vai-se apoderando de todos e lançando raízes, que mais tarde hão de trazer consequências funestas. (...)

O uníssonos grito de alarma, que surge de todos os pontos de nossas províncias, mormente depois de publicado o parecer da ilustrada comissão especial (...), era por certo mais do que suficiente para fazer compreender, que a nau do Estado periga e ameaça precipitar-se em um abismo, cuja profundidade não podem os abaixo assinados sondar e muito menos os nossos grandes estadistas que, para resolverem uma questão de alcance político e social como esta, vão buscar argumentos que ferem unicamente a sensibilidade do homem, esquecendo-se que o *lavrador brasileiro tem coração o que este há muito palpita pela realização da grande ideia de emancipação*.⁴³

Ser sábio e prudente, como os vassourenses caracterizaram os parlamentares, significava não ignorar “o uníssonos grito de alarma” dos fazendeiros e compreender que o projeto de emancipação tinha o potencial de gerar males capazes de impossibilitar “a felicidade de um povo livre”. Assim, a exaltação ao legislativo, como o trecho acima demonstra, não era um mero elogio desprovido de significado, mas sim um subterfúgio argumentativo que permitia aos peticionantes alinhar ilustração e sensatez à impugnação do projeto de liberdade do ventre escravo.

Se o coração do lavrador brasileiro palpitava pela emancipação, algo que vale muito mais para a construção da figura paterna do proprietário de escravos, com absoluta certeza essa não deveria ser pelos meios do projeto de 12 de maio. Isso porque, nas letras da peça ministerial, os fazendeiros viam o seu direito de propriedade violado e, mais do que isso, acreditavam que o texto pregava “*a desmoralização de todos e confusão de tudo, perturbando assim a ordem e regularidade dos estabelecimentos*”.

⁴³ *Representação dos fazendeiros do município de Vassouras a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 26. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 22 de julho de 1871, pp.1-2, *Jornal do Commercio*, edição de 25 de julho, p.4.

*rurais, onde está o proprietário à mercê de uma população indomável, sem religião e cheia de vícios”.*⁴⁴

Como este último trecho ressaltado sugere, assim como outros assinalados até aqui, a intervenção estatal não apenas desmoralizava os senhores. Nas letras do projeto encabeçado pelo gabinete Rio Branco, de acordo com a crítica senhorial, as relações entre senhores e escravos, forjadas há muito nas práticas administrativas da mão de obra cativa no Império do Brasil, seriam modificadas uma vez em que o Estado passaria a se colocar entre ambos. Assim sendo, caso aprovada, a peça ministerial desregularia toda a ordem escravista vigente, abrindo, como prognosticaram em tom de alerta os peticionantes de Bananal, um “novo campo de luta entre o senhor e o cativo – luta constante e cavilosa, cujas consequências ninguém poderá prever”.⁴⁵

A desestruturação das relações de domínio

Ao considerarem-se as afirmações que os fazendeiros fizeram nas representações contra o ventre livre em relação ao tratamento dispensado aos escravos, é possível inferir que as recomendações dos manuais agrícolas que circularam no Império do Brasil foram incorporadas a autoimagem dos proprietários de escravos do eixo Rio-Minas-São Paulo.⁴⁶ Essa concepção sobre o tratamento dos escravos era primordialmente sustentada na relação entre disciplina e paternalismo, formando a base ideológica da dominação senhorial. No entanto, o conjunto de petições de 1871 focou exclusivamente no aspecto paternal da condução das escravarias, concedendo grande espaço para a forma como o pecúlio e a alforria eram conferidos aos escravos. Isto, claro é, não foi feito sem razão. Nos manuais, os senhores escreviam para seus pares e sugeriam os meios mais adequados para se administrar uma comunidade escrava. Por esta razão, além das recomendações sobre alimentação, vestuário, cuidados médicos e

⁴⁴ Idem. Grifos meus.

⁴⁵ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Bananal a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 2, Pasta 39. A representação também foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 22 de Junho de 1871, p.2.

⁴⁶ Ao menos no juízo de Perdígão Malheiro, as recomendações parecem efetivamente terem sido seguidas. Cf. Perdígão Malheiro. *A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico-Jurídico-Social. Parte I (Africanos)*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867, pp. 113-123. Cabe destacar que, como demonstrou Ricardo Salles, no município de Vassouras os preceitos dos manuais efetivaram-se. Cf. *E o Vale era o escravo*, pp.64-69, p. 155-159 e pp. 229-232. Para uma análise sobre os manuais cf. Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, pp.268-298.

quantidade de trabalho, havia também a necessidade premente de reflexão sobre as punições impostas aos escravos “faltosos”; afinal, o objetivo último desses textos girava em torno de uma normatização da gerência nas fazendas. Nas representações, por outro lado, ao escreverem para os deputados e Senadores, os senhores tinham a oportunidade de forjarem a sua imagem e projetá-la no jogo da política imperial, não apenas perante os representantes eleitos, mas igualmente para a população em geral, na medida em que boa parte desses textos circulou na imprensa. Assim, ao elegerem como característica distintiva dos senhores a benevolência, esses atores históricos esperavam deixar claro que não havia nenhuma necessidade de intervenção no modo de condução das populações cativas no Brasil.

Declarando que não se alongavam na representação para “escapar à nota de imprudência, que (...) recai sobre o parecer da (...) comissão especial”, os membros do Clube da Lavoura e do Comércio, como vimos, foram sucintos no seu texto, mas não no alcance de suas assertivas. Segundo eles, era necessário que não se perturbassem “as relações existentes entre o senhor e o escravo” a fim de não exaltar as “esperanças” e “naturais impaciências” já despertadas nos cativos pelo “próprio fato das discussões e deliberações públicas acerca do princípio de escravidão” terem se iniciado. O pecúlio, “medida que está nos nossos estilos e que sendo devida à benevolência dos senhores produz os seus benéficos resultados sem perturbação e sem os perigos”, não deveria ser normatizado. Com efeito, a intervenção do poder público alimentava “uma ideia falsa em prejuízo dos senhores de escravos, irroga-lhes injúria, e perturba o espírito de obediência necessário à conservação da instituição, enquanto não é possível extingui-la.” Sobre o dispositivo da alforria forçada, presente no projeto, os lavradores e comerciantes foram categóricos: destruía “fundamentalmente toda a subordinação”. Era indispensável que a designação dos manumitidos fosse feita pela anuência exclusiva do senhor. Em essência, o que argumentavam era que a regulamentação do pecúlio e o estabelecimento da alforria forçada findavam o monopólio senhorial de concessão de benefícios. Sem a possibilidade de exercer um papel paternal (e controlador), e com sua figura plenamente desmoralizada “o espírito de obediência” que mantinha a escravidão em pé fatalmente ruiria.⁴⁷ O argumento, como se observa, é muito semelhante àquilo

⁴⁷ Cf. *Representação do Clube da Lavoura e do Comércio a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 25. Cf. tb. as publicações da representação na imprensa: *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*, ambos na primeira página edição de 24 de julho de 1871.

que o barão de Muritiba e o marquês de Olinda proferiram nos seus discursos no Conselho de Estado, em 1868, quando discutiram o projeto de emancipação redigido pela comissão presidida por Nabuco de Araújo.

Senhores e escravos se encontravam em uma relação altamente hierarquizada e desigual. Concessões senhoriais como o pecúlio e a alforria, se permitiam dirimir os ânimos e melhorar a produtividade das plantations, também conferiam aos escravos a possibilidade de saída do cativeiro e, no limite, sua eventual conversão em “direitos costumeiros”. A historiografia tem demonstrado fartamente esse caráter contraditório da relação escravista. Nesse sentido, os historiadores vêm salientando – com inegáveis ganhos para a compreensão de nosso passado – o papel dos escravizados como sujeitos históricos dotados de capacidade de ação autônoma na luta contra a escravidão.⁴⁸ Tal enfoque, contudo, tende a dar pouco espaço à compreensão do polo senhorial na relação escravista. Não se pode relativizar o fato de que, a despeito de todo o esforço dos subalternos, a última palavra para que um escravo conseguisse a liberdade cabia ao seu proprietário. Tratava-se do ator histórico com direitos de propriedade e dono dos monopólios de coerção e concessão de benefícios.⁴⁹ O modo como os senhores concebiam e externalizavam a sua concepção acerca da escravidão é igualmente de fundamental importância e não pode ser ignorado, pois foi a partir dele que a classe senhorial se lançou na arena política imperial na disputa pela liberdade do ventre escravo.

⁴⁸ Ver, dentre outros: Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (1º ed. 1990); Keila Grinberg. *Liberata, a lei da ambiguidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; Maria Helena P. T. Machado. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Edusp, 2010 (1ª ed. 1994); Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3º ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. (1º ed. 1995); Lizandra Meyer Ferraz. *Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

⁴⁹ Sobre a importância dos senhores na consecução da liberdade dos cativos. Cf. Robert Slenes. Idem, pp.515-519, pp.528-530, pp.537-542 e pp.548-550. Cf. tb. Waldomiro Lourenço da Silva Junior. *Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, pp.138-141 e p.176. Segundo Jonis Freire, “certamente os escravos tiveram possibilidades de obter para si e suas famílias, por meio de sua atuação, ganhos dentro do sistema escravista, sempre oscilando entre a autonomia e a dependência”. Cf. Jonis Freire. Alforrias e tamanho das posses: possibilidades de liberdade em pequenas, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX). *Varia hist.* 2011, vol.27, n.45. Ver tb. Orlando Patterson. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: Edusp, 2008. (1º ed. em inglês 1982).

No que diz respeito à alforria, os fazendeiros de Resende, reunidos na Câmara Municipal, vislumbraram ainda outras possibilidades nefastas que a alforria forçada, inserida do modo como estava no projeto de lei, traria aos domínios escravistas:

A manumissão forçada escancara as portas à inveja, e mesmo à vingança de inimigos; quem tiver um escravo diligente, cuidadoso e fiel, certamente ficará sem ele logo nos primeiros meses da execução da lei, ainda por muito menos do seu valor, pois bem se sabe como pelos lugares pequenos se fazem as coisas. E ainda isto é o menor mal; a insinuação para que comecem a servir mal, é muito maior, e desde então ninguém possuirá mais um escravo bom, e esses que assim conseguirem a liberdade, serão braços arrancados à lavoura, ainda porque se entregarão a toda a classe de vícios, sendo isto o que a experiência diária está mostrando acerca dos libertos.⁵⁰

Ligando as disputas locais de poder à dinâmica da política imperial, os resendenses temiam que o dispositivo da alforria forçada, isto é, a autorização legal a terceiros para a compra de qualquer escravo a partir do seu valor de mercado, estimulasse contendas locais contra os senhores, que perderiam, assim, seus melhores trabalhadores escravos. Assim, de um lado, caso aprovada, a lei faria com que os escravos diligentes fossem comprados para satisfazer a “vingança de inimigos”. Por outro lado, ao retirar a possibilidade soberana dos senhores na concessão de alforrias, os escravos não teriam mais a necessidade de descreverem um bom comportamento cotidiano com a esperança de serem agraciados com a manumissão. Em todo caso, o reclamo era que os senhores de escravos brasileiros, uma vez aprovado o ventre livre, ficariam privados de cativos disciplinados, a lavoura perderia seus braços e os indivíduos egressos das senzalas imergiriam em “toda a classe de vícios”. Seria o caos completo para ordem social que estes peticionantes representavam.

Tanto os lavradores de Juiz de Fora, como os representantes do corpo comercial do Rio de Janeiro, mas também os ituanos, capivarianos, campinenses e indaiatubanos, da província de São Paulo, reiteraram o que os resendenses argumentaram sobre os atos de alforria de escravos por pura vingança. Para os ituanos, a manumissão forçada originaria “gravíssimos males” e “muitos atentados contra a segurança individual”. Segundo os fazendeiros de Indaiatuba, isso seria “a fonte de muitos crimes e uma

⁵⁰ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Resende a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 8. A representação também foi publicada em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de Julho de 1871, p.1.

ameaça constante aos senhores, que de um momento para outro podem ser privados dos seus melhores auxiliares”. Os peticionantes de Campinas reconheciam a justiça do escravo se libertar quando ele tivesse os meios para tanto, contudo ponderavam que convinha “fechar a porta a perseguições e caprichos odientos de pessoas mal intencionadas, que podem despojar os senhores de sua propriedade, não por espírito de humanidade, mas só pelo desejo de incomodar, (...) o que dará lugar a distúrbios e exercícios de paixões ruins que só servem para alterar a paz na sociedade.” O receio que a alforria dos melhores escravos viesse a se concretizar foi tão grande que os signatários da petição de Capivari chegaram a sugerir que seria melhor “aos senhores (...) conservar um escravo de comportamento regular do que um de exemplar que a todo o momento lhes pode ser arrancado”. Entre os senhores de Itu e Capivari havia consenso que a institucionalização do pecúlio, prática que, segundo os capivarianos, ocorria “debaixo das vistas e devido à generosidade e favor de seus senhores, quase sempre seus depositários”, incentivava os escravos ao roubo e à pilhagem. Isso ocorreria de modo inevitável, pois, como argumentaram os peticionantes de Itu, o pecúlio passaria a ser garantido “sem atenção à sua procedência”.⁵¹ Assim, na contrapartida de manter a escravidão, o projeto de 12 de maio, caso promulgado, desmoralizaria o poder senhorial, como visto anteriormente, mas também faria com que os proprietários perdessem os seus melhores escravos. Àqueles que ficassem no cativeiro, garantiria um incentivo à consecução de delitos a fim de amealharem algum pecúlio.

Deste modo, a interferência estatal na administração doméstica seria desastrosa à ordem escravista. O poder público, com efeito, ao propor a legalização do pecúlio e a consagração da alforria forçada, corroía a autoridade suprema do senhor de decidir ou não se os escravos poderiam gozar de algum benefício. Em outras palavras, o que era privilégio concedido (e conquistado) aos escravos, seria transmutado na forma da lei em direito inquestionável: o fim do domínio, portanto, exclusivo dos senhores sobre seus cativos. Se isso ocorresse, os peticionantes de 1871 argumentavam, a concessão de

⁵¹ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Juiz de Fora a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 9 de agosto de 1871, p.2. *Representação do Corpo Comercial do Rio de Janeiro a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 29 de junho de 1871, p.2. *Representação dos fazendeiros do município de Itu a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 13. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de julho de 1871, p.2. *Representação dos fazendeiros do município de Capivari a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 12. *Representação dos fazendeiros do município de Campinas a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 13. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 16 de julho de 1871, pp.2-3. e *Representação dos fazendeiros do município de Indaiatuba a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 14.

privilégios aos escravos deixaria de funcionar como um elemento de controle das populações cativas. Aquilo que, eventualmente, aliviava as tensões nas comunidades de senzalas, garantindo a sua existência cotidiana, deixaria de existir.

Na crítica senhorial, a importância do monopólio de concessão de benefícios para a boa manutenção da escravidão é estruturante. Alguns peticionantes, contudo, foram mais além no argumento de que o pecúlio e as alforrias fossem unicamente arbitrados pelos senhores. Esse foi o caso dos mineiros de Santa Bárbara do Monte Verde e da segunda representação endereçada ao legislativo pelos vassourenses. Segundo os mineiros, os escravos eram “tratados com devido desvelo e caridade” e gozavam de “regalias que são compatíveis com as suas condições e sorte”. Era prova disso o fato de que já não havia senhor que não permitisse “a seus escravos a formação de pecúlio no interesse de prendê-los mais a Casa, e de os conservar mais satisfeitos, assim como não é menos certo que nunca deixa de ser conferida a liberdade, todas as vezes que os escravos apresentam a importâncias desses valores, ou até mesmo inferiores.”⁵² Na segunda petição de Vassouras, asseverou-se que “o pecúlio legal e o resgate forçado, apesar das restrições oferecidas pela comissão especial, abatem a polícia dos estabelecimentos, quebram a autoridade dos senhores, e dissolvem o laço da dependência exclusiva, que só é capaz de explicar a resignação dos dominados e a segurança dos dominadores.”⁵³

Esses dois trechos são essenciais, pois, como visto até aqui, as petições contra o ventre livre, no geral, exaltavam a benevolência dos senhores e o modo como os escravos eram administrados. Ao enaltecer a permissão para a formação do pecúlio, os subscritores da representação de Monte Verde acabaram por desnudar a ideologia paternal da escravidão brasileira. Com a possibilidade de manter os escravos “mais satisfeitos”, o pecúlio era concedido para preservar os escravos presos à “Casa”, isto é, era utilizado como um mecanismo de dominação social para a reprodução da escravidão. As alforrias, supostamente de fácil acesso, cumpriam o mesmo papel, de tal modo que os escravos “agradecidos [com seus senhores] mais se esforçam para sempre merecerem os mesmos benefícios”.⁵⁴ Os vassourenses, por outro lado, foram explícitos em sua declaração: apenas a dependência exclusiva dos escravos para com seus

⁵² Cf. *Representação dos fazendeiros da freguesia de Santa Bárbara do Monte Verde a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 21.

⁵³ Cf. *Representação dos fazendeiros da cidade de Vassouras a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 25 de julho de 1871, p.2.

⁵⁴ Cf. *Representação dos fazendeiros da freguesia de Santa Bárbara do Monte Verde a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 21.

senhores era “capaz de explicar a resignação dos dominados e a segurança dos dominadores”. Em outras palavras, quebrada a soberania dominial dos senhores, os escravos certamente deixariam de se conformar à condição cativa e a segurança dos senhores correria perigo.

O argumento relativo a uma suposta facilidade dos escravos na obtenção de sua alforria, celebrada pelos fazendeiros que escreveram as representações de 1871, chama a atenção. Como exemplo dessa tendência, vale uma nova remissão aos peticionantes de Monte Verde. Segundo eles, “o número das alforrias voluntárias vai tendo lugar em um progresso sempre ascendente” e, assim caminhando, o cativo conheceria seu fim. Contrariando a expectativa, aparecia “o projeto do governo, que opera uma perigosa transformação, limitando o domínio do senhor sobre o escravo com manifesta ofensa do direito, enfraquecendo sua autoridade com grave prejuízo da disciplina, e tornando-o antipático e sem prestígio aos olhos de seus próprios escravos”.⁵⁵

Cabe questionar se essa tendência à distribuição de manumissões, exaltada pelos fazendeiros, era de fato uma realidade. A resposta é negativa. Apesar da difusão da prática da alforria (gratuita ou onerosa) no Brasil desde o período colonial, o que possibilitou, quando comparado com outras arenas escravistas, um maior acesso à liberdade, essa realidade não pode ser estendida para todo o período imperial.⁵⁶ De fato, a historiografia demonstrou a estreita relação entre o ritmo do tráfico negreiro e o volume das alforrias registradas no Brasil. Nos períodos de maior desembarque de africanos no país o número de alforrias tendia a ser maior, já nos momentos de menor afluxo do infame comércio, a prática de manumissões tendia a ser reduzida. Esse costume não ameaçava a ordem escravista, que contava sempre com novos trabalhadores cativos.⁵⁷ Contudo, com o encerramento do tráfico transatlântico, isto é, finda a possibilidade de reposição ininterrupta de mão de obra, surgiu de modo iminente não apenas o imperativo de um melhor tratamento aos escravizados (roupas, alimentos, diminuição dos castigos), mas também a necessidade de retê-los pelo máximo possível

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Veja-se a respeito, por exemplo, o trabalho de Frank Tannenbaum. *Slaves and Citizen*. Boston: Bacon Press, 1946. Para o autor a legislação ibérica, transportada à América do Sul, por reconhecer o escravo como pessoa, acabava permitindo aos cativos brasileiros um maior acesso tanto à manumissão quanto à cidadania, quando comparado com a realidade no sul dos Estados Unidos. Para uma discussão a respeito do trabalho de Tannenbaum veja: Keila Grinberg. “Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n°27, 2001, pp.63-83.

⁵⁷ Cf. Rafael de Bivar Marquese. “A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos estudos-CEBRAP*, n°74 (2006), pp.107-123. Cf. tb. Ricardo Salles. *E o vale era o escravo*, pp.289-290.

nas plantations. O resultado inevitável dessa nova realidade foi uma queda nas taxas de alforrias, que se tornaram mais difíceis de serem conquistadas e concedidas na segunda metade do século XIX.⁵⁸

Mas, perante a diminuição das alforrias nas décadas que se seguiram ao fim do tráfico internacional, porque os senhores enveredaram-se nessa senda argumentativa? A petição de Cabo Frio ajuda a responder essa questão. Segundo eles,

Os lavradores do município de Cabo Frio, como os de todos os municípios, como o Brasil inteiro, querem a emancipação da raça servil, por que enxergam na sorte dessa porção de criaturas a realização de um princípio que a Moral não aprova, que a Religião não sanciona; que eles desejam cordialmente a emancipação, bastante o dizem o grande número de manumissões havidas com a mais louvável espontaneidade nestes últimos anos e que se vão dando ainda todos os dias, muito embora não corram os senhores à propalar pela imprensa os atos de sua *desinteressada generosidade*. Os abaixo assinados querem a emancipação, sim, mas não a acham aceitável firmada em uma lei como a que se acha formulada na proposta do Governo, à qual ameaça trazer a anarquia no sistema do trabalho acarretando a desordem no sistema da propriedade, ameaçando-os ainda mais na sua segurança individual, na paz de suas famílias; eles desejam a abolição, mas por uma lei que, atendendo a sorte futura da raça escrava, atenda tão bem realmente aos direitos de uma propriedade que a geração atual recebeu sancionada e legitimada pelos usos, respeitada pelas leis do país.⁵⁹

O empenho na defesa do fim da escravidão não pode ser tomado pelo seu valor de face. Os peticionantes de 1871, apesar de aparentemente validarem a necessidade de emancipação dos escravos, pontuavam que o projeto ministerial representava uma ameaça à lavoura escravista, não ponderada pelo gabinete, de tal forma que a prudência recomendava a não promulgação daquele texto. O argumento de autoridade dos senhores para comprovar a sinceridade em relação ao desejo do fim da escravidão estava na tendência de manumissões espontâneas conferidas aos cativos por uma “desinteressada generosidade”. Todavia, o que norteava as alforrias era o exato oposto

⁵⁸ Cf. Luiz Carlos Soares. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, pp.277-278. Ricardo Salles. *E o vale era o escravo*, pp.290-296. Cf. tb. Waldomiro Lourenço da Silva Junior. *Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871*, pp.176-177.

⁵⁹ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Cabo Frio a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 22. Grifos meus.

do desinteresse. Uma breve olhada na imprensa oitocentista é capaz de revelar que, ao contrário do que os cabo-frienses afirmavam, quando os senhores vale-paraibanos alforriavam um escravo, eles faziam questão de divulgar o feito. Foi precisamente o que se deu com Manoel de Aguiar Vallim e Maria Joaquim de Almeida, quando libertaram, respectivamente, 13 e 32 escravos. Segundo a notícia que circulou, os escravos continuaram vivendo nas fazendas “das quais não quiseram apartar-se, e são ali tratados generosamente, não lhes faltando a necessária alimentação, vestuário, médico e botica, quando enfermos, bem como terras para cultivarem”.⁶⁰

Em todo caso, o fundamental a ser ressaltado é que, ao propalarem que concordavam com o princípio da emancipação da escravidão e que concediam inúmeras alforrias, os senhores de Cabo Frio reiteravam um dos pontos centrais da ideologia senhorial: a construção da imagem do senhor de escravos como alguém dotado de inata benevolência, um sujeito paternal. Do modo generoso como os proprietários administravam as suas fazendas, concedendo aos escravos um suposto tratamento mais adequado, o estado da escravidão, nos dizeres dos sul-paraibanos, era “quase o da liberdade”. Assim, eles colocavam-se no jogo político do Império, não para justificar a escravidão, mas para bloquear a proposta ministerial do ventre livre: se os senhores eram benévolos, tratavam bem os seus escravos e constantemente os manumitiam, não havia a menor necessidade de o Estado brasileiro intervir, pois o cativo findaria lentamente, de modo natural e sem abalos, com o tempo. Assim, nas representações de 1871, por pura força de construção retórica, os fazendeiros dispostos ao longo do Vale do rio Paraíba do Sul e adjacências tentavam a proeza de lutar contra a liberdade do ventre ao mesmo tempo em que defendiam a emancipação.

A intrínseca benevolência desse grupo social foi ainda evocada quando consideraram que havia uma grande injustiça no dispositivo principal do projeto, isto é, a liberdade do ventre. Era arbitrário demais libertar um escravo que nem sequer havia nascido e obriga-lo a viver no cativeiro ao menos nos seus primeiros oito anos de vida. Nos termos dos fazendeiros de Cantagalo, na primeira das duas representações que enviaram ao legislativo,

O escravo que tem trabalhado, que tem-se mostrado fiel e submisso nada merece ao legislador e vê o acaso do nascimento posterior à lei determinar a liberdade daquele que nascido do mesmo sangue servil, entra logo em outra

⁶⁰ Cf. *Echo Bananalense*, edição de 16 de setembro de 1871. Apud: *Jornal do Commercio*, edição de 27 de setembro de 1871, p.4.

classe, a que são reservados todos os favores??! Porque não há de ele, que já trabalhou, também ser livre? Porque o irmão nascido meses depois da lei há de abrir os olhos à luz da liberdade, e o irmão nascido meses antes da lei há de permanecer nas trevas da escravidão? Os pais cativos e os filhos livres!⁶¹

A análise do conjunto das representações, endereçadas ao poder legislativo do Império contra o projeto de 12 de maio daquele ano, permite concluir que havia um consenso entre os fazendeiros do eixo Rio-Minas-São Paulo de que era necessário que todos os escravos, de modo igualitário, partilhassem do estado do cativo. Em outras palavras, perante a condição de cativo os escravizados deveriam ser iguais. Isso evitava que os escravos das comunidades de senzala convivessem cotidianamente com homens livres ou, no caso do projeto ministerial, em vias de se tornarem livres. As únicas distinções que deveriam existir residiam na distribuição do trabalho específico de cada escravo (no eito, na casa grande, na feitoria, por exemplo), mas isso cabia exclusivamente aos senhores, que, uma vez mais, poderiam extrair resultados positivos ao sucesso da empresa agrícola.⁶² Assim, todos partilhariam a mesma experiência enquanto sujeitos desprovidos de liberdade. Destruir essa ordem de coisas seria prejudicial à manutenção do cativo, pois exigiria a dispensa de um

tratamento desigual para escravos e para ingênuos, e uma série de outras medidas preventivas e vexatórias ao senhor e que não garantirão os protegidos contra a má vontade daqueles com quem estavam destinados a partilhar a sorte do cativo, e muitas vezes mesmo contra o despeito daqueles que vêm escapar-lhes assim uma parte de sua propriedade. Como a ideia da libertação do ventre, a maioria das que se acham contidas no projeto do Governo não parecem nada menos do que destinados a manter íntegros os direitos de propriedade e de segurança individual, tendendo antes a abalar a autoridade dominial, desprestigiando os senhores em suas resoluções com os escravos; é assim que todas as garantias consagradas pelo projeto são em favor destes e contra aqueles (...) tratados em suma os senhores como implacáveis perseguidores de seus escravos ao amparo da autoridade e *negar-se lhes até o*

⁶¹ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Cantagalo a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 21. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição de 28 de julho de 1871, pp.2-3.

⁶² Cf. Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*, pp.139-140 e pp.145-146.

*direito de serem generosos, transformando em lei aquilo que só devera partir dos bondosos impulsos de seus corações!*⁶³

De fato, o pecúlio e a alforria, caso aprovado o projeto de 12 de maio, seriam transformados em lei e dispensariam a anuência dos senhores na sua realização, ou seja, teria sua execução deslocada dos “bondosos impulsos” dos corações senhoriais à legislação do Império brasileiro. O cenário ainda seria agravado, pois sem o “direito de serem generosos”, os senhores seriam obrigados a presenciar a instauração da desigualdade entre seus escravos, sobretudo entre membros de uma mesma família, o que abalaria ainda mais a estrutura de domínio do cativeiro. Assim, além do imperativo da dispensa de tratamentos diferentes para cada escravo, segundo os peticionantes, a liberdade dos nascituros fragilizaria as famílias escravas. Algo perigoso.

A partir de uma profícua leitura dos trabalhos dos brasilianistas, notadamente o de Robert Slenes,⁶⁴ é possível dizer que a existência da família escrava, desde os anos 1990, passou a ser consensualmente aceita pelos historiadores brasileiros. Isso rendeu estudos nacionais nos quais se buscou averiguar como a organização familiar dos escravos impactou a relação entre estes e seus senhores. Os resultados dessas pesquisas revelaram que a constituição da família em cativeiro era palco tanto de negociações e conflitos entre senhores e escravos, como também era passível de gerar certa estabilidade nas comunidades de senzala.⁶⁵

Este último ponto, não à toa, foi particularmente mobilizado na crítica senhorial ao ventre livre. Assim, de acordo com os fazendeiros de Barra Mansa, a liberdade do ventre gestaria um “ciúme espontâneo e inevitável entre o pai que permanece escravo e o filho que já nasce livre”.⁶⁶ Era uma ideia “repleta de inconvenientes para a lavoura criando na mesma família e no serviço econômico dos estabelecimentos rurais classes

⁶³ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Cabo Frio a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 22. Grifos meus.

⁶⁴ Robert Slenes. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*.

⁶⁵ Vale mencionar os trabalhos de José Flávio Motta. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1820-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999, pp.179-225; José Roberto Góes. *Cativeiro imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993. Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*, pp.123-127, pp.132-135 e pp.150-160. Manolo Florentino e José Roberto Góes. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c.1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Robert Slenes. *Na Senzala, uma Flor. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora Unicamp, 2015. (1ª ed. 1999); Ricardo Figueiredo Pirola. *Senzala insurgente: Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

⁶⁶ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Barra Mansa a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 1. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 17 de junho de 1871, pp.2-3.

completamente desiguais, ela vem favorecer por mero acaso aqueles que nascerem depois da sanção da lei, deixando no mesmo estado as que por seu trabalho seriam mais dignos de ser atendidos”, como disseram os senhores de Capivari.⁶⁷ Segundo outros fazendeiros, essa distinção entre cativos era “um fato desumano e que a moral severamente condena. Não há princípio que justifique o favor a uma geração com prejuízo de outra. A proposta desconhece direitos de família, e princípios de humanidade. Dilacera o coração cativo do pai que terá aspiração irresistível de liberdade, vendo seu filho gozar dessa condição.”⁶⁸ Isto é, ao libertar o nascituro, a principal prerrogativa do projeto além de ser naturalmente injusta com os escravos que serviam no eito há longos anos, também acarretaria em desavenças que possivelmente poderiam culminar na divisão das famílias escravas. Como a historiografia já demonstrou, a instituição da família tinha o potencial de arrefecer as agruras cotidianas do cativo e, assim, contribuía para o melhoramento da disciplina entre os escravos. Desse modo, o incentivo às uniões estáveis, tal qual a política de concessão de alforrias e a permissão ao pecúlio, era utilizado pelos senhores com o fito de controlar as comunidades de senzala permitindo a estabilidade do cativo e o sucesso econômico das fazendas.⁶⁹ O que os peticionantes de 1871 argumentavam, então, era que a partir do projeto, o poder imperial poderia minar mais um dos elementos da dominação senhorial.

O potencial disruptivo da intervenção estatal fica mais claro à luz da reflexão que os membros do Clube do Comércio do Rio de Janeiro elaboraram em sua representação. De acordo com eles,

Este fato vai *revelar à consciência do escravo a iniquidade da escravidão que a lei vigente e os costumes conservam em estado de perfeita obscuridade*, e o confronto de sua sorte, presa à fatalidade do cativo perpétuo com a sorte dos filhos, há de irritá-lo, requeimar-lhe a alma e assanhar no seu espírito todos os

⁶⁷ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Capivari a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 12.

⁶⁸ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Juiz de Fora a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 9 de agosto de 1871, p.2.

⁶⁹ Cf. Robert Slenes. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, pp.412-414 e pp.467-468; Manolo Florentino e José Roberto Góes. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c.1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, pp.276-277 e pp.280-281. Apesar de não reconhecerem a influência senhorial nesse processo, o livro de Manolo Florentino e José Roberto Góes fornece todo o substrato empírico para tanto.

instintos selvagens. É fácil prever as consequências funestíssimas dessa irritação em ânimos grosseiros, privados das luzes da moral e da religião.⁷⁰

De modo límpido, os comerciantes de café do Rio de Janeiro escancararam a ideologia da dominação escravista no Brasil imperial. Apesar de ser essencialmente injusta, a escravidão era conservada, pois a “lei vigente” (Constituição de 1824) permitia o acesso dos manumitidos a direitos civis e os “costumes” (paternalismo senhorial) garantiam, além de um suposto bom tratamento aos escravos, a concessão de alforrias. A síntese desses dois fatores, segundo os comissários de café, impedia o escravo de tomar consciência da iniquidade do cativeiro, reforçando, portanto, a estabilidade instituição. Na tentativa de barrar a reforma emancipacionista do ministério Rio Branco, os peticionantes de 1871, do mesmo modo que os estadistas brasileiros pró-cativeiro que lhes antecederam, mobilizaram a todo momento o argumento do “paternalismo liberal”, um dos fundamentos da ideologia da escravidão no Império do Brasil.⁷¹

Dessa maneira, a expressão “relações entre senhores e escravos”, exprimida pelos proprietários de escravos nas representações contra o ventre livre, pode ser compreendida como um eufemismo utilizado pelos senhores para se referir aos elementos constitutivos da dominação escravista que estavam umbilicalmente ligados ao ideal paternalista deste grupo e coadunava-se com a defesa da instituição no Parlamento. Em outros termos, as petições contra o ventre livre permitem um adensamento da compreensão histórica sobre a lógica de dominação escravista vigente no Império do Brasil e do modo como a classe senhorial concebia a si mesma e projetava-se politicamente a fim de manter o cativeiro. Cabe agora apreender quais seriam as “consequências funestas” que os olhos dos escravistas enxergavam para o futuro brasileiro.

Segurança nacional: insubordinação escrava e vulnerabilidade agrícola

À desmoralização senhorial e à desestruturação das relações existentes entre senhores e escravos seguir-se-ia invariavelmente, na crítica dos peticionantes ao projeto de emancipação escrava, a insubordinação das populações cativas do Império. Nesse

⁷⁰ A representação foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 29 de junho de 1871, p.2.

⁷¹ Cf. Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

sentido, nas representações de 1871 foram destacadas pelos subscritores tanto projeções gerais de que a indisciplina se concretizaria quanto relatos de que, em alguns lugares, já era possível observar um aumento na incidência de roubos praticados por escravos.

O principal dispositivo do projeto, o ventre livre, foi compreendido igualmente entre os senhores de escravos. A medida impunha, por no mínimo oito e no máximo 21 anos, o convívio entre escravos e ingênuos, isto é, fixava a relação cotidiana de dois tipos de cativos: um que, pelo acaso do nascimento, invariavelmente seria liberto e outro que teria de continuar indefinidamente no cativeiro até que porventura conquistasse a sua liberdade. Só esse convívio de escravos diversos já era pernicioso aos olhos dos senhores, mas as medidas complementares do projeto tornavam o quadro ainda mais perigoso. Ao estabelecer o pecúlio como um direito e permitir a alforria forçada, o projeto do governo abria um maior espaço para que os escravos remanescentes no cativeiro, que não nasceriam em condição de ingênuos, conquistassem a liberdade. Isso cumpria o objetivo final da proposta emancipacionista que era findar a escravidão num espaço razoável de tempo. O problema é que, nesse cálculo, dizia a crítica senhorial, não foi levado em consideração o impacto que a eventual promulgação do projeto teria sobre a conduta dos escravos. A lida cotidiana com os escravos, prosseguiram os senhores, mostrava que, tolhida a autoridade soberana e cessado o beneplácito exclusivo de concessão de benefícios pela interposição estatal, os cativos não iriam mais descrever um comportamento condizente com o sucesso econômico das fazendas, mas sim um comportamento que os levasse à liberdade. Assim sendo, os cativos tenderiam a uma desobediência endêmica que os afastaria progressivamente das tarefas agrícolas aproximando-os, em contrapartida, da busca pela liberdade. Seria o fim da disciplina escrava, o caos da agricultura brasileira.

Desse modo, a emancipação do ventre viria desestabilizar o então estado da agricultura escravista brasileira⁷², destruindo toda a racionalidade paternalista que a

⁷² Um estado que, diga-se de passagem, se não era bem visto pela comunidade internacional, permitia a larga produção do café brasileiro que abastecia essa mesma comunidade de bom grado. A produção de café no Brasil aumentou de 1.500 toneladas anuais, em 1812-16, passando para 67.000, em 1823, e chegando ao montante de 350.000 toneladas em 1870. Cf. Rafael Marquese e Dale Tomich. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: *O Brasil Imperial*. Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2009. Complementava esse quadro a evolução do preço do café: a saca de café de 60Kg que valia 13\$120 em 1850/1851 chegou ao montante de 24\$728 para o ano 1869/1870. Cf. Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, p.365, tabela 26. De fato, a produção de café pelo braço escravo apresentava grande lucratividade e ainda estava dinâmica na década de 1880. Cf. Ricardo Salles e Magno Fonseca Borges. A morte do barão de Guaribu. Ou o fio da meada. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 7, n.13. Juiz de Fora. UFJF. Jul-dez 2012, pp.57-94. Cf. tb. Robert Slenes. Grandeza ou decadência? O

organizava e, possivelmente, mantinha-a em pé. Imbuídos precisamente disso, os fazendeiros de Santa Bárbara do Monte Verde, para quem o governo entrava nessa senda abolicionista “levado pelo desejo talvez, de adquirir boa fama para com as sociedades estrangeiras emancipadoras”, afiançavam que

Quando os *nossos escravos vivem satisfeitos e na mais plena paz*, dedicando-se ao trabalho razoável de uma *utilidade para a riqueza pública e particular*, procura o projeto do governo torna-los inquietos e desgostosos, negando-lhes o benefício da liberdade, que *com menos razão concedem* aos que tiverem de nascer na criação dos ingênuos, as mães depositando nestes seus filhos suas melhores esperanças não quererão prestar mais algum outro serviço, tornando-se rebelde ao cumprimento de seus deveres.⁷³

A paz e satisfação na qual os escravos brasileiros viviam era um estado que advinha da maneira pela qual os fazendeiros os administravam, concedendo-lhes, por exemplo, “o benefício da liberdade”, com o fito de disciplinarem os cativos e coagi-los a um comportamento de trabalho adequado, capaz de gerar “a riqueza pública e particular”. O projeto do governo, rompendo com essa lógica e concedendo manumissões “com menos razão”, ou seja, não por um critério disciplinador, mas pela sorte do nascimento, retirava o poder senhorial e insubordinava os escravos incitando-os ao não “cumprimento de seus deveres” e ocasionando a ruína da fortuna imperial. Isto é, a escravidão brasileira oitocentista era apresentada pelos peticionantes como um todo ameno e gerador de riquezas que se escorava no modo como os senhores gerenciavam a mão de obra escrava. Para evitar o infortúnio financeiro não apenas dos fazendeiros, mas da nação como um todo, era imperativo que o poder público imperial não interviesse no governo privado das fazendas. Por esta razão, apregoavam que não fosse “convertido em lei um projeto que (...) pode ser a causa da ruína da lavoura e do completo desaparecimento dos nossos recursos financeiros, expondo a nação aos perigos e calamidades que estão na previsão de todos”.⁷⁴

Para os resendenses, a liberdade do ventre daria “lugar à indisciplina e à desobediência, que porão em risco a vida dos fazendeiros, principalmente tendo eles a

mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPEA, 1986.

⁷³ Cf. *Representação dos fazendeiros da freguesia de Santa Bárbara do Monte Verde a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 21. Grifos meus.

⁷⁴ Idem.

proteção da autoridade, ou mesmo supondo que a tem”.⁷⁵ Entre os paulistas de Indaiatuba ficava claro que isso perturbaria “a marcha dos estabelecimentos rurais, introduzindo a desordem e anarquia entre trabalhadores da mesma família e de condições inteiramente diversas.”⁷⁶ Era claro aos senhores que qualquer mudança imposta por outrem no modo de gerir os cativos poderia ser desastrosa não apenas à organização das fazendas, que certamente conheceriam a anarquia, mas igualmente à própria segurança senhorial. No discurso contra a emancipação, a segurança particular dos proprietários era transmutada na segurança nacional e, conseqüentemente, atrelada à prosperidade material da nação brasileira. Assim, a defesa de manutenção do cativo manifesta pelos senhores situados ao longo do Vale do rio Paraíba do Sul e seus prolongamentos no Centro-Sul deixava de ser circunscrita a uma região específica para ser confundida com o interesse geral do país.

Isso fica mais claro à luz do que arguíram os fazendeiros de Cantagalo. Segundo eles o projeto, caso realizado, importaria

a desorganização e ruína dos importantes estabelecimentos rurais, em que está empregada a máxima parte dos capitais do país, de cujos produtos tiram os lavradores e com eles as classes da sociedade, cujos interesses se lhe acham ligados, os meios de se manterem e a suas famílias, e de pagar os encargos públicos, que em maior escala do que sobre quaisquer outros pesam sobre a lavoura.⁷⁷

Nesse trecho, de forma clara, os peticionantes enfatizavam a supremacia da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba sobre os demais setores da economia brasileira. Desorganizar os estabelecimentos rurais, a mensagem não deixava dúvidas, seria desorganizar o próprio país. No universo das fazendas os senhores sentiam-se ameaçados em sua segurança, “em interesses que se legitimam pelo direito de propriedade e tem por garantia a promessa do legislador constitucional quando assegurou a cada cidadão o fruto de seu trabalho e economia”. A situação, continuavam, ia

⁷⁵ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Resende a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 8. A representação também foi publicada em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de Julho de 1871, p.1.

⁷⁶ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Indaiatuba a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 14.

⁷⁷ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Cantagalo a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 21. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição de 28 de julho de 1871, pp.2-3.

se encaminhando por forma a criar os mais sérios perigos, já pelos resultados que hão de provir de tais medidas, já pelas esperanças exageradas que despertam em uma classe por sua condição suspeitosa e na qual as paixões se podem acender em tanta maior violência quando lhe falta o freio moral da educação que contém em outras os excessos da exaltação. Como manter a disciplina, interpondo entre o escravo e o senhor a autoridade pública, dizendo-se àquele que o legislador vai conferir-lhe direitos contra este, que o governo aí está para protegê-lo a ele vítima até hoje, e resguardá-lo da tirania de seu algoz?⁷⁸

A pergunta ecoou entre os ubaenses, que, além disso, compreendiam, tal quais os fazendeiros de Monte Verde, que o governo foi influenciado pela “propaganda anti-escravocrata” e esqueceu-se “inteiramente os legítimos interesses da Nação”, quando atirou na “face do país estupefato uma medida que encerra em si elementos perturbadores da ordem pública”. No seu juízo, o projeto trazia

“como consequência necessária o aniquilamento da disciplina indispensável em qualquer estabelecimento agrícola e mui principalmente naqueles em que o serviço é feito pelo braço escravo. Não é só, ainda o projeto faz desaparecer o respeito do escravo para com o senhor, acendendo naqueles que tiverem de continuar a permanecer na escravidão o ciúme e a inveja e sem dúvida alguma a insubordinação dos que a lei, talvez inconstitucionalmente, declara ingênuos, assimilando-os em direitos aos que tem atualmente essa qualidade. A passar semelhante projeto não poderão os senhores de escravos doravante contar com segurança em suas casas.”⁷⁹

À primeira vista, para o leitor habituado com a vasta historiografia acerca da resistência escrava, pode-se estranhar o pouco espaço que os senhores dedicaram à rebeldia cativa nas petições de 1871 e, mesmo, atribuir-lhes a dissimulação como principal característica de seu discurso. Em alguns textos era mesmo como se não houvesse insubordinação alguma e que o projeto de 12 de maio, se concretizado em lei, funcionaria como uma verdadeira caixa de Pandora, que finalmente permitiria aos escravizados a realização de atos de desobediência e agitação em prol de suas liberdades. Contudo, se o estranhamento cede lugar ao questionamento, é possível

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Cf. *Representação dos fazendeiros da Cidade do Ubá a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 31.

compreender a razão do escamoteamento de uma realidade tão presente ao longo da história do Império brasileiro como o era a revolta escrava, e a possível dissimulação senhorial toma uma coloração mais completa. Assim como as revoltas escravas sempre ocorreram, o mesmo é possível dizer acerca do receio dos proprietários diante delas.⁸⁰ Portanto, se eles não desconheciam essa realidade, temiam-na e, por vezes, vivenciavam-na, logo, porque não mencioná-las? A minimização ou mesmo a supressão das insurreições escravas em algumas das representações de 1871, com efeito, era mais um recurso discursivo que contribuía ao reforço do argumento geral dos escravistas: os escravizados recebiam um bom tratamento, eram sempre manumitidos e por esta razão não se revoltavam, logo o Estado não deveria intervir no cativo brasileiro.

Por outro lado, essa estratégia discursiva não é verificável em todas as representações. Em algumas delas as ilações gerais de insubordinação escrava deram lugar a constatações de fato. Para que melhor as compreendamos é válida a remissão a uma discussão ocorrida na Câmara dos Deputados antes mesmo de iniciada a discussão do projeto do ventre livre. No dia 10 de junho, antes de pedir o acesso aos trabalhos do Conselho de Estado acerca do elemento servil ocorridos em 1867 e 1868 para que os deputados pudessem estudá-los, o deputado Perdigão Malheiro acusou o ministério de não ter pensado na segurança dos proprietários de escravos ao propor a emancipação. Segundo ele, a simples apresentação do projeto já havia causado insubordinação nos escravos. Logo,

o que não aconteceria se semelhante projeto fosse convertido em lei? (...) É a anarquia do sistema de trabalho e do sistema da propriedade agrícola. Além disso, é uma outra consequência (...) a desobediência imediata dos escravos; quebra-se violentamente a força moral do senhor, não se lhe dá garantias; por aquele projeto a lei e a autoridade estão parcialmente do lado do escravo ou do liberto; entretanto que o senhor, a vítima, reputado inimigo a debelar, exposto fica inteiramente à mercê! (*Apoiados.*) Pensou porventura o governo nesta gravíssima consequência?⁸¹

⁸⁰ Cf. Carlos Eugênio Soares e Flávio Gomes. “Sedições, haitianismo e conexões no Brasil e escravista: outras margens do Atlântico negro”. *Novos Estudos*, n°63, 2002, pp.131-144; Célia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004 (1° ed.1987); Flávio Gomes dos Santos. *História de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pp. 87-93.

⁸¹ Cf. ACD. Sessão de 10 de junho de 1871. Tomo II, p.52.

Pelo fato de já ter elaborado projetos de emancipação, Perdigão Malheiro foi redarguido pelo ministro da agricultura, para quem o deputado era “o menos competente para vir hoje a esta Câmara levantar toda aquela possibilidade de *terrores que eu considero em parte quiméricos e em todo o caso exagerados*, procurando persuadir que o país está seriamente dominado por eles”. No juízo do ministro, Malheiro não teria o “direito de criar” um “terror pânico”, isto é, um terror infundado.⁸² É difícil estabelecer com precisão até que ponto a oposição da Câmara incutiu nos fazendeiros um “terror pânico”, incitando-os a se manifestarem. A ação dos senhores de escravos contra o ventre livre começou, como visto, tão logo o projeto foi apresentado ao legislativo. De fato, no mesmo dia em que Perdigão Malheiro e Teodoro Machado da Silva discutiam, os fazendeiros de quatro localidades do Vale do Paraíba realizavam suas reuniões para comporem as representações a serem endereçadas ao Parlamento brasileiro. O que é possível dizer, com justeza, é que a fala da oposição escravista era reforçada pelas petições dos senhores e estas eram revigoradas por aquela.

Em todo caso, a declaração do ministro da agricultura não parece ter agradado aos senhores de escravos. Os fazendeiros do município cafeeiro de Campinas, por exemplo, ao considerarem os resultados que o projeto poderia trazer à realidade brasileira, na representação escrita cerca de um mês depois do pronunciamento do ministro, foram explícitos na alusão:

Como chamar-se quiméricos esses receios se fatos de insubordinação, de homicídios horrendos praticados por escravos nas pessoas de seus senhores ou empregados, *todos os dias estão se verificando, cada vez com mais frequência*, revestidos de mais cinismo e de circunstâncias atrozes?! Quem ignora que a maior parte desses crimes são cometidos com esperança de uma comutação que o escravo considera como liberdade?! A prova é a ânsia e açodamento com que apresentam-se perante as autoridades policiais chusmas de escravos dentre os quais muitos não tomaram parte no drama do crime.⁸³

⁸² Idem, p.53. Grifos meus. No dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, o vocábulo “pânico” é definido como “terror sem fundamento”. Cf. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Outro Preto: Typographia de Silva, 1832.

⁸³ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Campinas a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 13. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 16 de julho de 1871, pp.2-3. Grifos meus.

De fato, como aponta a historiografia, a criminalidade escrava em Campinas verificou um crescente avanço no decorrer do século XIX.⁸⁴ Vivenciando atos de homicídio de senhores e feitores, bem como furtos de produtos agrícolas ou mesmo dinheiro, os campineiros tinham clara noção que a prática dos crimes funcionava como um meio de resistência dos escravos ao cativeiro. O mais curioso, no entanto, não é a constatação de que a rebeldia escrava efetivamente ocorria e ia se verificando “cada vez com mais frequência”. O que chama a atenção é a atribuição do impulso para que tais atos de insubordinação pudessem acontecer. No diagnóstico dos senhores de Campinas, “a maior parte desses crimes” ocorria não por conta das longas e exaustivas jornadas de trabalho, muito menos em virtude de castigos sofridos pelo não cumprimento dos deveres agrícolas, já que o tratamento dispensado aos escravos brasileiros era, nos termos de todos os peticionantes, benévolo. Os escravos cometiam crimes pois a legislação brasileira não punia com rigor o escravo faltoso, chegando, por vezes, a comutar a pena por assassinato em serviço de galés, algo que o cativo “considera como liberdade”.⁸⁵ Em outros termos, a responsabilidade do aumento da criminalidade escrava recaía sobre o Estado brasileiro que não cumpria os dispositivos mais rigorosos do Código do Processo Criminal do Império. Compreendendo esse quadro, os escravizados, para verem-se livre do cativeiro, cometiam crimes na esperança da comutação das penas. O serviço das galés era preferível ao trabalho no eito.

Ao darem margem para essa leitura, os peticionantes de Campinas pareciam contradizer o discurso da escravidão benevolente demonstrando a clara preferência dos escravos ao serviço das galés do que a vivência das agruras do cativeiro. Esse foi o efeito indesejado daquilo que os campineiros realmente objetivavam com a menção aos crimes escravos. A continuidade da crítica ao ministro da agricultura auxiliará a compreensão.

⁸⁴ Cf. Maria Helena P. T. Machado. *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Edusp, 2014 (1º ed. 1987), pp. 47-60. Cf. tb. Suely Robles Reis de Queiroz. *Escravidão negra em São Paulo (Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977, pp.128-188.

⁸⁵ A pena máxima no Império do Brasil era a pena de morte (lei de 10 de junho de 1835), que recaía apenas sobre os escravos que houvessem assassinado outrem. No entanto, a partir de 1857, tornou-se comum a comutação da pena de morte para o serviço das galés. Algo que só era possível devido a intervenção do Poder Moderador no judiciário. Cf. Célia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*, p.157; Luiz Carlos Soares. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*, pp.231-234; Ricardo Figueiredo Pirola. *Senzala insurgente: Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011. Ver tb. Marcos Ferreira de Andrade. “A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da ‘lei nefanda’ (10 de junho de 1835)”. *Tempo*. Niterói, v.23, n.2, pp.264-289, Maio de 2017.

Como deixarão de ser infundados esses receios em um município onde se calcula em mais de vinte mil o número de escravos existentes e a força pública poucas vezes é superior a quinze praças e essas mesmas de tal natureza que em várias ocasiões tem mostrado que nenhuma confiança se deve depositar em sua coragem e disciplina?! Dê-se aos municípios em que, como Campinas, o número de escravos é muito superior à classe livre, uma força respeitável que tranquilize os espíritos e torne quase impossível uma explosão do elemento servil sem que seja incontinente reprimida, e então haverá plausibilidade em chamar-se quiméricos os receios que sem isso serão sempre legítimos.⁸⁶

Em síntese, a referência à criminalidade escrava foi utilizada com o fito de demonstrar que, se os atos de insubordinação já existiam, a aprovação do projeto do ventre livre apenas iria aumentar a indisciplina em tal proporção que os recursos policiais dispostos ao longo do Império, particularmente nas zonas agrícolas, não seriam capazes de manter a turba escrava, numericamente superior aos homens livres.⁸⁷ Destruido o poder moral dos senhores e desmanteladas as relações domésticas que mantinham os escravos sob controle, a insubordinação cativa seria tamanha que a agricultura brasileira e, por extensão, o país, indefesos, iriam à ruína.

Ao constatarem os atos de rebeldia escrava, os fazendeiros de Cabo Frio foram mais sutis que seus pares de Campinas. Segundo eles, o avanço da propaganda abolicionista é que influía perniciosamente nos escravos,

alternando a ordem e a disciplina nos estabelecimentos agrícolas e levando os senhores a se prevenirem em uma posição cautelosamente defensiva; se esses simples boatos tem originado projetos de liberdade da parte dos escravos, que tem chegado a apresentarem-se em grupos as autoridades locais, representando contra seus senhores e compondo romances de supostas alforrias cujos títulos só existem em suas imaginações (...) o que devemos esperar deles quando movidos (...) por um documento de caráter oficial e que, se de fato é só advogado da

⁸⁶ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Campinas a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 13. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 16 de julho de 1871, pp.2-3.

⁸⁷ Talvez os fazendeiros de Campinas tenham exagerado um pouco o número de cativos existentes no município. De acordo com o censo de 1872 a cidade tinha, naquele ano, um total de 18.685 escravos e 17.712 homens livres, ou seja, a população escrava era 5,20% maior que a população livre. Essa taxa é observável em outros municípios cafeeiros, como Vassouras (5,36% mais escravos), mas é um pouco reduzida quando comparado com outras localidades como Bananal (11,54% mais escravos). Cf. Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger.

geração escrava, como muito mais protetor ainda será desenhado aos interessados pelos oficiosos arautos da emancipação?⁸⁸

Com efeito, já em outubro de 1864, a partir da leitura da circulação das notícias acerca da Guerra Civil e da emancipação nos Estados Unidos, houve relativa mobilização de escravos na região mineradora de diamantes em Minas Gerais.⁸⁹ Se o avanço da emancipação em outro país já havia instigado os trabalhadores escravizados, quando a questão passou a evoluir na política nacional, o resultado não foi diferente. Segundo circulou no *Diário do Rio de Janeiro*, na cidade de Resende, “do dia 23 para o 24[de junho]”, um grupo de 54 escravos declarou que o imperador, antes de ir à Europa, havia decretado a liberdade de todos os cativos brasileiros e, a par disso, questionavam perante a “maior autoridade do lugar” porque eles ainda permaneciam no cativeiro. Ao que tudo indica a repressão escravista funcionou a contento e prendeu o grupo. Mesmo assim, ao fim, a notícia declarava em tom irônico que “estes e outros fatos são os foguetes da festa com que o Sr. Visconde do Rio Branco deseja regalar o *mundo civilizado* fazendo arder este país de *estúpidos e perversos*”.⁹⁰ Não deixando margens para dúvida, o que os peticionantes vaticinavam – e eram corroborados pela imprensa – era que a segurança nacional correria sérios perigos se o projeto do ventre livre fosse aprovado.

Já segundo os signatários do texto de Cantagalo, a propaganda abolicionista lançava “esperanças temerárias” nos escravos e invertia, portanto, todo o estado social que, até então, retinha a população escravizada “sujeita e resignada”. O que mantinha essa situação em funcionamento era a “autoridade do proprietário agrícola” fundada “exclusivamente na força moral”. Contudo, como o projeto retirava essa autoridade, o escravo abandonaria a resignação e se rebelaria. O Estado, que interviria na administração doméstica causando todo este infortúnio, não seria capaz de dominar e reprimir os escravos, sobretudo nos isolados municípios do campo, onde prenomina o infame regime de trabalho. Seria, segundo eles, a “barbarização do Brasil”.⁹¹ Assim, ao elegerem a barbárie como característica definidora advinda do processo resultante da

⁸⁸ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Cabo Frio a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 22.

⁸⁹ Cf. Isadora Moura Mota. *O “vulcão” negro da Chapada. Rebelião escrava nos Sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

⁹⁰ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 1 de julho de 1871, p.3. Grifos no original.

⁹¹ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Cantagalo a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 21. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição de 28 de julho de 1871, pp.2-3. Grifos no original.

emancipação do ventre, os peticionantes transformavam o direito à liberdade em selvageria. A civilização brasileira do oitocentos era a dos homens brancos e proprietários de almas.

Habitados com os meandros do mundo financeiro e altamente ligados aos interesses agrário-escravistas, os comerciantes do Rio de Janeiro indagaram na sua petição se o poder público imperial teria recursos, “junto de cada propriedade rural perdida nas solidões do interior”, para frear as “inevitáveis” explosões escravas. A resposta era negativa e, “no interesse da salvação da vida e honra das famílias”, a única solução possível seria a decretação da abolição imediata. “A emancipação do ventre, não nos iludamos, é já a emancipação total da escravidão”. Seria certamente um futuro dramático para os negócios que eles representavam.⁹²

Antes, porém, do temeroso futuro no qual não haveria mais escravos, o país vivenciaria, na esteira da promulgação do ventre livre, grave adversidade na produção agrícola, ocasionada, sobretudo, pela insubordinação cativa, mas também pelo estado de incerteza institucional. De acordo os fazendeiros de Itu, além de a desobediência passar a ser a “condição normal do escravo”, os dispositivos do projeto de 12 de maio (libertação do ventre e alforrias forçadas) fariam com que o país sofresse com a falta de braços para cultivar as lavouras tornando os meios de trabalho “tão repentinamente complicados, ou quase nulos, que teremos de ver muitos estabelecimentos abandonados”. Era, nos termos dos capivarianos, a “desorganização completa dos meios de trabalho”. A atividade financeira, continuavam os ituanos, notadamente os investimentos voltados à agricultura já estavam se retraindo. Comprovava isso o fato de que a mera apresentação do projeto ao legislativo causou a depreciação “do valor dos estabelecimentos agrícolas” cessando “as transações [de compra e venda de fazendas] em grande escala neste gênero em nossa província”. “O desanimo é geral; a descrença vai invadindo a todos os espíritos; todos preveem um futuro cheio de calamidades, e cujas consequências não podem ser senão a ruína e desgraça do país”. Era o que concluíam em tom dramático.⁹³

Aprovado o projeto, conforme sugeriram os ubaenses, não haveria mais garantia na propriedade escrava e, assim, a confiança de investimentos nela deixaria de existir.

⁹² A representação do corpo do Comércio foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 29 de junho de 1871, p.2.

⁹³ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Itu a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 13. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de julho de 1871, p.2. *Representação dos fazendeiros do município de Capivari a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 12.

Logo, além da improdutividade dos escravos, oriunda dos atos de insubordinação, a falta de confiança do mercado acabaria por depreciar os valores dos escravos, desvalorizando, assim, os capitais que os fazendeiros empregaram na propriedade humana. Como era comum a utilização dos escravos como garantia para empréstimos, essa desvalorização acabaria por diminuir as possibilidades dos agricultores na aquisição de crédito. Como consequência, não seria possível ao país continuar “em sua ascendente marcha para a civilização”.⁹⁴

Completava a caótica expectativa senhorial com o futuro o novo ator social que, talvez inconstitucionalmente, como os peticionantes disseram, seria colocado na arena política imperial: o ingênuo. Na reunião inaugural do Clube da Lavoura e do Comércio, o mineiro Cristiano Benedito Ottoni, engenheiro e político ligado ao Partido Liberal, proferiu um discurso que sintetizava o argumento de um livro seu que estava no prelo.⁹⁵ De toda sua fala, as últimas palavras de Ottoni, antes de descer da tribuna, merecem atenção aqui. Segundo ele, era comum que um fazendeiro tivesse um filho com uma de suas escravas e, por livre iniciativa paternal, o senhor poderia libertar seu filho e cria-lo como homem livre, educando-o e instruindo-o com todo o zelo possível. Este indivíduo, continuava o engenheiro, poderia ser muitas coisas, mas teria o “pecado original”: era liberto e jamais teria a oportunidade de ser eleito para cargo político nenhum. Contudo, outra era a situação do indivíduo que o projeto de lei tinha o potencial de criar. “Este é *ingênuo*: mas é analfabeto, embrutecido; os que tem índole pacífica não passam de instrumentos brutos de trabalho; os de más entranhas, são animais ferozes, que a grande reforma solta das jaulas sobre o povo pacífico: mas estes são ingênuos podem ser ministros de Estado! *Eis a beleza do sistema. (Hilaridade prolongada, aplausos.)*”.⁹⁶ A hilaridade causada entre os presentes ocorreu, pois Ottoni referia-se em tom de deboche ao parecer da comissão especial, que declarava que “a beleza do sistema” do ventre livre era que ninguém mais nasceria escravo no Brasil.

⁹⁴ Cf. *Representação dos fazendeiros da Cidade do Ubá a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 31. Sobre a questão da utilização dos escravos como garantia para aquisição de crédito veja-se: John Schulz. *A Crise Financeira da Abolição*. São Paulo: Edusp, 2013 (1^o ed. 1996), pp.87-100. Segundo o autor, o próprio Banco do Brasil, ao criar, em 1866, a primeira carteira de hipotecas rurais do Brasil, acabou utilizando os escravos como garantia. Ver tb. Renato Leite Marcondes. “O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)”. In: *Rev. Bras. Econ.* 2002, vol.56, n.1, pp.147-170.

⁹⁵ Cf. *A emancipação dos escravos. Parecer de C. B. Ottoni*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871. Em suas últimas páginas, certamente após negociação com a gráfica, Ottoni deu um jeito de inserir o discurso que ele proferiu na reunião do Clube.

⁹⁶ O discurso de Ottoni encontra-se na ata da reunião inaugural do Clube, que foi publicada em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 17 de julho de 1871, p.1. Grifos no original.

Caso o projeto passasse pelo legislativo, as crianças nascidas depois de promulgada a lei poderiam ficar vivendo (e trabalhando) nas fazendas dos senhores de suas mães até que completassem 21 anos de idade, quando finalmente alcançariam liberdade e a categorização de ingênuo, constante no texto do projeto, passaria a ter efeito real. Não se tratava, portanto, de um tempo desprezível, e essa foi uma das críticas que posteriormente o movimento abolicionista fez à Lei do Ventre Livre. De todo modo, aos peticionantes de 1871 ficava claro que o ministério não havia dado a devida atenção aos efeitos que essa medida em particular traria à sociedade brasileira. Menos sarcásticos que Benedito Ottoni, mas igualmente incisivos, os senhores propalavam que, além da insubordinação que tão somente a existência dos ingênuos no eito traria aos outros escravos, estes indivíduos beneficiados pela lei adquiririam de modo irreparável todos os “vícios” da experiência de vida no cativeiro. Assim, “como ingênuo, há de sempre ressentir-se o futuro cidadão dos defeitos e dos vícios inerentes à escravidão; porque será educada na inteira intimidade deste: espírito de cidadão, coração de escravo!”⁹⁷ Eram compreendidos, em suma, como “entes degenerados, sem instrução, sem moralidade, são os novos cidadãos que o projeto oferece à pátria para sua regeneração”⁹⁸. Eles perturbariam a ordem social dos senhores de escravos brasileiros, pois “os libertados pela lei [ao] atingirem a maioridade, perigosa sempre pela falta de educação e principalmente pela cobiça de muitos, que especulam com a sua ignorância para fins ilícitos”⁹⁹, isto é, devido a “sua ignorância”, havia grande possibilidade dos ingênuos serem manipulados “para fins ilícitos” caso conquistassem cargos políticos. Assim, a benfeitoria que o Estado brasileiro tentava realizar era na verdade um grande malefício aos escravos que estavam por nascer, pois concederia direitos plenos de cidadania a sujeitos despreparados para tanto, criaria um indivíduo híbrido que não seria nem escravo, nem cidadão. Em última instância, ao declarar os nascidos depois da lei como ingênuos, o projeto alcançaria o oposto do desejado e colocaria a sociedade brasileira em perigo.

A preocupação com o futuro da “civilização” dos senhores de escravos brasileiros foi grande: para eles estava “em jogo todas as condições de sua vida social e

⁹⁷ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Santa Maria Magdalena a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 74, Maço 1, Pasta 9. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 30 de agosto de 1871, p.3.

⁹⁸ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Juiz de Fora a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 9 de agosto de 1871, p.2.

⁹⁹ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Vassouras a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 26. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 22 de julho de 1871, pp.1-2, *Jornal do Commercio*, edição de 25 de julho, p.4.

privada”.¹⁰⁰ A escravidão penetrava a sociedade imperial “por todos os sentidos e é hoje uma das mais largas bases da nossa organização social; basta ponderar que a lavoura é talvez a única fonte de riqueza do Império, e a lavoura do Império, cumpre dizê-lo com franqueza, é exclusivamente mantida pelo braço escravo”¹⁰¹, representando, assim, “a quase totalidade das fortunas particulares do país, e que é a fonte principal das rendas do Estado”.¹⁰² O projeto era, portanto, “atentatório dos sagrados direitos da vida, da propriedade e do futuro dos lavradores e do país”.¹⁰³ Por isso, todos esperavam que não fosse “convertido em lei um projeto que segundo a mais luminosa discussão que tem merecido, pode ser a causa da ruína da lavoura e do completo desaparecimento dos nossos recursos financeiros, expondo a nação aos perigos e calamidades que estão na previsão de todos.”¹⁰⁴ Era como se o ministério chefiado por Rio Branco lançasse um “facho incendiário no meio da sociedade brasileira, procurando eliminá-la do conselho das nações”.¹⁰⁵ Afinal, como todos eles sabiam, e como questionaram com um incrível poder de síntese os fazendeiros de Cantagalo:

A emancipação do elemento servil (...) é a mais profunda reforma do nosso estado social, porque estende sua ação por toda a esfera econômica por causa do trabalho, e por toda a esfera moral por causa da grande alteração das relações legais e tradicionais da nossa sociedade. Como seria possível derrubar um edifício encravado entre outros, que sustenta e porque é sentado, sem destruir tudo à roda dele?¹⁰⁶

A escravidão, na concepção destes senhores, portanto, estava arraigada e enraizada na tessitura social do país. Representava, particularmente a partir do uso na agricultura, a mais importante faceta econômica do Brasil. Era o que permitia ao Império ser civilizado, ser nação, isto é, estava na própria essência do Estado nacional, sendo, por isso mesmo, indissociável dele e da classe senhorial escravista que se formou

¹⁰⁰ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Vassouras a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 25 de julho de 1871, p.2.

¹⁰¹ Cf. *Representação do Corpo comercial do Rio de Janeiro a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 29 de junho de 1871, p.2.

¹⁰² Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Cabo Frio a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 22.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Cf. *Representação dos fazendeiros da freguesia de Santa Bárbara do Monte Verde a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 21.

¹⁰⁵ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Juiz de Fora a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 9 de agosto de 1871, p.2..

¹⁰⁶ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Cantagalo a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 26 de julho de 1871, p.2.

historicamente de modo conjunto ao Império brasileiro.¹⁰⁷ Intervir na escravidão, desmoralizando os senhores, dismantelando as relações dominiais, insubordinando os escravos e perturbando a produção, rompia um ciclo de convivência e proteção de quase quatro décadas com a instituição¹⁰⁸ e significava por em risco tudo aquilo que sustentava o país: a agricultura escravista gerida pelos maiores produtores de café do globo. Era o próprio Império e não apenas os senhores peticionantes de 1871 que corriam risco. Argumento poderoso, mas que, contra a plataforma dos fazendeiros, não surtiu efeito.

Soluções propostas

O receituário dos barra-mansenses para encaminhar a questão servil, como mencionado acima, mudou entre a representação que circulou na imprensa e a que efetivamente chegou ao Parlamento brasileiro. Na primeira, o melhor sistema vislumbrado por estes fazendeiros era a declaração de “liberdade geral e simultânea (...) findo um prazo mais ou menos longo”. Legislando desse modo seria possível evitar os inconvenientes do ventre livre, isto é, a desigualdade entre os escravos, o ônus de criação do liberto e a “esmagadora e humilhante” vigilância constante do Estado. Além disso, os representantes eleitos teriam tempo para “organizar uma legislação previdente e cautelosa das furtivas relações entre o patrono e o liberto”.¹⁰⁹

Na representação entregue ao poder legislativo a “liberdade geral e simultânea” foi substituída por um conjunto, pouco desenvolvido e explicado pelos peticionantes, de medidas indiretas. Entre elas estavam: a criação de um capital de remissão anual composto pela meia siza dos escravos, o estabelecimento de “loterias com especial aplicação”, a concessão de “favores aos senhores que libertarem certo número de seus escravos” e a apelação para as “associações emancipadoras organizadas dentro do Império ou fora dele”. Fora dessas medidas indiretas, que deveriam ser devidamente estudadas, os fazendeiros declararam que não viam “outra senão a declaração da liberdade geral e simultânea em todo o Império, findo um prazo mais ou menos

¹⁰⁷ Cf. Ilmar Rohloff de Matos. *O Tempo Saquarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1987. Cf. tb. Ricardo Salles. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. São Paulo: *Almanack*, n.4, nov. 2012.

¹⁰⁸ Cf. Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁰⁹ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 17 de Junho de 1871, pp.2-3.

longo.”¹¹⁰ Em ambos os textos, contudo, ficava clara a preocupação com a falta de dados censitários acerca da população escrava, o que, para estes fazendeiros, demonstrava de modo claro que o projeto não deixava “de ser antecipado, prematura, e, releve-se-nos a ousadia, incompatível com as correntes condições da nossa sociedade, nimiammente perigoso e improvisado”.¹¹¹

De um modo geral, o que os peticionantes propuseram assemelha-se muito à fórmula que os resendenses encontraram para expressar seu pensamento: “Todos os lavradores deste município, liberais e conservadores, pensam uniformemente nesta questão, e se acham unidos. *Querem emancipação, mas sem precipitação. Querem emancipação, mas conciliando-a com respeito devido à propriedade e segurança individual, e com os interesses da lavoura, principal, ou antes, única fonte de riqueza*”.¹¹² Pela fórmula “querem a emancipação, mas sem precipitação”, os senhores aproximavam-se, no plano discursivo, da filantropia e justeza embutida na ideia do fim da escravidão, mas, ao mesmo tempo, afastavam-se da ação imprudente e precipitada do governo que não calculava os efeitos colaterais que o projeto de 12 de maio continha. Isto é, o ministério cuidava apenas da emancipação e não tinha nenhum senso de preocupação com o Império brasileiro. Dado o enraizamento social da escravidão no Brasil, postulavam, qualquer medida que tendia a extingui-la não deveria ser levada a cabo de chofre, sem estudos e profunda meditação, pois isso implicaria num profundo abalo do Império. Foi certamente com isso em mente que os senhores propuseram soluções alternativas que, segundo eles, não abalaria de modo indelével o país como o ventre livre o faria. No fim das contas, ao longo do segundo movimento peticionário reiterou-se a perspectiva dos fazendeiros de Valença de que, se alguma medida voltada à emancipação fosse tomada, ela deveria partir da classe agrícola que lidava cotidianamente com os escravos. Numa frase, se houvesse a necessidade indeclinável da emancipação, o controle do processo tinha que estar nas mãos dos fazendeiros.

Assim argumentaram os fazendeiros de Campinas ao acionarem a metáfora da pedra no cume da montanha:

¹¹⁰ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Barra Mansa a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 1.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Resende a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 8. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de Julho de 1871, p.1. Grifos meus.

Já que se abriu esse rochedo descomunal, há tanto tempo cravado e consolidado no cume da montanha, se é destino nosso ser espectadores apreensivos dessa queda vertiginosa, vós operários do progresso refletido, em cujos ombros pesa a imensa responsabilidade de arruinar ou salvar uma situação, não o deixeis desprender-se ao acaso ou impelido de modo violento e inconsiderado. Caia, mas caia sem estrondo e sem fracasso; tracem-lhe o caminho por onde tem de passar, e não esmague em sua carreira formidável muitas vítimas inocentes de seu desprendimento! Se a ideia capital do projeto tem fatalmente de ser posta em lei, apesar do pronunciamento geral dos agricultores, então, ao menos, esperam os abaixo assinados que este projeto será muito modificado.¹¹³

A emancipação, de acordo com os peticionantes da praça comercial do Rio de Janeiro, não deveria ser feita as pressas, sem estudos prévios e sem a consulta da nação, para não “precipitar o Império na desgraça e na miséria”. A prudência aconselhava a não intervenção na gerência escrava de modo que o “nobilíssimo movimento das manumissões”, prova de que a lavoura estava “sinceramente resolvida a cooperar com a eficácia para a regeneração do elemento servil”, continuasse. Além disso, eram necessárias medidas preparatórias como, por exemplo, a instalação de linhas férreas nas “regiões fecundas do interior”, que deveriam ser preenchidas com colonos. Portanto, respeitando a gestão escravista que bondosamente manumitia seus escravos, construindo ferrovias pelo interior fecundo e colocando colonos para cultivar essas terras “a emancipação bem cedo se consumará naturalmente, sem grande abalo e no meio dos aplausos de toda a nação”.¹¹⁴

Para os ituanos era indispensável a realização do recenseamento da população escrava e “de um grande inquérito” para consultar a lavoura “que sempre sofredora, se mostrará generosa como em todos os tempos em que o Estado tem-lhe pedido auxílio de braços e de dinheiro”. A consulta da opinião dos fazendeiros também foi lembrada pelos capivarianos, pois só assim a emancipação seria possível sem “abalar a autoridade dos senhores e nascer a desconfiança dos escravos contra estes”. Consultando a opinião agrícola, por intermédio das Câmaras municipais, “na sessão do ano vindouro (...) com mais conhecimento de causa e audiência dos interessados” a reforma poderia ser feita. O mesmo se deu em Indaiatuba, quando os fazendeiros adicionaram à consulta a lavoura a

¹¹³ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Campinas a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 13. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 16 de julho de 1871, pp.2-3.

¹¹⁴ A representação do corpo do Comércio foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 29 de junho de 1871, p.2.

necessidade de defesa do direito de propriedade e da autoridade dominial dos senhores.¹¹⁵

Segundo os subscritores da representação de Macaé, a partir de um fundo de emancipação, “com novos impostos que não recaiam exclusivamente sobre a lavoura”, seria possível a libertação anual de escravos “com o consentimento dos senhores”. No último dia do século XIX a escravidão seria extinta no Império, não sem antes indenizar os senhores pelos escravos de até 30 anos. Algo um pouco similar daquilo que Pimenta Bueno havia proposto no seu primeiro projeto de emancipação, mas com o acréscimo da indenização e da socialização das perdas por meio da ideia de impostos que recaíssem sobre todos para a composição do fundo.¹¹⁶

A prudência aconselhava o estudo atento da questão, o que não significaria o seu abandono, pois, de acordo com os cantagalenses na sua primeira representação, “todas as classes da sociedade e principalmente a lavoura promovem pelas manumissões voluntárias o adiamento da desejada solução”. A realização de um censo bem como o fornecimento “à lavoura de novos meios de suprir-se de trabalho” era imperativa de qualquer decisão. Deste modo, seria possível chegar “em uma série de anos, à substituição do trabalho escravo, respeitado sempre o direito de propriedade”. Isto é, se alguma coisa fosse feita, o governo não deveria se apressar e teria de fornecer uma alternativa ao trabalho escravo. A bem da verdade, o que eles argumentavam era que as manumissões dariam tranquilamente conta do recado, desde que não se criasse um novo direito por meio da intervenção nas relações entre senhores e escravos. A receita para o fim da escravidão, portanto, era nada fazer.¹¹⁷

Na sua segunda representação, os fazendeiros de Cantagalo ainda argumentaram que, uma vez que a questão veio à baila, o que representou “o mesmo que desencadear uma tempestade em campo nu e desabrigado”, ela deveria ser resolvida. No entanto, de forma “parcial, cautelosa, sensata, fechada dentro de limites do maior respeito para com

¹¹⁵ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Itu a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 13. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 10 de julho de 1871, p.2; *Representação dos fazendeiros do município de Capivari a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 12; *Representação dos fazendeiros do município de Indaiatuba a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 14.

¹¹⁶ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Macaé a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 31. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 20 de julho de 1871, p.2

¹¹⁷ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Cantagalo a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 21. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição de 28 de julho de 1871, pp.2-3.

a propriedade existente, equilibradas as exigências do presente com as aspirações do futuro (...) sem quebra alguma da força moral dos senhores, nem ofensa da disciplina”.¹¹⁸

Para os ubaenses era possível a confecção de “um projeto de lei que resolva a magna questão do elemento servil consultando-se a um tempo os interesses dos agricultores e as ideias filantrópicas”. Assim, o país seria salvo “do abismo, a cuja borda está”. Segundo eles,

todos os caminhos oferecem sinais, tem suas escabrosidades; os meios indiretos são morosos, e na atualidade resistem à pressão da propaganda estrangeira, a que se há se ceder por força; a emancipação do ventre trás consigo dificuldades práticas que o projeto do Governo se incumbiu de pôr em relevo; a emancipação imediata e de um só golpe faz lembrar as calamidades pelas quais em nossos dias passou a União Americana; a emancipação com prazo trará por certo também grande abalo e prejuízo; mas de todos os meios sugeridos é incontestavelmente este último o preferível, sendo ele acompanhado de medidas indiretas, promovendo o Governo quando em si caiba as alforrias e dando alento a iniciativa individual, indispensável nos países livres e que no grave assunto que atualmente ocupa o país inteiro se há ostentado tão vigorosa e digna de admiração e encômios.¹¹⁹

Sem dizerem se esta emancipação com prazo deveria ser realizada mediante indenização, algo que possivelmente esperavam, diante de sua inevitabilidade era melhor que ela não acarretasse as consequências do projeto do ventre livre. Outra medida deveria substituí-la, como, por exemplo, alguma que talvez desse mais tempo de vida ao cativo.

Essa preocupação com uma sobrevida da escravidão acabou sendo, de um modo geral, a consequência última dos “projetos substitutivos” ao ventre livre que os fazendeiros de Santo Antônio de Pádua, Sabará, Saquarema e Itapemirim compuseram. Os primeiros propuseram, em sete pontos, um lento sistema: a emancipação ocorreria num prazo de 30 a 50 anos quando, então, o governo nomearia lavradores nas províncias e vilas, que deveriam ir a todas as fazendas para listarem os escravos existentes de tal forma a indenizar os senhores. Ou seja, na melhor das hipóteses a

¹¹⁸ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Cantagalo a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 26 de julho de 1871, p.2.

¹¹⁹ Cf. *Representação dos fazendeiros da Cidade do Ubá a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 31.

escravidão terminaria apenas em 1901. Em Sabará, os peticionantes aconselhavam que, durante um prazo, não estipulado por eles, a escravidão deveria findar e os senhores seriam devidamente indenizados. Até lá haveria a possibilidade de libertar os escravos existentes também mediante indenização. O dinheiro da indenização seria proveniente de um imposto de 1:000\$000 sobre cada escravo maior de 12 anos (os senhores seriam obrigados a matriculá-los), da meia siza e de loterias gerais e provinciais. Colocando as escravas entre 15 e 49 anos e os recém-nascidos, respectivamente no primeiro e no último lugar da preferência para a liberdade, o sistema desses fazendeiros dificultava as possibilidades de reprodução entre os escravos, na contrapartida de privilegiar a produção das fazendas. Pensava apenas no curto prazo, estava prenhe de contradições.

Segundo os fazendeiros de Saquarema, antes de qualquer coisa, a realização da matrícula dos escravos era indispensável. Depois de realizada a matrícula, as medidas preparatórias (recolhimento e educação dos libertos, corrente de imigração, fundo de emancipação) tomariam “um prazo não longo de cinco a dez anos” para serem implementadas. “Findo o prazo”, continuavam,

decreta então a liberdade do ventre, ou outra medida que dê o resultado da emancipação gradual. Já a esse tempo estará o Governo preparado para pôr em prática essa ideia capital de seu projeto, e estarão também os fazendeiros preparados para auxilia-la, não tendo de quem se queixarem si o não estiverem. Dez, quinze, vinte anos depois, quando essas medidas tiverem sortido seu natural efeito de reduzirem o número atual dos escravos ao terço ou a metade, será sempre fácil e oportuno aos poderes públicos decretarem medidas mais adiantadas e talvez logo a libertação total dos escravos existentes.¹²⁰

Em Itapemirim, na província do Espírito Santo, os subscritores escreveram a única petição que afirmava que o braço livre era “o mais competente para tirar maior e melhor partido das máquinas e inventos modernos”. Isto é, ligavam de forma estanque a mecanização da lavoura à necessidade do trabalho livre. Contudo, nem mesmo eles apoiavam o projeto do governo, pois ele colocava em incerteza a lavoura e fazia “vacilar o direito da propriedade escrava por tal forma que o mais leve sopro de insurreição o desconhecera”. Assim, apresentaram “ideias gerais” dispostas em seis “artigos-base” com vistas a substituir o ventre livre. Essencialmente não havia, com uma única exceção, nada de novo: efetuação da matrícula dos escravos (com prazo de

¹²⁰ Cf. *Representação dos fazendeiros da Villa de Saquarema a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 20.

dois anos para todo o Império, com exceção das províncias de Goiás, Mato Grosso e Amazonas, onde o prazo seria de três anos); emancipação anual de 4% dos escravos existentes, com preferência aos do sexo feminino; o último dia do século XIX como a data em que todos os escravos remanescentes, mediante indenização, seriam alforriados, completando assim, a abolição brasileira. Para cobrir os gastos dessa indenização, aí está a novidade, além daquilo que estava apontado no terceiro parágrafo do projeto ministerial, deveria ser criado um imposto anual, que recairia sobre todos os habitantes do Império, incluindo “estrangeiros e escravos que forem passando à condição de libertos”¹²¹

Em suma: todos os fazendeiros consideravam inescrupulosa a tentativa de abolir a escravidão no Brasil sem nenhuma consulta aos senhores, que seriam os mais lesados em qualquer medida nesse sentido. O mesmo pode ser dito acerca do respeito à propriedade: respeitá-la significava indenizar os senhores que seriam desapropriados de parte substancial de seus bens. O problema é que a indenização proposta pelo Estado não era a esperada pelos fazendeiros: estes a queriam na forma monetária, aquele a oferecia pelo tempo de serviço dos nascidos depois da lei. Contrariando todas as palavras do parecer da comissão especial de 1871, era de comum acordo entre os proprietários que a realização de um recenseamento geral para toda a população escrava no Brasil não era uma perda de tempo e deveria ser a etapa inicial qualquer que fosse o rumo a ser tomado pela emancipação. Alguns manifestavam grande preocupação com a falta de braços à lavoura, uma das consequências, segundo os peticionantes, do projeto de liberdade do ventre. Outros procuravam socializar as perdas ao proporem a criação de novos impostos que recaíssem sobre todos afim da composição de um fundo emancipador. Nas tentativas de projetos esboçados em algumas representações sobressaía o esforço de conseguir sobrevida ao cativeiro prolongando-o, no mínimo, até 31 de dezembro de 1899. Mas, para o brado da lavoura aqui analisado, nenhuma solução foi a mais recorrente entre os fazendeiros do que aquela expressa na forma “emancipação, mas sem precipitação” elaborada pelos fazendeiros de Resende. Nesse sentido, os vassourenses, na luta contra a liberdade do ventre escravo, ofereceram mais uma condensação do pensamento senhorial e, certamente, do paternalismo como expressão da ideologia de dominação escravista. De acordo com eles, não era necessário conferir direitos e garantias aos escravos

¹²¹ Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Itapemirim a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 76, Maço 3, Pasta 34.

porque diariamente estão eles conquistando tantos favores dos seus senhores, como *jamais se viu em país algum de escravaria*, e que mais cedo ou mais tarde, por meio de uma *hábil direção governamental*, se traduziriam em *uma emancipação, lenta é verdade, mas livre dos perigos que ameaçam degenerar-se em desenfreada anarquia*.¹²²

De todos os países que conheceram a infame instituição do cativo, eis o fundamento da ideologia escravista, apenas no Brasil os escravos eram humanamente gerenciados, tinham livre acesso ao pecúlio e à formação de famílias e eram frequentemente manumitidos. Essa generosa administração senhorial, se habilmente dirigida pelo governo, algo que definitivamente não estava sendo feito pelo visconde do Rio Branco, levaria “mais cedo ou mais tarde” à emancipação no Império. O tempo que isso levaria a concretizar-se não importava, os escravos poderiam continuar um tempo a mais na condição servil e fazendo a fortuna dos fazendeiros, afinal, recebiam um tratamento largamente generoso. O que de fato convinha era que a ordem na lavoura e, conseqüentemente no país como um todo, fosse assegurada. Se se quisesse a emancipação dos escravos o Estado brasileiro não deveria intervir na soberania doméstica dos senhores. O receituário para um fim da escravidão sem perturbação era, portanto, nada fazer. “Emancipação, mas sem precipitação” significava, no fundo, a reiteração do famoso parecer lavrado em 1853 no Conselho de Estado, que estabeleceu os parâmetros limítrofes da intervenção do poder público nos rumos da escravidão.¹²³ O que estava em jogo, assim, era a administração do tempo vindouro, algo que, evidentemente, não passou batido aos deputados.

¹²² Cf. *Representação dos fazendeiros do município de Vassouras a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 26. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 22 de julho de 1871, pp.1-2, *Jornal do Commercio*, edição de 25 de julho, p.4. Grifos meus.

¹²³ Cf. Tâmis Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*, pp.287-303.

Capítulo 4 – O Vale contra o Império

No dia 10 de julho de 1871, quando estava previsto para começar o debate em torno do projeto de 12 de maio, as galerias da Câmara estavam apinhadas de espectadores curiosos quanto aos rumos que a discussão tomaria e quais os impactos que recairiam sobre o gabinete Rio Branco.¹ Foi Ferreira Vianna quem primeiro dirigiu-se à tribuna e tomou a atenção da Câmara. O deputado pelo município neutro argumentava que, ao colocar em discussão o projeto de 1871 e não o de 1870, o poder executivo estava se sobrepondo ao legislativo. Para assinalar os efeitos adversos dessa situação, Vianna utilizou o exemplo do caso francês, onde o governo pessoal de Luís Bonaparte, fruto da restauração do Império, em 1852, destruiu o país levando-o à Comuna de Paris. Resultado totalmente diferente ocorria na ausência da intervenção do executivo; o regime representativo inglês, no juízo do deputado, comprovava isso. Na Inglaterra, cuja história era “a resistência continua do Parlamento contra a propensão de invasão do poder executivo”, havia a garantia do equilíbrio e da solidez do regime político. Na percepção de Ferreira Vianna, o Brasil, ao ter o projeto de 12 de maio imposto pelo poder executivo, trilhava o caminho francês. Contudo, isso era simples de ser evitado: bastasse que fosse levada à discussão a peça elaborada pela comissão especial de 1870. Assim, Ferreira Vianna levou à mesa um requerimento pela preferência do projeto elaborado pela Câmara.

O que motivava o deputado não era apenas a defesa da iniciativa parlamentar. Em primeiro lugar, colocar o requerimento para ser votado atrasaria a discussão da liberdade do ventre, que não ocorreria até que o requerimento de preferência fosse debatido e votado. Segundo, discutir o projeto do governo implicava igualmente a discussão do parecer da comissão especial de 15 de maio de 1871 e, na avaliação de Ferreira Vianna, os princípios religiosos pró-abolição contidos neste documento eram altamente perigosos, pois poderiam germinar e engendrar outras reformas. Enquanto o governo não debelasse esses princípios, “nenhum proprietário de escravos ficará tranquilo, porque sabe que com eles não se irá somente a libertação do ventre, poder-se-á decretar amanhã a abolição imediata”. Esses princípios foram inclusive atacados na imprensa por meio de um protesto das “comissões do comércio e da lavoura”, embrião

¹ Cf. *A Reforma – Órgão democrático*, edição de 11 de junho de 1871, p.1.

do futuro Clube da Lavoura e do Comércio, que, dias depois, como visto, compôs e enviou sua representação contra o ventre livre.²

O visconde do Rio Branco, certamente impacientado com o requerimento, declarou que se sentia novamente na discussão do voto de graças, e que Ferreira Vianna apenas procedia daquele modo pois ele e seus aliados não queriam “afrontá-la [a proposta] de frente, aceitando o debate no seu verdadeiro terreno”. Como a oposição escravista repelia ambos os projetos, o objetivo do requerimento de preferência era um só: os emperrados almejavam saber se teriam maioria para rejeitar o projeto. Por esta razão, o visconde pediu para que abandonassem “esses adiamentos sem fim” e que fossem logo à discussão da reforma. Recuperando o que havia dito meses antes, o presidente do conselho reiterou que a iniciativa do poder executivo era legal e não impositiva. Já havia ocorrido no regime inglês, citado por Ferreira Vianna, e mesmo no Brasil, onde houve outros casos de projetos da Câmara que foram substituídos por projetos do governo. “Se temos precedente, para que estas questões de preferência (...) se não para consumir tempo precioso?” Tempo era realmente algo precioso. Amparado no regimento da Câmara, o visconde sabia que, quando uma proposta do poder executivo era discutida entre os deputados, ela tinha apenas duas das três discussões reservadas aos projetos concebidos dentro da Casa Temporária. Assim, a escolha do projeto de 12 de maio não era apenas porque o ministério acreditava que a sua proposta era preferível a de 1870. Com uma discussão a menos, colocar o projeto ministerial para debate significava um ganho de tempo, uma aceleração da possível aprovação da legislação antiescravista. Com efeito, o afamado diplomata do Império parecia ter pressa em transformar a proposta do ventre livre em lei e o requerimento de Ferreira Vianna de fato não era um elemento colaborativo.³

José de Alencar, depois de discordar de que os escravistas fugiam à discussão como o debate do voto de graças, segundo ele, deixou claro, proclamou-se regozijado com as manifestações públicas que então ocorriam no país. Há anos ele não via

² O discurso de Ferreira Vianna não consta nos anais parlamentares publicados, contudo, foi possível consultá-lo em *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 11 de julho de 1871, p.2. O protesto das “comissões do comércio e da lavoura” foi escrito no dia 7 de julho e contava com sete assinaturas, dentre elas as de José de Souza Breves. Cf. *Jornal do Commercio*, edição de 9 de Julho de 1871, p.3 e *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 9 de julho de 1871, p.2

³ Cf. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Capítulo IX, Artigo 156, pp.47-48. In: *Regimento interno da Camara dos Deputados acompanhado do Regime Commum, Constituição Política do Imperio, Acto Adicional, Lei de Interpretação, Lei de Responsabilidade dos Ministros e dos Conselheiros de Estado*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881. Cf. tb. ACD. Sessão de 10 de julho de 1871, Tomo III, p.82-85. Citações p.82 e p.83.

“despertar o espírito público com tanta força e vigor”. Alencar referia-se explicitamente ao movimento dos fazendeiros que, até aquele momento, havia endereçado cinco representações contra o ventre livre, afora os muitos anúncios de reuniões que estavam sendo realizadas com o mesmo fim. Mas isso não o impedia de ficar apreensivo com a proposta do governo. Sobre o requerimento de preferência, Alencar não concordava, integralmente, com Ferreira Vianna. No regime representativo era perfeitamente cabível a iniciativa partir do poder executivo. Mas, no Brasil, o poder executivo não se inspirava na opinião nacional, e os ministros, assim que chegavam ao poder, deixavam de lado as ideias que diziam representar. Foi precisamente o que ocorreu com Rio Branco e, por isso, a preocupação de Ferreira Vianna era válida. Ademais, quando Rio Branco, saído do Partido Conservador, passou a sustentar uma reforma do elemento servil, o país foi pego de surpresa. Não havia nenhuma agitação no Brasil até a abertura dos trabalhos legislativos daquele ano. O que havia era uma tendência natural ao fim da escravidão em virtude da “generosidade do caráter brasileiro”. Se não houvesse a intervenção governamental, a reforma se realizaria espontaneamente, “o que seria muito mais glorioso para nós”, mas o ministério esbulhava o país dessa glória para “fazer um troféu para... não direi para quem”. Andrade Figueira completou: “para o general da ideia”. Foi aí que Alencar começou, de modo velado, a atribuir ao imperador a pressão em direção à emancipação e a sugerir, sem citar nomes, que o correto era chamar o gabinete que havia iniciado a publicização da reforma, o que significava uma menção a Zacarias de Góis. O concatenamento das ideias foi, contudo, interrompido. Alencar declarou-se a favor do requerimento, o que não significava apoio a nenhum dos projetos, pois ambos continham a “funesta ideia” do ventre livre que poderia produzir “calamidades capazes de apavorar o próprio governo”.⁴

Depois de relembrar os acontecimentos do ano anterior e da discussão do voto de graças, Teixeira Júnior demonstrou o quão próximo eram os projetos de 1870 e 1871. Algo que só aumentou com as emendas oferecidas a este último pela comissão de 15 de maio, pois atendiam em partes aos reclamos que Teixeira Júnior havia feito à peça ministerial. Portanto, se se tratavam de projetos idênticos, não fazia sentido algum o requerimento de preferência, ainda mais porque os propugnadores da preferência, como todos sabiam, não aprovavam as ideias contidas em nenhuma das propostas. Por fim, Teixeira Júnior apontou que Alencar, ao sugerir que a ideia da emancipação era da

⁴ Cf. ACD. Sessão de 10 de julho de 1871, Tomo III, pp.85-89. Citações p.86 e p.87.

coroa, apenas queria desmoralizar a reforma e seus apoiadores, incutindo “no espírito público a sugestão de que todos os sustentadores desta reforma (...) são apenas servos humilíssimos do poder irresponsável a quem não ousam afrontar”. Os prognósticos que ele traçara no ano anterior pareciam estar se cumprindo e, ao invés de ajudar a realizar a reforma de modo a tranquilizar a lavoura, a dissidência conservadora apenas instigava a classe agrária com infundadas calamidades que adviriam da emancipação. Assim, a preferência que Ferreira Vianna requeria era tão somente “uma arma de guerra para hostilizar a reforma.”⁵

Se os espectadores que estavam na Câmara certamente frustraram-se pelo fato do primeiro dia de discussões sobre a liberdade do ventre ter sido dispendido com um requerimento, e que afinal foi rejeitado no dia seguinte⁶, essa mesma sessão de 10 de julho pode ser apreciada pelo historiador como o prelúdio dos debates seguintes. A identificação que Alencar fez entre as representações e a opinião nacional, a louvação do caráter brasileiro, a tentativa de protelação de Ferreira Vianna e seu prognóstico de uma abolição imediata, a voracidade com que Rio Branco pretendia administrar o tempo, o pensamento, já expresso por Teixeira Júnior no ano anterior, de que urgia a necessidade de dirigir a emancipação para poupar a lavoura nacional, foram, com efeito, os principais pontos que perpassaram a intensa disputa parlamentar de 1871. Compreendê-los na inter-relação com a ação política dos fazendeiros, estudada nos dois capítulos anteriores, é o objetivo das páginas seguintes.

A opinião nacional em disputa

Tão logo se iniciou a discussão em torno da liberdade do ventre, formou-se uma clara divisão no Parlamento. De um lado, a maioria dos deputados e Senadores alinhados ao gabinete passou a justificar a reforma, pois, segundo eles, a opinião pública do Império a respaldava. Para eles, o melhor meio de enfrentar o cenário coevo era a direção da emancipação da escravidão num longo e controlado processo. Por outro

⁵ Cf. ACD. Sessão de 10 de julho de 1871, Tomo III, p.89-92. No dia 30 de Maio, Teixeira Júnior havia declarado que não concordava com o pecúlio sem o consentimento do senhor e com a constante intervenção estatal nas relações entre os escravos e seus senhores, pontos consagrados no projeto de 12 de maio e que o deputado afirmava que lutaria contra. A comissão de 15 de maio, ao emendar o projeto, estabeleceu que o escravo só poderia trabalhar para gerar pecúlio com o consentimento do senhor; contudo, não estendeu esse consentimento para os legados e doações que porventura o cativo recebesse. Cf. ACD. Sessão de 30 de Maio de 1871. Tomo I, p.132. e Parecer da comissão de 1871 in *A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*, Brasília: Senado Federal, 2012, 2 vol., v.1, pp. 466-513.

⁶ Cf. ACD. Sessão de 11 de julho de 1871, Tomo III, p.94.

lado, uma feroz minoria, os chamados “emperrados”, sustentava que a opinião da lavoura do centro-sul, materializada nas petições ao Parlamento, era nada mais do que a manifestação da opinião nacional, irradiada a partir das mais importantes províncias do país. Frente a essa leitura do quadro nacional, para este grupo, o mais sensato era atender ao reclamo dos peticionantes.

É possível dizer que a disputa dos deputados em torno do que seria a opinião pública começou ainda no debate do voto de graças quando João José de Oliveira Junqueira, deputado baiano, sustentou a ideia de que a emancipação dos escravos era uma “aspiração nacional”. Quando o debate do ventre livre iniciou-se de fato, Junqueira reiterou a tese, mas limitou-se a dar exemplos concretos da província que representava e da qual seria mais tarde presidente. De acordo com o deputado, alinhado com Rio Branco, o projeto de emancipação não levantava oposição na Bahia, apesar da “grande riqueza agrícola” e da “grande cópia de escravos”. Isso ocorria, pois lá havia a consciência de que a proposta, “respeitando a propriedade atual, mas lançando os fundamentos da libertação da futura geração, provê de remédio a um grande mal social, e estabelece o esteio sólido em que o Brasil há de ficar permanentemente”. Ademais, “a província (...) tem confiança no governo, nos altos poderes do Estado; ela sabe que a questão não há de ser resolvida senão de um modo condigno e muito prudente”. Complementava isso a existência de sociedades abolicionistas, como a Libertadora Sete de Setembro, a Abolicionista Comercial, a Humanitária Abolicionista, a Treze de Março, e a Vinte e Cinco de Junho, citadas por Junqueira, que provavam com todas as letras que “a ideia da emancipação dos escravos, sem abalo da atual indústria agrícola, existe em grande parte da população da minha província”.⁷

Esse quadro destoa muito da reação suscitada pela reforma do governo no eixo Rio-Minas-São Paulo, sugerindo certa diferença entre as regiões do Império quanto ao futuro da escravidão. Diferença que não fugiu a Perdigão Malheiro, ao levantar um debate em torno da distinção entre o norte e o sul do Império. O argumento será explorado mais adiante, contudo cabe um breve esboço: Malheiro ponderou que as províncias do sul do Império tinham um maior número de escravos e contribuía muito mais para a economia nacional e as rendas públicas do que as províncias do norte. Se alguma medida tendente à emancipação fosse discutida, a região sul deveria ser

⁷ Sobre o debate do voto de graças, cf. ACD. Sessão de 29 de Maio de 1871. Tomo I, p. 112. ACD. Sessão de 30 de Maio de 1871. Sobre as declarações acerca da Bahia cf. ACD. Sessão de 11 de julho de 1871, Tomo III, p.103.

consultada. Assim, não era sem razão que daquele canto do país saíam as representações contra a proposta, “todas sem cor política, perfeito acordo entre liberais e conservadores”, uma legítima manifestação da opinião pública, que, no entanto, estava sendo extensivamente ignorada pelo governo. Depois de questionar se o gabinete resistiria à manifestação da lavoura, concluiu:

Se insiste, então direi, não há espírito público neste país que possa conseguir do governo a modificação de suas ideias, desde que nelas persiste; o governo faz timbre talvez de resistir à opinião. (*Apoiados*) Não é este o sistema que eu desejo no meu país; neste ponto sou inglês; que caminhemos de modo que a opinião pública seja rainha como na Inglaterra.⁸

Se Junqueira, em sessão anterior, demonstrou que a Bahia era favorável à emancipação, o deputado não se atreveu a estender de modo claro essa realidade a todo o país, como ele deixou entrever no início do ano. Esse malabarismo discursivo, porém, coube a Malheiro. Nascido em Minas Gerais, advogado, juiz, jurisconsulto, deputado e senhor de escravos, Malheiro⁹ equivalia o interesse regional da bacia do rio Paraíba do Sul e de seus prolongamentos no Centro-Sul à manifestação da opinião de toda a nação, estendendo as demandas específicas dessa área, notadamente a não intervenção estatal na administração da escravidão, expressa nas representações contra o ventre livre, para o Império em geral. O modo de proceder não era inédito. Ocorreu igualmente na intensa luta pela reabertura do tráfico de escravos na década de 1830, quando o interesse da mesma região se sobrepôs decisivamente ao interesse nacional, por intermédio dos saquaremas, como, por exemplo, Eusébio de Queirós, cunhado de Perdigão Malheiro, e ganhou foros de defesa da soberania política brasileira. Mesmo a supressão efetiva do tráfico, em 1850, não significou uma derrota em estrito senso na defesa da escravidão. Muito pelo contrário: os mesmos políticos que lutaram pela reabertura do tráfico passaram a evitar no Parlamento discussões acerca do cativo, numa verdadeira “política da escravidão na era do pós-contrabando”, na qual a escravidão se transformou em “não-evento na agenda política imperial”.¹⁰

⁸ Cf. ACD. Sessão de 12 de julho de 1871, Tomo III, p.115.

⁹ Para os dados biográficos de Perdigão Malheiro veja-se Eduardo Spiller Penna. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005 (1º ed. 2001), pp.253-255 e Rogério Santana. *Perdigão Malheiro e a comparação histórica na crise da escravidão no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014, pp.31-32.

¹⁰ Cf. Tâmis Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*, pp.123-178 e pp.163-164, p.287 e p.301.

A política do gabinete Rio Branco, com efeito, acabava uma proteção indefinida ao cativo no Brasil. O ministro da agricultura, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, confirmou isso na tribuna. O advogado pernambucano¹¹, logo que teve oportunidade para rebater Perdigão Malheiro, deu maior desenvolvimento à perspectiva de Junqueira e apresentou o pensamento do gabinete. Segundo ele, o autor dos três volumes d'*A escravidão no Brasil* estava equivocado. A opinião pública não era contrária, mas favorável à emancipação; o gabinete, quando levou ao Parlamento a proposta de liberdade do ventre, tão somente obedecia aos anseios gerais da nação. O projeto do governo atendia satisfatoriamente a demanda pátria, pois, caso aprovado, complementaria o diploma de 1850, “prologo da emancipação servil”, cessando “uma das fontes que alimentava a instituição servil” ao estancar a reprodução social da escravidão no tempo.

Depois de desafiar os parlamentares a duvidarem “do espontâneo desenvolvimento da opinião pública”, o ministro citou relatórios de presidentes de províncias que contavam com notável convicção da necessidade de um encaminhamento do fim da escravidão. Para dirimir qualquer dúvida, Theodoro reconhecia que os presidentes eram “delegados do governo geral”, e que, portanto, convinha conferir se nas assembleias provinciais o mesmo era observável. A resposta, para o ministro, era positiva. Com a exceção de cinco províncias, todas as demais, “desde a Bahia até Goiás, em suas leis anuais de 1868 em diante tem votado diversas consignações com o fim especial de promover-se a manumissão de escravos”. Acompanhando “a opinião de todo o Império”, como vozeou o deputado Benjamim em aparte, o que o governo almejava era que o Parlamento se harmonizasse com “o espírito público das províncias, dando solução a uma questão que as preocupa”.¹² Por outro lado, a opinião dos fazendeiros pouco interessava ao ministro e a mobilização deles, que pouco a pouco foi se transformando no maior movimento peticionário até então da história do Império, e que naquele momento havia endereçado 12 representações ao Parlamento, foi categorizada como uma “excitação de momento” de “alguns municípios”, do Rio de Janeiro e São Paulo, incapaz de demover o ministério Rio Branco do seu propósito em aprovar a legislação escravista. A opinião da lavoura do Centro-Sul, claro estava ao ministro, não poderia ser confundida com a opinião do país.

¹¹ Sobre Theodoro Machado cf. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, v. VII p.257.

¹² ACD. Sessão de 13 de julho de 1871, Tomo III, pp.126-129. Cf. tb. AS. Sessão de 11 de Setembro de 1871, p.106.

Em setembro, no Senado, o ministro foi ainda mais longe, naquele momento ao considerar por baixo que 22 representações tinham sido endereçadas ao Parlamento sentenciou em tom irônico: “tal é a estrondosa manifestação da lavoura do Brasil”.¹³

O gabinete cerrava os ouvidos aos fazendeiros do eixo Rio-Minas-São Paulo, pois dava atenção à outra demanda. Dos exemplos fornecidos pelo ministro da agricultura acerca de uma opinião favorável à emancipação, salta aos olhos o peso do Norte (com a exceção de Minas Gerais, as províncias citadas foram: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco), o que sugere a ocorrência de uma regionalização em prol da abolição do ventre. Desde o final da década de 1860, particularmente depois da radical reversão ministerial de 1868, quando os conservadores voltaram ao poder liderados por Itaboraí, passou a florescer pelo Império uma tímida, porém crescente convicção de que a escravidão deveria conhecer seu fim. A materialização disso pode ser constatada tanto nas ações emancipacionistas que Celso Castilho observou em Recife, quanto nas 25 associações abolicionistas que surgiram pelo país entre 1868-1871, contabilizadas por Angela Alonso: destas havia apenas duas no Rio, duas em Minas e duas em São Paulo.¹⁴ Assim, é possível compreender com maior clareza as asseverações do ministro da agricultura, cristalizadas na indagação certa:

quando o estado do país é este que descrevo, quando nenhuma representação é trazida a esta Câmara por parte de outras províncias do Império, e apenas se conhecem as de alguns municípios do Rio de Janeiro e S. Paulo, pretendem os nobres deputados que o governo as considere como a *última expressão da opinião pública de todo o Império?*”¹⁵

Os mais importantes proprietários de escravos do país, dentre os quais estavam os maiores produtores mundiais de café, umbilicalmente ligados desde o Regresso ao centro do aparelho burocrático imperial, imprimindo mesmo uma direção ao país,¹⁶ bradavam naquele momento para ouvidos que estavam ocupados demais escutando

¹³ Idem. p.130. Cf. tb. AS. Sessão de 11 de Setembro de 1871, p.108.

¹⁴ Cf. Angela Alonso. *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.39, pp.93-98 e p.429 (tabela 2). Cf. tb. Celso Thomas Castilho. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian political citizenship*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016, pp.22-52.

¹⁵ Idem. pp.130-131. Grifos meus.

¹⁶ Cf. Ilmar Rohloff Matos. *O Tempo Saquarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

outros clamores. Os tempos haviam mudado; os saquaremas pareciam ter perdido as condições de impor os rumos à nação.

Ademais, o ministro da agricultura não acreditava que a ação dos fazendeiros do Centro-Sul se espalharia pelas demais províncias, e ainda inquiria a razão pela qual a lavoura, que se manteve em silêncio no ano anterior, quando foi a lume o parecer da comissão de 1870, passou a se manifestar. O taquígrafo registrou diversos apartes, não sendo possível saber a réplica dos opositores da reforma, mas a resposta ao questionamento do ministro pode ser buscada na ação dos proprietários de escravos do Vale do Paraíba. Como visto anteriormente, os fazendeiros alegavam que, sob o gabinete Itaboraí, seus interesses repousavam tranquilos, pois sabiam que a propriedade escrava não seria contestada pelos poderes públicos, porém acabaram sendo pegos de surpresa com a ação do governo Rio Branco, ainda mais por ter ele saído do Partido Conservador. O resultado disso foi um abalo na confiança irrestrita e de longa data que eles depositavam no Estado brasileiro que, em última instância, os impeliu a se reunirem e manifestarem sua opinião.¹⁷

No entanto, para o ministro o caso era diverso. Nos seus termos: “não quero, nem posso perscrutar intenções alheias; pelo contrário as respeito; mas seja-me permitido observar que até pouco antes de se manifestar a dissidência, que tanto deploro, a nação esperava tranquilamente a solução da questão do estado servil.”¹⁸ Inaugurou-se, assim, a acusação da maioria da Câmara de que todas as representações contra o ventre livre eram frutos não da livre iniciativa dos fazendeiros, mas, sim, da recomendação da facção conservadora em oposição a reforma. Os dissidentes, por sua vez, protestaram com intensidade: além de ser uma acusação sem provas, desrespeitava-se a opinião da lavoura do Império e os fazendeiros eram tratados como marionetes dos deputados e senadores contrários ao projeto ministerial.¹⁹ Segundo José Calmon, por

¹⁷ Cf. Ata da primeira reunião do Clube da Paraíba do Sul. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 24 de Maio de 1871, p.1; *Representação dos fazendeiros do município de Pirai a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil*. ASF, Caixa 73, Maço 3, Pasta 17; A ata da reunião inaugural do Clube da Lavoura e do Comércio. Apud. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 17 de julho de 1871, p.1. Alguns deputados partilharam a ideia de que o país foi pego de surpresa pela ação emancipacionista do ministério. Cf. Monteiro de Castro. Sessão de 18 de julho de 1871, Tomo III, p.193. José Calmon. Sessão de 22 de julho de 1871, Tomo III, p.236. Barros Cobra. Sessão de 24 de julho de 1871, Tomo III, p.249. Perdigão Malheiro. Sessão de 26 de Agosto de 1871, Tomo IV, 295.

¹⁸ Cf. ACD. Sessão de 13 de julho de 1871, Tomo III, p.131.

¹⁹ A ideia de que as representações foram encomendas foi reiterada por Cardoso Menezes, ACD, Sessão de 14 de Julho de 1871, Tomo III, p.147; Corrêa de Oliveira, ministro do Império, ACD, Sessão de 17 de julho, de 1871, Tomo III, pp.176-177; Luiz Carlos, ACD. Sessão de 18 de Julho de 1871, Tomo III, p.188 e Rio Branco, AS. Sessão de 10 de Agosto de 1871, Volume 4, p.76. Por outro lado, foi vivamente contestada por Monteiro Castro, ACD, 18 de Julho de 1871, Tomo III, p.192; Souza Reis, ACD, Sessão

exemplo, o movimento havia se iniciado muito antes, com fazendeiros do Rio de Janeiro escrevendo a Teixeira Júnior, “que se colocara à frente da ideia”, pedindo-lhe que reconsiderasse o assunto da emancipação. De fato, a reunião que culminou na primeira representação ocorreu muito antes da dissidência emperrada se formar na Câmara.

“Que ideia faz o governo da nação brasileira?”, questionou José de Alencar logo na sequência. Era como se o ministério julgasse que a nação fosse “um rebanho que se dirige com um aceno”, um rebanho privado de independência individual a ponto de não reagir quando os “interesses máximos da sociedade” eram atacados. Para ele o projeto, se aprovado, traria a ruína das fortunas privadas e públicas, seria a destruição do país e o governo, não respeitando os fundamentos da riqueza particular fundada na escravidão, sustentáculo da economia nacional. A própria monarquia constitucional, enquanto regime político, corria perigo. Alencar, assim, dava prosseguimento à crítica que fizera nas *Cartas Políticas de Erasmo*²⁰, ao responsabilizar o imperador, influenciado por injunções externas, por colocar a questão na arena política. Tudo não passava, assim, de uma “conjuração do poder”, um “golpe de Estado” que desde 1867 estava sendo preparado “nas sombras”, e que iria “firmar o absolutismo no país ou antes desmascará-lo”.

O gabinete acha-se amparado pelo único poder deste Império, por aquele que o estrangeiro chama ingenuamente dono e senhor da terra. O governo sente-se em graça; ele tem consciência de que é uma arma necessária na mão que ata e desata os nossos destinos; que é o arauto de um conquistador, que marcha à conquista de glória prometida.²¹

Alencar invertia, assim, a crítica do ministro da agricultura: autômatos não eram os fazendeiros, mas os membros do ministério que obedeciam a vontade do monarca. O imperador em pessoa, buscando as glórias prometidas pela Junta Francesa, impusera a reforma escravista. Araújo de Góis protestou instantaneamente, mas Andrade Figueira redarguiu que ele era o único que assim fazia.

de 21 de Julho de 1871, p.75; José Calmon, ACD, 22 de Julho de 1871, Tomo III, pp.238-240; Barros Cobra, ACD, 24 de Julho de 1871, Tomo III, p.257 e Gama Cerqueira, 1 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.9. Com efeito, não foi possível localizar provas concretas que indicassem que as representações contra o ventre livre tenham sido obra de encomenda dos emperrados.

²⁰ Cf. José de Alencar. *Cartas a favor da escravidão*. Organização Tâmis Parron. São Paulo: Hedra, 2008.

²¹ Cf. ACD. Sessão de 13 de julho de 1871, Tomo III, pp.135-136. Grifos meus.

No mesmo dia em que Andrade Figueira apresentou a petição do corpo comercial do Rio, a “primeira praça da América do Sul e de uma das mais importantes praças do mundo”, o visconde do Rio Branco entrou diretamente no debate. Compreendendo exatamente os termos em discussão, tratou de propor duas questões de suma importância. Havia “uma opinião pública no Brasil que queira a reforma do estado servil?” Se houvesse, “como foi ela formada?” Para Rio Branco, essa opinião favorável existia e se manifestava tanto nos exemplos demonstrados pelo ministro da agricultura quanto na filantropia individual. A resposta à segunda pergunta constitui o ponto mais importante do discurso do visconde, pois, compreendido em conjunto com a fala do ministro da agricultura, fornece uma explicação coeva, saída de dentro do governo, para o impulso da emancipação na política imperial e nas ações da sociedade civil.²²

O chefe de gabinete demonstrou que os países do “mundo civilizado” foram, pouco a pouco, abolindo a escravidão de modo que apenas restaram os Estados Unidos, a Espanha e o Brasil como mantenedores da nefanda instituição. Devido às suas características institucionais, o primeiro país fornecia um “argumento muito forte em que se podiam [Brasil e Espanha] apoiar”, porém depois de uma guerra civil “que fez correr rios de sangue”, a república do norte pôs termo ao cativeiro. O Império Espanhol “não pode resistir a essa influência”, e em 1870 deu um passo em direção à emancipação tornando a abolição “um fato quase universal”. O que faltava para completa-lo? Que tivesse “também o seu fim no Brasil”. Assim, Rio Branco, do mesmo modo que faria Zacarias de Góes no Senado, colocou a Guerra Civil como o evento que incutiu nos contemporâneos a percepção de que não era mais possível manter indefinidamente o estado da escravidão. Se a abolição era iminente, urgia administrá-la do melhor modo possível e, para o gabinete, esse modo era o ventre livre.²³ Essa percepção foi ainda reforçada durante a Guerra do Paraguai, pois, segundo o visconde, “a permanência desta instituição odiosa no Brasil nos vexava e nos humilhava ante o estrangeiro”, era uma das causas mais influentes “das antipatias, das prevenções, e algumas vezes até do desdém, com que somos vistos nos Estados Sul-Americanos”, de tal forma que “os mais esclarecidos” que fizeram campanha no Paraguai voltaram ao

²² Cf. ACD. Sessão de 14 de julho de 1871, Tomo III, pp.143-144. Quando estava montando o ministério e buscando apoio entre os políticos, Rio Branco convidou Cotegipe para a pasta da fazenda, deixando claro que o gabinete trataria da questão da emancipação e que a opinião pública a Coroava. Cotegipe, apesar de manifestar apoio ao visconde, inclusive no Senado, não aceitou a pasta. Cf. Jeffrey Needell. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006, pp.279-280.

²³ Cf. Rio Branco, ACD. Sessão de 14 de julho de 1871, Tomo III, p.145. Cf. tb. Zacarias de Góes, ASF. Sessão de 4 de setembro de 1871, pp.29-30. Ver também nota 7 do capítulo 1.

Brasil “ardentemente desejosos de ver iniciada esta reforma”. Não era sem razão que os estadistas discutiam, desde 1867, a melhor forma de acabar com o cativeiro no Brasil. Frente ao quadro da crise mundial da escravidão, acrescido da experiência bélica no Cone Sul, a opinião pública brasileira pró-emancipação foi paulatinamente construída e as associações emancipadoras, a filantropia individual e os fundos votados em assembleias provinciais para a alforria dos escravos comprovavam isso, como bem informou o ministro da agricultura.²⁴

Assim sendo, Rio Branco pretendia demonstrar com todas as letras que a reforma emancipacionista proposta pelo governo que ele chefiava encontrava respaldo não apenas nos limites do Estado nacional brasileiro (conforme as ações da sociedade civil demonstravam), mas também pelo mundo afora (retirando do Brasil a pecha de único país escravista). Portanto, não era possível argumentar que o governo surpreendia o país com a proposta, como alegavam os fazendeiros nas representações enviadas ao Parlamento, nem tampouco acusar o ministério de ser manipulado pelo imperador, como insinuou Alencar e vivamente concordou Andrade Figueira. Mesmo assim, de acordo com Capanema, o país não queria e não podia “querer a reforma do elemento servil pelo modo por que o governo a quer”, pois o país não podia “querer a própria ruína”, como completou Gama Cerqueira.²⁵ O país a que esses dois deputados se remetia era o Vale do Paraíba, mas o Vale não era o Brasil. O ministério compreendia isso:

O Sr. Visconde do Rio Branco: - Os horizontes da vossa opinião pública nem ao menos abrangem a província do Rio de Janeiro, de Campos até Parati! (*Muitos apoiados*).

O Sr. Andrade Figueira: - Esperem, esperem...

O Sr. Cardozo de Menezes: - É preciso que vão as encomendas daqui.²⁶

Frente à promessa de que o movimento peticionário dos fazendeiros aumentaria, Cardozo de Menezes reiterou a acusação do ministro da agricultura de que as representações eram encomendadas pela oposição escravista. Não obstante, as reuniões de lavradores estavam a todo o vapor e começavam a alcançar a Zona da Mata mineira e o planalto paulista. No entanto, de acordo com Rio Branco, “o norte está tranquilo, e

²⁴ Cf. Rio Branco, ACD. Sessão de 14 de julho de 1871, Tomo III, pp.145-146. Cf. tb. Zacarias de Góes, ASF. Sessão de 4 de setembro de 1871, pp.29-30.

²⁵ Cf. ACD. Sessão de 17 de julho de 1871, Tomo III, p.166. Cf. tb. Souza Reis. ACD. Sessão de 21 de Julho de 1871, Apêndice, p.72.

²⁶ Cf. ACD. Sessão de 14 de julho de 1871, Tomo III, p.147.

também *quase todo* o sul”, ou seja, a opinião de uma parcela do Império, basicamente os fazendeiros dispostos ao longo da bacia do rio Paraíba do Sul e adjacências, não poderia ser tomada como a opinião de toda a nação; a sua necessidade particular não poderia ser imposta ao país. Esses fazendeiros, segundo o chefe de gabinete, deveriam ficar “tranquilos”, pois “os verdadeiros interesses quer da nação, quer da classe agrícola” estavam sendo defendidos e respeitados pelo ministério. O ministério procurara equilibrar o isolamento internacional do Brasil com a crescente opinião pró-emancipação dentro do Império, resguardando os interesses da agricultura.²⁷

Em um dos muitos episódios de 1871, Antônio Prado, filho de abastada família paulista com fortuna havida pela exploração do trabalho escravo, então já proprietário da fazenda Santa Veridiana,²⁸ ficou furioso quando o ministro do Império, dentro da discussão do orçamento, asseverou que a dissidência não era minoria apenas no Parlamento, mas também “no país real”. O ministro ainda repetiu que o gabinete acompanhava os desejos da nação e que as representações não eram fruto de espontânea ação dos fazendeiros. O deputado paulista exclamou que tudo isso era uma “injúria (...) à classe agrícola”, e que até aquele momento não havia nenhuma representação, nenhuma manifestação nacional, a favor da proposta que tivesse chegado ao Parlamento.²⁹ Coincidência ou não, nove dias depois chegaram à Câmara três representações apoiando o projeto do governo. Nenhuma delas, no entanto, era assinada por fazendeiros. Duas eram de associações da Bahia, a Sociedade Libertadora Sete de Setembro e a Sociedade Libertadora Treze de Março, e foram entregues por Junqueira. A outra foi encaminhada por Paranhos e era subscrita pela Câmara Municipal de Campos dos Goitacazes. Quando Junqueira apresentou as petições, a justificativa era a de que elas eram endereçadas em protesto “contra o fato, de que se tem querido tirar argumento, isto é, do silêncio desta sociedade e de outras estabelecidas no país, quando a esta Câmara tem vindo representações em sentido contrário”. Em contrapartida, foi

²⁷ Idem. Grifos meus. Cf. tb. Alencar Araripe. Sessão de 18 de Julho de 1871, Tomo III, p.197.

²⁸ Em 1868, Antônio Prado ganhou de presente de seu casamento com Maria Catarina Costa Pinto a fazenda Santa Veridiana. A partir de sua administração, já na década de 1880, a fazenda tornou-se um modelo na província de São Paulo, tanto em termos de inovação quanto de produtividade. Cf. Mariana Pereira Horta Rodrigues. *Patrimônio rural do município de Casa Branca: 1830 - 1900*. Tese de Doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2010, pp.180-181. Sobre a produtividade da fazenda cf. Affonso de E. Taunay. *História do Café no Brasil. Volume Sétimo. No Brasil Imperial. 1872-1889 (Tomo V)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, p.170 e p.185.

²⁹ Cf. Sessão de 17 de Julho de 1871, Tomo III, p.176-177.

nesse mesmo dia que chegou à Câmara a representação do Clube da Lavoura e do Comércio.³⁰

Ao mesmo tempo em que a maioria relativizava o valor das petições, os emperrados rechaçavam as petições favoráveis. Um episódio com Alencar Araripe ajuda a compreender o caso. Contrapondo-se a Domiciano Matheus Monteiro de Castro,³¹ que afirmava com toda convicção que o país rejeitava a proposta, “e a prova aí está nesse grande número de representações vindas de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas, e se não houver atropelo, todo o Império há de manifestar-se em sentido contrário”, Tristão de Alencar Araripe, deputado por sua província natal, o Ceará,³² bradou que as representações não poderiam ser exibidas como argumento “de que a opinião pública do país condena a proposta do governo”, já que eram assinadas por “alguns lavradores de um ou outro município”. Vários apartes foram trocados e a discussão que se seguiu sugere que, após Araripe pontuar que poucos fazendeiros se mobilizavam, a oposição mencionou que das três petições favoráveis à proposta, nenhuma era assinada por fazendeiros, ou seja, eram de pouca importância para o que se discutia. Além disso, afirmavam que os membros da maioria da Câmara “não são capazes de apresentar uma representação com cem assinaturas a favor da proposta”. Se a maioria não era capaz disso, Araripe sentenciou que eles tinham “o voto nacional manifestado por todos os modos possíveis no sistema representativo”, a “legitimidade do mandato” os permitia aprovar a lei. Depois de julgar as representações “tão limitadas” em valor, Araripe foi categórico em dizer que a oposição da lavoura não era suficiente para impedir que a proposta seguisse adiante.³³

Segundo Gama Cerqueira, deputado por Minas Gerais pela segunda vez, o que a história demonstrava era o exato oposto disso. Se naquele momento o governo fingia “acolher as representações da lavoura e do comércio com desdenhoso sorriso, e as

³⁰ Cf. Sessão de 26 de Julho de 1871, Tomo III, p.193 e pp.272-273.

³¹ A família Monteiro de Castro era um ramo da família Monteiro de Barros. Enquanto esta se espalhou em influência e poder ocupando diversos cargos políticos e possuindo vastas propriedades em terras e escravos ao longo das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a família Monteiro de Castro circunscrevia-se sobretudo a região de Leopoldina em Minas. Cf. Maria Fernanda Vieira Martins. Família, estratégias e redes de poder em Minas Gerais (sécs. XVIII/XIX). *Acervo*. Rio de Janeiro, v.30, n.1, pp.121-139, jan./jun.2017.

³² Cf. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, v. VII pp.320-324.

³³ Cf. Sessão de 18 de Julho de 1871, Tomo III, pp.197-200. Infelizmente, entre vários apartes, o taquígrafo não conseguiu registrar o nome do deputado que falou contra as petições das associações emancipadoras. Souza Reis foi explícito ao tirar a importância delas haja vista que não assinadas por fazendeiros. Cf. Souza Reis. ACD. Sessão de 21 de Julho de 1871, Apêndice, p.72.

considera como manifestações de encomenda”, em outros momentos não foi esse o caso:

O finado marques de Paraná, julgou motivo bastante uma representação contrária do importante município de Vassouras, para fazer sobrestar na discussão de um projeto de reforma judiciária (...). Não pode também estar ainda esquecida a influência que em 1859, por ocasião da reforma bancária, exerceram sobre os poderes públicos do Estado as representações do importante corpo do comércio da corte.³⁴

Provavelmente Gama Cerqueira se referia ao debate que culminou, em 1860, na Lei dos Entraves que, em linhas gerais, condicionava a emissão de crédito à reserva de ouro, limitando, assim, a atividade financeira. A petição de Vassouras aludida pelo deputado ficou conhecida como o *Manifesto Vassourense*, documento que teve origem em 1855 num movimento dos fazendeiros de Vassouras, organizados por Joaquim José Teixeira Leite, em oposição à reforma judiciária do ministro Nabuco de Araújo, do gabinete Paraná. Do mesmo modo que em 1871, a agremiação dos fazendeiros havia deixado de lado, anos antes, as diferenças políticas.³⁵ Ademais, o cabeça do movimento que gerou o *Manifesto* também esteve presente no movimento peticionário de 1871, mas o efeito deste não parecia emular o daquele.

Ainda claramente oposto a Alencar Araripe, mas também ao argumento geral do ministério, estava o deputado pernambucano Joaquim de Souza Reis. Para ele, o fato das manifestações partirem do centro-sul do país não era indicativo de um posicionamento regional contra a proposta. Os proprietários de escravos e os comerciantes do país estavam em uníssono contra o ventre livre, defendendo interesses gerais, extensíveis a todo o território nacional. Era óbvio ao deputado que “os interesses do comércio na província do Rio de Janeiro não podem estar em oposição aos das outras provinciais, no que diz respeito a esta grande questão, e menos ainda os interesses dos agricultores das outras províncias aos da do Rio de Janeiro”. Assim, o silêncio das outras províncias não deveria de forma alguma ser tomado como sinal de “adesão à

³⁴ Cf. Sessão de 1 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.9.

³⁵ Sobre a Lei dos Entraves: Théo Lobarinhas Piñeiro. A Carteira Hipotecária do Banco do Brasil: os conflitos em torno do Crédito Agrícola no II Reinado. In: Elione Silva Guimarães e Márcia Motta. (Orgs.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, pp.41-62. Cf. tb. o trabalho recente de Gilberto Gornati. *Legislação Bancária no Brasil Império. O debate jurídico sobre a Função Bancária na década de 1850*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013, pp.90-99. Sobre o Manifesto Vassourense ver: Carlos Alberto Dias Ferreira. A reforma judiciária de Nabuco de Araújo e o Manifesto Vassourense (1854-1856). *Veredas da História*. Vol.2 – Ano II – n°1, 2009.

proposta”. Mesmo defendendo semelhante tese, ele foi o responsável por enviar ao Parlamento a única petição externa ao eixo Rio-Minas-São Paulo contra o ventre livre, a dos fazendeiros de S. Gonçalo do Una, freguesia do município de Rio Formoso, situado na Zona da Mata pernambucana.³⁶

Como todos os opositores da reforma insistiam que os fazendeiros deveriam ter sido ouvidos, Araújo Lima resolveu dedicar-se a este ponto. Para ele, “audiência” não queria “dizer acordo”. Se assim o fosse, os deputados não seriam “representantes da nação, investidos de mandato ilimitado, para promover o bem público, segundo as indicações” de sua consciência. “Se há nesta casa quem assim pense, rasgue o seu diploma, que nada exprime, e recolha-se à sua casa.” Isto é, Araújo Lima opunha-se vivamente ao mandato imperativo; além dos fazendeiros, “todas as classes do Brasil, que apoiam a grande proposta do governo”, tinham de ser ouvidas. Era precisamente isso o que o governo, no juízo deputado, fazia.³⁷

A despeito de toda a movimentação dos fazendeiros e de toda a retórica dos emperrados, o artigo 1º (a libertação do ventre da mulher escrava), pedra angular da reforma, foi aprovado numa tumultuosa sessão. Buscando uma explicação para a vitória do governo, que conseguiu o expressivo apoio de nada menos do que 62 deputados para a aprovação do artigo, os opositores reformularam o argumento da opinião pública: como a opinião real da nação era contrária ao projeto, o gabinete Rio Branco, a fim de garantir apoio no Parlamento, fabricou uma opinião pública que dava respaldo positivo à proposta. O ministério e a maioria, por seu turno, permaneceram impassíveis. Ninguém de suas fileiras se deu ao trabalho de rebater qualquer acusação sobre o tema; a vitória mais importante já havia sido ganha.

Já na sessão em que o artigo 1º foi aprovado, José Calmon Nogueira Vale da Gama, membro de uma das famílias mais poderosas do Império e proprietária de grandes extensões de terras e escravos, entre as províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, foi quem deu início a grita.³⁸ Deputado por Minas Gerais, o sobrinho do conde de Baependi questionou o suporte da opinião pública ao governo. Isso porque, apesar do parecer da comissão especial ter sido publicado no *Jornal do Commercio* e no *Diário do*

³⁶ Cf. ACD. Sessão de 21 de Julho de 1871, Apêndice, p.78. A representação havia sido entregue no dia anterior. Cf. ACD. Sessão de 20 de Julho de 1871, Tomo III, p.206. Infelizmente ela não foi encontrada.

³⁷ Cf. Sessão de 21 de Julho de 1871, Tomo III, p.225.

³⁸ Cf. <http://www.genealogia.villasboas.nom.br/> Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos (orgs.). *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1917, p.313.

Rio Janeiro, 250 exemplares dele haviam sido distribuídos na província do Rio de Janeiro pelas forças policiais. Assim,

Uma de duas; ou a opinião estava feita ou não; se a opinião não estava feita, o nobre presidente do conselho iludiu-se quando nos veio declarar que fora o governo impelido pela opinião; e tanto reconheceu depois o erro em que havia caído, que ordenou a distribuição, a que já aludi, dos exemplares do parecer da honrada comissão.

Se, porém, a opinião estava feita, com segurança se poderá concluir que era desnecessário distribuir esses exemplares pela população. (*Apoiados da minoria*).

O que se segue de tudo isto é que o governo imperial estava bem convencido de que a opinião não se havia ainda formado (*muitos apoiados da minoria*), e consequentemente pode dizer-se que o verdadeiro propagandista é o governo. (*Muitos apoiados da minoria*).³⁹

A questão do governo como propagandista, bem como os gastos dessa atividade, já havia sido tema de grande debate, quando José de Alencar interpelou o gabinete sobre a matéria.⁴⁰ O argumento é idêntico ao que Calmon e, depois, outros deputados sustentaram. A reformulação da crítica à opinião pública parece ter se baseado nas palavras do deputado romancista do Ceará. Segundo Alencar, o governo, “sem apoio no país para combater a verdadeira opinião”, subvencionava a imprensa, criando uma opinião pública artificial que justificava a política do gabinete fornecendo-lhe, por consequência, apoio no Parlamento. Além disso, claro estava, todo o dinheiro gasto com o pagamento aos “mercenários da pena” era retirado dos cofres públicos. Nos seus termos, o governo

simulando um homem do povo, ilude o país, e inventa uma opinião falsa, apócrifa, que não é inspirada pelas ideias, mas pelo salário. O anônimo é um direito para o cidadão; é mais do que isto: é uma garantia da liberdade individual; para o governo, porém, o anônimo torna-se um abuso, uma hipocrisia; porque, senhores, nesta forma do governo; o contraste de todos os atos da administração, o seu corretivo é a publicidade. Todas as vezes que o

³⁹ Cf. Sessão de 22 de Julho de 1871, Tomo III, p.236.

⁴⁰ A interpelação questionava de qual verba o gabinete retirava recursos para cobrir as despesas em publicação de artigos e qual a quantia gasta com isso desde que o ministério havia subido ao poder. Cf. Sessão de 1 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.6-7; Sessão de 2 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.22.

governo subtrai-se na sombra, pode-se afirmar que ele maquina, que ele conspira contra as liberdades públicas.⁴¹

Rio Branco não se fez de rogado, declarou que a publicação de artigos em prol de um ministério era obra antiga e remontava a outros governos não sendo característica exclusiva nem do gabinete de 7 de Março, nem apenas do Brasil, pois era prática vigente em outros países. Dizer o contrário “seria mentir à Câmara e ao país”, mas isso não significava, segundo o visconde, que o governo subvencionava a imprensa. Apesar de afirmar que Alencar ia longe demais nas acusações, Rio Branco não ousou revelar o montante gasto com a imprensa, afinal “nunca se fez semelhante pergunta a ministério algum”.⁴²

Não se pode aquilatar se a interferência do governo ocorreu na escala criticada, porém não é possível colocar a existência dela em dúvida. Ao que tudo indica, um dos membros da comissão especial, que deu parecer favorável ao projeto, foi o responsável por escrever, sob o sugestivo pseudônimo de *A Guarda Constitucional*, artigos diários no *Jornal do Commercio* louvando o gabinete e condenando tanto os dissidentes quanto o movimento dos fazendeiros.⁴³ Segundo Gama Cerqueira, ele era o “escritor oficial” e, para Barros Cobra, representava um desrespeito à opinião do país “prudentemente manifestada”.⁴⁴

Pinto Moreira, por seu turno, foi enfático: Rio Branco criava uma “opinião pública artificial” que era “desmentida por centenaes de representações que tem subido ao Parlamento”. Tudo não passava de “uma arma empregada pelo governo para simular essa opinião (*apoiados da minoria*); é sempre um meio de iludir, e de ferir os

⁴¹ Cf. Sessão de 5 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.68.

⁴² O discurso de Rio Branco não foi publicado nos Anais, mas consta em *Discussão da Reforma do Estado Servil na Câmara dos Deputados e no Senado*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871, 2 vol., v.II, pp.31-36.

⁴³ Trata-se de João Mendes de Almeida. O uso da expressão “ao que tudo indica” deve-se ao fato de Sacramento Blake atribuir a Mendes de Almeida a publicação de artigos no *Jornal do Commercio* com a assinatura de *Guarda Avançada*; porém, a pesquisa empreendida no periódico fluminense não encontrou resultados para esse pseudônimo, mas sim para *Guarda Constitucional*, sugerindo que o biógrafo possa ter incorrido em algum engano. Ajuda a sustentar a hipótese da autoria de Mendes de Almeida a esses artigos o fato de Blake também atribuir-lhe a autoria da publicação de um livro com forte cunho emancipacionista e pró-gabinete Rio Branco: *Breves considerações histórico-políticas sobre a discussão do elemento servil*, assinado sob o pseudônimo de Ypiranga e publicado logo após a discussão do projeto de 12 de maio na Câmara dos Deputados. Cf. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, v. IV, pp.5-6 Os artigos da *Guarda Constitucional* começaram a ser publicados no *Jornal do Commercio* na edição de 1 de julho de 1871 e só pararam no dia 27 de setembro daquele ano.

⁴⁴ Cf. Sessão de 24 de Julho de 1871, Tomo III, p.255-257. A “guarda constitucional” foi também duramente criticada por um peticionante de Pirai que assinou como “O agricultor” o artigo “Duas palavras à guarda constitucional”. Cf. *Diário do Rio de Janeiro*. Edição de 25 de Junho de 1871, p.3.

adversários à custa do tesouro público. (*Apoiados e não apoiados*).”⁴⁵ Já o deputado Nebias chegou a declarar que até aquele momento “estava persuadido que o projeto era filho da opinião; agora, porém, vejo que a opinião é resultado prévio e forçado do projeto”. Ademais, dando maior força ao seu argumento, disse que não sabia de “onde é que se colheu essa manifestação geral” pró-emancipação.⁴⁶

A poucos dias do projeto ser aprovado na Câmara, Paulino de Souza, seguindo a cena aberta, finalmente proferiu seu discurso. A ausência na tribuna não significava falta de ímpeto do deputado para barrar a reforma. Com efeito, ele foi um dos articuladores da oposição contra o projeto de liberdade do ventre, tendo se reunido, com membros da maioria e da minoria da Câmara, para tentar buscar concessões na peça ministerial que favorecessem os fazendeiros. Naquele 23 de agosto, no entanto, Paulino, já sem esperanças de vencer o gabinete, foi categórico: tudo aquilo não passava de mera formalidade, pois a reforma passaria e o ministério estava apenas se dignando em “aparentar a uma formalidade constitucional”. Tudo não passava de imposição do governo que, “sentindo-se fraco perante a opinião, talvez por deslumbra-la ou provar-nos a inutilidade de suas manifestações, tem-nos dado na discussão desta proposta a mais irrecusável demonstração de quanto é o poder e a força do governo em nosso país, principalmente quando a tudo se dispõe e se resigna”. Inútil eram as manifestações, pois o gabinete, impassível, fazia-se “surdo a todas as representações, por mais justas e fundadas” que fossem. Isso denegria a imagem de regime constitucional do Brasil, pois até na Rússia czarista o governo havia ouvido a opinião dos interessados antes de abolir a servidão, e para todo o processo se efetivar foram necessários três anos.⁴⁷

Tampouco adiantou o requerimento de Paulino, último recurso do deputado, pouco depois da aprovação da liberdade do ventre na Câmara, para que as representações fossem dirigidas ao Senado e lá tomadas na devida consideração.⁴⁸ Nessa esfera a pressa foi de tal ordem, que os relatores do parecer da mesa nem sequer se deram ao trabalho de inserir no relatório final as representações que foram dirigidas exclusivamente à Câmara. Apenas as 11 que foram apresentadas diretamente ao Senado foram tomadas em consideração, e ainda assim de modo muito superficial. A conclusão final era a de que as representações eram “o exercício de um direito consagrado na Constituição do Império” e que este direito deveria ser “mantido e respeitado pelos

⁴⁵ Cf. Sessão de 7 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.78.

⁴⁶ Cf. Sessão de 21 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.217.

⁴⁷ Cf. Sessão de 23 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.236-237 e p.242.

⁴⁸ Cf. ACD. Sessão de 29 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.324.

Poderes do Estado, embora no exercício dele possa notar-se, lastimar-se algum excesso”.⁴⁹

Alguns Senadores reclamaram, dentre eles o visconde de Itaboraí e o barão das Três Barras. De acordo com este, o parecer da mesa havia sido lavrado antes mesmo das representações serem remetidas da Câmara.⁵⁰ Já para o segundo, a comissão havia cometido “uma injustiça ou ao menos uma falta de consideração para com o grande número de nossos proprietários” que representaram contra a proposta.⁵¹ A “prova de civismo” da lavoura, como compreendeu F. Octaviano o movimento peticionário, foi completamente ignorada no Senado.⁵² A descrença de que a opinião dos fazendeiros seria levada em consideração era tamanha que o barão das Três Barras, o Senador que levou a representação da Paraíba do Sul, primeira materialização no Parlamento da oposição dos fazendeiros ao ventre livre, chegou a declarar que lhe foram entregues representações de Caeté, Sabará e Pitangui, todas de Minas Gerais, mas que não as apresentou ao Senado, “para poupar a esses meus comprovincianos o desgosto de saber que não foram tomadas em consideração”.⁵³ Impossível saber se a informação era verossímil ou não. No entanto, sem receio de exagero, fica patente que as representações dos fazendeiros não foram tomadas por deputados e senadores como a expressão última da vontade da nação. Os membros da principal atividade econômica brasileira, dentro e fora do Parlamento, que tiveram poder e influência suficientes para reabrir o tráfico de escravos contrariando um acordo firmado com a Inglaterra, não foram capazes de barrar a chamada reforma do elemento servil. A emancipação tornava-se uma realidade e o Centro-Sul cafeeiro dessa vez não se impôs ao Império. Afinal, como declarou o chefe de gabinete: “Cumpre, senhores, que respeitemos os direitos, que defendamos os interesses dos proprietários de escravos; mas não é possível que a esses direitos, que a esses interesses sacrifiquemos os direitos e interesses de toda a sociedade brasileira! (*Muito bem; apoiados repetidos da maioria*).”⁵⁴

⁴⁹ Cf. AS. Sessão de 4 de Setembro de 1871, Volume V, pp.24-28.

⁵⁰ Cf. AS. Sessão de 16 de Setembro de 1871, Discursos, p.3.

⁵¹ Cf. AS. Sessão de 5 de Setembro de 1871, Volume V, p.95.

⁵² Cf. AS. Sessão de 12 de Setembro de 1871, Volume V, p.113.

⁵³ Cf. AS. Sessão de 5 de Setembro de 1871, Volume V, p.67. Cf. tb. AS. Sessão de 16 de Setembro de 1871, Discursos, p.3.

⁵⁴ Cf. ACD. Sessão de 14 de julho de 1871, Tomo III, p.149.

Concentrando o trabalho, regionalizando um Império

Do início ao fim dos debates de 1871, claro era aos emperrados que a opinião dos fazendeiros, que se manifestava praticamente desde que a proposta do ventre livre foi apresentada ao Parlamento, deveria ser tomada em justa consideração como a expressão máxima de que a peça ministerial era nociva ao Império. Mas o que oferecia a sustentação de fundo que validava essa convicção? Eis uma “questão muito melindrosa”, como Perdigão Malheiro a definiu antes de enfrenta-la, mas não sem “muito acanhamento”. Trata-se das divergências entre o norte e o sul do Império, mais especificamente da crescente preponderância econômica desta região sobre aquela.

Segundo o deputado mineiro, que encetou e melhor sustentou o debate dessa questão, a eleição da comissão especial de 1871 já havia manifestado claramente as diferenças entre as regiões do Brasil. Isso porque, como visto anteriormente, todos os membros da comissão nasceram e/ou foram eleitos pelas províncias do norte, apesar da mesma Câmara ter elegido no ano anterior uma comissão similar com a presença deputados de São Paulo e do Rio de Janeiro que eram contrários à reforma na escravidão. Para o deputado mineiro, tratava-se de uma “preponderância do elemento nortista” na política do gabinete, via arregimentação do presidente do conselho de ministros, como forma de angariar apoio para fazer passar o projeto. Algum tempo depois, declarou que isso revelava uma “situação decadente, sem fé, sem crenças, a que temos descido”, era a “política florentina.”⁵⁵

Nos seus termos:

Se quisesse analisar este negócio, iria longe; mas apenas direi, em relação ao assunto de que se trata, que o sul do Império (...) tem sem dúvida maior número de escravos, tem maior soma de interesses na questão.

É verdade que o norte, pelas estatísticas, tem menor número de escravos; e poderia, portanto, ser mais fácil nas concessões.

Calcula-se que o sul tem 1.000.000, e o norte 600.000 escravos.

Mas o norte não deixa de ter escravos em quantidade (*apoiados*); o mal que se reproduzir no sul há de necessariamente repercutir no norte.... (...)

⁵⁵ Cf. ACD. Sessão de 9 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.100-101. Cf. tb. ACD. Sessão de 25 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.297. Para Jeffrey Needell, essa predileção do gabinete pelos deputados do norte do Império pode ser medida a partir da arregimentação, via patronagem, que Rio Branco fez das bancadas do norte para garantir a aprovação da liberdade do ventre. Do autor: *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*, pp.278-283, pp.300-301 e pp. 307-314.

Ora, se o sul é que está mais exposto, não se pode levar a mal as províncias que tem representado contra esta proposta, dizendo-se: *é revolta de lavradores!* Não, senhores, as representações indicam uma coisa, e é que eles se jugam, e com fundamento no meu entender, gravemente ameaçados na sua propriedade, e sobretudo na sua segurança. (*Apoiados*).”⁵⁶

Assim, Malheiro estabeleceu uma relação de proporcionalidade entre o interesse na reforma emancipacionista, a concentração demográfica de escravos e o surgimento das petições. Tão maior a concentração de cativos numa dada região, maior seria o interesse dos proprietários na questão e, conseqüentemente, maior o ímpeto e legitimidade para manifestar aos poderes públicos as inquietações suscitadas pelo projeto do governo. Apenas nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, de onde mais saíam manifestações contrárias ao ventre livre, era possível contar “800, ou 900.000 escravos, dos quais só ao Rio de Janeiro cabe mais ou menos 400.000”. Vivendo entre tantos escravos, o ponto central da preocupação de quem peticionava era, no juízo do deputado, a segurança individual e nacional. Em outro momento, Malheiro deixou clara a preocupação de que a rebeldia dos cativos poderia advir da promulgação do projeto; logo, no seu entender, a resistência escrava não era o propulsor da legislação que se tentava aprovar, mas seria sim a resultante inevitável da eventual aprovação do ventre livre. A lei é que abriria espaço para a ação escrava e não o contrário. O temor em relação a atos de insubordinação dos escravos era tamanho que Malheiro declarou que queria que tudo aquilo fosse discutido em sessão secreta.⁵⁷

Esse era o primeiro motivo pelo qual as representações deveriam ser respeitadas. O problema desse argumento era que ele não explicava a ausência de representações originadas nas províncias do norte (até aquele momento a representação de Una, no Pernambuco, não havia sido entregue), uma vez que lá também havia, segundo os próprios dados apresentados por Malheiro, grande número de escravos. Portanto, o argumento da concentração do contingente escravo, por si só, não legitimava a compreensão das representações como a expressão da vontade geral da nação.

⁵⁶ Cf. ACD. Sessão de 12 de julho de 1871, Tomo III, pp.114-115.

⁵⁷ Ele ainda mencionou a “execução inquisitorial da lei de 7 de Novembro de 1831” que, inspirada pela imprensa, estava se “transformando, com o mais grave perigo possível, em elemento de propaganda” em Pernambuco. Cf. 26 de Agosto de 1871, Tomo IV, pp.296-297. Quem também recorreu à superioridade numérica dos escravos no centro-sul do Brasil foi o deputado Nebias, que foi duramente criticado pelo baiano Junqueira. Ver, respectivamente: ACD, Sessão de 21 de Agosto de 1871, p.217 e ACD, Sessão de 22 de Agosto de 1871, p.233.

Malheiro sabia que esse argumento não era forte o suficiente. Não foi à toa que correu a comparar a produção econômica do norte com a do sul. As exportações do Império, segundo ele, rendiam em média 200.000:000\$ ao ano, mas desse valor 60% (120.000:000\$) provinha das províncias do sul, que, apesar de serem em menor número, compunham “o maior esforço e soma de trabalho”. O Rio de Janeiro, “reforçado por Minas, e em parte por S. Paulo”, exportava anualmente “75.000:000\$”, em média. Já São Paulo “por seus portos 12 a 15.000:000\$000”. Gerando 45% da riqueza nacional⁵⁸ era dali que efetivamente o Império se desenvolvia.

Pergunto eu, se nestas províncias houver um abalo que altere o trabalho agrícola, não sofrerá a renda de um modo espantoso? De onde se hão de tirar os recursos para as despesas do Estado, e mesmo para esses pagamentos prometidos na proposta? Estacam-se todas as fontes, trancam-se todos os recursos!⁵⁹

Isto é, o eixo Rio-Minas-São Paulo, centro irradiador das petições, era a área mais dinâmica da economia nacional, sustentáculo das rendas e despesas do Império. A universalidade da opinião dos lavradores dessa região tributava-se à importância dela para a manutenção do Estado brasileiro. Eis, portanto, o segundo motivo. O Vale do Paraíba e adjacências compunham as mãos e os pés da monarquia brasileira.⁶⁰ Qualquer lesão nessa região repercutiria por todo o país. Os senhores sabiam de sua importância, os emperrados também e Perdigão Malheiro tentava relembrar ao gabinete e a Câmara o fato.

Além do mais, em pleno afinamento com os fazendeiros, ponderou que já estava em curso um movimento natural de fim da escravidão. Este consistia tanto nas alforrias constantes que os senhores concediam aos seus escravos – afinal não havia “país no mundo em que os escravos sejam tão bem tratados como no Brasil; a nossa índole é extremamente dócil, benfazeja, humana e caritativa” – quanto na taxa de mortalidade deles. O receituário, desse modo, era nada fazer “senão auxiliar o movimento espontâneo da emancipação”, já que as medidas consagradas no projeto (ventre livre,

⁵⁸ Sendo 200.000:000\$ o montante anual e 90.000:000\$ (75.000:000\$+15.000:000\$) produzido apenas por MG, RJ e SP.

⁵⁹ Idem, p.115.

⁶⁰ Para tomar aqui a expressão consagrada na pena do jesuíta Antonil: “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.” Cf. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve e Ca, 1837, p.31.

institucionalização do pecúlio e alforrias forçadas) eram “perigosas, inconvenientes, vão fazer grande mal à ideia, grande mal ao país”.⁶¹

Citando o artigo *Resenha da Semana*, de Christiano Ottoni, que foi elogiado por dois deputados, Malheiro pontuou ainda que a escravidão extinguiu-se naturalmente (nascimentos, óbitos e alforrias) na taxa de 5% ao ano.⁶² Era “evidente que sem outro processo, em 20 anos talvez a escravatura estaria extinta”. Caso o cálculo estivesse errado e se se quisesse encurtar o prazo para findar a escravidão, bastaria aproveitar “esses elementos que por si mesmo caminham, e limitemo-nos a elevar o elemento ou verba alforria. Tal é o processo a seguir. A morte por seu lado fazendo o seu ofício, as alforrias irão por seu lado em aumento concorrendo para que o prazo se abrevie.” Logo, não havia a menor necessidade de aceitar as ideias contidas no projeto, ideias que poderiam “pôr em perigo” e retardar o que já estava ocorrendo, ou pior, “causar grande mal ao país”.⁶³

Nada disso fazia sentido ao presidente do conselho: de acordo com o “recenseamento oficial” a população escrava do Amazonas até a Bahia era de “868.516 almas”, do Espírito Santo até Mato Grosso, “871.516 almas”. Ademais, somente entre 1865-1870 a produção no norte do Brasil gerou o montante de 347.688:596\$000 e no sul 442.314:212\$000. Logo, não havia “razão de preponderância, não há razão de antagonismo entre o norte e o sul”.⁶⁴ A bem da verdade estes números não se diferenciavam muito do exposto pelo deputado mineiro; a única coisa que Rio Branco mudou foi a forma de apresentar os dados, o que, num discurso verbalizado, fazia diferença. A partir dos números fornecidos pelo visconde é possível inferir que no exercício de 1865-70, 790.002:818\$000 foram obtidos com as atividades de ambas as regiões norte e sul. Isso dava uma média aproximada de 44% de participação do norte e 56% de participação do sul para compor o montante, ou seja, cifras próximas às de Perdigão Malheiro.⁶⁵ A grande diferença é que este deputado, contrariamente ao que fez Rio Branco, deixou claro que a maior parte das rendas geradas pelas províncias austrais,

⁶¹ Idem. p.122.

⁶² Não foi possível localizar o referido artigo; contudo, a mesma ideia consta em: Christiano Ottoni. *A emancipação dos escravos: parecer*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1871, pp.24-35. Essa publicação rendeu a Ottoni a pecha de escravista e mesmo assim o autor, quando Senador, defendeu-a na tribuna. Cf. Christiano Ottoni. *Emancipação dos escravos*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883.

⁶³ Cf. ACD. Sessão de 12 de julho de 1871, Tomo III, pp.122-123.

⁶⁴ Cf. ACD, Sessão de 14 de Julho de 1871, Tomo III, p.147.

⁶⁵ Com os dados apresentados por Rio Branco é possível dizer que as rendas gerais entre 1865-1870 giravam em torno de aproximadamente 158.000:000\$000 e que o norte gerava aproximadamente 69.000:000\$ ao ano, enquanto o sul, 88.000:000\$/ano.

e, portanto, do Império como um todo, advinha do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e São Paulo, daí a centralidade das três províncias para o Brasil, daí a necessidade de ouvir os reclamos dos fazendeiros ali residentes.

Alencar Araripe, por seu turno, reconhecia que a população escrava no Brasil estava regionalmente concentrada. No norte, “a escravatura é em número mínimo; ali não há possibilidade de receio; fica, pois, o susto tão somente para o sul”. Contrariando tudo o que os peticionantes disseram, o magistrado cearense asseverou que as forças policiais existentes eram mais do que suficiente para “conter o movimento, ou tentativa de movimento dos escravos das províncias do sul, onde é admissível essa hipótese. Só no Rio, S. Paulo e Minas pode exagerado temor presumir a possibilidade de um pensamento insurrecional: para três províncias o Brasil tem força armada bastante e muito bastante. Portanto, o argumento da insurreição é fictício, filho da fantasia dos nobres deputados.”⁶⁶

No que concerne ao decréscimo natural da população escrava, Rio Branco foi mais sagaz. Considerou-a em duas hipóteses: na primeira, composta por 1.500.000 e, na outra, por 2.000.000 cativos, e fez o cálculo do declínio a partir da taxa de 5% apresentada por Malheiro. Na primeira hipótese, em 10 anos a população escrava seria de 898.105; em 20 anos, 537.729; em 30 anos, 321.958. Na segunda, 1.197.474 escravos em 10 anos; 716.972, em 20 anos; 429.278, em 30 anos. Assim, a “álgebra protesta[va] contra” Perdigão Malheiro, pois, em 20 anos restaria ainda um grande número de escravos, “uma população quase igual àquela que tanto mereceu as preocupações dos legisladores ingleses e franceses, quando trataram da emancipação do estado servil em suas colônias”. Portanto, para Rio Branco, a ação do tempo, expressa na mortalidade dos escravos e na taxa de alforrias, não seria suficiente para findar o cativeiro, mas o projeto do governo sim, pois cuidava das gerações futuras e atuais.⁶⁷ Escudado no discurso do chefe de gabinete, Araripe ainda indagou: “esta ação do tempo influi sobre a nossa escravatura, desde que ela existe; e porque não tem extinguido a escravidão?”⁶⁸ Acabar com a escravidão por este meio exigiria muito tempo, um tempo que, naquela quadra da história, a maioria dos parlamentares brasileiros, “em vista das exigências da opinião”, não estava disposta a aceitar. Não foi por outra razão que

⁶⁶ Cf. Sessão de 18 de Julho de 1871, Tomo III, p.199. Sobre os deputados: Monteiro de Castro, ACD. Sessão de 18 de julho de 1871, Tomo III, p.193; Perdigão Malheiro, ACD, Sessão de 12 de julho de 1871, Tomo III, p.122; ACD. Sessão de 9 de agosto de 1871, Tomo IV, p.103. cf. tb. Sessão de 26 de agosto de 1871, Tomo IV, p.297.

⁶⁷ Cf. ACD, Sessão de 14 de Julho de 1871, Tomo III, pp.149-150.

⁶⁸ Cf. Sessão de 18 de Julho de 1871, Tomo III, pp.200.

Araújo Lima pontuou que delegar a tarefa de extinção da escravidão à ação do tempo era obra prenhe de iniquidade.⁶⁹

Inquebrantável, Perdigão Malheiro pôde voltar à tribuna e sustentar novamente tudo o que argumentou no início do debate. Acusado de erro de álgebra por Rio Branco, pontuou que este incorria em erro de interpretação: ele disse que “talvez” em 20 anos a escravidão findaria. Ademais, se o poder público não interviesse no processo de declínio demográfico da escravidão, “no fim de 20, 25 ou 30 anos o número de escravos (...) estaria por tal forma reduzido, que nós poderíamos então emancipa-los imediatamente, pagando a seus senhores, e dando-lhes destino, sem os inconvenientes que podem vir de uma reforma precipitada, exagerada e violenta, qual a que veio propor o governo.”⁷⁰ Malheiro chegou a apresentar um projeto substitutivo que atendia ao grosso da demanda da dissidência e os reclamos dos fazendeiros do Vale do Paraíba. Em linhas gerais, o substitutivo consistia na matrícula dos escravos existentes no país e na libertação anual de escravos “mediante proposta dos senhores e as necessárias informações”, excetuando-se do benefício “os fugidos, criminosos, viciosos ou enfermos”. As rendas provenientes de um robusto fundo de emancipação eram mais do que suficientes para tanto. Assim, havia no projeto tanto um componente de fim em longo prazo do cativeiro, como também um elemento disciplinador dos cativos capaz de manter a soberania doméstica dos senhores. Dois dias antes da aprovação do projeto na Câmara, Malheiro reiterou suas ideias e sustentou as emendas substitutivas, mesmo declarando com pesar que se tratasse de “palavras perdidas” já que ninguém as ouvia. Sua alternativa perdeu, mas contou com a declaração de sufrágio de toda a dissidência que votou contra a liberdade do ventre escravo.⁷¹

Em todos esses argumentos emerge a indagação de qual seria o cenário demográfico da escravidão brasileira naquele momento histórico, em que se tentava intervir na administração doméstica dos cativos. O quadro apresentado e debatido pelos deputados, isto é, a concentração da escravidão e sua tendência ao fim natural, encontrava correspondência na realidade oitocentista brasileira? Em primeiro lugar, como a historiografia já demonstrou, o fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil, em 1850, além de aumentar o preço médio dos cativos, acabou intensificando a

⁶⁹ Cf. Sessão de 21 de Julho de 1871, Tomo III, p.226.

⁷⁰ Cf. Sessão de 9 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.101.

⁷¹ O projeto substitutivo foi apresentado em 18 de agosto e sustentado em 26 de agosto. Cf. ACD, Sessão de 18 de Agosto, Tomo IV, p.169; Sessão de 26 de Agosto, Tomo IV, pp.292-311. Sobre a declaração de votos cf. ACD, Sessão de 28 de Agosto de 1871, p.317.

modalidade do infame comércio nos limites do território nacional. Como nessa prática os escravos eram na sua maioria vendidos por proprietários das províncias do norte aos fazendeiros do Centro-Sul do Império, o tráfico interprovincial acabou gerando uma acentuada concentração da mão de obra escrava.⁷² O trabalho de Robert Slenes, por exemplo, a partir da análise do censo de 1872, estimou que 86,4% dos escravos que chegaram ao Centro-Sul provinham do norte e do nordeste.⁷³ Alguns estudos chegaram a estimar que o comércio de cativos entre as regiões do país entre 1850-1880 tenha alcançado a cifra de 300 a 400 mil almas, ou seja, tratava-se de uma atividade de relevo não desprezível e mesmo preocupante para alguns contemporâneos, que tentaram inclusive dificultá-la por meio de pesados impostos com o fito de diminuir a concentração escrava em áreas específicas.⁷⁴ Na província do Rio de Janeiro, por exemplo, de onde mais saíram petições, em 1872, 37,3% da população total era composta por escravos, uma cifra que chega a superar o percentual de cativos em relação à população total do estado da Virgínia, no sul dos Estados Unidos, na década de 1860.⁷⁵ Esse novo quadro demográfico, ao concentrar geográfica e socialmente a escravidão, contribuiu para que os interesses escravistas também se concentrassem em áreas específicas, diminuindo “as margens em que poderia ser construída uma solidariedade social escravista mais ampla”, como escreveu Ricardo Salles. Nos termos do mesmo autor, a consequência final foi que “a manutenção da ordem escravocrata passou a ser interesse de um grupo social mais restrito: os grandes proprietários,

⁷² Cf. Stanley J. Stein. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961. (1º ed. 1957), p.74-95 e p.274; Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. (1º ed. 1966), pp.69-105; Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (1º ed. 1972), pp. 34-35 e pp. 63-87; Robert Slenes. “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market”. In: Walter Johnson (org.), *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004; José Flávio Motta. *Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012, pp.73-81.

⁷³ Cf. Robert Slenes. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*, p.140. Continuando com os dados, o autor apontou que 11% provinham do sul e 2,6% do oeste.

⁷⁴ A estimativa de 300 mil é de Jacob Gorender. Ver do autor: *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985, p.325. A estimativa de 400 mil é de Robert Conrad. Ver do autor: *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.197. Segundo Slenes, entre 1851-1873, as províncias do norte perderam anualmente 0,8% de seus escravos menores de 40 anos, as províncias do oeste e do sul, 0,7% e 0,5%, respectivamente. Segundo o autor, “essas taxas não foram tão severas quanto as taxas da década de 1870. Cf. Robert Slenes. *Idem*, p.141.

⁷⁵ Na década de 1860, 30,7% da população da Virgínia era composta por escravos. A concentração cativa na província do Rio de Janeiro ainda era maior que na Carolina do Norte (33,4%), aproximava-se do percentual relativo aos estados da Georgia (43,7%) e do Alabama (45,1%) e ficava distante apenas do Mississippi (55,2%) e da Carolina do Sul (57,2%). Cf. Censo brasileiro de 1872 cf. tb. Laird Bergad. *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p.118.

principalmente do Sudeste”.⁷⁶ Vale ressaltar que na conjuntura crítica de 1871, não apenas os grandes proprietários, mas também senhores de poucos escravos se engajaram na defesa de seus interesses e foram representados pelo grupo dos parlamentares emperrados.⁷⁷

Portanto, é plausível admitir que a diferença entre as regiões do Império no que diz respeito à defesa da propriedade em homens se relacionou à concentração desigual dos trabalhadores cativos. O que não quer dizer que no Centro-Sul não havia partidários da emancipação e muito menos que todos no norte do país fossem favoráveis a ela,⁷⁸ mas tão somente que havia uma tendência à maior defesa dos interesses escravistas no eixo Rio-Minas-São Paulo. Não foi à toa que dessa área em particular, e não de outra saíram tanto as petições contra a liberdade do ventre, quanto a dissidência emperrada do Parlamento e a maioria dos votos em contrário à proposta de emancipação. A macrorregião estruturada em torno do Vale do Paraíba, sem exagero, claramente se posicionara contra o restante do Império na disputa da então chamada questão do elemento servil.⁷⁹ Assim, a constatação de Perdigão Malheiro fazia sentido.

Para encerrar a análise deste tópico, é válido questionar se o fim natural do cativo estava presente no horizonte administrativo dos fazendeiros peticionantes de

⁷⁶ Cf. Ricardo Salles. *E o Vale era o escravo*, pp.64-65. Cf. tb. Hebe Mattos. *Das cores do silêncio*, pp.116-117, para quem todo o processo gerou um “crescente confinamento dos interesses escravistas nas grandes plantações do Centro-Sul”.

⁷⁷ Isso se tomada em consideração a própria divisão para diferenciar os senhores segundo a posse dos escravos feita por Salles: 1) microproprietários, que possuíam entre 1 e 4 escravos; 2) pequenos proprietários, com a posse de 5 a 19 escravos; 3) médios proprietários, que detinham entre 20 e 49; 4) grandes proprietários, donos de 50 a 99 escravos e 5) megaproprietários, detentores de 100 ou mais escravos. Cf. *E o Vale era o escravo*, p.155.

⁷⁸ Como Slenes demonstrou, a região produtora de açúcar na Bahia manteve um número constante de escravos na vigência do tráfico interno. Já os senhores pernambucanos, por exemplo, organizaram-se em 1872, 1878 e 1884 para defenderem seus interesses. Muitas associações pró abolição surgiram no Rio de Janeiro, e em São Paulo a ideia abolicionista dessas províncias irradiou-se de seus centros urbanos. Ver, respectivamente: Robert W. Slenes, *The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market*, in Walter Johnson (org.), *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004, pp. 325-270; Celso Thomas Castilho. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian political citizenship*, pp.66-72 e pp. 101-104; Angela Alonso. *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*, p.429 (tabela 2); Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*, pp.195-243.

⁷⁹ A constatação de que houve uma disparidade regional quanto ao debate da Lei do Ventre Livre já foi sugerida por Robert Conrad e José Murilo de Carvalho a partir da votação final do projeto. Cf. Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, p.114; José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. Teatro de sombras*, pp.309-310. Angela Alonso, no entanto, após atualizar os números da votação (Conrad: 65 a favor e 45 contra; Alonso: 61 a favor, 44 contra e 9 ausentes), concluiu que a votação não exprimia uma divisão regional. Para a autora, a partir dos votos é possível compreender “as distorções de representação das províncias no sistema político imperial”, pois necessariamente o deputado não era eleito pela província na qual nasceu. Cf. Angela Alonso. *Flores, votos e balas*, p.383, nota 48. Contudo, como se espera já ter ficado claro, a partir do exame dos debates daquele ano, e não exclusivamente da votação final do projeto, é seguramente possível auferir uma divisão regional em torno da emancipação escrava, argumento que adquiri mais força quando cotejado com a ação peticionária dos fazendeiros.

1871, uma parcela do “grupo social mais restrito” engajado nos interesses de manutenção da escravidão.⁸⁰ O caso a ser examinado é o de Peregrino José de Américo Pinheiro, barão (1866) e visconde (1882) de Ipiabas, que esteve presente na reunião de fazendeiros valencianos, piraienses e vassourenses ocorrida em Barra do Piraí em 6 de junho. Ipiabas nasceu em Paty do Alferes em 1811 e, seguindo o padrão da época, casou-se com sua prima Ana Joaquina de São José Werneck, filha de Francisco das Chagas Werneck, fazendeiro em Valença que possuía 70 escravos quando de sua morte, em 1867.⁸¹ Listado como fazendeiro no *Almanak Laemmert* a partir de 1848, Ipiabas possuía três fazendas no município de Valença (Oriente, Campos Elyzios e Conceição).⁸² Em 1871, com 60 anos, o então barão acumulava riqueza, prestígio e influência suficientes para ser o grande articulador da representação de Valença que, com efeito, se originou em uma reunião havida na casa do próprio Ipiabas.⁸³ O valenciano morreu em 1883; a partir da relação de escravos constantes em seu inventário *post mortem* foi possível a elaboração do Gráfico 1. No ano de sua morte, Ipiabas possuía 341 escravos, sendo 201 homens e 140 mulheres. O exame do inventário revela que os escravos vindos da África (registrados no documento como “de nação”) compunham o grupo minoritário da escravaria, ao todo 82, dos quais 57 homens e 25 mulheres. Todos os africanos estavam no grupo dos escravos acima dos 50 anos. Esta primeira informação, evidenciada no topo do gráfico, é consoante com um cenário pré-1850, no qual se importava mais escravos do que escravas no trato transatlântico. O maior número dos escravos de Ipiabas foi registrado como vinculados a relações de parentesco, com grande número de nascimentos. Um total de 151 escravos foi registrado na categoria de “filhos”. Admitindo-se que todos tenham nascido nas propriedades de Ipiabas, apenas no intervalo de 1869-70 pode-se estimar que 25 escravos sobreviveram às altas taxas de mortalidade infantil comum a essas

⁸⁰ Na medida do possível, optou-se por trabalhar com a Matrícula de escravos de 1872, um dos dispositivos da Lei do Ventre Livre, para que se pudessem conhecer as comunidades escravas dos peticionantes no momento mais próximo possível da conjuntura analisada para 1871.

⁸¹ As informações de Ipiabas estão em: Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos (org.). *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*, p.193-194. Sobre Francisco das Chagas Werneck ver: Leila Vilela Alegrio. *Donas do café: mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba. (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, pp.27-29; cf. tb. o trabalho de Eduardo Silva que mostra as ramificações da família Werneck. Do autor: *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp.54-55. Sobre a política de casamentos do período: Mariana Muaze. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, pp.54-55 e pp.198-200.

⁸² Cf. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Edições de 1848 a 1871.

⁸³ Cf. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 14 de junho de 1871.

comunidades. O número de escravos até os 14 anos ainda é indicativo de que o potencial para um processo de renovação da escravaria por reprodução natural estava em curso há 20 anos ou mais. Se a avaliação estiver correta, o desenho para a reprodução demográfica já estaria dado na década de 1860. A Lei Ventre Livre, no entanto, barrou este processo, impedindo que, entre os anos de 1871 e 1883, 76 crianças (os ingênuos registrados no inventário) continuassem como escravas para além dos 21 anos de idade. Noutros termos, a Lei de 1871 ceifou os direitos de propriedade sobre 22% dessa população escrava.

Gráfico 1

Fonte: *Inventário do Visconde de Ipiabas – 1883*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Seção de Arquivos Particulares, Documentos da Família Werneck.

Junto a Ipiabas quando a petição de Valença foi assinada, estava Maria das Dores de Carvalho Guimarães, a viscondessa do Rio Preto, que herdara de seu marido, Domingos Custódio Guimarães, o visconde do Rio Preto, falecido em 1868, a famosa fazenda Flores do Paraíso, a “joia de Valença”, que possuía já na década de 1860 terreiros asfaltados, iluminação a gás e maquinário de ponta para o beneficiamento do café.⁸⁴ A viscondessa estava acompanhada de seu filho, Domingos Custódio Guimarães, segundo barão do Rio Preto (1874), homônimo do pai, e seu genro Domingos Theodoro de Azevedo Junior.

A consulta aos inventários da viscondessa do Rio Preto e do segundo barão do Rio Preto indica que a mãe foi se desfazendo aos poucos de seus escravos, adjudicando-os aos filhos (Domingos Custódio e Maria), uma vez em que no inventário da

⁸⁴ Sobre o visconde do Rio Preto, bem como uma análise da planta da fazenda Flores do Paraíso veja-se: Rafael de Bivar Marquese. *Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Séri.v.14.n.1.p.11-57. Jan.-Jun.2006.

viscondessa constam apenas nove escravos, apesar da grande soma herdada de seu marido. Basta observarmos o inventário de Domingos Custódio. Nesse documento os escravos listaram que, em 1873, a viscondessa transferiu ao filho um total de 358 escravos. Esse alto número sugere que Domingos Custódio Guimarães possivelmente já gerenciava a fazenda Flores do Paraíso antes mesmo de tê-la herdado por ocasião da morte mãe, em 1876.⁸⁵ Tal comunidade escrava somou-se a pelo menos outros 84 cativos que já estavam em posse do segundo barão do Rio Preto.⁸⁶

Gráfico 2

Fonte: *Inventário do 2º Barão do Rio Preto – 1876*. MJRJ, Registro 15637, Caixa 2828.

O que é possível inferir dessa observação, muito próxima ao ano de 1871, das escravarias desses potentados de Valença? Dos 356 escravos que a viscondessa transferiu ao filho, 193 eram homens e 163 eram mulheres. Destes, 114 (32%) eram casados e 20 (5,6%) aparecem como viúvos. Essa organização familiar parece ter rendido frutos: 160 cativos foram registrados como descendentes de filiação “legítima” ou “natural”. Para os filhos “legítimos”, há a anotação do nome dos pais, já para os

⁸⁵ De acordo com o inventário do segundo barão do Rio Preto, a viscondessa realizou três matrículas, em 1872 e 1873, conforme o dispositivo da recém-aprovada Lei do Ventre Livre. Nelas é possível contabilizar ao todo 774 escravos. Contudo, os escravos apenas listaram os escravos que a mãe adjudicou ao filho. Cf. *Inventário da Viscondessa do Rio Preto – 1876*. Museu da Justiça do Rio de Janeiro (Doravante MJRJ), Registro 15492, Caixa 2800. Cf. tb. *Inventário do 2º Barão do Rio Preto – 1876*. MJRJ, Registro 15637, Caixa 2828.

⁸⁶ De acordo com a transcrição da matrícula realizada em 1872 que consta no inventário de 1876. O uso da expressão “pelo menos” ocorre em virtude do fato de que a transcrição não parece ter dado conta da totalidade da matrícula, pois, se tomado em relação tanto ao “número de ordem na matrícula” e ao “número de ordem na relação”, campos obrigatórios da matrícula, há ausência de cativos. Essa possível omissão dos escravos originalmente matriculados não foi justificada no inventário, não sendo possível saber se elas provêm de óbitos, vendas, adjudicações ou mesmo hipotecas. Se elas forem tomadas em consideração, o montante de 84 mais do que dobra e vai para 116 cativos.

“naturais”, consta apenas o nome da mãe. O ponto a ser salientado é que em ambos os casos todos os pais faziam parte da comunidade cativa, o que leva a supor que 44,9% dos escravos que a viscondessa transmitiu ao filho nasceram na fazenda Flores do Paraíso. Essa tendência reprodutiva, anunciada na razão de masculinidade da escravaria (118,29)⁸⁷, muito provavelmente iniciou-se já no final da década de 1850, pois destes 160 escravos, 116 tinham no máximo 15 anos em 1873. O restante da escravaria, 196 indivíduos, indicado na relação como de filiação “desconhecida”, ao que tudo indica, foram adquiridos via compra no tráfico transatlântico e no tráfico interno. Supondo-se que o último escravo comprado via tráfico transatlântico tivesse 15 anos em 1850, o número de escravos adquiridos nessa modalidade foi de 139, sendo 85 homens e 54 mulheres, conforme o padrão corrente na prática do infame comércio. Assim, os outros cinquenta e sete cativos, com idade de até 37 anos em 1873, foram adquiridos pelo tráfico interno, mas a partir de uma preocupação distinta, pois a superioridade masculina deu lugar a um quase equilíbrio entre os sexos: 30 homens e 27 mulheres. Logo, de todos os escravos que a baronesa do Rio Preto deixou ao filho, 139 foram adquiridos na vigência do tráfico internacional, 57 via tráfico interno e nada menos do que 160 eram fruto das relações familiares existentes naquela comunidade. Os nascimentos, assim, após a supressão, em 1850 do tráfico transatlântico para o Brasil, parecem ter respondido de maneira mais satisfatória às demandas de manutenção dessa escravaria.

Essa importância dos nascimentos fica mais clara quando observamos a escravaria de Manoel Luiz dos Santos Werneck, presente na reunião que culminou na primeira representação contra o ventre livre, a da Paraíba do Sul, e um dos membros encarregados de redigir os estatutos do Clube dos Lavradores da Paraíba do Sul. Manoel Luiz herdou do pai (Antonio Luiz dos Santos Werneck) a fazenda Retiro, localizada na freguesia da Bemposta, na cidade da Paraíba do Sul. Neste estabelecimento o fazendeiro se dedicou ao cultivo do café. Quando de sua morte, em 1874, a fazenda passou para as mãos de José Joaquim dos Santos Werneck, seu filho mais velho, que encomendou a

⁸⁷ A razão de masculinidade é conceituada como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres em uma determinada comunidade. Segundo o historiador Laird Bergad, quando mais a razão de masculinidade se aproxima de 100, “mais provável é que essa população seja resultado de um aumento natural”. Ver do autor: *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: Edusc, 2004, pp.174-184.

Georg Grimm, pintor alemão que residiu no Brasil entre 1878-1887, a composição de uma pintura, hoje bem conhecida, da fazenda Retiro.⁸⁸

Se o gráfico 2 relativo aos escravos deixados pela viscondessa do Rio Preto ao filho fornece uma imagem parcial, o gráfico 3 dos cativos de Manoel permite visualizar a exata fotografia demográfica daquela comunidade em 1872, pois foi elaborado a partir da matrícula original, constante no inventário do fazendeiro, datado de 1880. O gráfico em si não evidencia qualquer característica que leve a propor a tendência ao crescimento vegetativo. Por esta razão, é necessário atentar aos detalhes, verdadeiramente reveladores, inscritos na Matrícula. Em 1872, a fazenda Retiro contava com 80 escravos⁸⁹, sendo 47 homens e 33 mulheres. É possível dividir essas oito dezenas de cativos em três grupos, de acordo com a informação do campo “Naturalidade”, constante na Matrícula: 1) Africanos; 2) Fluminenses; 3) Outras províncias.

Gráfico 3

Fonte: *Inventário de Manoel Luiz dos Santos Werneck – 1880*. Museu da Justiça do Rio de Janeiro, Registro 8913, Caixa 974, Códice 9704.

⁸⁸ Para uma análise da pintura que Grimm compôs ver: Rafael de Bivar Marquese. A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georg Grimm. *Revista do IEB*, n°44, p.55-76, fev. 2007.

⁸⁹ A matrícula, efetivamente, registra ao todo 79 escravos. Contudo, seis dias após a elaboração do documento nasceu um escravo na fazenda, que, logo em seguida, foi devidamente matriculado. Como a ideia de se trabalhar com a matrícula reside na verificação do padrão demográfico dos planteis escravos, no contexto de aprovação da Lei do Ventre Livre, incluímos esse escravo no cômputo geral, sem receios de gerar distorções indevidas no que foi proposto. Os oito escravos que nasceram depois de 1872 não foram incluídos na somatória.

Quarenta e um indivíduos compunham o grupo dos escravos vindos da África. Dezesseis deles foram herdados por Manoel Luiz, que, por sua vez, comprou os outros 25. Todos eles, como o gráfico mostra, tinham mais de 40 anos. A julgar que a compra dos escravos mais novos desse grupo (entre 40-50 anos) tenha se realizado até 1850, é possível inferir que, no momento da aquisição, eles contavam entre 18 e 28 anos. O que revela uma preferência pela compra de escravos já em idade produtiva. Outro padrão, igualmente conforme a um cenário pré-1850 que é possível de ser constatado, é a clara predileção pela compra de escravos homens. A proporção nessa escravaria, em 1872, era de 3,1 africanos para cada escrava africana. Pela idade desses escravos, ainda é plausível dizer que Manoel Luiz investiu, nos derradeiros anos do tráfico transatlântico, uma considerável soma na importação de escravos africanos.

Nessa comunidade escrava, havia ainda trinta e seis escravos classificados na Matrícula como naturais do Rio de Janeiro. Desses, 15 eram homens e 21 eram mulheres. Ao todo, três escravos desse grupo foram herdados, oito, comprados e, nada menos do que 25 nasceram na própria fazenda Retiro. Os demais cativos, 3 no total, foram comprados em São Paulo, no Ceará e em uma “província do norte” (assim registrado na matrícula). A partir desse registro da naturalidade dos escravos, classificados como comprados, é possível conjecturar que eles foram adquiridos dentro do Brasil, isto é, via tráfico inter e intraprovincial. Essa hipótese ganha mais consistência quando se leva em conta as idades desses cativos. As idades de todos os que foram comprados variam entre 14 e 40 anos. Ao admitir-se, como exercício de análise, que o escravo mais velho foi adquirido quando tinha 18 anos de idade, é possível dizer que o recurso à compra de escravos via tráfico interno datava de pelo menos 1850, isto é, logo depois que o tráfico transatlântico havia se encerrado. Atendo-se à idade desses escravos, é admissível ainda sugerir que o expediente a essa modalidade do infame comércio, ainda que em pequenas proporções, dado o próprio tamanho da escravaria que por ora se analisa, valeu-se da compra de escravos dentro e fora do Rio de Janeiro e perdurou toda a década 1850 adentrando, inclusive, nos anos 1860.

Ao levar em conta a razão entre as escravas e os escravos comprados na província do Rio de Janeiro, é possível constatar que a existência de uma preferência pela aquisição de homens, tal qual a verificada entre o grupo dos africanos, deixa de existir: a razão nesse grupo é de 1 para 1. O que talvez possa revelar uma preocupação senhorial em tentar diminuir a desproporção entre homens e mulheres. Vale mencionar

que, entre os três cativos registrados como provenientes de outras localidades, há mesmo uma inversão do padrão aquisitivo de africanos: 2 mulheres para 1 homem.

A relação dos escravos por meio do matrimônio era uma realidade tanto aos africanos como àqueles naturais das províncias brasileiras. Contudo, a maior ocorrência de casamentos pode ser observada entre os africanos (31,70%) do que entre os demais (15,38%). Em relação a toda a escravaria, o estabelecimento de relações matrimoniais estava circunscrito a menos de 1/4 de todos os escravos. Em sua maioria, os casamentos foram registrados entre os escravos mais velhos (acima dos 40 anos). Ao considerar isso como um padrão comportamental dessa comunidade escrava, é possível justificar a ausência de um grande número de matrimônios entre os escravos mais jovens.

Sem dúvida, um dos pontos mais notáveis a ser observado nessas uniões estáveis é que, efetivamente, foram delas que nasceram todos os escravos, registrados como “filhos” e “crias”, da fazenda Retiro. Precisamente, esse é um dos dados mais interessantes dessa comunidade escrava que, no entanto, apenas com o recurso à observação global do gráfico etário, não é possível observar facilmente. Os “filhos”, escravos que vieram à luz nessa fazenda, representavam, ao todo, 31,25% da escravaria de Manoel Luiz. As idades variam entre 0 e 29 anos, sendo que o maior número desses escravos foi registrado na faixa etária entre 8 e 22 anos. Essa elevada porcentagem, aliada à informação da idade desses cativos, é sugestiva de que neste corte demográfico específico havia uma tendência à reprodução vegetativa e que o potencial reprodutivo estava em curso, pelo menos, desde a década de 1860.

A partir dessas informações, nota-se que, depois do encerramento do tráfico transatlântico de escravos, Manoel Luiz dos Santos Werneck valeu-se de duas estratégias para a manutenção demográfica de força de trabalho: o recurso ao tráfico interno e o estímulo – evidenciado nos frutos das relações matrimoniais – à reprodução natural de seus escravos. Em 1872, ao representar 31,25% da escravaria, o crescimento vegetativo parece ter efetivamente contribuído mais à manutenção da escravaria do que o expediente ao tráfico interno (representante de 13,75% dessa comunidade), mostrando-se assim como uma alternativa viável para suprir a necessidade de braços escravos da fazenda Retiro.

Essa realidade pode ser constatada mesmo em escravarias menores. É o caso da relação dos cativos pertencentes a José Dias Mendes, produtor de café desde 1862 na Paraíba do Sul e um dos signatários da representação desse município contra o ventre

livre em 1871.⁹⁰ Segundo a matrícula presente no inventário *post mortem*, lavrado em 1879, José Dias Mendes possuía em 1872, 31 escravos, sendo 18 homens e 13 mulheres, ou seja, uma situação equilibrada tal qual mostra o gráfico 4. A matrícula lista uma única escrava havida por herança, que já contava com 50 anos. 15 indivíduos foram comprados e, pelo preenchimento do campo “naturalidade”, é possível inferir que 47% (4 homens e 3 mulheres) deles foram adquiridos na vigência do tráfico atlântico e o restante (5 homens e 3 mulheres) dentro do Brasil, nas províncias do Rio de Janeiro (1 homem e 1 mulher), Bahia (1 mulher), Pernambuco (2 homens e 1 mulher) e Alagoas (2 homens). O restante da comunidade (15 escravos – 48,4%) nasceu na propriedade do fazendeiro e, em sua maioria, era composta por escravos que tinham até 10 anos, apesar das idades nesse grupo variarem entre 2 e 21 anos. Assim, José Mendes valeu-se igualmente do tráfico interno e do estímulo a reprodução vegetativa para dar sobrevida ao cativeiro em sua fazenda, tal qual Manoel Luiz e a viscondessa do Rio Preto. Aos coevos, essas duas alternativas de reposição de mão de obra, portanto, não eram excludentes entre si, mas mutuamente complementares.

Gráfico 4.

Fonte: *Inventário de José Dias Mendes – 1879*. Museu da Justiça do Rio de Janeiro, Registro 8881, Caixa 970, Códice 9672.

A mesma situação é observável entre um dos peticionantes de Cabo Frio. João José Pereira, em 1872, possuía 49 escravos, sendo 26 homens e 22 mulheres (não foi possível identificar o sexo de um dos(as) escravos(as)). Dois escravos, um homem e uma mulher, foram herdados. Ao todo o fazendeiro comprou 17 escravos. Dez (6

⁹⁰ Cf. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Edições de 1862 a 1871.

homens e 4 mulheres) vieram da África e tinham, em 1872, entre 32 e 40 anos. Os outros sete (3 homens e 4 mulheres) foram adquirido em Cabo Frio e possuíam, na data da matrícula, entre 20 e 45 anos. Esse equilíbrio entre os sexos certamente contribuiu para com o número de nascimentos registrados na fazenda de João José Pereira: 30 dos 49 escravos foram registrados como fruto das uniões estabelecidas entre os cativos, ou seja, 61,2% da escravaria nasceu na própria fazenda, sendo que uma única escrava deu à luz a pelo menos 6 cativos. Desse grupo, cerca de 2/3 tinham até 20 anos, como mostram as primeiras faixas etárias do gráfico 5.

Gráfico 5

Fonte: *Inventário de João José Pereira – 1873*. Museu da Justiça do Rio de Janeiro, Registro 17464, Caixa 1813, Códice 18255.

Um dos grandes nomes constantes tanto na representação de Bananal quanto na representação do Clube da Lavoura e do Comércio é o do comendador Manoel de Aguiar Vallim, que levou consigo nos encontros que originaram esses documentos o seu genro Pedro Luiz Pereira. Potentado e líder político em Bananal, Vallim herdou do pai uma parte da famosa fazenda Resgate e, o restante da propriedade, comprou dos irmãos nas décadas de 1850 e 1860, transformando-a em grande complexo produtivo.⁹¹ Por ocasião da matrícula, em 1872, a fazenda Resgate possuía, ao todo, 436 escravos. Destes, 254 eram homens e 182 mulheres, ou seja, a razão de masculinidade era de 139,5. Como evidenciado no gráfico 6 pelo alto número de escravos entre 40 e 44 anos, o comendador investiu pesadamente nos derradeiros anos de vigência do tráfico.⁹²

⁹¹ Cf. Hebe Maria Mattos de Castro, Eduardo Schnoor (orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, pp.21-30.

⁹² Com efeito, até depois de encerrado o tráfico em 1850, Vallim se envolveu no comércio de escravos com a África, o que lhe impediu, inclusive de se nobilitar como “barão de Bananal”. Sobre isso ver:

Compondo o estrato mais velho da comunidade, 159 cativos foram registrados como africanos, sendo que 114 eram homens e 45 mulheres, grande desproporção, de acordo com a predileção do comércio de almas. Findo o tráfico transatlântico, conforme sugerem os campos “naturalidade” e “filiação” da matrícula, Vallim dedicou-se à compra de 34 cativos em diversas províncias do Império (Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Goiás e Maranhão), com uma proporção entre homens e mulheres mais equilibrada: 22 homens e 12 mulheres. Preocupando-se em atenuar ainda mais o desequilíbrio entre os sexos, 42 escravos (21 homens e 21 mulheres) foram comprados na província do Rio e outros 27 (15 homens e 12 mulheres) em São Paulo.

Gráfico 6

Fonte: *Inventário de Manoel de Aguiar Vallim – 1878*. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 170, N° 3472.

As relações familiares eram uma realidade na fazenda Resgate.⁹³ Ao todo, 236 escravos eram casados e 28 viúvos. Como nos casos acima, essas relações frutificaram e 171 escravos foram registrados como de filiação conhecida. Todos eles partilhavam o cativeiro com os pais na fazenda, o que indica que muito provavelmente eles nasceram na propriedade. Nesse grupo, de crianças e adolescentes (entre 0 e 15 anos), é possível contar 88 escravos, indicando que o potencial reprodutivo estava em curso pelo menos

Martha Abreu. O Caso do Bracuhy. In: Hebe Matos e Schnoor. *Resgate: uma janela para o oitocentos*, pp.165-196.

⁹³ Para uma análise acerca da família entre os escravos de Vallim: Manolo Florentino e José Roberto Góes. Parentesco e Família entre os Escravos de Vallim. In: Hebe Matos e Schnoor. *Resgate: uma janela para o oitocentos*, pp.139-164. Os autores, contudo, apresentaram em conjunto os dados das matrículas da fazenda Resgate e da Bocaina e não estimaram a porcentagem de nascimentos nessa comunidade escrava. Para esta dissertação, buscou-se atentar a essa taxa mesmo que não utilizando o exemplo da fazenda da Bocaina que, em 1872, possuía 226 escravos (132 homens e 94 mulheres), entre os quais 51, no mínimo, nasceram na propriedade do comendador.

desde a década de 1860. Ou seja, em 1872, ano da matrícula, 39,2% da comunidade escravizada nos domínios da fazenda Resgate estava lá não em virtude de transações financeiras de Vallim, mas do ventre de suas mães. Uma tendência que parece ter continuado como demonstra os registros de nascimentos constantes no inventário *post mortem* do bananalense: entre 1871 e 1878, nasceram de ventre livre na fazenda Resgate 92 ingênuos. As compras não foram tão expressivas, para o mesmo período: 13 escravos foram comprados, sendo que a maioria (9) era composta por mulheres.

Do mesmo modo que na Paraíba do Sul, a representação do município de Bananal não contou apenas com megaproprietários. Antônio Barbosa da Silva pode fornecer um bom exemplo disso. Graduado em direito e casado Maria de Oliveira Arruda, filha de Braz de Oliveira Arruda, era filho do também Antônio Barbosa da Silva, conhecido como “Gordo” e “Baú”, que se destacara entre os fazendeiros de Bananal na década de 1850 possuindo 344 escravos. Dono de quatro fazendas, Antônio Barbosa teve sua fortuna pulverizada entre 12 herdeiros, ao falecer em 1852.⁹⁴ Seu filho homônimo, que assinou a representação contra o ventre, ficou com a fazenda Bom Retiro, mas, ao que tudo indica, já sem grande número de escravos. Em 1872, o fazendeiro possuía 60, equitativamente divididos quanto ao sexo. Metade dos escravos era casada e apenas 6 (1 homem e 5 mulheres) era composta por viúvos. 20 escravos eram africanos e 12 advinham do Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Bahia, estes certamente foram comprados no tráfico interno. Segundo os dados da matrícula, 25 escravos (41,6%) nasceram na fazenda Bom Retiro.

⁹⁴ Cf. Breno Servidone Moreno. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2013, pp.103-104.

Gráfico 7

Fonte: *Inventário de Antonio Barbosa da Silva – 1875*. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 161, Nº 3383.

Em vista dos dados apresentados, é possível afirmar que, para os fazendeiros peticionantes de 1871, o fim natural da escravidão não estava no horizonte.⁹⁵ Frente ao fim do tráfico transatlântico, em 1850, os proprietários do Vale do Paraíba, com o fim de garantir a manutenção de suas escravarias, passaram a atuar em duas frentes: investiram no tráfico inter e intraprovincial e estimularam a reprodução vegetativa entre seus cativos. Uma atividade não excluía a outra, mas sim se complementavam na agenda senhorial de reprodução indefinida do cativo no tempo.

Prognósticos futuros

Ao longo dos meses do debate, praticamente todos os deputados reconheciam que a questão que se discutia era a mais importante da história do Império desde a independência. Os interesses de cada um, bem como as leituras do passado e do

⁹⁵ A reprodução vegetativa de escravos no Brasil, com exceção da província de Minas Gerais, sempre foi vista como algo improvável. Recentemente, o trabalho de Ricardo Salles demonstrou que no município de Vassouras a reprodução natural também foi uma realidade a partir da década de 1860. O exercício analítico deste capítulo sugere que esse comportamento demográfico pode ter ocorrido em outras localidades do Vale do Paraíba, mas ainda são necessários estudos mais sólidos nesse sentido. Sobre o caso mineiro veja-se: Douglas Cole Libby. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988. Clotilde Andrade Paiva; Douglas Cole Libby. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, v.25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995. Laird Bergad. *Escravidão e história econômica – Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004. (1º ed. 1999); Jonis Freire. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista*. São Paulo: Alameda, 2014, pp.140-159. Sobre Vassouras: Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo*. O primeiro a levantar a hipótese de reprodução natural entre os escravos brasileiros, mas sem grande impacto na historiografia, foi Robert Brent Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972, pp.12-19.

presente levaram o legislativo brasileiro, notadamente a Câmara, a se dividir em dois campos antagônicos. De um lado, um grupo majoritário, alinhado ao gabinete, compreendia que o momento presente exigia uma solução para escravidão; apesar da importância dos lavradores do Centro-Sul a opinião dos proprietários não poderia ser estendida a todo o país. De outro lado, uma minoria aliava-se ferrenhamente aos fazendeiros centrados na região do rio Paraíba do Sul e resistia a qualquer tentativa de modificação nas relações existentes entre senhores e escravos. O primeiro grupo tinha pressa e almejava por um ponto final na questão. O segundo protelava em excesso e tinha receios de que o intuito do gabinete erodisse o edifício social do Império, sua matriz civilizacional.

Perfilado na linha de frente do gabinete, o baiano Junqueira tratou de clarear os termos do debate. Segundo ele, contrariamente ao argumentado nas representações, o projeto, caso aprovado, não abalaria as relações entre senhores e escravos, “e que, votada esta lei, como *a última palavra* que devemos dar sobre a matéria, a autoridade senhoril fica consolidada, porque então o escravo compreenderá que para obter a sua liberdade precisa do consentimento do seu senhor, e de se lhe tornar agradável”. O deputado pontuou ainda que essa reforma “tem por si o futuro, porém o futuro sem alteração notável para o presente”. Ora, apesar de desconsiderar os próprios dispositivos do projeto que consagravam aos escravos a aquisição da liberdade sem a anuência de seus senhores, Junqueira vaticinava expressamente que o projeto do governo deveria ser votado como “a última palavra” sobre a matéria, o que significava que dali em diante mais nenhuma medida legislativa tendente à emancipação deveria ser tomada. Assim, a liberdade do ventre e tão somente ela seria capaz de levar a escravidão, lentamente, ao seu fim. Em outros termos, ao estabelecer o ponto final do cativeiro a partir de uma modificação no futuro, o que se defendia era uma emancipação controlada, que, contudo, concedia sobrevida à escravidão. O problema era que ao mirar no futuro, Junqueira parecia desconhecer o próprio presente no qual reinavam delicados laços de domínio entre senhores e escravos, que poderiam se romper gerando as consequências que os senhores cogitaram nas petições.⁹⁶

A fala de Junqueira, duramente rebatida por Perdigão Malheiro, apenas preludiou o próprio pensamento do gabinete. O ministro da agricultura prestou-lhe a devida reverência ao deixar clara qual a política do gabinete no que tangia a

⁹⁶ Cf. ACD. Sessão de 11 de julho de 1871, Tomo III, pp.101-106. Grifos meus. Cf. tb. ACD. Sessão de 22 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.228-230.

emancipação: antecipar-se a qualquer radicalismo emancipacionista que pudesse imanar da sociedade civil e dirigir o processo de fim da escravidão, dando-lhe o tom ao assinalar “os limites a que se podia chegar sem perigo”. Resolver a questão era, segundo Rio Branco, de interesse dos próprios agricultores que estavam “sem saber o que pretende fazer o legislador, sem saber qual a lei em que viverá”. Naquele momento, era mais sensato tomar a dianteira do processo imprimindo-lhe uma direção, pois os anos vindouros poderiam ser palco de circunstâncias com capacidade de tornar “amanhã impossível o que hoje é tão fácil”.⁹⁷ Essa preocupação em controlar o tempo, projetando um futuro a partir da leitura da história marcou as falas dos deputados. Nas palavras de Alencar Araripe, por exemplo, que argumentava que os defensores do projeto sustentavam os interesses da lavoura, cumpria

resolver o problema com brevidade; a demora exigirá maiores sacrifícios para o futuro. (...) Os nobres opositores da proposta, retardando a providência, concorrem, embora involuntariamente, para que o mal cresça pela exigência de mais enérgico remédio.

(...) O que os proprietários de escravos [do sul dos Estados Unidos] não quiseram por meios pacíficos e suaves, o tiveram pela força e violência das circunstâncias. Fujamos de semelhante hipótese, e aprendamos na alheia calamidade a evitar a nossa ruína.⁹⁸

Assim, o problema não estava na proposição da liberdade do ventre, mas na oposição tanto dos fazendeiros quanto dos emperrados. A história recente fornecia o mais vivo caso disso, o exemplo a ser evitado. E, como o país se encontrava, de acordo com Araújo Lima, “sobre uma pressão temerosa”, pois ninguém sabia como permaneceria a escravidão, urgia resolver a situação de modo a acalantar a “ansiedade do espírito público”⁹⁹. “A permanência da escravidão, como existe hoje, é que nos ameaça de graves perigos”, disse Rio Branco, ao sustentar que a proposta era composta por medidas moderadas que não tinham a capacidade de insubordinar os escravos nem tampouco de prejudicar o país, como argumentavam os peticionantes. “A grande vantagem deste projeto” era que não inovava nada, pois concedia “muito à escravidão e muito pouco à liberdade”. No limite, eram medidas que minavam o cativo, mas de

⁹⁷ Cf. Perdigão Malheiro. ACD. Sessão de 12 de julho de 1871, Tomo III, p.124; Ministro da agricultura. ACD. Sessão de 13 de julho de 1871, Tomo III, pp.132-133; Rio Branco. ACD. Sessão de 14 de julho de 1871, Tomo III, p.152. Cf. tb. Luiz Carlos. ACD. Sessão de 18 de julho de 1871, Tomo III, p.189.

⁹⁸ Cf. Sessão de 18 de Julho de 1871, Tomo III, p.197.

⁹⁹ Cf. Sessão de 21 de Julho de 1871, Tomo III, pp.226-227.

modo tão lento, gradual e controlado que acabavam por garantir a sua manutenção ainda por muito tempo, sem prejuízo real dos fazendeiros e das rendas nacionais.¹⁰⁰ Algo que toma mais força quando se compreende que os propugnadores da reforma tinham em mente que ela seria a palavra final sobre o assunto do cativo. Nos termos do chefe do gabinete:

(...) nós não queremos este projeto senão como solução completa (apoiados); e colocamo-nos entre os extremos, adotando as medidas mais moderadas e prudentes. Pelo projeto, a emancipação caminhará progressiva mas lentamente, tanto quanto é possível, e tanto quanto devem querer os grandes proprietários de escravos. (...)

A virtude do nosso projeto consiste em que não tiramos os braços atuais à lavoura, em que não desorganizamos o serviço agrícola. *(Apoiados e não apoiados)*. As manumissões que ele tende a animar e favorecer far-se-hão sem abalo, com a ação lenta e benéfica do tempo.¹⁰¹

No Senado, Rio Branco arrematou o argumento: o projeto da liberdade do ventre era “uma solução completa e final”, “a solução mais razoável e adequada às nossas circunstâncias”.¹⁰² Assim, apesar de parecer paradoxal, a defesa da emancipação do ventre escravo garantia a manutenção da escravidão nos anos vindouros; os fazendeiros acabariam por perceber isto.¹⁰³ Secundando Araripe, o visconde completava que a resistência à proposta é que poderia “criar perigos que hoje não existem”.¹⁰⁴ Mas afinal, que perigos eram esses que impeliam a maioria a combater em favor da proposta? Em primeiro lugar, havia o isolamento do Brasil no quadro internacional, notadamente após o desfecho da Guerra Civil Americana. Além de única monarquia na América, o Brasil era naquele momento o único país independente a manter a escravidão. Em segundo lugar, havia a opinião pública que, na esteira da crise da escravidão, manifestava-se com a formação de associações abolicionistas e com a aprovação, em assembleias províncias, de fundos de emancipação. Como o primeiro discurso de Rio Branco no debate deixou claro, ao segurar as rédeas da emancipação pela proposição da liberdade

¹⁰⁰ Cf. Rio Branco. ACD. Sessão de 31 de Julho de 1871, Tomo III, pp.304-306. Segundo o Ministro da agricultura, os fazendeiros manteriam “sem hesitação” a “propriedade existente” e na lei, caso aprovada, encontrariam “garantias, direitos e defesa que não vos serão negados”. Cf. Ministro da agricultura. ACD. Sessão de 13 de Julho de 1871, Tomo III, p.133.

¹⁰¹ Cf. ACD. Sessão de 7 de Agosto de 1871, Tomo IV, Apêndice, p.347. Grifos meus.

¹⁰² Cf. AS. Sessão de 15 de Setembro de 1871, Livro V, p.155.

¹⁰³ Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, pp. 145-146.

¹⁰⁴ Cf. ACD. Sessão de 7 de Agosto de 1871, Tomo IV, Apêndice, p.348.

do ventre escravo, o que se intentava era tanto uma readequação do Brasil aos quadros internacionais, assinalando ao mundo que a escravidão no país futuramente chegaria a termo, quanto a contenção das manifestações nacionais favoráveis à emancipação.¹⁰⁵ Se os propugnadores da proposta justificavam seu apoio ao ventre livre, pois diziam estar respaldados na opinião pública, o que eles almejavam era justamente conter essa opinião a fim de evitar qualquer radicalização no processo de fim do cativeiro.

Trava-se de uma “questão gravíssima”, como a classificou o ministro da agricultura, cuja “força impulsora” não poderia ser contida mais tarde caso o poder público não tomasse a dianteira. “Devia dirigi-la”, continuou, “esta é a verdade, para que o país não tivesse de lamentar fatos como aqueles ocorridos nas colônias inglesas o que ao governo cumpre evitar por todos os modos em nosso país.”¹⁰⁶ O ministro fazia referência, notadamente, a revolta de escravos em Demerara, fruto das notícias que chegaram à colônia acerca da reformulação, em 1823, da moção de Thomas Fowell Buxton, que previa, entre outras coisas, o melhor tratamento aos escravos e a abolição gradual do cativeiro nas colônias da coroa britânica. O ministro das relações exteriores, George Canning, retirou a abolição da moção, pois este ponto esbarrava nos interesses dos grupos das Índias Ocidentais, e manteve apenas a necessidade de melhor tratamento aos escravos. A contrapartida foi não apenas a rebelião escrava em Demerara, mas um crescente avanço, na esteira da brutal repressão ao movimento dos cativos, da mobilização pública pró-emancipação, que chegou a contar com a participação de mulheres e passou a demandar a abolição imediata. Depois de Demerara, o governo inglês não conseguiu controlar a opinião pró-emancipação e acabou abolindo o cativeiro em 1833.¹⁰⁷ Assim, de um lado, a história mostrava que perder por qualquer razão o controle da praça pública significava arruinar a direção do processo de fim da escravidão, que poderia se extremar, por outro lado, a resistência renhida a qualquer medida abolicionista e, assim, conduzir a uma guerra civil. Ambas as possibilidades futuras buscavam ser evitadas pela ação incisiva do gabinete Rio Branco.

Portanto, não foi apenas a constatação do isolamento internacional que impulsionou o ventre livre à política imperial, mas também uma intensa preocupação

¹⁰⁵ Cf. Rio Branco, ACD. Sessão de 14 de julho de 1871, Tomo III, pp.145-146. Para uma análise mais detida do discurso veja-se o primeiro item deste capítulo.

¹⁰⁶ Cf. AS. Sessão de 11 de Setembro de 1871, Livro V, p.107.

¹⁰⁷ Cf. Seymour Drescher. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Unespe, 2011. (1ª ed. inglês 2009), pp.345-376. Cf. tb. Emília Viotti da Costa. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (1ª ed. inglês 1994), pp.212-215.

em dirigir a questão evitando qualquer radicalismo que pusesse em perigo a ordem imperial. Ao fim e ao cabo, elevava-se à política ministerial a preocupação manifestada por Teixeira Júnior no ano anterior, quando da interpelação a Itaboraí, então presidente do conselho de ministros, de que “o Partido Conservador não pode abandonar às discussões dos clubes e da praça pública uma questão tão incandescente, e cuja *boa solução exige ser dirigida* pelos poderes do Estado.”¹⁰⁸ O que norteava o ministério era apenas o reconhecimento do isolamento internacional do Brasil e da crescente opinião favorável à emancipação. Aprovar a liberdade do ventre tinha tão somente o objetivo de adequar o país ao quadro internacional e conter as manifestações públicas pró-abolição. Depois de sua promulgação, nada deveria ser feito. Decorreu disso a pressa com que se tentou aprovar o projeto de 12 de maio, que só não se tornou lei em menor tempo em virtude de uma incansável oposição do Vale do Paraíba.

A pressa pode ser aquilatada pela própria escolha da apresentação do projeto ministerial e não daquele elaborado pela Câmara no ano anterior. Como já se viu, se este estivesse em debate seriam necessárias três discussões para aprova-lo, mas como se tratava de um projeto do gabinete, eram necessárias apenas duas.¹⁰⁹ O grande exemplo da celeridade na aprovação, contudo, pode ser extraído da votação, em 22 de julho, do primeiro artigo, que declarava a liberdade do ventre. Quando se iniciou a sessão naquele dia, a minoria não estava presente no salão e Ferreira de Aguiar requereu urgência para que na primeira parte da ordem do dia continuasse a discussão do elemento servil. Uma vez aprovado o requerimento e iniciada a primeira parte dos trabalhos, outro requerimento de urgência foi levado à mesa, mas, dessa vez, por João Mendes de Almeida, um dos relatores da comissão especial, que pedia a conclusão da discussão do artigo 1º. O requerimento foi aprovado e a discussão encerrada. Pelo regimento o artigo 1º deveria ser colocado em votação. Nesse momento, a dissidência conservadora rompeu no salão da Câmara proferindo inúmeras reclamações que foram contestadas pela maioria. Por várias vezes o presidente precisou reclamar atenção e ordem até que os ânimos se acalmassem, e Andrade Figueira bradasse “o que se vai votar?”. A resposta do presidente reacendeu os ânimos e seguiram-se inúmeros apartes. As reclamações não eram porque o artigo seria votado, mas o modo pelo qual ele foi posto

¹⁰⁸ Cf. ACD. Sessão de 14 de Maio de 1870, p.23. Grifos meus. Sobre a discussão da interpelação veja-se o primeiro capítulo da dissertação.

¹⁰⁹ Cf. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Capítulo IX, Artigo 156, pp.47-48. In: *Regimento interno da Camara dos Deputados acompanhado do Regime Commum, Constituição Política do Imperio, Acto Adicional, Lei de Interpretação, Lei de Responsabilidade dos Ministros e dos Conselheiros de Estado*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

à votação. Quando tudo ocorreu, a minoria não estava presente porque era sábado e a primeira hora dessas sessões estava reservada à apresentação de requerimentos, projetos e indicações. Logo, ninguém esperava uma votação, ainda mais porque o relator da comissão especial estava inscrito para discursar sobre o primeiro artigo. Foram pegos de surpresa. Segundo a dissidência, o regimento da Câmara estava sendo deturpado. Não fez efeito algum, em meio à discussão regimental e a troca de acusações que se seguiu, a justificativa de Baependi e Coelho de Rodrigues de que não havia mais projetos e indicações a serem discutidos e que os deputados não eram obrigados a esperar de braços cruzados até o fim da primeira hora da sessão. Era “uma traição”, de acordo com Capenama, e uma ação “indigna da Câmara e do assunto”, como reclamou Andrade Figueira.¹¹⁰ Relacionando a pressa com a viagem do imperador a Europa, Figueira foi ácido:

Compreendo que há o maior empenho em que o paquete que está próximo a partir para a Europa leve do Brasil essa tão desejada carta de crédito, que a impaciência do servilismo procura dirigir ao chefe do Estado. (*Apoiados da oposição; vivas reclamações*).

Ao menos aqueles que defendem aqui a causa do bom senso e dos interesses nacionais levantarão comigo um brado que acusa a vergonha da vitória. (*Muito bem da oposição; diferentes apartes e reclamações. O sr. Presidente reclama atenção e ordem*).¹¹¹

A “vergonha da vitória” não estava apenas na pressa, mas no fato dos deputados terem aprovado o encerramento da discussão daquela maneira sem ao menos declararem seus votos: era “preciso que o país inteiro conheça quais os seus representantes que tem a coragem de suas opiniões”. Por esta razão, Andrade Figueira pediu para que a votação de encerramento fosse refeita, mas de modo nominal. Os membros da maioria, segundo Junqueira, não tinham “o menor receio de assumir a responsabilidade” de seus votos e não queriam, como desejava a minoria, que ficasse “indefinidamente protelada a votação de uma matéria importante como a que tratamos”. Afirmou que havia coragem na maioria e defendeu-a das acusações iniciais de que estavam fazendo uma votação surpresa e inesperada quando os deputados da minoria estavam fora do salão da Câmara. E continuou:

¹¹⁰ Cf. ACD. Sessão de 22 de Julho de 1871, Tomo III, pp.229-234.

¹¹¹ Cf. Idem, p.234.

Não há de ser a gritaria nem o tumulto que nos há de demover do propósito em que estamos! (*Muito bem, apoiados*).

Esta maioria ilustre, que tem sido vítima de vitupérios imerecidos, tenham disto a certeza, há de caminhar desassombrada, sem trepidar, na senda de seus deveres. (*Numerosos apoiados; muito bem*).

Não aceitamos no encerramento a votação nominal por inútil; queremos-la, sim, na votação do art. 1º.

Tomamos toda a responsabilidade perante o país.

O Sr. Andrade Figueira: - O escândalo do encerramento da discussão é muito maior do que o da proposta.

O Sr. Junqueira: - Havemos de sair desta casa, mercê de Deus, com a cabeça erguida, como por ela entramos! Respeitamos a todos, mas também queremos ser respeitados. (*Muito bem*). A onda dos apodos e recriminações não nos pode tocar! (*Muitos apoiados e diversos apartes. O Sr. Presidente reclama ordem*)¹¹²

A votação do encerramento não foi refeita, mas o artigo foi votado nominalmente e aprovado com as emendas da comissão especial num placar muito semelhante ao da votação final do projeto. Perdigão Malheiro fez questão de publicar tanto no *Diário do Rio de Janeiro* quanto no *Jornal do Commercio* que votou contra o art.1º. Em ambos os jornais publicaram-se artigos apócrifos criticando o episódio da votação. Um deles, assinado pela “opinião pública” e publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, argumentava junto com Andrade Figueira: a maioria da Câmara corria para que o Imperador pudesse levar a notícia no paquete que partiria no dia 24 de junho rumo à Europa.¹¹³

Depois da votação do artigo primeiro, ponto fulcral do projeto, a maioria passou a encerrar e votar os artigos com certa rapidez. Ilustra bem o caso o ocorrido com um dos artigos mais criticados pelos peticionantes, o quarto, que regulamentava o pecúlio e consagrava a alforria forçada. Rio Branco foi o primeiro a discursar, defendendo-o e pontuando que essas medidas não eram capazes de insubordinar os escravos. Depois dele tomaram a tribuna Gama Cerqueira e Almeida Pereira, que levantaram opróbios ao artigo, mas não receberam contra-argumento de nenhum deputado da maioria, apesar de, segundo Andrade Figueira, terem pronunciado “eloquentes e vigorosos discursos [que] fulminar[a]m a disposição do artigo”. Seus discursos de nada adiantaram. Tão

¹¹² Cf. Idem, p.235.

¹¹³ Cf. *Jornal do Commercio*, edição de 23 de julho de 1871, p.3. Cf. tb. *Diário do Rio de Janeiro*, edição de 23 de julho de 1871, p.4.

logo Almeida Pereira se pronunciou, João Mendes, novamente, requereu o encerramento da discussão. Antonio Prado zurrou: “A que está reduzida a representação da província de S. Paulo! Tenho até vergonha de pertencer a esta representação. Mas, felizmente, não é um filho de S. Paulo.”¹¹⁴

Não obstante o reclamo da dissidência, o artigo foi votado e aprovado e, pela lógica, a discussão do artigo 5º tinha que se iniciar. Pinto Moreira obteve a palavra, contudo, não se enveredou no artigo 5º, mas disparou severas críticas: os encerramentos e as votações precipitadas eram “cenas nunca vistas no Parlamento brasileiro”. O “encerramento responde ao argumento, a votação supre a discussão (...) o que aqui se vem buscar não são razões, mas votos, não luz, mas número (...); encerrar é andar, votar é conseguir”. E questionava: “não serão o prelúdio da conflagração que a reforma servil vai levar ao país?”¹¹⁵ O que se buscava ao reclamar do procedimento do governo, não sem veemente oposição da maioria e grande troca de apartes, era esgotar-se a duração da sessão. Os deputados ficaram em pé para trocar apartes entre si, e a celeuma foi tão grande que o conde de Baependi clamou em alto e bom tom que renunciava da posição de presidente da Câmara. Para ele o cargo tornava-se cada vez mais delicado, afinal todos sabiam qual era sua postura diante do projeto do governo: ele era filho do marquês de Baependi e irmão de Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Costa e Gama, barão de Santa Mônica (1882) e de Manuel Jacinto Carneiro da Costa e Gama, barão de Juparanã (1874). Os dois assinaram a petição da cidade de Valença contra o ventre livre.¹¹⁶

Nos bastidores, Baependi estava pugnando justamente para que episódios como esse não ocorressem. De modo a garantir as discussões, sem encerramentos abruptos, conferenciou com Rio Branco no final de julho e ambos chegaram ao seguinte acordo: a oposição poderia proferir três discursos sobre o art.4º e dois sobre cada um dos outros artigos, além de assegurar que a duração da 3º e última discussão da reforma servil fosse de apenas quatro dias. Estabelecido os termos, o conde foi até a casa de Paulino de Souza para apresentar-lhe o acordo. O filho do visconde do Uruguai, assumindo a responsabilidade de líder articulador da oposição escravista, respondeu por carta e só depois de consultar seus colegas:

¹¹⁴ Cf. Rio Branco. ACD. Sessão de 31 de julho de 1871, Tomo III, p.304; Gama Cerqueira. ACD. Sessão de 1 de Agosto de 1871, Tomo IV, pp.7-13; Almeida Pereira. ACD. Sessão de 2 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.25-32; João Mendes e Antonio Prado. ACD. Sessão de 2 de agosto de 1871, Tomo IV, p.34.

¹¹⁵ ACD. Sessão de 2 de agosto de 1871, Tomo IV, p.38.

¹¹⁶ Cf. ACD. Sessão de 2 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.36-38.

Não nos achamos habilitados para declarar de antemão com quantos discursos poderá ficar suficientemente esclarecida a matéria de cada artigo; nem nos parece que o ministério possa também julga-lo antes do debate. Por isto e porque não devemos receber como concessão do governo, e tão restrita, o que reputamos direito nosso garantido pela constituição e pelo regimento da Câmara, entendemos não dever aceitar a proposta apresentada por V. Ex.¹¹⁷

Frustrado o acordo, o ministério sequer permitiu que os opositores pronunciassem os três discursos prometidos sobre o 4º artigo, pois combinou de antemão com seus aliados que a proposição do encerramento fosse requerida logo depois do segundo discurso da oposição, que, no caso, acabou sendo o discurso de Almeida Pereira.¹¹⁸ Sem negociação, o que se buscava era que o projeto corresse mais rápido. O resultado foi a tumultuosa aprovação do artigo quarto.

Na imprensa, um grupo de 38 deputados (entre os quais Paulino, Alencar, Andrade Figueira, Duque-Estrada, Ferreira Vianna, Rodrigo Silva e Perdigão Malheiro) publicou um extenso artigo criticando o ocorrido. Segundo o texto, “bastaria este fato [encerramento e votação do artigo 4º] só por si para revelar que o governo está na resolução, não de fazer discutir e justificar a proposta, mas de leva-la de vencida, tornando a discussão na Câmara uma vã formalidade, que ainda quer guardar neste simulacro que hoje temos de regime constitucional”. Para o grupo a pressa deveria ser deixada de lado, e o debate tinha de ser amplo, afinal de contas “algumas horas de discussão não são suficientes para decretarem-se medidas que vão alterar sob mais de um aspecto o modo de ser de nossa sociedade.”¹¹⁹

Na sessão seguinte, ainda havia resquícios da polêmica: Baependi não compareceu e o novo presidente eleito foi ninguém menos do que Teixeira Júnior, apóstolo da emancipação controlada ao menos desde o ano anterior.¹²⁰ O novo presidente parece ter dado segurança para que a maioria continuasse com sua estratégia. Por duas vezes Alencar Araripe requereu o encerramento da discussão de artigos antes mesmo de qualquer discussão ser iniciada, e Cruz Machado em tom irônico sentenciou que se tratava do “encerramento dos artigos nascituros”. Em certa ocasião, Alencar Araripe, por ter sido constantemente interrompido por Andrade Figueira, Cruz Machado

¹¹⁷ O episódio foi narrado pelo próprio Paulino que citou a carta endereçada ao conde de Baependi. Cf. ACD. Sessão de 23 de agosto de 1871, p.241.

¹¹⁸ Cf. *Discussão da Reforma do Estado Servil na Câmara dos Deputados e no Senado*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871, 2 vol., v.II, p.6.

¹¹⁹ Cf. *Jornal do Commercio*, edição de 4 de agosto, p.3.

¹²⁰ Cf. ACD. Sessão de 3 de agosto de 1871, Tomo IV, p.43.

e Antonio Prado, pediu o encerramento da discussão de outro artigo para “punir o seu erro e injustiça [daqueles que o interrompiam]”.¹²¹

A fórmula encontrada pela dissidência conservadora para tentar conter a estratégia da maioria foi, de um lado, apresentar constantes indicações, requerimentos e interpelações, para consumir o tempo das sessões. Isso ocorreu ao menos em oito ocasiões e foi o bastante para consumir três sessões inteiras impedindo que a liberdade do ventre fosse nelas discutida.¹²² De outro lado, a minoria tentou, sempre que possível, esvaziar a Câmara na tentativa de impossibilitar a formação de quórum mínimo para que as sessões fossem iniciadas. No jargão parlamentar, a atitude era sugestivamente conhecida como o “fazer parede”. Em alguns casos, abandonavam a sessão ainda em andamento, em outros, compareciam ao edifício da Câmara, mas ficavam nas antessalas e corredores e, com sucesso, conseguiram efetivamente que duas sessões não ocorressem.¹²³ Ambas as estratégias começaram tão logo ocorreu a votação do artigo primeiro, complementando, desse modo, a reformulação do argumento da opinião pública perpetrada pelos emperrados. Por duas vezes o visconde do Rio Branco protestou contra esses procedimentos, Araújo Lima o fez em uma ocasião e Alencar Araripe questionou se havia respaldo no regimento para que isso ocorresse. Do Senado, Itaboraí defendia a ação da minoria e, nos termos de Andrade Figueira, o “fazer parede” era “um protesto contra a força numérica”.¹²⁴

¹²¹ Em todas as ocasiões, Araripe foi veementemente criticado por Capanema, Cruz Machado, Duque-Estrada Teixeira e Pereira da Silva. Cf. ACD. Sessão de 10 de agosto de 1871, Tomo IV, p.106; ACD. Sessão de 11 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.117-120.

¹²² Cf. ACD. Sessão de 26 de Julho de 1871, Tomo III, p.273. (indicação de Duque-Estrada Teixeira); ACD. Sessão de 31 de Julho de 1871, Tomo III, p.297-300. (uma interpelação de Antonio Prado, dois requerimentos de Andrade Figueira, um requerimento de Duque-Estrada Teixeira); ACD. Sessão de 1 de Agosto de 1871, Tomo IV, pp.6-7. (interpelação de José de Alencar); ACD. Sessão de 4 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.46-60. (discussão da interpelação de Antonio Prado); ACD. Sessão de 5 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.62 e pp. 64-75. (requerimento de Duque-Estrada Teixeira e discussão da interpelação de José de Alencar); ACD. Sessão de 10 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.104. (resposta da indicação de Duque-Estrada Teixeira); ACD. Sessão de 11 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.127. (requerimento de F. Belisário); ACD. Sessão de 12 de Agosto de 1871, Tomo IV, pp.132-134. (discussão do requerimento de F. Belisário).

¹²³ Cf. ACD. Sessão de 27 de Julho de 1871, Tomo III, p.285 (os dissidentes começaram a se retirar durante a sessão); ACD. Sessão de 11 de Agosto de 1871, Tomo IV, pp.171-120. (Alencar Araripe denuncia que os dissidentes iam ao prédio, mas ficavam nos corredores). Não houve sessão nos dias 28 e 29 de julho, por falta de quórum. Cf. ACD. Sessão de 28 de Julho de 1871 e Sessão de 29 de Julho de 1871, Tomo III.

¹²⁴ Cf. Rio Branco. ACD. Sessão de 31 de Julho de 1871, Tomo III, pp.301-302 e AS. Sessão de 17 de Agosto de 1871, Livro IV, p.174; Araújo Lima. ACD. Sessão de 26 de Agosto de 1871, Tomo IV, pp.286-287; Alencar de Araripe. ACD. Sessão de 11 de Agosto de 1871, Tomo IV, pp.117-120; Itaboraí. AS. Sessão de 10 de Agosto de 1871, Livro IV, pp.72-73; Andrade Figueira. ACD. Sessão de 31 de Julho de 1871, Tomo III, p.302.

Acrescida da contundente aliança com os fazendeiros do eixo Rio-Minas-São Paulo, deu força à pugna dos emperrados contra o projeto o fato de que nenhum deles acreditava na manifestação do gabinete de que o ventre livre, se transformado em lei, seria a última palavra na legislação escravista. Nesse sentido, o primeiro a criticar o posicionamento do governo foi Perdigão Malheiro, que repetiu o feito em outras duas ocasiões. Segundo ele, na esteira da aprovação do projeto

seremos forçados a decretar a emancipação imediata e simultânea em muito breve tempo, em 2 ou 3 anos (*muitos apoiados da minoria*) ou se o governo, em vista das circunstâncias gravíssimas em que se há de achar o país, não a fizer por ato de ditadura para salvar o Império, ela se fará por si e com todo o estrondo que uma reforma desta ordem é capaz de produzir nos fatos humanos. (*Muitos apoiados; muito bem da minoria.*).¹²⁵

Desse modo, segundo Malheiro, o projeto ministerial seria um caminho sem volta e impossível de ser controlado, como pretendia o gabinete, pois estaria eivado de “circunstâncias gravíssimas” (as mesmas previstas pelos peticionantes), que implicariam inevitavelmente na abolição próxima da escravidão. Cada uma a seu modo, as manifestações contrárias ao pensamento do ministério e de seus aliados seguiram essa mesma linha argumentativa. Souza Reis, por exemplo, após seguir de perto tudo aquilo que os fazendeiros pontuaram nas representações, concluiu seu discurso ovacionando o modo como os escravos eram tratados no Império. Os cuidados eram tão graciosos que, segundo o deputado, no Brasil, o cativo era “amigo de seu senhor”. Essa sujeição benévola seria destruída pelo projeto e, na sequência, o mesmo ocorreria à própria escravidão. A peça ministerial, uma vez transformada em lei de Estado, seria o prólogo da abolição. Se o governo insistisse na sua política emancipacionista, “breve chegará o momento em que eu possa dizer ao nobre presidente do conselho: as minhas previsões realizaram-se!”¹²⁶ Numa linha argumentativa muito similar a de Souza Reis, Pereira da Silva, que classificou a proposta de “monstruosa”, foi mordaz na arrematação final: “É por isso que não tendes querido discussão larga, porque ela mostraria os defeitos, a inexequibilidade da proposta. (*Apoiados*).”¹²⁷

¹²⁵ Cf. ACD. Sessão de 9 de agosto de 1871, Tomo IV, p.97. Das falas de Malheiro, ver também: ACD. Sessão de 12 de julho de 1871, Tomo III, p.124; ACD. Sessão de 26 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.298-299 e pp.102-103.

¹²⁶ Cf. ACD. Sessão de 21 de julho de 1871, Tomo III, pp.75-77.

¹²⁷ Cf. ACD. Sessão de 24 de agosto de 1871, Tomo IV, p.271.

Mas não era apenas porque traria o caos que a liberdade do ventre levaria rapidamente à abolição total. F. Belisário, à luz dos discursos de Rio Branco, do ministro da agricultura e de Junqueira, concluiu que se a ideia da emancipação caminhava na sociedade civil arrebatando a todos, “ela não há de parar, há de caminhar forçosamente, e porque havemos de esperar que os nossos adversários políticos satisfaçam-se com esta resolução? Eles quererão ir mais adiante, se não hoje, amanhã, no dia seguinte ao da lei; e como impedi-los?”¹²⁸ Isto é, um dos intuitos primordiais do governo, antecipar-se, conter a opinião e controlar a emancipação, era algo completamente irrealizável, pois, uma vez aprovada, a liberdade do ventre, além de insubordinar os escravos, não contentaria os anseios abolicionistas que, certamente, iriam tornar-se cada vez mais radicais. Era a completa destruição da ordem brasileira vigente. Portanto, Pereira da Silva não estava desamparado quando clamava: “como ousais dizer que não ireis mais longe, que é esta proposta a última palavra na questão?”¹²⁹ Se a reforma do governo passasse, iria acontecer “o que eu prevejo”, disse Almeida Pereira, “a emancipação estará feita no país dentro de um ou dois anos”.¹³⁰

Paulino de Souza completava na Câmara a execração ao projeto chamando a atenção de todos para o modo como a imprensa abolicionista europeia o rotulava. Com um exemplar do *Anti-Slavery Reporter* nas mãos, fez questão de ler os comentários ali feitos acerca do projeto ministerial. Na pena dos ingleses, a liberdade do ventre não era apenas “excessivamente complicada, contraditória”, mas também “de difícil senão impossível execução”. Gerava, em suma, “a inspiração da injustiça e do medo: é uma má solução.” Evocando a autoridade do periódico de ampla circulação da associação abolicionista inglesa como um último recurso para difamar o projeto, Paulino não foi capaz de demover a Câmara. O ventre livre, aprovado, seguiu ao Senado.¹³¹

Na casa vitalícia, o Senador Antão acompanhou de perto os deputados oposicionistas. Segundo ele, não apenas o caráter direto das medidas da proposta, mas também o avanço da opinião abolicionista (que não seria barrada pelo projeto) anunciava que a emancipação total estava próxima; portanto, para que ninguém fosse pego de surpresa, todos deveriam se preparar de antemão. A história também

¹²⁸ Cf. ACD. Sessão de 11 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.122-123.

¹²⁹ Cf. ACD. Sessão de 24 de Agosto de 1871, Tomo IV, p.271.

¹³⁰ Cf. ACD. Sessão de 2 de Agosto de 1871, Tomo IV, pp.31-32.

¹³¹ Cf. ACD. Sessão de 23 de agosto de 1871, Tomo IV, p.246. Cf. tb. *Anti-Slavery Reporter, under the sanction of the British and Foreign Anti-Slavery Society*. Vols. 16-19 (1868-1875). Nendeln, Liechtenstein: Kraus Reprint, 1969. July 1, 1871, pp.149-151. Perdígão Malheiro usou a mesma estratégia em seu discurso final, quando afirmou que o artigo do periódico era “a sentença condenatória” do projeto lavrada por “tão competentes juízes”. cf. ACD. Sessão de 26 de agosto de 1871, Tomo IV, p.297.

demonstrava que nos lugares em que foram adotadas medidas semelhantes, seguiram-se outras, mais radicais e que levaram à emancipação imediata.¹³² Isso era a prova cabal, de acordo com o Senador mineiro, que uma vez abolido o ventre escravo não havia mais a possibilidade de frear o fim do cativeiro. Assim, o projeto, caso aprovado, implicaria não o termo das discussões e deliberações sobre a abolição, como almejava o ministério, mas sim a porta de entrada para medidas mais extremas. Não seria a última, mas a primeira palavra. Isso era “profecia que se há de realizar”, era

tão claro, tão evidente que só querendo fechar os olhos ou rasgar todos os livros em que esta questão tem sido tratada; é não conhecer a marcha dos acontecimentos; é como a consequência que está nas premissas, é como o efeito que nasce de suas causas, é uma lógica irrecusável. (...)

Se trago esta infalibilidade não é porque eu seja vidente ou profeta ou tenha a presciência dos acontecimentos, mas é pela história; digo que são premissas de que nasce uma conclusão, como o atesta a história de todos os tempos.

Aproveitemos, pois o tempo que ainda os acontecimentos nos podem dar para preparar o país para a questão verdadeiramente grave que é a emancipação geral.¹³³

Apesar de não acreditar que o fim do cativeiro seria assim tão próximo, Itaboraí acompanhou Antão. Segundo o visconde, Rio Branco iludia-se completamente, pois “depois de lançar a pedra do cume da montanha (...) não a poderá fazer parar no meio da carreira.”¹³⁴

Assim, a predição dos emperrados completava a tríade do caos abolicionista vislumbrada pelos peticionantes e constantemente evocada nos discursos parlamentares.¹³⁵ Aprovado o ventre livre, a anarquia se instauraria no Brasil: os

¹³² Ele usa os exemplos de Portugal, França e Inglaterra.

¹³³ Cf. AS. Sessão de 14 de setembro de 1871, Livro V, p.134.

¹³⁴ Idem, p.139.

¹³⁵ Entre os discursos que se afinaram com a argumentação dos peticionantes veja-se, por ordem de enunciação: Perdigão Malheiro. ACD. Sessão de 12 de julho de 1871, Tomo III, p.122; José de Alencar. ACD. Sessão de 13 de julho de 1871, Tomo III, pp.138-139; Capanema. ACD. Sessão de 17 de julho de 1871, pp.172-173; Duque-Estrada Teixeira. ACD. Sessão de 20 de julho de 1871, Tomo V, Apêndice, p.63 e p.71; Souza Reis. ACD. Sessão de 21 de julho de 1871, Tomo III, pp.75-76; Barros Cobra. ACD. Sessão de 24 de julho de 1871, Tomo III, pp.260-261; Gama Cerqueira. ACD. Sessão de 1 de agosto de 1871, Tomo IV, p.8; Almeida Pereira. ACD. Sessão de 2 de agosto de 1871, Tomo IV, p.30; Pinto Moreira. ACD. Sessão de 7 de agosto de 1871, Tomo IV, p.82; Barão da Vila da Barra. ACD. Sessão de 18 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.170-171; Nebias. ACD. Sessão de 21 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.215-216 e pp.220-222; Paulino de Souza. ACD. Sessão de 23 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.247-249; Pereira da Silva. ACD. Sessão de 24 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.269-273; Perdigão Malheiro. ACD. Sessão de 26 de agosto de 1871, Tomo IV, pp.298-300 e pp.308-309; Três Barras, AS. Sessão de 5 de setembro de 1871, Livro V, p.67; Itaboraí. AS. Sessão de 9 de setembro de 1871, Livro V, pp.97-98;

senhores perderiam seu poder moral, os escravos se insubordinariam, a produção agrícola ruiria e a emancipação se aceleraria de modo descontrolado, pois o sentimento abolicionista, como a história demonstrava, não se contentaria com as medidas promulgadas. Medidas que, do modo como foram concebidas, não visavam uma abolição presente, mas futura, pois permitiriam ainda uma prolongada sobrevida do cativo, desestabilizando-o, contudo, ao ignorar os peticionantes e insistir na retirada do monopólio da concessão de benefícios aos escravos das mãos dos senhores. Como evitar tudo isso?

De acordo com a oposição, o substitutivo de Perdigão Malheiro daria conta do recado, pois tendia a resolver o problema ao longo prazo, porém, sem qualquer intervenção na administração doméstica da escravidão. Com os senhores escolhendo quais escravos seriam manumitidos, o substitutivo não desmantelaria o poder moral dos proprietários e os cativos não teriam qualquer espaço para a insubordinação. Não haveria destruição das relações entre senhores e escravos, mas sim elementos para garantir a ordem e a disciplina. No juízo do próprio Malheiro, as medidas sugeridas findariam com a escravidão mais rapidamente do que o projeto do governo, no máximo 30 anos antes.¹³⁶

Em suma, para a minoria, respeitar a opinião dos fazendeiros, materializada nas petições, e não quebrar o poder moral dos senhores, seria o imperativo de qualquer política. Já o gabinete Rio Branco, por ignorar os fazendeiros, não via que o projeto tinha o potencial de desmoralizar os senhores perante os cativos, mas tinha claro em mente que frente ao quadro internacional desfavorável a escravidão e ao quadro nacional no qual apareciam associações abolicionistas era necessário fazer algo. O ventre livre, no entender do governo, aquietaria os ânimos abolicionistas ao mesmo tempo em que daria sobrevida ao cativo na medida em que havia a ideia da lei ser a última palavra na legislação escravista. Assim, apesar do claro antagonismo que se desenhou entre os grupos parlamentares do Brasil em 1871, não é possível afirmar que eles fossem essencialmente contraditórios entre si. Maioria e minoria,

Antão. AS. Sessão de 14 de setembro, Livro V, p.136; Três Barras. AS. Sessão de 16 de setembro de 1871, Apêndice; Três Barras. AS. Sessão de 20 de setembro de 1871, Livro V, pp.199-203. Três discursos de Duque-Estrada Teixeira (26 e 27 de julho e 10 de agosto) e dois de Andrade Figueira (9 e 12 de agosto) não foram publicados nos anais da Câmara e nem localizados.

¹³⁶ Segundo o deputado mineiro: “é muito fácil e convincente o cálculo, é simplíssimo; a escrava que nascer na véspera da lei, e ficar no cativo, pode ter filhos até aos 45 anos; estes filhos são, pela proposta, obrigados a servir até os 21; aí temos que 45 e 21 são 60 anos! (...)o projeto substitutivo tende a extinguir definitivamente a escravidão, sem classe de servos, em 20 ou 30 anos, o mais tardar; o sistema da proposta vai além do dobro”. Cf. ACD. Sessão de 26 de agosto de 1871, Tomo IV, p.300.

surpreendentemente, tinham o mesmo objetivo final: a defesa dos interesses agrícolas do país. O que os diferenciava eram leituras diferentes do passado e do presente que permitiram prognósticos diferentes o suficiente para condicionar a formação de posições antagônicas quanto às ações políticas a serem tomadas: adiantar-se controlando a opinião e evitando todo e qualquer radicalismo, de um lado, não intervir nas relações de domínio, mas apenas auxiliar as manumissões, de outro lado. Em ambos os casos, não havia planos para um fim próximo do cativeiro, mas sim a expectativa de sua sobrevida. O que movia a todos era tão somente a manutenção da ordem vigente com o menor abalo possível.

Considerações finais

No contexto de elaboração e promulgação da Lei do Ventre Livre, é possível constatar de modo claro manifestações – expressas tanto nas enunciações parlamentares, quanto nas representações contra o projeto de emancipação – do pensamento conservador. Segundo Karl Mannheim, o “estilo de pensamento” conservador pode se revelar tanto na forma do “conservadorismo”, quanto num “reformismo conservador”. Ambos são sustentados por uma “intensão básica”, isto é, um objetivo final. O primeiro se caracteriza pela oposição consciente às eventuais mudanças que algum grupo tenta imprimir numa dada configuração social, enquanto o segundo se configura na proposição de reformas pontuais e circunscritas.¹ O grupo dos emperrados e dos fazendeiros, ao defender a agricultura escravista, norteou-se pelas premissas básicas do “conservadorismo” ao opor-se à alteração que o projeto ministerial impunha ao cativeiro. Os políticos alinhados ao gabinete, por sua vez, exprimiram-se em termos de um “reformismo conservador” que, segundo eles próprios, pouco modificaria a ordem brasileira e auxiliaria mesmo a sua manutenção. Assim, os dois grupos que se opuseram em 1871 expressaram concepções distintas do pensamento conservador. Apesar do dissenso, ambos possuíam a mesma “intensão básica”: a defesa dos interesses agrícolas do país.

Para tentar barrar a então chamada reforma do elemento servil, os peticionantes em particular, e seus pares parlamentares em geral, ainda usaram constantemente a tese da ameaça, um dos tópicos mais marcantes da retórica conservadora. Como demonstrou Albert O. Hirschman, a tese da ameaça consiste em objetar algum tipo de reforma com o argumento de que a mudança proposta, ainda que desejável, tem o potencial de acarretar em consequências desastrosas e inaceitáveis.² Nesse caso, a liberdade do ventre acarretaria, segundo seus críticos, tanto na tríade do caos emancipacionista quanto na primeira palavra rumo à abolição total. Como os anos seguintes demonstrariam, a profecia dos peticionantes e emperrados cumpriu-se, e a estratégia desenhada pelo governo Rio Branco para a Lei do Ventre Livre, fracassou.

¹ Cf. Karl Mannheim. “O pensamento conservador”. In: José de Souza Martins (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986, pp.77-131.

² Cf. Albert O. Hirschman, *A retórica da intransigência. Perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. (1º ed. em inglês 1991), pp.73-111.

Assim, por se tratarem de projeções futuras distintas, mas que foram formuladas na matriz do pensamento conservador com uma mesma intenção, as sugestões de Reinhart Koselleck auxiliam na compreensão do fenômeno e ainda permitem aquilatar as diferenças fundamentais dos grupos em disputa naquele momento. De acordo com o historiador alemão, quanto mais “dados de experiência”, mais preciso é o prognóstico.³ Nesse sentido, o prognóstico dos peticionantes foi certo não porque eles fossem profetas, mas sim por incluir uma leitura própria das relações entre senhores e escravos, elemento que foi substancialmente ignorado pela maioria do governo imperial ao enveredar na senda emancipacionista. A aposta do ventre livre como a última palavra na escravidão, apesar de ter sido extensivamente defendida pelos fazendeiros nos anos subsequentes, acabou separando os mais importantes produtores rurais do Império de uma parcela dos dirigentes estatais. Abriu-se desse modo uma fissura irremediável entre o Estado e a sua base social de apoio, que seria ampliada nos anos 1880, quando a abolição da escravidão se concretizou, dando alas ao término da própria monarquia constitucional brasileira. Ainda que esta seja uma outra história, vale registrar que o fim da escravidão resultou das ações de um movimento abolicionista que fundara suas bases na crítica ao “reformismo conservador” da Lei do Ventre Livre, em associação direta com a ação coletiva dos escravos, impulsionada por sua vez pela erosão do poder senhorial contida nos dispositivos daquela mesma lei.

A manifestação senhorial em 1871, em específico, ainda condensou, a partir da pena dos proprietários de escravos, tudo o que se concebeu na defesa da escravidão brasileira, desde a teoria administrativa da Ilustração, dos escritos nacionais sobre a gestão escravista, passando pelo paternalismo liberal, pelo famoso parecer de 1853 do Conselho de Estado e da consequente blindagem do Parlamento, nos anos subsequentes, às discussões emancipacionistas, até as publicações pró-cativeiro na imprensa oitocentista.⁴ Nesse sentido, não é exagero argumentar que houve uma pluralidade de tempos históricos cristalizada nas representações elaboradas pelos fazendeiros do Vale do Paraíba e de suas extensões no Centro-Sul contra a liberdade do ventre. Não havia, portanto, nada de circunstancial na luta contra o projeto de libertação dos nascituros

³ Cf. Reinhart Koselleck. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. (1ª ed. alemão 2000), pp.189-205.

⁴ Sobre as teorias de gestão escrava no Brasil, a blindagem do Parlamento à discussão da escravidão, o paternalismo liberal e o papel da imprensa ver, respectivamente: Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, pp.169-216, pp.259-298; Tâmis Parron. *A política da escravidão no Império do Brasil*; Alain El Youssef. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeios, 2016.

empreendida em 1871. Naquele ano, os partidários da escravidão negra chegaram ao que pode ser considerado como o termo lógico da ideologia escravista no Império do Brasil.

Tão logo os próprios fazendeiros condensaram essa ideologia, vislumbraram, após 28 de setembro de 1871, desenhar-se no horizonte a impossibilidade da reprodução indefinida da instituição que tanto se esmeravam em manter. Tomaram para si a aposta do gabinete Rio Branco: depois da Lei do Ventre Livre, nada mais deveria ser aprovado em direção à emancipação. Os tempos, contudo, já eram outros.

Apêndice

Representações contra o ventre livre, por ordem de composição:

Local	Composição	À Câmara	Ao Senado	Tipo	Apresentação à Câmara	Apresentação ao Senado	Nº de assinaturas
Paraíba do Sul (RJ)	22/05/1871	24/05/1871	26/05/1871	Representação	Ferreira Vianna	Barão das Três Barras	322***
Paraíba do Sul (RJ)	23/05/1871	Não consta	16/07/1871	Acréscimo de assinaturas			
Paraíba do Sul (RJ)	23/05/1871	Não consta	Não consta	Acréscimo de assinaturas			
Paraíba do Sul (RJ)	23/05/1871	Não consta	20/07/1871	Acréscimo de assinaturas			
Paraíba do Sul (RJ)	25/05/1871	Não consta	29/05/1871	Acréscimo de assinaturas			
Paraíba do Sul (RJ)	Não consta	Não consta	Não consta	Acréscimo de assinaturas			
S. José do Rio Preto (MG)	Não consta	Não consta	Não consta	Acréscimo de assinaturas			
Câmara Municipal de Pirai (RJ)	28/05/1871	13/06/1871	15/06/1871	Representação	Andrade Figueira	Visconde de Itaboraí	536***
Pirai (RJ)	28/05/1871	13/06/1871	15/06/1871	Representação	Andrade Figueira	Visconde de Itaboraí	
Bananal (SP)	10/06/1871	28/06/1871	Não consta	Representação	Rodrigo Silva		144
Valença (RJ)	10/06/1871	15/06/1871	15/06/1871	Representação	Paulino de Souza	*	134
Barra Mansa (RJ)	10/06/1871	Não consta	23/08/1871	Representação			138
Villa de Rio Bonito (RJ)	10/06/1871	Não consta	16/06/1871	Representação		F. Octaviano	283
Ricardo Gumbleton Daunt (SP)	Não consta	30/06/1871	Não consta	Representação			1
Club da Lavoura e do Comércio	23/07/1871	26/07/1871	11/08/1871	Representação	Ferreira Vianna	Visconde de Itaboraí	21

S. Thomé das Letras (MG)	Não consta	Não consta	6/07/1871	Representação		**	Não consta
Rezende (RJ)	18/06/1871	7/07/1871	10/07/1871	Representação	Andrade Figueira	**	134
Itu (SP)	20/06/1871	5/07/1871	Não consta	Representação	Rodrigo Silva		59
Capivari (SP)	20/06/1871	14/06/1871	Não consta	Representação	Rodrigo Silva		75
Campinas (SP)	21/06/1871	12/07/1871	Não consta	Representação	Antonio Prado		85
Vila de Indaiatuba (SP)	23(9)/06/1871	14/07/1871	Não consta	Representação	Rodrigo Silva		28
Câmara Municipal de Jundiaí (SP)	28/06/1871	10/07/1871	Não consta	Representação	Rodrigo Silva		6
Cabo Frio (RJ)	Não consta	10/07/1871	Não consta	Representação	Paulino de Souza		442
Macaé (RJ)	Não consta	17/07/1871	25/07/1871	Representação	Almeida Pereira	Visconde de Itaboraí	320
Cantagalo (RJ)	Não consta	22/07/1871	25/07/1871	Representação	F. Belisario	Visconde de Itaboraí	236
Cantagalo (RJ)	Não consta	31/07/1871	Não consta	Representação	Paulino de Souza		277
São Janunário do Ubá (MG)	1/07/1871	4 /08/1871	Não consta	Representação	Canedo		187
Santo Antonio de Pádua (RJ)	2/07/1871	27/07/1871	Não consta	Representação	Pereira da Silva		122
Câmara Municipal de Sabará (MG)	7/07/1871	18/07/1871	Não consta	Representação	Perdigão Malheiro		5
Villa de Saquarema (RJ)	8/07/1871	22/07/1871	Não consta	Representação	F. Belisario		99
Santa Bárbara do Monte Verde (MG)	9/07/1871	17/07/1871	Não consta	Representação	José Calmon		119
Vassouras (RJ)	10/07/1871	31/07/1871	Não consta	Representação	Paulino de Souza		250
Vassouras (RJ)	12/07/1871	31/07/1871	Não consta	Representação	Paulino de Souza		500

Juiz de Fora (MG)	07/1871	Não consta	Não consta	Representação			278
Itapemirim (ES)	Não consta	24/07/1871	Não consta	Representação	Silva Nunes		357***
Itapemirim (ES)	Não consta	Não consta	Não consta	Acréscimo de assinaturas			
Itapemirim (ES)	Não consta	Não consta	Não consta	Acréscimo de assinaturas			
Itapemirim (ES)	Não consta	Não consta	Não consta	Acréscimo de assinaturas			
Itapemirim (ES)	Não consta	Não consta	Não consta	Acréscimo de assinaturas			
Itapemirim (ES)	Não consta	Não consta	Não consta	Acréscimo de assinaturas			
Itapemirim (ES)	Não consta	Não consta	Não consta	Representação			
Itapemirim (ES)	20/07/1871	Não consta	Não consta	Acréscimo de assinaturas			
S. Vicente de Paula (freguesia de Araruama)	Não consta	9/08/1871	Não consta	Representação	Paulino de Souza		237
São Fidelis (comarca de Campos)		21/08/1871	Não consta	Representação	Almeida Pereira		Não consta
Santa Maria Magdalena (comarca de Cantagalo)	Não consta	28/08/1871	Não consta	Representação	Paulino de Souza		94
Câmara Municipal de Niterói (RJ)	1/09/1871	Não consta	Não consta	Representação			5
Mar de Hespanha (MG)	Não consta	Não consta	Não consta	Representação			47
Clube do Comércio do RJ	Não consta	14/07/1871	11/08/1871	Representação	Andrade Figueira	Visconde de Itaboraí	78

* É mencionada na ata da sessão de 15 de junho.

** É mencionada no expediente da sessão de 10 de julho.

*** Contando os acréscimos de assinaturas.

Representações contra o ventre livre, por ordem de composição:

Mapa elaborado a partir da *Carta do Império do Brasil* (1873) de Duarte da Ponte Ribeiro, disponível na plataforma digital da Biblioteca Nacional.

1 – Paraíba do Sul; 2 – Pirai; 3 – Bananal; 4 – Valença; 5 – Barra Mansa; 6 – Villa de Rio Bonito; 7 – S. Thomé das Letras; 8 – Resende; 9 – Itu; 10 – Capivari; 11 – Campinas; 12 – Villa de Indaiatuba; 13 – Jundiaí; 14 – Cabo Frio; 15 – Macaé; 16 – Cantagalo; 17 – S. Januário do Ubá; 18 – S. Antonio de Pádua; 19 – Sabará; 20 – Villa de Siquarema; 21 – Santa Bárbara do Monte Verde; 22 – Vassouras; 23 – Juiz de Fora; 24 – Itapemirim; 25 – S. Vicente de Paula; 26 – S. Fidélis; 27 – S. Maria Magdalena; 28 – Niterói; 29 – Mar de Hespanha.

Fontes e Bibliografia

Anais Parlamentares:

Anais do Parlamento Brasileiro: Câmara dos Senhores Deputados, 1870-1871.

Disponível em: www.camara.gov.br

Anais do Parlamento Brasileiro: Senado, 1871. Disponível em: www.senado.gov.br

Atas do Conselho de Estado:

RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado*, Brasília: Senado Federal, 1973-1978, 13 vol., vol.6. (Versão digital disponibilizada na Biblioteca do Senado Federal).

_____. *Atas do Conselho de Estado*, Brasília: Senado Federal, 1973-1978, 13 vol., vol.7. (Versão digital disponibilizada na Biblioteca do Senado Federal).

_____. *Atas do Conselho de Estado*, Brasília: Senado Federal, 1973-1978, 13 vol., vol.8. (Versão digital disponibilizada na Biblioteca do Senado Federal).

Fontes Manuscritas:

Representações:

Arquivo do Senado Federal

Representação dos fazendeiros do município da Paraíba do Sul a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 2, Pasta 26, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul. Brasília, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul. Brasília, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul. Brasília, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul. Brasília, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul. Brasília, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871.

Acréscimo de assinaturas dos fazendeiros de São José do Rio Preto à representação dos fazendeiros do Município da Paraíba do Sul. Brasília, Caixa 73, Maço 2, Pasta 24, 1871.

Representação da Câmara Municipal de Pirai a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 17, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Pirai a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 17, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Bananal a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 2, Pasta 39, 1871.

Representação dos fazendeiros do município da Barra Mansa a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 1, 1871.

Representação dos fazendeiros da Villa de Rio Bonito a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 76, Maço 2, Pasta 38, 1871.

Representação do Club da Lavoura e do Comércio a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 25, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Resende a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 8, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Capivari a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 12, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Itu a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 13, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Campinas a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 13, 1871.

Representação dos fazendeiros da Vila de Indaiatuba a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 14, 1871.

Representação da Câmara Municipal de Jundiaí a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 16, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Cidade do Ubá a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 31, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Santo Antonio de Pádua a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 16, 1871.

Representação da Câmara Municipal de Sabará a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 18, 1871.

Representação dos fazendeiros da Vila de Saquarema a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 20, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Santa Bárbara do Monte Verde a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 21, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Vassouras a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 26, 1871.

Representação da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 32, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Cantagalo a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 21, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Santa Maria Magdalena a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 74, Maço 1, Pasta 9, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Cabo Frio a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 22, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Macaé a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 31, 1871.

Representação dos fazendeiros do município de Itapemirm a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 34, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do município de Itapemirim. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 34, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do município de Itapemirim. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 34, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do município de Itapemirim. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 34, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do município de Itapemirim. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 34, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do município de Itapemirim. Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 34, 1871.

Acréscimo de assinaturas à representação dos fazendeiros do município de Itapemirim.

Brasília, Caixa 76, Maço 3, Pasta 34, 1871.

Representação de Ricardo Gumbleton Daunt (Campinas) a respeito da proposta do governo sobre o elemento servil. Brasília, Caixa 73, Maço 3, Pasta 18, 1871.

Inventários:

Museu Histórico e Pedagógico Major Dias Novais

Inventário de Antonio Barbosa da Silva. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 161, N° 3383, 1875. (Bananal).

Inventário de Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 170, N° 3472, 1878. (Bananal).

Museu da Justiça do Rio de Janeiro

Inventário da Viscondessa do Rio Preto. Rio de Janeiro, Registro 15492, Caixa 2800, 1876. (Valença).

Inventário do 2º Barão do Rio Preto. Rio de Janeiro, Registro 15637, Caixa 2828, 1876. (Valença).

Inventário de José Francisco de Souza Werneck. Rio de Janeiro, Registro 8707, Caixa 951, Códice 9493, 1872. (Paraíba do Sul).

Inventário de José Dias Mendes. Rio de Janeiro, Registro 8881, Caixa 970, Códice 9672, 1879. (Paraíba do Sul).

Inventário de Manoel Luiz dos Santos Werneck. Rio de Janeiro, Registro 8913, Caixa 974, Códice 9704, 1880. (Paraíba do Sul).

Inventário de Francisco Marques da Cruz. Rio de Janeiro, Registro 17689, Caixa 1835, Códice 18480, 1878. (Cabo Frio).

Inventário de João José Pereira. Rio de Janeiro, Registro 17464, Caixa 1813, Códice 18255, 1873. (Cabo Frio).

Arquivo Municipal de Pirai

Inventário de Joaquim José Gonçalves de Moraes. Pirai, Caixa 52, 1886.

Arquivo Nacional

Inventário do Visconde de Ipiabas. Rio de Janeiro. Seção de Arquivos Particulares, Documentos da Família Werneck, 1883.

Periódicos:

Anti-Slavery Reporter, under the sanction of the British and Foreign Anti-Slavery Society. Vols. 10-12 (1862-1864). Nendeln, Liechtenstein: Kraus Reprint, 1969.

Anti-Slavery Reporter, under the sanction of the British and Foreign Anti-Slavery Society. Vols. 16-19 (1868-1875). Nendeln, Liechtenstein: Kraus Reprint, 1969.

Diário do Rio de Janeiro, Edições de 1871.

Jornal do Commercio, Edições de 1871.

A Reforma – Órgão democrático, Edições de 1871.

Livros, publicações e dicionários:

AGUIAR, Antonio Augusto da Costa. *Crise da lavoura ou resposta ao opusculo com o mesmo titulo que publicou na corte o Sr. Quintino Bocayuva*. [Rio de Janeiro]: Typ. de H. Schroeder, 1868.

ALENCAR, José de. *Cartas a favor da escravidão*. Organização de Tâmis Parron. São Paulo: Hedra, 2008.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (edições de 1850-1880). Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert.

BARÃO DE VASCONCELOS e BARÃO SMITH DE VASCONCELOS (orgs.). *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1917.

BARÃO DO JAVARI. *Organizações e Programas Ministeriais – Regime Parlamentar no Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1962.

CAMPOS, Joaquim Pinto de. *Discurso pronunciado pelo Sr. Deputado Monsenhor Pinto de Campos relator da Comissão do Projecto sobre a reforma do elemento servil na sessão de 19 de agosto de 1871*. Rio de Janeiro: Typ. de Julio Villeneuve & C., 1871.

Carta aos fazendeiros e commerciantes fluminenses sobre o elemento servil, ou refutação do parecer do Sr. Conselheiro Christiano Benedicto Ottoni ácerca do mesmo assumpto / por Um Conservador. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

- Discussão da Reforma do Estado Servil na Câmara dos Deputados e no Senado*, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871, 2 vol.
- DUPANLOUP, Félix Antoine Philibert. *Carta do Exmo. e Revmo. Bispo de Orleans ao Clero de sua Diocese sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.
- DUROCHER, M. J. M. . *Ideias por coordenar a respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871.
- DUQUE ESTRADA, Osório. *A Abolição*. Brasília: Senado Federal, 2005. (1º ed. 1918). *Falas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara Temporaria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- LEÃO, Polycarpo Lopes de. *Como pensa sobre o elemento servil o Dr. Polycarpo Lopes de Leão*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1870.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867. 3 vols.
- _____. “Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo.” *In: Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Anno II – Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino e Irmão, 1863.
- MENDES, Candido Mendes. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.
- MENEZES, Adolfo Bezerra de. *A escravidão no Brasil e as medidas que convem tomar para extingui-la sem damno para a nação*. Rio de Janeiro: Typ. Progresso, 1869.
- NABUCO DE ARAÚJO, José Thomaz e MARQUÊS DE SÃO VICENTE, José Antonio Pimenta Bueno. *Trabalho sobre a extincção da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003. (1º ed. 1883)
- _____. *Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. (Tomo 2)*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.
- _____. *Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. (Tomo 3)*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.
- OTTONI, Cristiano Benedito. *A emancipação dos escravos: parecer de C. B. Ottoni*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871.
- _____. *Emancipação dos escravos*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883.

- PARANHOS, José Maria da Silva Paranhos [Visconde do Rio Branco]. *Proposta do governo sobre a reforma do estado servil*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve, 1871.
- _____. *A convenção de 20 de fevereiro demonstrada à luz dos debates do Senado e dos successos da Uruguayana*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1865.
- Pareceres do Conselho de Estado no anno de 1868 relativos ao elemento servil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.
- PIMENTA BUENO, José Antônio [Marquês de São Vicente]. *Trabalho sobre a extinção da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.
- [PINTO, Alfredo Moreira]. *A viagem imperial e o Ventre Livre*. Rio de Janeiro: Typ. de J. Lobo Vianna, 1871.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Outro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- [SILVA, Luiz Barbosa da]. *Elemento servil: estudo por Theodoro Parker*. Rio de Janeiro: Typ. da Rua da Ajuda, 1871.
- Recenseamento do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger.
- Regimento interno da Camara dos Deputados acompanhado do Regime Commum, Constituição Política do Imperio, Acto Adicional, Lei de Interpretação, Lei de Responsabilidade dos Ministros e dos Conselheiros de Estado*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 7 vols., 1970.
- Special Report of the Anti-Slavery Conference, Held in Paris, in the Salle Herz, on the Twenty-Sixth and Twenty-Seventh August, 1867*. London: Published by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society
- TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. Organização de Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TAUNAY, Affonso de E.. *História do Café no Brasil. Volume Sétimo. No Brasil Imperial. 1872-1889 (Tomo V)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

Bibliografia:

- A abolição no Parlamento: 65 anos de luta (1823-1888)*, Brasília: Senado Federal, 2012, 2 vol., v.1.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. “A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da ‘lei nefanda’ (10 de junho de 1835)”. *Tempo*. Niterói, v.23, n.2, pp.264-289, Maio de 2017.
- ALEGRIO, Leila Vilela. *Donas do café: mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba. (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Trato dos Viventes, Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: ALENCASTRO, L. F. de (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. *Arquitetura do café*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. (1º ed. em inglês 1994).
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004 (1º ed.1987).
- _____. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003. (1º ed. em inglês 1995).
- AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BANDEIRA, Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (1º ed. 1972).
- BARBOSA, Silvana Mota. “A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863)”. In: José Murilo de Carvalho e Adriana Pereira Campos (orgs.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011
- BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012. (1º ed. em inglês 1999).

- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Edusp, 2005. (1º ed. 1967).
- _____. “O Encaminhamento político do problema da escravidão no Império.” In: *História Geral da Civilização Brasileira* (org.) Sérgio Buarque de Holanda: São Paulo, Difel, 1985.
- BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BERGARD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais: 1720-1888*. São Paulo: EDUSC, 2004. (1º ed. em inglês 1999).
- _____. *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BLACKBURN, Robin. *The making of New World Slavery: from Baroque to the Creole, 1492-1800*. Londres: Verso, 1997
- _____. *The overthrow of colonial slavery, 1776-1848*. Londres: Verso, 1988.
- BLASSINGAME, John W.. *The slave community. Plantation life in the Antebellum South*. New York: Oxford University Press, 1972.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol. 1: As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (1º ed. em francês 1979).
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol. 2: Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (1º ed. em francês 1979).
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol. 3: O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (1º ed. em francês 1986).
- CAMPOS, Hérib Caballero e SEGOVIA, Cayetano Ferreira. “El Periodismo de Guerra en el Paraguay (1864-1870)”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Colloques, mis en ligne le 01 février 2006*.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (1º ed. 1962)
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. (Publicado originalmente em duas partes: *A construção da Ordem*, de 1980, e *Teatro de Sombras*, de 1988).
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- _____. e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian political citizenship*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHILDS, Matt D.. “Cuba and the Road to Abolition”. In: Don H. Doyle (org.) *American Civil Wars. The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2017.
- CLARENCE-SMITH, William Gervase e TOPIK, Steven (orgs.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- COHN, Marjorie. *A Fazenda Santa Sofia*. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, 2013.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Os Últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978 (1º ed. em inglês 1972).
- COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue – a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. (1º ed. em inglês 1994).
- _____. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. (1º ed. 1966).
- _____. “Brazil: the age of reform, 1870-1889”. In: Leslie Bethell (org.). *The Cambridge History of Latin America. (Volumem V.) c.1870 to 1930*, 1986.
- COSTA, Iraci del Nero da, *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: INPE, 1986.
- _____. “Por uma definição de demografia histórica.” In: *Boletim de História Demográfica*. São Paulo, ano I, nº2, jul. 1994.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Unicamp, 1996.

- COWLING, Camillia. *Conceiving Freedom*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2013.
- DAVIS, David Brion. *Inhuman Bondage: the Rise and Fall of Slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- _____. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (1º ed. em inglês 1966).
- DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEBBASCH, Yvan. Au coeur du “gouvernement des esclaves” la domestique aux Antilles françaises (XVIIe-XVIIIe siècles). In: *Revue française d’histoire d’outre-mer*, vol.72, n° 266 (1º trim., 1985).
- DEGLER, Carl N.. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. (trad. Inglês, 1ºed.1971).
- DOLNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DOYLE, Don H. (org.) *American Civil Wars. The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2017.
- DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Unespe, 2011. (1º ed. em inglês 2009).
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- _____. *The sugar industry in Pernambuco: modernization without Chang, 1840-1910*. California: University of California Press, 1974.
- ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- ERICSON, David. *The Debate over Slavery: Antislavery and Proslavery Liberalism in America*. New York: NY University Press, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

- FERRAZ, *O Império Revisitado. Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- FERREIRA, Carlos Alberto Dias. A reforma judiciária de Nabuco de Araújo e o Manifesto Vassourense (1854-1856). *Veredas da História*. Vol.2 – Ano II – nº1, 2009.
- FLORENTINO, Manolo. Em *Costas Negras, uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (1º ed. 1997).
- FLORENTINO, Manolo. e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c.1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. e MACHADO, Cacilda (org.). *Ensaio sobre a Escravidão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- FOGE, Robert e ENGERMAN, Stanley. *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*. Nova York: Boston, Brown & Co., 1974.
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. (1º ed. em inglês 1983).
- FREIRE, Jonis. “Alforrias e tamanho das posses: possibilidades de liberdade em pequenas, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX)”. *Varia hist.* 2011, vol.27, n.45.
- _____. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista*. São Paulo: Alameda, 2014.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2004.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GARNER, Lydia Magalhães Nunes. *In pursuit of order: a study in Brazilian centralization, the Section of Empire of the Council of State, 1842-1889*. Tese de Doutorado. Baltimore: Johns Hopkins University, 1987.

- GENOVESE, Eugenio. *O mundo dos senhores de escravos. Dois ensaios de interpretação*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979. (1º ed. em inglês 1969).
- GHACHEM, Malick W.. *The Old Regime and the Haitian Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- GÓES, José Roberto. *Cativeiro imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1992. (1º ed. 1978).
- GORNATI, Gilberto. *Legislação Bancária no Brasil Império. O debate jurídico sobre a Função Bancária na década de 1850*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- GRAHAM, Richard. "Causes for the Abolition of Negro Slavery in Brazil: An Interpretive Essay". In: *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 46, No. 2 (May, 1966), pp. 123-137.
- GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade. As ações de liberdade na corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. "Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº27, 2001.
- GRINBERG, Keila e MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (orgs.). Dossiê: "Para inglês ver?" Revisitando a Lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, nºs. 1/ 2/ 3. Rio de Janeiro, jan./dez. 2007.
- GRINBERG, Keila e SALLES Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volumes I, II e III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- HIRSCHMAN, Albert O.. *A retórica da intransigência. Perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. (1º ed. em inglês 1991).
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *A Era do Capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 2010.
- _____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUMPHREYS, R.A. (1960) 'The States of Latin America', in Bury, J.P.T. (ed.) *The New Cambridge Modern History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971 (1º ed. 1960).
- IZECKSOHN, Vitor. *Slavery and War in the Americas. Race, Citizenship, and State Building in the United States and Brazil, 1861-1870*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2014.
- JARNAGIN, Laura. *A Confluence of Transatlantic Networks: Elites, Capitalism, and Confederate Migration to Brazil*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2008.
- JOHANSSON, María Lucrecia. "Paraguay contra el monstruo antirrepublicano. El discurso periodístico paraguayo durante la Guerra de la Triple Alianza (1864-1865)". In: *História Crítica*. Nº47, Bogotá, Mayo-Agosto 2012.
- KOSELLECK, Koselleck. *Futuro Passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. (1º ed. alemão 1979).
- _____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. (1º ed. alemão 2000).
- KLEIN, Herbert. "Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico". *Revista de História*, nº120, pp.3-25, jan./jul. 1989.
- KLEIN, Herbert e LUNA, Francisco Vidal. *Evolução da sociedade e da economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.
- KLEIN, Herbert e PAIVA, Clotilde. "Escravos e Livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831". *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, v.22, n. 1, p. 129-151, jan/abr. 1992.
- KUGELMAS, Eduardo (org.). *Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole e PAIVA, Clotilde. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, v.25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995.
- MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- _____. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Edusp, 2010 (1ª ed. 1994).
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti e GRINBERG, Keila (orgs.). Dossiê: "Para inglês ver?" Revisitando a Lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, n.ºs. 1/ 2/ 3. Rio de Janeiro, jan./dez. 2007, p. 90-340.
- MANNHEIM, Karl. "O pensamento conservador". In: José de Souza Martins (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARCONDES, Renato Leite. "O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)". In: *Rev. Bras. Econ.* 2002, vol.56, n.1.
- MARQUESE, Rafael de Bivar Marquese. *Administração & Escravidão*. São Paulo: Hucitec, 2010. (1ª ed. 1999).
- _____. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. "The Civil War in the United States and the Crisis of Slavery in Brazil." In: Donh Doyle (org.) *American Civil Wars. The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2017.
- _____. "Revisitando casas grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX". In: *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. USP. Nova Série. 14 (1): 11-57, Jan/Jun 2006.
- _____. "A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada." *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. 2009, vol.16, n.4.
- _____. "A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX". *Novos estudos-CEBRAP*, n.º74 (2006).
- _____. "Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX". *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, n.29, jul./dez.2013.
- _____. e Tâmis Parron. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. In: *Topoi*, v.12, n.23, jul.-dez., 2011, pp. 97-117.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- _____. "Família, estratégias e redes de poder em Minas Gerais (sécs. XVIII/XIX)". *Acervo*. Rio de Janeiro, v.30, n.1, pp.121-139, jan./jun.2017.

- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3º ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. (1º ed. 1995).
- _____. “Racialização e cidadania no Império do Brasil.” In: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____. e SCHNOOR, Eduardo. (orgs.) *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- MATOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MORENO, Breno Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2013.
- MOTA, Isadora Moura. *O “vulcão” negro da Chapada. Rebelião escrava nos Sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- MOTTA, José Flávio. “A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia.” In: *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v.12, nº 1/2, jan./dez. 1995.
- _____. *Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801-1829*. São Paulo, Annablume, 1999.
- _____. *Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.
- MOTTA, José Flávio e COSTA, Iraci del Nero da. “Às vésperas da abolição – um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v.34, nº1, jan./mar. 2004.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- NEDELL, Jeffrey. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.
- NOGUEIRA, Emília Costa. “O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do Oeste Paulista e os pródromos do movimento republicano (Notas prévias)”. *Revista de História*, v. 9, n.20, 1954.

- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec. (1º ed.1979).
- OAKES, James. *Slavery and freedom: an interpretation of the Old South*. New York: W. W. Norton, 1990.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc – Juiz de Fora: Funalfa, 2005.
- PANG, Laura Janargin. *The State and Agricultural Clubs of Imperial Brazil, 1860-1889*. Tese de Doutorado: Vanderbilt University, 1981.
- PANI, Erika. “Juárez vs. Maximiliano: Mexico’s Experimente with Monarchy”. In: Donh Doyle (org.) *American Civil Wars. The United States, Latin America, Europe, and the Crisis of the 1860s*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 2017
- PARRON, Tâmis. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: Edusp, 2008. (1º ed. em inglês 1982).
- PENNA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005 (1º ed. 2001).
- PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso. Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- PESSOA, Thiago Campos. *A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830-c.1888)*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “A Carteira Hipotecária do Banco do Brasil: os conflitos em torno do Crédito Agrícola no II Reinado”. In: Elione Silva Guimarães e Márcia Motta. (Orgs.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala insurgente: Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- PRADO, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo (Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.
- QUIROGA, Karina B. Sousa. *Natureza e Agricultura em Itu: a concepção de Carlos Ilidro da Silva (1860-1864)*. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011.
- RODRIGUES, Mariana Pereira Horta. *Patrimônio rural do município de Casa Branca: 1830 - 1900*. Tese de Doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2010.
- SABA, Roberto. *As vozes da nação. Atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. São Paulo: Annablume, 2012.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era Escravo, Vassouras, Século XIX, Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *Guerra do Paraguai. Escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *Nostalgia imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- _____. “O Império do Brasil no contexto do século XIX: Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”. In: *Revista Almanack Almanack*. Guarulhos, n.04, p.5-45, 2º novembro de 2012.
- _____. e BORGES, Magno Fonseca. “A morte do barão de Guaribu. Ou o fio da meada”. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 7, n.13*. Juiz de Fora. UFJF. Jul-dez 2012.
- SANTOS, Marco Aurélio dos. “As redes de relacionamento e o espaço de atuação dos proprietários de escravos no império do Brasil: Bananal, 1850-1888”. *Saeculum – Revista de História*, nº33. João Pessoa, jul./dez.2015.
- SANTANA, Rogério. *Perdigão Malheiro e a comparação histórica na crise da escravidão no Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
- SCHMIDT-NOWARA, Christopher. *Empire and Antislavery: Spain, Cuba and Puerto Rico, 1833-1874*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1999.
- SCHULZ, John. *A Crise Financeira da Abolição*. São Paulo: Edusp, 2013 (1º ed. 1996).
- SCOTT, Rebecca J.. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

- SILVA, Eduardo Silva. “A função ideológica da brecha camponesa”. In: João José Reis e Eduardo Silva. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SILVA JUNIOR, Waldomiro Lourenço da. *Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- SLENES, Robert W. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”. In: *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPEA, 1986.
- _____. *Na Senzala, uma Flor. Esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market”. In: Walter Johnson (org.), *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004.
- _____. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado. Stanford: Stanford University, 1976.
- SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- SOARES, Rodrigo Goyena. “Nem arrancada, nem outorgada: agência, estrutura e os porquês da Lei do Ventre Livre”. *Almanack*. Guarulhos, n.09, p.166-175, abril de 2015.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961. (1º ed. em inglês 1957).
- SKINNER, Quentin e TULLY, James. *Meaning and Context. Quentin Skinner and his critics*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- TANNENBAUM, Frank. *Slaves and Citizen*. Boston: Bacon Press, 1946.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2012. (1º em inglês 2004).

- TOPLIN, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema mundial moderno I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Afrontamento, 1990. (1º ed. em inglês 1974).
- _____. *O Sistema mundial moderno II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1994. (1º ed. em inglês 1980).
- _____. *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s*. Nova York: Academic Press, 1989.
- _____. *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley: University of California Press, 2011.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo & Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (1º ed. em inglês 1944).
- YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: Intermeios, 2016.